

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**INTEGRALISMO E CORONELISMO: INTERFACES DA DINÂMICA
POLÍTICA NO INTERIOR DO CEARÁ (1932-1937).**

João Rameres Regis

2008

UFRJ

**INTEGRALISMO E CORONELISMO: INTERFACES DA DINÂMICA
POLÍTICA NO INTERIOR DO CEARÁ (1932-1937).**

João Rameres Regis

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor – Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Paula do Nascimento Araújo

Rio de Janeiro
Junho de 2008

JOÃO RAMERES REGIS

INTEGRALISMO E CORONELISMO: INTERFACES DA DINÂMICA POLÍTICA NO INTERIOR DO CEARÁ (1932-1937).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor – Área de Concentração: História Social.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Paula Araújo Nascimento
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Marieta de Mores Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretãs
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Ana Maria Mauad
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Zilda Maria Menezes Lima
Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir as práticas políticas da Ação Integralista Brasileira – AIB nos municípios do interior do estado do Ceará, nos anos de 1932 a 1937. A ênfase recai na aproximação dos seguidores de Plínio Salgado com os setores mais reacionários da política local, fato que tornou a AIB nessas localidades um instrumento político de rearticulação dos grupos desprestigiados com a Revolução de 1930. A aliança da AIB com grupos chancelados pela Ação Católica Brasileira como a Legião Cearense do Trabalho – LCT e a Liga Eleitoral Católica – LEC evidenciava-se numa ampla conjunção das forças conservadoras que eram contrárias aos grupos capitaneados pelos militares como o Clube 03 de Outubro e o Partido Social Democrático – PSD, por vezes defensores do aprofundamento das conquistas revolucionárias. Ao abrigar os indivíduos ligados às práticas coronelísticas no espaço municipal, a AIB no Ceará se revestiu de um ethos peculiar que o diferenciava da sua atuação noutras realidades. A compreensão desse ethos é perceptível pela trajetória política dos Chefes Municipais da AIB que expressava a adequação do Integralismo ao jogo político local.

Palavras-chave: Integralismo

Coronelismo

Catolicismo social

Política

ABSTRACT

The purpose of this work is to discuss the political practices carried out by the Ação Integralista Brasileira – AIB – in the countryside towns in Ceará State, from 1932 to 1937. The focus is the approach for the part of the followers of Plínio Salgado to the most reactionary sectors of the local politics, what made AIB, in these social environments, a political instrument to the re-articulation of the groups which were disreputed by the 1930 Revolution. The alliance between AIB and the groups sponsored by the Ação Católica Brasileira as the Legião Cearense do Trabalho – LCT – and the Liga Eleitoral Católica – LEC – made evident a broad conjunction of the conservative forces, which were contrary to the groups controlled by the military forces as the Clube 03 de Outubro and the Partido Social Democrático (Democratic Social Party) – PSD – sometimes defending the deepening of the revolutionary conquests. By sheltering the individuals connected to the colonel-like practices within the municipality dimensions, the AIB, in Ceará, assumed a peculiar ethos which distinguished it from its action in other realities. The understanding of such ethos is noticeable by means of the political conduct of the Municipal Chiefs of AIB, which would express the suitability of Integralism to the local political game.

Key words: Integralism

Colonelism

Social Catholicism

Politics

À Maria Viliam Regis
In memoriam

À Maria José Maia
Com quem partilho todos os momentos há 16 anos.

Agradecimentos

Este trabalho ser-nos-ia impossível realizá-lo sem o apoio, sem a contribuição de muitos que encontramos nesses quatro anos da nossa trajetória e, nalguns casos, sem a compreensão daqueles que estamos mais próximos compartilhando momentos da vida cotidiana. Desse modo, injusto seria não mencioná-los em nossos agradecimentos. Desculpas pedimos para aqueles que, por força do esquecimento e não por desejo de fazê-lo, omitimos nesse momento, mas sintam-se todos agradecidos. De coração.

Primeiramente agradecemos às instituições diretamente envolvidas para a realização deste trabalho: à Universidade Estadual do Ceará e à Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo Plano de Qualificação Inter-institucional que nos possibilitou essa oportunidade; do mesmo modo, à CAPES pela bolsa de pesquisa que tanto facilitou para os deslocamentos e aquisição da documentação e bibliografia necessários a realização dessa tese. De modo especial, agradecemos aos colegas do Curso de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE, sem distinção, que na dura realidade da escassez de profissionais, assumiram e assumem muitos trabalhos para sanar as lacunas oriundas do afastamento dos seus colegas. Conosco não foi diferente. Agradecemos às instituições de pesquisa e aos seus profissionais que nos atenderam com muita dedicação por ocasião da coleta do material, a saber: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ; Centro de de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV;

Biblioteca Nacional; Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC; Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Agradecemos aos funcionários das Câmaras Municipais onde buscamos fazer levantamento das Atas de suas sessões. Enfim, todas aquelas instituições que de maneira presencial ou virtual visitamos ao longo da pesquisa.

Ora passamos a agradecer aquelas pessoas, da academia e de fora dela, que durante nossa trajetória foram importantes para levarmos nosso projeto acadêmico e de vida adiante. Agradecemos à professora Maria Paula que nos orientou e suas contribuições influíram diretamente para o seu resultado final; aos professores que nesse período ministraram as disciplinas que cursamos: Marieta de Moraes, Marcos Bretas, Álvaro Pereira, José Murilo de Carvalho. Agradecemos aos colegas que cursaram conosco essas disciplinas em especial àqueles que mantivemos uma relação mais próxima como Rogério Rosa, Marcelo, João Luiz, Henrique, Virgínia, Miliandre. Mencionamos de forma distinta Edilberto Cavalcante Reis, além de colega, um grande companheiro cearense fora de sua terra, que em nossa estada no Rio de Janeiro compartilhamos muitos momentos. Da mesma forma lembramos dos momentos com Zilda Menezes nas nossas idas e vindas do Ceará para o Rio de Janeiro, pois sempre primamos, a despeito de qualquer situação, pela presença dos conterrâneos, isto nos faz mais próximos das nossas origens.

Outras pessoas de diferentes meios, muitas delas apareceram em nossa vida por força do acaso, se é que podemos falar assim, tiveram papel importante nesses quatro anos de caminhada. Algumas lá no início, outras nalgum

momento intermediários, outras nos últimos dias de Rio de Janeiro, enfim, todas elas são dignas de que deixemos expressos nossos agradecimentos. Dona Celestina (Dona Tina), de origem portuguesa, que conhecemos através de sua nora – Norma – nossa ex-colega de graduação. Dona Tina nos acolheu com muito esmero em Vila Isabel, onde vivemos por todo ano de 2004, nossos agradecimentos as duas. Em Vila Isabel conhecemos muitas pessoas com que convivemos durante esse período: Sérgio, Fernando, Sônia, Marcos Sá e tantos outros.

Agradecemos de maneira especial a um casal de cearenses que conhecemos em Botafogo e nos acolheu em momentos de nossas viagens: Romildo e Neidinha. Através deles fizemos amizades com outros que gostaríamos de lembrar nessa oportunidade: Aninha, Beto, Solange, Valdo, Hildebrando (o velho). Mais recentemente conhecemos por intermédio da nossa colega de trabalho a professora Lúcia Helena a que agradecemos, Tarcísio e Cléber, que nos acolheram, em Niterói. Aos dois nossos agradecimentos.

Por fim agradecemos a todas aquelas pessoas que sem elas a vida ser-nos-ia mais dura. Nossos familiares e nossos amigos. Agradecemos a Maria José Maia, com quem vivemos por matrimônio há dezesseis anos e por intermédio dela aos meus cunhados, cunhadas, sobrinhos, sogro e sogra. Agradecemos, do outro lado aos meus irmãos e irmãs, cunhados e sobrinhos. Infelizmente, nessa trajetória nossa mãe não pode participar de todos os momentos, principalmente daquele que ela mais gostaria de ver, o seu final, pois nos deixou em fins de 2006.

SIGLAS MAIS FREQUENTES NESTE TRABALHO

AC – Ação Católica

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AL – Aliança Libera

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BC – Batalhão de Caçadores (23º. Sediado em Fortaleza)

BOC – Bloco Operário Camponês

BPMP-SP – Biblioteca Pública Menezes Pimentel – Setor de Periódicos

BPMP-SM Biblioteca Pública Menezes Pimentel – Setor de Microfilmes

BPMP-OR – Biblioteca Pública Menezes Pimentel – Setor de Obras Raras

COC – Círculo Operário Católico

DESPS – Departamento Especial de Segurança Política e Social

DESPS-CE – Departamento Especial de Segurança Política e Social –

Seção Ceará

DOP – Departamento de Organização Política (Integralismo)

DNOP – Departamento Nacional de Organização Política (Integralismo)

DPOP – Departamento Provincial de Organização Política (Integralismo)

DMOP – Departamento Municipal de Organização Política (Integralismo)

DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro – Pós 1930

CPDOC – Centro de Documentação Contemporânea

FGV – Fundação Getúlio Vargas

LCT – Legião Cearense do Trabalho

LEC – Liga Eleitoral Católica

NUDOC/UFC – Núcleo de Documentação Cultural

PSD – Partido Social Democrático

PRP – Partido da Representação Popular

SEP – Sociedade de Estudos Políticos

SNP – Secretaria Nacional de Propaganda (Integralismo)

UDN – União Democrática Nacional

UFC – Universidade Federal do Ceará

UCN – União Cívica Nacional

SUMÁRIO

Siglas mais freqüentes neste trabalho		10
Introdução		14
Capítulo I	1- A Ação Integralista Brasileira no contexto do pensamento autoritário.	43
	1.1- Introdução.	43
	1.2- O Partido da Ação Integralista Brasileira	45
	1.3- O Integralismo no contexto do pensamento social e político brasileiro.	60
	1.4- “O problema nacional brasileiro” e “A organização nacional”: Influencias de Alberto Torres na práxis integralista.	73
	1.5 – As idéias de Alberto Torres no contexto da década de 1930	84
Capítulo II	2- Éthos da Ação Integralista Brasileira no Interior do Ceará: da crítica ao ajustamento à dinâmica política local.	97
	2.1- Introdução.	97
	2.2- A AIB no estado do Ceará	112
	2.3 – A AIB no Ceará pós-1937	131
	2.4- Repressão aos integralistas no Ceará.	138
	3- O Integralismo nos Municípios interioranos do Ceará.	152
	3.1- Introdução.	152

Capítulo III	3.2 – A Revolução de 1930 no Ceará e seus efeitos na dinâmica política dos municípios.	161
	3.3 – O Integralismo no contexto do pós-1930 do interior do Ceará.	183
	A) A fundação da AIB no Ceará.	183
	b) O Integralismo inserido na dinâmica política local	192
Capítulo IV	4- Os Chefes Municipais: Trajetórias.	223
	4.1- Introdução.	223
	4.2 - Algumas reflexões sobre Trajetória.	226
	4.3 – As trajetórias políticas de Franklin Chaves e Pio Sampaio.	242
	A-) Franklin Gondim Chaves: um Coronel Integralista?	242
	B-) Pio de Sá Barreto Sampaio: o profissional liberal integralista.	273
	C-) Franklin Chaves e Pio Sampaio: dois perfis de um mesmo Integralismo	296
Conclusões.		304
Fontes		309
Bibliografia		316

INTRODUÇÃO:

O especialista preocupado com a história política do Ceará durante a República, certamente já se deparou com uma fase da sua trajetória em que foram acentuadas as disputas políticas e acirradas as posições em torno de movimentos nascidos alhures, mas com forte desdobramento no cenário político local. Os anos 30 do século XX foi um desses períodos que desperta a curiosidade nos pensadores em perscrutar seus significados visto o engajamento de parcela considerável de sua população adulta, quiçá, nalguns casos, da população infanto-juvenil¹, em torno desses movimentos e dessas ideologias. Buscar os significados de uma sociedade em movimento, em agitação, em franca disposição de definir seus próprios destinos após anos submetida aos imperativos do regime liberal da Primeira República, reside numa das principais preocupações desse trabalho de investigação.

A Ação Integralista Brasileira – AIB foi um desses movimentos que, por circunstâncias e razões que exporemos ao longo do trabalho, granjeou a simpatia e a adesão de parcela significativa da população cearense, da capital a municípios espalhados pelo interior do estado, o que certamente atrai a atenção daqueles que se preocupam em compreender a evolução política do Ceará, sem poder se abster, de uma página que se reveste do mais profundo significado, haja vista, a importância de se compreender como parcela significativa da

¹ A presença do segmento infanto-juvenil nos movimentos políticos do período se não era comum a todos o mesmo não podemos dizer do Integralismo que arregimentava através de uma secretaria própria o público feminino e juvenil, este eram denominados de *Plinianos* e estavam subdivididos em várias faixas de idade. Nos municípios cearenses era freqüente a presença deles nas paradas públicas.

população cearense, ai incluindo-se vários segmentos sociais, acorreram ao Integralismo com tanto entusiasmo para, nos períodos posteriores, praticamente tratar de esquecer esse passado. Os números de que dispomos sobre a adesão de populares e de diferentes segmentos de trabalhadores ao movimento de sigma são muito imprecisos e advêm da própria documentação integralista. Nesse rol, incluem-se os jornais, panfletos, boletins e outros expedientes utilizados para divulgar e arregimentar novos militantes – devemos, portanto, agir com certa cautela no manuseio dessas informações, sem, contudo, menosprezar a capacidade de arregimentação e de inserção que o Integralismo alcançou em sua curta existência, de 1932 a 1937 e, para os casos da maioria dos municípios do interior cearense, de 1934/35 a 1937.

Dirigir o olhar para o Integralismo no contexto da dinâmica política dos municípios interioranos se explica por diversas razões que, mesmo ao buscarmos separá-las esquematicamente, estão historicamente imbricadas: 1- metodologicamente a historiografia cearense sobre os camisas-verdes é restritiva à análise do discurso integralista dos principais líderes do movimento **Provincial**: Severino Sombra, Jeová Mota, Ubirajara Índio do Ceará e Padre Hélder Câmara², discursos geralmente eram veiculados nos jornais **O Nordeste** e

² Severino Sombra, Jeová Mota e Ubirajara Índio do Ceará exerceram são figuras importantes na criação primeiramente da Legião Cearense do Trabalho – LCT e posteriormente de sua ligação do a AIB e também são responsáveis pela direção dessas agremiações. Jeová Mota e Ubirajara Índio exercem por um período maior a chefia integralista. Quanto ao Padre Hélder Câmara, este estava ligado às organizações católicas que deram suporte ao movimento integralista. Devemos lembrar que Padre Hélder Câmara ficou nacionalmente conhecido por sua militância em defesa dos direitos políticos e humanos durante, principalmente, o período de exceção política do pós-1964. No entanto, o início de sua trajetória política remonta à atividades integralistas no Ceará da década de 1930. Neste trabalho ele aparece como membro de uma coletividade, a dos membros da Ação Católica Brasileira - ACB, no Ceará, com decidida atuação política nas características disputas que conformaram os anos pós-1930.

A Razão. Essa abordagem centrada nos discursos integralistas e na interação do movimento com as agremiações políticas organizadas a partir de Fortaleza, reflete-se numa postura cosmopolita de seus intérpretes³; 2- essa postura teórico-metodológicas adotada pela historiografia cearense sobre o tema não nos permite penetrar, como desejamos, na relação do movimento com os grupos mais reacionários no contexto político pós-1930 no Ceará, que é melhor percebida quando adentramos na dinâmica política dos municípios do interior do estado. Assim, podemos compreender melhor como o movimento da AIB é revelador das opções políticas mais conservadoras diante dos assuntos atinentes à política local, percepção que vínhamos tendo ao longo do nosso contato e das nossas pesquisas sobre o assunto⁴; 3- há um certo descaso sobre o tema percebido na produção historiográfica cearense, numa manifesta associação com o silêncio e a desqualificação que se abateu sobre o Integralismo, colocando-o num plano inferior, em parte, devido as inevitáveis identificações com os movimentos fascistas alóctones, fazendo-o figurar como uma pecha na organização da trajetória política de diversas personalidades do centro do poder que tiveram no Integralismo sua primeira forma de atuação

³ A historiografia cearense sobre o movimento integralista se restringe praticamente a duas obras: PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê – Os Camisas-Verdes no Poder*. Fortaleza: UFC, 1999 e MOTENEGRO, João Alfredo Souza. *O Integralismo no Ceará: variações ideológicas*. Fortaleza: IOCE, 1986; um artigo em obra mais geral sobre a história do Ceará: MOTENEGRO, João Alfredo Souza *Integralismo e Catolicismo*. In. SOUZA, Simone (Coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989; uma dissertação de mestrado: REGIS, João Rameres. *“Galinhas-Verdes”: Memórias e História da Ação Integralista Brasileira, Limoeiro-Ceará (1934-1937)*. Dissertação de Mestrado, Fortaleza: 2002; outro artigo mais específico sobre a movimentação integralista no pós-1937: REGIS, João Rameres. *A Ação Integralista Brasileira: Um caso de polícia?* In. Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da UFC. – v. 3, n. 6 (abr 2005), Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005; ademais são apenas referências e algumas meias-páginas em obras mais gerais sobre a História do Ceará.

⁴REGIS, João Rameres. *“Galinhas-Verdes”: Memórias e História da Ação Integralista Brasileira, Limoeiro-Ceará (1934-1937)*. Dissertação de Mestrado, Fortaleza: 2002.

política; 4- por fim, a tentativa de compreender um movimento, uma agremiação, um partido político – por mais inexpressivo que tenha sido, o que não é o caso – num determinado contexto de uma sociedade se reveste sempre de importância para o estudo da história política dessa determinada formação sócio.-histórica. Nesse sentido, o Integralismo figura na história política do Ceará, na história de suas agremiações políticas em um lugar de destaque, não pelo que defendia nem pela sua doutrina, pois não se pode cair nessa armadilha para que não se emita juízo de valor; mas pelo grau de penetração nos diversos segmentos sociais envolvidos, pelo número de adeptos que alcançou, pelo embate e pela interação com as demais forças em atuação no Ceará após 1930.

Não obstante em muitas situações o movimento da AIB aparecer como uma das páginas tristes da história política do Brasil⁵, o Integralismo, em parceria de ação e de pensamento com outros movimentos conservadores exerceu papel importante naquela conjuntura política ao agrupar os elementos mais reacionários do pensamento nacional e, em especial, os indivíduos mais jovens que emergiam no cenário político de um Brasil numa época de profunda crise das instituições políticas, crise esta identificada com a nossa primeira fase republicana. Consideremos que desde a Semana de Arte Moderna, em 1922, a nossa elite intelectual, cultural e política enveredou por vários caminhos, mas com o mesmo sentimento, o de rompimento com tudo que nos identificasse com

⁵ Um exemplo flagrante dessa postura observamos no prefácio de Florestan Fernandes (fevereiro de 1978) ao livro *Ideologia Curupira*, de Gilberto Vasconcellos, publicado pela editora brasiliense, quando este afirma achar penosa a tarefa de prefaciá-lo por que os *integralista desempenharam o papel histórico de triste figura no seio do pensamento conservador e dentro da burguesia*. In. VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 11.

o atraso e nos colocasse apostos para a realização do progresso e da modernização da nação, das nossas estruturas econômicas e políticas, das nossas manifestações artísticas, todas elas enraizadas na busca dos mais autênticos elementos da brasilidade⁶. O Integralismo emergiu nesse contexto encampando, dentre tantos grupos políticos, os ideais de transformação da realidade brasileira.

Posteriormente, as próprias elites políticas e intelectuais trataram de colocar o Integralismo no limbo tanto do ponto de vista da experiência política como do esforço interpretativo. O discurso político e intelectual ao identificar o movimento do sigma com os horrores nazistas da II Grande Guerra faziam da doutrina e da prática integralistas uma pecha para qualquer pretensa trajetória política que se prezasse. A postura das nossas elites políticas influenciou, sobretudo, a nossa elite intelectual de todos os matizes, de um lado diretamente comprometida com os poderes instituídos e, do outro, fortemente marcada por uma tradição esquerdizante, portanto, hostil aos temas referentes à atividade política dos grupos de direita. Essas posturas revelam certo xenofobismo de nosso pensamento social e político em relação aos grandes temas nacionais, principalmente no tocante ao temor da importação de idéias,

⁶ Não é nossa intenção e tampouco nosso objetivo discutir de forma amíuade as interpretações sobre o que convencionamos denominar de modernismo na história do pensamento social, político e literário no Brasil dos anos de 1920, na qual o próprio pensamento integralista se insere como uma de suas vertentes. Do ponto de vista mais geral desse debate indicamos, dentre outras, a leitura de *Traços e ritmos da modernidade brasileira*. In. VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Sobre o modernismo de Plínio Salgado, sua oposição a Oswald Aranha, seu nacionalismo através dos textos políticos e literários, ver: GINZBURG, Jaime. *Por uma Unidade Nacional: Poder Autoritário e Literatura em Plínio Salgado*. In. TRAJETOS. V.1, n.1, (nov.2001) Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2001, p.37-44.

vista como maléfica no trato dos problemas nacionais. O xenofobismo próprio ao movimento integralista virou-se contra si na organização da memória política nacional, pois foi identificado como um movimento exótico aos costumes e às tradições nacionais. Tal argumento serviu de base para execração dessa experiência em nosso meio, se justificando, portanto, por ser tão alheio à brasilidade, só comparável à atitude ante a presença estrangeira no Brasil.

Como o movimento da AIB nalgum momento deixou de caminhar no ritmo da história oficial, restou-lhe o esquecimento como herança, pelo menos até a década de 1970, quando os primeiros trabalhos sobre o tema despontaram, como os estudos de Marilena Chauí, José Chasin, Gilberto Vasconcellos e Hélió Trindade⁷. Esses estudos, por abordarem o tema a partir de vasta documentação produzida pelo movimento do sigma durante o seu existir e dos textos de seus principais ideólogos, abriram novas perspectivas para a historiografia sobre o Integralismo, rompendo, de certa forma, com o preconceito que envolvia o assunto. A partir de então se ampliaram as pesquisas acadêmicas sobre o movimento integralista. São dissertações e teses acadêmicas que passaram a adotar outras abordagens, a utilizar outras modalidades de fontes inclusive as de natureza oral, trouxeram novos sujeitos (atores) principalmente ao trazer para a cena os sujeitos comuns que tomaram

⁷ Ver: Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira In. CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Centro de Estudos da Cultura Contemporânea, 1978; CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978; VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979; e TRINDADE, Hélió. *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. 2a. Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

parte do movimento e também deslocaram o foco antes voltado para os grandes centros urbanos do Centro-Sul do país e passaram a incorporar a atividade integralista nas diferentes regiões do Brasil⁸. As pesquisas com fontes orais permitiram o aparecimento de novos sujeitos, incluindo os agentes mais comuns, pois até então a grande preocupação recaía sobre as formulações teóricas dos líderes integralistas. Enfim, o Integralismo passou, a partir de então, a ocupar o universo de preocupação de alguns estudiosos em compreendê-lo como um acontecimento histórico livre dos modelos teóricos definidos à priori.

As interpretações das obras acima referidas são coincidentes em vários aspectos, resguardando, é obvio suas opções e as abordagens adotadas. Dentre os aspectos que se assemelham podemos destacar: a noção do Integralismo como um movimento que, nascido no contexto dos anos 1930, foi a expressão do pensamento autoritário brasileiro e encontrou terreno fértil para se expandir; a forte tendência a considerar o movimento integralista como a expressão mimética dos movimentos nazi-fascistas europeus; e finalmente a visão mais compartilhada de que o movimento integralista, seus discursos e práticas, bem como a sua inserção em amplos setores da sociedade brasileira constituiu-se num fenômeno próprio às formações sociais atrasadas. Hégio Trindade, perscrutando toda a estrutura hierárquica do movimento e seu funcionamento, bem como a opinião de muitos ex-militantes, afirmou ser o Integralismo o fascismo brasileiro, numa espécie de imitação dos seus

⁸ Convém destacar os trabalhos sobre o movimento integralista e o PRP na região Sul do país, principalmente os trabalhos de Gilberto Grassi Calil e Carla Luciana Silva o movimento integralista no Rio Grande do Sul. Importante o trabalho de João Ricardo Caldeira sobre o Integralismo no Maranhão. Sugerimos ver o trabalho de Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro sobre a construção da memória integralista.

congêneres europeus⁹; José Chasin e Gilberto Vasconcellos trilharam o caminho da análise do discurso e, a partir dos textos dos principais ideólogos integralistas: Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, formularam suas conclusões. O primeiro, de certa forma se afasta da tese de mimetismo, pelo menos do ponto de vista da sua exposição retórica, e destaca como elemento fundante para o sucesso integralista o fato de ele haver acontecido no contexto de uma sociedade atrasada, isto é, em que as forças do capitalismo ainda não haviam se desenvolvido plenamente¹⁰. Para Vasconcelos, o discurso integralista era a expressão dos setores mais conservadores do nosso movimento modernista que tomou de conta da intelectualidade brasileira no pós-1920¹¹. Marilena Chauí, em seu **Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira**, procurou compreender o imaginário integralista a partir do discurso desse movimento, classificado como de vertente autoritária, portanto, de forte debilidade teórica e ao mesmo tempo de grande eficiência prática¹².

É patente que esses trabalhos, postos em comparação, além das convergências acima referidas apresentam também alguns pontos divergentes, mas que, para os objetivos desta pesquisa têm pouca importância, pois nossa opção não é analisar o discurso integralista, mas compreendê-lo historicamente num contexto bastante específico: as sociabilidades políticas das formações sociais interioranas do estado do Ceará, na década de 1930, especialmente nos anos mais intensos da atividade integralista pelos municípios do interior

⁹TRINDADE, Héglio. *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. Op. cit.

¹⁰ CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. Op. cit.

¹¹ VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista*. Op. cit.

¹² CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Op. cit.

cearense. Portanto, o discurso integralista não deixa de ter a sua importância para a constituição de vários núcleos municipais pelo interior, mas existem outros elementos definidores da opção integralista de muitos daqueles sujeitos sociais envolvidos.

Retomando aspectos da produção historiográfica sobre o Integralismo, devemos considerar o contexto em que elas foram produzidas, pois como no final da década de 1970, ainda estava em vigor a ditadura Militar, embora em seus momentos finais, os resquícios contra toda a manifestação política de direita influía nos trabalhos acadêmicos profundamente marcados por uma tradição historiográfica marxista. Desse modo alguns fatores importantes não podem ser esquecidos; entre o acontecer e o momento em que o fato foi narrado, há uma distância em que vários elementos atuaram na interpretação sobre esse tema, isto é, do fechamento da AIB em 1937 até a década de 1970, especialmente 1978, data da primeira publicação, o movimento integralista foi submetido a execração pública quase no mesmo nível que em outros países a experiência nazista havia sido riscada das páginas de suas histórias nacionais.

Num confronto breve entre esses trabalhos sobre o movimento integralista no Brasil e a obra mais conhecida sobre o Integralismo no Ceará, de Josênio Parente, apesar das coincidências, o aspecto que mais se sobressai é aquele em que o autor afirma que o Integralismo, no Ceará, havia chegado ao poder¹³. Parente baseia sua assertiva no fato de muitos ex-integralistas, durante o regime militar – pós-1964, terem ocupado cargos importantes na estrutura de poder no estado do Ceará, o que, para ele, teria sido o desdobramento lógico

¹³ : PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê – Os Camisas-Verdes no Poder*. Op. cit.

das posturas políticas autoritárias de outrora. Se pensarmos de outra forma, veremos a fragilidade dessa tese, uma vez que a maioria ou a quase totalidade dos antigos militantes integralistas que galgaram postos importantes na estrutura de poder no estado do Ceará, via de regra, omitiam seu passado integralista, tendo-o como uma atitude desviante de jovens que se iniciavam nos assuntos políticos. Talvez, nenhum deles, pois é difícil verificar, chegou aos seus postos fazendo a defesa do Integralismo. Um indício forte dessa afirmação é que o PRP¹⁴, partido herdeiro do movimento integralista, ao contrário do que ocorrera noutros estados da federação, não obteve o mesmo sucesso no Ceará, apesar de o movimento integralista no seu apogeu ter tido grande número de militantes em todo estado.

Diferentemente da tese de Josênio Parente, não encontramos na historiografia brasileira sobre o movimento integralista referências à idéia de que o Integralismo tenha atingido o poder político nalgum lugar ou nalguma oportunidade, mesmo que indiretamente, como sugeriu Parente. Sobre esse assunto, em particular observamos dentre os autores menção às tentativas de tomada do poder em 1938 por ocasião do que ficou convencionado chamar de **Intentona Integralista**, mas que o intento de chegar ao poder não logrou êxito, e a partir de então o Integralismo manteve-se em movimento, em atuação, na clandestinidade. Da mesma forma, o PRP, criado no pós-guerra, foi uma

¹⁴ O PRP, no Ceará, elegeu dois Deputados Estaduais em duas oportunidades diferentes: Raimundo Aristides Ribeiro, na eleição de 20/02/1947 e Pio de Sá Barreto Sampaio, nas eleições gerais de 03/10/1958, oportunidade em que o partido elegeu dois vereadores: Raimundo Rodrigues Pinto, em Fortaleza e Manoel Leite Teixeira Filho, em Juazeiro. Em Limoeiro, Expedito Maia da Costa ficou na suplência de Deputado Estadual. Ver Relatórios do TER – Ceará.

agremiação que reuniu os antigos membros do Integralismo, sob a liderança de Plínio Salgado que retornara do exílio, mas que não obteve tanto êxito como obtivera o movimento do sigma em seu apogeu, às vésperas do Golpe de Estado de 1937¹⁵. As leituras sobre o movimento integralista não deixam dúvidas de que havia uma convergência doutrinária e de ação entre o movimento fundado por Salgado e os postulados do Estado Novo, mas que não se reverteu numa ligação orgânica. Isso reforça a idéia de que os integralistas não tiveram, como afirmara o professor Cruz Costa no prefácio à obra de Héglio Trindade, **sua hora de poder**¹⁶.

Essa divergência quanto ao fato de o movimento integralista haver chegado ao poder político, não tem tanta relevância para os propósitos desse trabalho, pois importa, sobretudo, compreendê-lo em sua historicidade a partir de sociabilidades bem localizadas do interior do Ceará no contexto dos anos de 1930, período bastante conturbado da história política do Brasil. Para tanto, inclusive, tem mais relevância os objetivos práticos a que serviram o movimento nos municípios interioranos do Ceará, do que mesmo seu discurso doutrinário e ideológico, embora não se possa menosprezá-lo quando este serve à mobilização de grande contingente de filiados espalhados por esses municípios.

¹⁵ Sobre as atividades do PRP indicamos o trabalho de Gilberto Grassi Calil, *O Integralismo no Pós-Guerra: A Formação do PRP (1945-1950)*. As reflexões de Calil são genéricas e tem por objetivo, concluímos, compreender o PRP no contexto do que poderíamos definir como uma biografia política nacional do período da redemocratização. Ele se recusa a vê-lo a partir do Rio Grande do Sul como pensara anteriormente fazer, mas não dá conta das especificidade e da historicidade desse partido em suas diferentes experiências. De forma diferente, consideramos prudente salientarmos que nos estados do Nordeste, o PRP não logrou o êxito necessário, pois sequer os antigos militantes do movimento do sigma adeririam a esse partido. Sobre a atuação do PRP nos estados nordestinos no geral e no Ceará, em particular, demanda novas pesquisas, pois elas são escassas e ou quase inexistente.

¹⁶ COSTA, Cruz. Prefácio. In. TRINDADE, Héglio. *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. Op. cit.. p. 7.

Ressaltemos a suscetibilidade das populações locais – há anos submetidas a um regime de opressão dos coronéis locais – aos discursos que se apresentavam como inovadores e saneadores dos problemas oriundos do modelo político liberal da Primeira República numa perspectiva geral e de libertação do jugo dos coronéis na perspectiva das experiências locais.

Nesse sentido, observamos na historiografia cearense sobre o movimento integralista certa tendência bem próxima das leituras sobre o movimento no âmbito nacional, reforçando as teses que apontam o Integralismo no contexto da fascistização política que ocorria em vários países europeus. Assim, o movimento da AIB passa a ser visto como uma imitação grosseira dos movimentos alhures o que, direta ou indiretamente, conduz a certo preconceito, pois revela o caráter exótico desse movimento aos costumes verdadeiramente nacionais. Quanto a sua variação regional, a tendência é a de indicar que pela forte presença de segmentos ligados ao incipiente movimento sindical na capital do estado, muitos deles sob a tutela da Ação Católica através dos Círculos Operários, fez do Integralismo em terras cearenses ter aspectos diferenciados do que ocorria nos centros urbanos mais adiantados do país, pois nessas formações sociais o movimento valeu-se, sobretudo, de sua inserção nos segmentos médios da sociedade, enquanto no Ceará se aproximou dos segmentos operários.

Essa linha interpretativa não importa para os objetivos deste trabalho porque nem dá conta das sociabilidades interioranas, nem das aproximações do Integralismo com as correntes (forças) políticas que atuavam nesses municípios,

nessas formações sócio-históricas. Também não se coaduna aos fins deste trabalho porque só encontramos evidências, nesses espaços, da organização dos segmentos de trabalhadores por meio dos incipientes Círculos Operários Católicos, ainda engatinhando¹⁷. Da mesma forma, não podemos menosprezar a atuação da Igreja Católica no sentido de organizar os trabalhadores rurais, formação social predominante nos municípios interioranos, em torno dos Círculos Operários e também devemos salientar que não há evidência da participação efetiva desses segmentos, visto os Círculos Operários terem se desarticulado no interior muito rapidamente e não haver registro de sua criação em muitos municípios somente nalguns esporadicamente¹⁸. Entretanto, é bom sempre realçar que mesmo de forma dispersa e descontínua a tentativa de organizar os Círculos Operários pelo interior seguiu-se do discurso social católico, comum à criação de diversas agremiações. Portanto, a atuação da Igreja nessas frentes de batalha influenciou sobremaneira na mobilização dos populares em torno dos grandes temas nacionais, o que serviu em grande medida para a penetração do movimento integralista nessas localidades.

A vertente interpretativa corrente para o movimento integralista no Ceará à qual buscamos discutir, é enfática ao indicar como peculiaridade do

¹⁷ A organização dos Círculos Operários Católicos – COC na capital do estado remonta ao ano de 1915 conforme sugere Jovelina Silva Santos. No entanto, consideramos que em Fortaleza havia o embrião de um movimento operário organizado pelo Bloco Operário e Camponês – BOC, por esse motivo a autoridade máxima da hierarquia eclesiástica, Dom Manuel da Silva Gomes, tenha estimulado a criação dos Círculos. No caso do interior, consideramos que, embora tenham sido criados Círculos Operários a partir de 1928, não haviam as condições objetivas para tanto, tendo vindo a ser recriados somente a partir da abertura política pós-1945. Sobre os Círculos Operários ver: SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, moralizando” (1915-1963)*. Fortaleza: Edições NUDOC/UFC, 2007, (Coleção Mundos do Trabalho). p. 82-94.

¹⁸ Ver: SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, moralizando” (1915-1963)*. Op. cit. p. 71.

movimento integralista cearense seu caráter operário. Josênio Parente afirma que no Ceará a **camisa-verde**, utilizada nos grandes desfiles integralistas nas capitais do centro-sul do país, foi substituída pela **camisa-cáqui** nas manifestações públicas em Fortaleza, numa alusão à sua aproximação e à inserção do movimento da AIB na classe operária cearense¹⁹. Na capital do estado se tem notícia, através dos jornais da época, de desfiles coordenados pela Legião Cearense do Trabalho – LCT, no início das atividades integralistas, em que os trabalhadores trajavam a camisa-cáqui, mas os **meeting** e desfiles integralistas em todo estado, após sua expansão, eram nos trajes tradicionais do movimento em todo o Brasil, principalmente no interior. Embora a Legião se encontrasse constituída nalguns municípios e estivesse na base da organização da AIB estadual, não chegou a imprimir uma marca que fizesse com que a AIB cearense se distinguisse dos seus pares noutros estados brasileiros como sugerem seus interpretes.

Para nós, uma marca distintiva da experiência integralista cearense em relação às demais é o fato de o Integralismo cearense, através de seus núcleos interioranos, ter se adequado à cultura política em curso nessas espacialidades. Essa adequação ao jogo político em curso, aliado às forças políticas que tradicionalmente estiveram em posição de mando, posição assegurada por expedientes políticos clientelísticos, uma das facetas do chamado coronelismo. Portanto, importa-nos compreender que o Integralismo para se constituir e para

¹⁹ A camisa-cáqui era o traje utilizado pelos membros da LCT em suas manifestações pública, nos movimentos reivindicatórios e nas greves. PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê – Os Camisas-Verdes no Poder*. Op. cit..

se manter como uma força política considerável naquele contexto, amoldou-se à realidade política dominante dos municípios interioranos com as características acima aludidas, ao passo que serviu aos grupos tradicionais para sobreviverem aos impulsos modernizadores propostos pela Revolução de 1930, impulsos esses que abalaram, de certa forma, a estabilidade de que gozavam.

Nesse sentido, trabalhamos com a idéia de que havia um **ethos** integralista próprio ao seu acontecer nos municípios interioranos do Ceará, que o difere das demais experiências integralistas espalhadas pelo território nacional, principalmente nos estados do eixo Sul e Sudeste, onde interferiam outros condicionantes para o sucesso do movimento integralista. Nos estados do Sul e Sudeste, foi forte, na nossa compreensão, a presença de imigrantes europeus e dos segmentos médios da sociedade, principalmente dos setores urbanos, na organização e sustentação do movimento integralista. Embora não disponhamos de maiores elementos, e tampouco de estudos especializados, para proceder a uma análise comparativa do movimento da AIB nos estados da região Nordeste, acreditamos que a interferência dos grupos políticos tradicionais na organização do movimento do sigma não deva ser desconsiderada²⁰. Esse **ethos** integralista é definido pela decisiva presença das forças políticas locais – já tradicionalmente constituídas nesses municípios – na organização do movimento da AIB. Apesar de o Integralismo ter sido um partido político de expressão e de organização nacional, com doutrinas e práticas bem

²⁰ Um estudo inicial a esse respeito pode ser percebido no trabalho de João Ricardo Caldeira em que identifica no Integralismo, no Maranhão, elementos dessa relação. In. CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão*. São Paulo: Annablume, 1999.

definidas – não estamos com essa afirmação analisando a pertinência destas – no interior do Ceará, ele se articula com as forças políticas locais. Portanto, doutrina e prática integralistas se adaptaram às condições políticas locais, à sua dinâmica própria e à cultura política dominante. Para se constituir e se espriar pelo interior do estado, foi mantido o discurso agressivo contra o regime liberal e contra o comunismo ameaçador, que se apresentavam como males ao desenvolvimento da nação; o discurso de salvação nacional a partir da intervenção decisiva deles próprios através da revolução do espírito e por fim, manteve a estrutura organizacional e hierárquica do movimento, inclusive a obediência ao Chefe Nacional e aos diferentes níveis de chefia. Nesse ponto, em particular, a obediência era proveitosa aos chefes integralista municipais, pois obtinha de seus seguidores, a fidelidade política necessária ao mando, fidelidade esta momentaneamente ameaçada.

Nesse sentido, o ponto de partida para buscarmos compreender a atuação do movimento integralista num contexto social e político bem específico aos municípios interioranos do Ceará é considerar que a dinâmica política nessas formações sócio-histórica foi profundamente abalada com os acontecimentos de 1930. Embora não possamos falar de um rompimento com o passado político, com a cultura política prevalecente, todos os episódios que envolveram a revolução de 1930 repercutiram nessas sociabilidades aparentemente acomodadas à situação política dominante. Portanto, o debate a cerca da modernização das instituições políticas nacionais, inclusive das eleições, e da possibilidade de extensão dos direitos políticos aos populares,

colocou as populações locais frente a frente com as práticas políticas tradicionais que iam de encontro ao que se anunciava e despertou-lhes o desejo de tornarem-se membros da comunidade nacional, de participarem e partilharem dos destinos políticos do Brasil. Essa efervescência revolucionária que tomou conta da população ameaçou o posto dos políticos tradicionais sediados nessas municipalidades que tiveram de buscar a sobrevivência política num contexto que lhes era, pelo menos nos primeiros anos do pós-1930, adverso, pois eles próprios encarnavam tudo aquilo que se criticava. Assim não dá para deixar de observar certo desprestígio desses segmentos da grei política municipal ante seus munícipes.

É nesse contexto que irá se movimentar a AIB através dos seus vários Núcleos Municipais espalhados por todo o Ceará, tendo, portanto, que fazer a síntese de interesses bem diversos, desses dois pólos de uma mesma realidade: lidar com as expectativas das comunidades interioranas de se inserirem no debate político em franco crescimento, numa clara manifestação de insatisfação com a realidade política de num passado imediato; e buscar responder às demandas dos grupos políticos locais de se manterem e ou de reaverem a condição de mando que historicamente desfrutavam. A condição de filiação aos setores mais conservadores da sociedade e a aliança com a Igreja Católica possibilitou ao Integralismo, de um lado, a condição de mediador das demandas que animavam as populações locais sem, contudo, alterar fundamentalmente as estruturas políticas locais, e ao mesmo tempo, garantir

que os agentes políticos dos segmentos dominantes se mantivessem no poder, apesar do abalo sofrido.

Essa é a idéia norteadora deste trabalho, uma espécie de chave de leitura para a atuação do Integralismo nas comunas interioranas, fugindo a possíveis estereótipos que possam afetar os estudos sobre o movimento da AIB. Importa-nos saber a dinâmica política que o cercava e, para os propósitos dessa pesquisa, tem mais valor do que o arcabouço teórico de seus idealizadores e de seus chefes máximos; importa-nos também traduzir os significados do Integralismo para as chefias locais e, sobretudo, como essas empreenderam uma interpretação daquele momento histórico e fizeram do movimento da AIB a agremiação política ideal para atingirem seus objetivos mais imediatos num contexto adverso às suas práticas políticas usuais. O foco recai sobre esses sujeitos que perfilam o movimento integralista em plagas interioranas do Ceará, embora devamos admitir ter havido outros elementos dentre os chefes municipais ou entre muitos populares que assumiram a bandeira do sigma por outras motivações, inclusive por forte idealismo. No entanto, esses atores não são aqueles que dão a pigmentação política que o movimento adquiriu nessas sociabilidades. O Integralismo foi esse nicho que abrigou os elementos políticos mais reacionários desejosos de não perderem o lugar que ocupavam no cenário político em suas municipalidades. Embora não tenha sido a única agremiação, foi ao lado de outros movimentos e partidos que bem exerceu esse papel e bem serviu a esses propósitos.

Assim, procuramos compreender o Integralismo como movimento e ou partido político dotado de incoerências e contradições. Embora elas sejam comuns aos partidos políticos de uma maneira geral, tais características podem ser realçadas no confronto entre discurso e prática, no seu acontecer, em especial nas comunidades interioranas²¹. Os intérpretes do movimento integralista em âmbito nacional e aqueles que buscaram interpretá-lo no contexto do Ceará dos anos pós-1930, já indicaram essas incoerências, recorrendo principalmente ao seu arcabouço teórico, à sua doutrina e analisando seu discurso e ou o imaginário produzido. Importa-nos, porém para apreendê-lo no contexto ao qual nos propomos, entender como um movimento profundamente marcado por um discurso ideológico, atendeu a objetivos pragmáticos e utilitários de grupos políticos interioranos, muitas vezes avessos aos debates políticos e presos aos interesses particulares e de seu grupo? Eis a questão norteadora desse trabalho, que buscamos responder, ao indicar que o movimento da AIB articulou-se com as forças políticas locais como estratégia de construção nessas localidades e ao mesmo tempo serviu às mesmas como espaço de manutenção dos lugares que ocupavam antes de 1930. Estamos assim indicando outro nível de contradição própria ao acontecer do Integralismo no interior do Ceará que se inscreve na correlação entre o discurso doutrinário, profundamente agressivo em relação ao sistema político advindo da Primeira

²¹ Sobre a contradição inerente aos partidos políticos veja-se: *Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originam, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codificadas.* In. BERSTEIN, Serge. *Os Partidos.* In. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 61.

República, e a prática política, definida por sujeitos sociais que no nível discursivo eram condenados.

Consideramos que o Integralismo encarnou as tensões entre o antigo e o moderno fazendo um movimento pendular entre as duas posições para atrair a atenção dos populares e passar a figurar como representantes de suas demandas, apresentando-se como defensor de uma revolução espiritual e dos costumes políticos a fim de edificar um Estado corporativo e cooperativo capaz de sanar os históricos problemas da nação, causados pelo regime liberal. Por outro lado, buscou afastar qualquer possibilidade de rompimento completo com o passado nacional que incluía livrar a nação da ameaça de uma revolução social conduzida pelos setores socialistas e comunistas. Ainda com esse objetivo, o Integralismo buscou no que há de mais recôndito da nossa memória-histórica coletiva e no imaginário social, no que há de mais identificado com as tradições nacionais, os elementos para edificar sua doutrina e sedimentar sua prática política, que visava a implantação de uma nação progressista, afeita e adaptada às exigências do progresso, sem, contudo, perder seu vínculo com o passado, que significava, para eles, estar em harmonia com as nossas tradições e com a vocação cristã da sociedade brasileira. Dessa maneira, apareciam aos olhos da população como vetores das transformações profundas de que ela necessitava para soterrar o passado liberal e a ameaça comunista, de seu tempo.

O Integralismo é fruto de uma descontinuidade no ritmo da história política do Brasil e, ao mesmo tempo, um elemento no interior desse torvelinho

social e político que buscava fixar uma continuidade de nossa história. Para compreendê-lo em seu tempo histórico, devemos admitir que se trata de um fenômeno que entrelaça diferentes dimensões do social, conflitos de culturas políticas e níveis diferenciados de práticas e representações da realidade em seu entorno. Torna-se praticamente impossível ao historiador, interessado em apreendê-lo num tempo e num espaço específico, não levar em consideração a profunda contradição interna e externa que envolve o movimento integralista. Devemos partir do pressuposto de tratar-se de um fenômeno que expressava uma continuidade na descontinuidade.

Assim buscamos apreender o movimento da AIB no Ceará. Sua descontinuidade aparece no campo discursivo, com um discurso agressivo contra os inimigos da nação: o liberalismo e comunismo; no apresentar-se publicamente: nas grandes manifestações de rua, nos **meeting** que promovia no intuito de tocar as sensibilidades política dos populares; nas festas comemorativas em alusão à própria memória integralista; na hierarquização do movimento e na arregimentação dos novos militantes que envolvia um ferrenho controle e um juramento de fidelidades aos diversos superiores hierárquicos; na estruturação de um partido nacional que não existira até aquele momento; no Estado paralelo que montou, a exemplo das cortes do sigma como: a Câmara dos Quarenta e Câmara dos Quatrocentos; tudo levava à sensação de se tratar de algo novo e revolucionário ante as estrutura carcomidas do liberalismo. Era continuidade na medida em que todos esses artifícios foram agenciados para a manutenção do ordenamento social, dos privilégios do escol político e intelectual

nacional, com fortes desdobramentos nas sociabilidades dos pequenos municípios. Embora pretendesse romper com as estruturas do estado liberal, o modelo de estado corporativo era uma forma de assegurar o controle do poder em mãos das elites, de toda espécie. Sua continuidade se expressa nas alianças e acordos com os grupos mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira e cearense, principalmente ao receberem a chancela da Igreja Católica, instituição historicamente empenhada em assegurar as estruturas balizares da sociedade.

Enfim, a idéia para percebermos o movimento integralista nos municípios do interior do Ceará é a de que ele se adequou à cultura política dominante e que, apesar de sua aparente tentativa de romper com aquela ao propor uma cultura política oposta, articulou-se com as forças locais, as mais conservadoras, para fazer frente à onda revolucionária do pós-1930 e se opor aos grupos políticos ligados aos Tenentes, no Ceará.

A noção de cultura política que adotamos é aquela utilizada para:

[...] designar o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos. Assim, poderemos dizer, a modo de ilustração, que compõem a Cultura Política de certa sociedade os conhecimentos, ou, melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado

contexto; as *tendências* mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou ao invés, o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria, etc.; finalmente, as *normas*, como, por exemplo, o direito-dever dos cidadãos a participar da vida política, a obrigação de aceitar as decisões da maioria, a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação. Não se descaram, por último, a linguagem e os símbolos especificamente políticos, como as bandeiras, as contra-senhas das várias forças políticas, as palavras de ordem, etc²².

Assim, a cultura política, no espaço tempo dessa pesquisa, é aquela marcada pelos signos do clientelismo e favoritismo político que marcou as primeiras décadas do Brasil republicano. As raízes dessa cultura política remontam a tempos outros que não convêm aos limites deste trabalho, pois o que nos interessa perscrutar de forma amíúde é como ela se apresentava no acontecer do movimento integralista. O combate proposto pelo movimento do sigma às práticas políticas que corrompiam a nação estava ancorado no pensamento social e político brasileiro de cunho conservador que defendia uma maior intervenção do Estado nos assuntos da sociedade contra a fragmentação à qual o país havia sido exposto nos anos de domínio liberal. Portanto,

²² SANI, Giacomo. *Cultura Política*. In. BOBBIO, Norberto, MATEEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco [et. al.]. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 306.

clientelismo e coronelismo eram, aos olhos do movimento integralista, fenômenos de exacerbação dos males do regime liberal. Discursivamente o movimento da AIB queria opor uma cultura política àquela que predominava. Essa nova cultura seria definida em critérios racionais, corporativos e cooperativos na consecução do Estado Totalitário, chamado também de Estado Integral.

Não podemos deixar de levar em consideração que o discurso integralista continha os elementos de uma nova cultura política que objetivava se contrapor àquela que era corrente no país. Tais elementos foram fixados através de sua doutrina, de um conjunto de normas na organização de um partido nacional, de uma série de festas cívicas comemorativas às datas nacionais, já tradicionais, acrescida das festas integralistas; de um não menos variado número de signos, símbolos e distintivos, que serviam como forma de identificação de seus membros. Era o embrião de uma nova cultura política que, no espaço tempo da pesquisa, cedeu e adaptou-se aos critérios, normas, valores e às tendências da cultura política dominante.

Para discutir essa questão percorremos um longo caminho, inicialmente procuramos definir a principal vertente da doutrina integralista que influenciou em sua experiência local. Assim, partimos da idéia que a vertente **pliniana** foi aquela que melhor se ajustou à dinâmica política dos núcleos municipais interioranos, pois essa vertente era aquela que mais se aproximava do catolicismo social, do ponto de vista teórico e prático, e, dessa forma, tornou-se suscetível às demandas da população local. Da mesma forma, o discurso

pliniano, embora não fosse hegemônico no interior do movimento integralista, pois partilhava de outros dois discursos: de Miguel Reale e de Gustavo Barroso, era de maior inteligibilidade para as massas recém ingressas no debate político nacional, por operar com um conjunto de imagens que intervinham nesse processo de interação e diálogo com os mais variados segmentos sociais que a compunha.

Uma vez definido os pressupostos e a filiação teórica do Integralismo bem como aquela tendência interna que mais influenciou no movimento nos municípios interioranos do Ceará, optamos por trabalhar com os diversos municípios onde foram fundados os núcleos integralistas. Priorizamos assim, tanto a documentação de que se dispunha – que conseguimos coletar – como a bibliografia sobre o movimento no estado. Quanto à documentação, ela se compõe, sobretudo, de jornais de circulação no Ceará na década de 1930, principalmente os jornais com aproximação com o movimento, no caso: **A Razão e O Nordeste**. Valemo-nos também das entrevistas com os Chefes Provinciais: Severino Sombra e Jeová Motta, do arquivo do Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC. Todo esse material foi confrontado com os documentos ditos oficiais do movimento integralista, tais como: manifestos, diretivas, manifestos programas, boletins, panfletos, dentre outros. Desse confronto, podemos fazer as reflexões pertinentes ao discurso e práticas integralistas no interior do Ceará e, a partir dele, estabelecermos o que se definiu como **ethos** da AIB nos municípios interioranos cearense.

Para tanto, dividimos o trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo fazer um debate teórico sobre o movimento da Ação Integralista Brasileira – AIB – no contexto do pensamento social e político do Brasil, principalmente, no tocante à sua inserção na tradição do pensamento conservador ao se apropriar do nacionalismo de autores como Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo Amaral. Nesse sentido, partimos da compreensão que essa corrente de pensamento – visto de maneira geral – e seus principais representantes influenciaram para o surgimento de movimentos sociais e políticos de caráter autoritário, ocorridos a partir dos anos de 1920 chegando a suas expressões mais acabadas na década seguinte. Da mesma forma, buscamos os autores que durante a década de 1930 se fizeram partícipes e atuantes no debate político. A relação entre Estado e sociedade aparece como uma de nossas preocupações para a compreensão da historicidade do movimento da AIB. Outra preocupação deverá ser as inflexões – teóricas e práticas – sofridas pelo movimento integralista em sua trajetória, que vai da sua fundação em 1932 até a data da sua extinção 1937.

No segundo capítulo, procuramos discutir o que chamamos de **ethos** da Ação Integralista Brasileira – AIB –, levando em consideração seu ajustamento à dinâmica política em curso em todo o Ceará, principalmente e, eventualmente, nos municípios interioranos. Partimos da concepção que a referida dinâmica política era fundada nas relações pessoais, isto é, clientelísticas. Embora o Integralismo fizesse, do ponto de vista discursivo, um apelo à moralidade das instituições públicas, rompendo com os vícios políticos do período precedente, o

movimento da AIB se valeu desses expedientes para se constituir e se tornar uma força política em disputa com as demais que perfizeram o cenário político cearense da época.

O terceiro capítulo é dedicado ao movimento da AIB no interior do Ceará, partindo das motivações que levaram o movimento integralista a se constituir e obter sucesso nas localidades mais distantes do estado do Ceará. Nesse sentido, faz-se necessário penetrarmos nos significados do movimento integralistas para os sujeitos envolvidos, bem como mergulharmos na dinâmica política dessas localidades interiorana para compreendermos como o Integralismo se adequou a essas realidades. Procuramos também expor a idéia central que orientou a pesquisa, a da utilização de métodos clientelísticos e coronelísticos pelos líderes do movimento integralista local, numa clara distância entre o pensamento oficial do movimento e as práticas adotadas por esses líderes.

No quarto capítulo procuramos desenvolver uma trajetória política de dois dos principais líderes do movimento integralista no interior do Ceará. Para tanto, levamos em consideração a trajetória de Franklin Gondim, Chefe Municipal Chaves de Limoeiro e Pio Sampaio, Chefe Municipal de Barbalha, pois os mesmo tiveram papel importante no interior do movimento integralista cearense e, nos anos subseqüentes, continuaram a desenvolver atividade político-partidário se candidatando a cargos diversos. Procuramos, com isso, ver as atividades desses líderes, para a partir de suas biografias percebermos como o Integralismo se adequou à dinâmica política no interior do estado no pós-1930.

Procedemos, ainda, a uma análise comparativa dessas duas trajetórias para podermos fixar diferenças e semelhanças no intuito de indicar os elementos mais fortes do Integralismo no contexto político do interior do Ceará.

Para encerrar podemos acrescentar que o Integralismo foi um daqueles fenômenos que nos instiga à investigação. Embora muitos autores fiéis às suas filiações historiográficas e, por vezes ideológicas, desconsiderem-no em importância quanto à possibilidade de se ler e de se interpretar um dos momentos mais estimulantes da história política nacional. Não é possível pensar o Integralismo, assim como qualquer outro tema, de forma linear, inserido numa racionalidade proposta pelas ciências sociais e políticas de feição oficialista, pois ele carrega as marcas de um dos momentos de profunda contradição de uma suposta marcha linear, rumo ao progresso, da nação.

Por fim, não podemos negar que o Integralismo repercutiu em todo o Brasil. Não menos diferente, foram seus ecos na sociedade cearense. Das praias às serras e aos sertões deste inóspito território, sua doutrina foi acolhida. Literalmente, das praias partiu o movimento, pois seu embrião e seu centro de irradiação foi a capital, Fortaleza, e veio repercutir com muita intensidade nas comunas interioranas – Serras e Sertões. Despertou sentimentos de brasilidade e de participação política. O ambiente conservador lhe foi propício. Sua penetração em vários segmentos sociais deveu-se à sua aversão às lutas classistas e às dissidências partidárias. Havia no Ceará um terreno fértil à disseminação de ideais conservadores. A Igreja Católica o adubou por longas datas através da Ação Católica, impondo à sociedade cearense os cânones

romanos contra a fé popular, no campo institucional e, sua doutrina social no âmbito do ordenamento da sociedade. Os incipientes Círculos Operários serviram de base ao acolhimento do movimento do sigma. A LCT, organizada a partir da Capital, interiorizava-se e nesse mesmo movimento levava consigo a mensagem de Plínio Salgado. As organizações políticas, sociais e sindicais pipocavam em todo o Ceará, criava-se, assim, um ambiente de disputa e de participação. O clima lhe era favorável. Os integralistas sabiam disso e canalizaram para si o papel de defensores dos interesses coletivos.

CAPÍTULO I:

1- A Ação Integralista Brasileira no contexto do pensamento autoritário

1.1- Introdução:

Este trabalho procura analisar o movimento da Ação Integralista Brasileira – AIB, sua doutrina e, principalmente, suas práticas políticas no interior do Estado do Ceará, conforme exposto na introdução²³. Neste capítulo, procuramos fazer uma análise da A.I.B. em seu contexto histórico-cultural; sua imersão no debate político característico da década de 1930; sua filiação à tradição autoritária do pensamento político brasileiro; as vertentes internas que conformaram sua ideologia e sua ação. Dessa forma, expomos momentos de sua trajetória para avaliarmos sua atuação política no período e no espaço da pesquisa.

A análise da práxis integralista no decorrer de sua trajetória tem como objetivo o seu cotejamento com a dinâmica política no interior do Estado do Ceará. Dinâmica essa profundamente influenciada pelas relações clientelísticas

²³ No interior do Ceará o movimento da Ação Integralista Brasileira – AIB estava organicamente constituído em 60 localidades (53 municípios e 07 distritos, a partir de 1935), além do núcleo municipal da Capital e demais núcleos por categorias profissionais, também em Fortaleza. Dos Chefes Municipais 03 deles compuseram a Câmara dos Quatrocentos: Franklin Chaves (Limoeiro); Dr. Pio Sampaio (Barbalha) e Dr. Antonio Garcia (Quixadá), In. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta 6; Jornal “A Razão”, 1936. Sobre a Câmara dos Quatrocentos, segundo Hégio Trindade, foi criada e seus membros foram designados em junho de 1937. IN. TRINDADE, Hégio. *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. 2a. Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p. 318-320. Ver também a relação dos que compunham a Câmara dos Quatrocentos: APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta 20; Caixa: 677.

e paternalísticas, reflexo das mediações das elites políticas locais com os poderes constituídos nacionalmente, características do regime liberal-democrático da Primeira República. O fracasso do regime liberal exerceu influxo sobre essa dinâmica política prevalecente nos municípios cearenses e isso favoreceu que o Integralismo viesse a se inserir nesse contexto com muito sucesso, pelo menos enquanto se manteve oficialmente em atividade.

Consideramos que a dinâmica política predominante no espaço-tempo da pesquisa revelava certa ambigüidade, pois as elites políticas locais tinham que lidar com as críticas que recaíam sobre elas mesmas no tocante às práticas políticas que adotavam e, assim, eram forçadas a assumirem um discurso que apontava para modernização das instituições políticas sem, no entanto, se desfazerem dos arranjos políticos anteriores.

Optamos, portanto, em estudar o Integralismo no interior do Ceará levando em consideração que o movimento da AIB serviu-se das estruturas políticas já estabelecidas e das relações interpessoais que as mediavam para se constituir.

Perceber que o Integralismo foi, por um lado, herdeiro e continuador de uma tradição política autoritária e que, por outro se moldou a uma cultura política clientelística, nos permite compreender como esse movimento foi bem aceito e deveras numeroso no mapa político do Ceará do pós-1930. Sua aproximação doutrinária e prática com o conservadorismo católico nos permite compreendê-lo em seu contexto, o papel que assumiu para elites políticas locais e ao mesmo

tempo fugir dos estereótipos difundidos sobre o movimento depois de seu fechamento oficial em 1937²⁴.

1.2- O Partido da Ação Integralista Brasileira.

A doutrina integralista afluíu da tradição autoritária do pensamento social e político do Brasil. Um número expressivo de pensadores filiados ao autoritarismo e ao conservadorismo²⁵ (católico) inspirou, no início da década de 1930, os formuladores da doutrina integralista e os criadores daquele que viria a ser o primeiro partido político de massa na história política do Brasil²⁶.

Nesse sentido, consideramos a AIB como um partido de massa por está inserido no seio da sociedade brasileira (em vários segmentos sociais); por está constituído na totalidade dos estados-membros da federação e por reunir um número expressivo de filiados espalhados por todo o Brasil²⁷. A AIB foi criada e

²⁴ O processo de execração a que foram submetidos o movimento integralista e seus principais líderes durante e após o Estado Novo influiu para que interpretações preconceituosas predominassem na historiografia acerca do Integralismo e se mantivesse até muito recente. Consideramos que novos estudos têm contribuído para romper com essa tendência historiográfica sobre o movimento da AIB. Durante o Estado Novo havia a necessidade do governo brasileiro de mudar sua imagem antidemocrática, quando de sua entrada no conflito mundial ao lado os aliados, por isso os integralistas passaram a figurar como os representantes do regime nazi-fascista. Com a abertura política no pós-1945 predominou a propaganda de associação dos integralistas com os alemães, colocando-os como traidores do Brasil, no intuito de evitar uma rearticulação dos integralistas. CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 79-83; 85-96.

²⁵ Esses conceitos demandam uma melhor definição, pois aplicamos ao texto de forma muito abrangente. Dentre outras leitura recomendamos as definições de Mario Stoppino, Tiziano Bonato In. BOBBIO, Norberto, MATEEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco [et. al.]. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 94-104 e 242-246.

²⁶ A idéia de partido de massa pode ser visto em CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: Ideologia e Organização de Partido de Massa no Brasil(1932-1937)*. Baurú: EDUSC, 1999.

²⁷ Na documentação consultada, encontramos a relação de todos os núcleos municipais e distritais integralistas do Brasil com a designação do chefe municipal e dos principais secretários. Ver. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta 18; Caixa: 677.

chefiada nacionalmente por Plínio Salgado²⁸ desde a sua fundação em 1932 até a data de sua extinção pelo Estado Novo em 1937. Mesmo depois de seu fechamento oficial o movimento integralista manteve-se em atividade (na clandestinidade) e voltou a atuar legalmente no período da redemocratização com designação de Partido da Representação Popular – PRP²⁹.

A AIB se apresentava como um movimento social (ou cultural) que procurava se colocar acima dos partidos políticos. Insistia em afirmar que seu objetivo principal não era participar das eleições, mas criar uma consciência nacional através de uma **revolução espiritual**³⁰. Mesmo assim, consideramos a AIB como um partido político por ter exercido na história política republicana do pós-1930 o papel de mediador entre o Estado e a sociedade; por ter participado de eleições em mais de uma oportunidade e em vários estados da federação e

²⁸ A trajetória de Plínio Salgado, Chefe da A.I.B. é fartamente discutida na historiografia sobre o Integralismo, desde os primeiros escritos da década de 1970. Jaime Ginzburg, em um artigo, discute a concepção nacionalista na obra de Plínio Salgado In GINZBURG, Jaime. *Por uma unidade Nacional: Poder Autoritário e Literatura em Plínio Salgado*. In. TRAJETOS. V.1, n.1, (nov.2001) Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2001; Ver também: BRANDI, Paulo. *Plínio Salgado*. In. ABREU, Alzira Alves. [et al]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Ed. rev. e atualizada, Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 5195-5206. Francisco de Souza Martins procura distinguir as principais vertentes do integralismo, dentre elas, a vertente doutrinária em Salgado. In. SOUZA, Francisco Martins. *O Integralismo*. In BRARRETO, Vicente e PAIM, Antônio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989, (Coleção reconquista do Brasil: 2ª. Série, v. 150), p. 319-325.

²⁹ A esse respeito Gilberto Calil traça a trajetória do movimento integralista da data de sua extinção ao nascimento do Partido da Representação Popular – PRP, período que marca os esforços de Plínio Salgado em soerguer a ideologia integralista através de um partido de existência legal, durante a chamada redemocratização. Ver CALIL, Gilberto Grassi. Op. cit. p. 69-83; 85-88.

³⁰ CALIL, Gilberto Grassi. Op. Cit. p. 29. Plínio Salgado se referindo à criação da AIB, como uma organização paralela à SEP, assim se pronunciou: [...], *a qual teria por tarefa uma obra educativa de mais larga amplitude, destinada a formara a consciência popular no trato dos problemas brasileiro e sob a inspiração dos princípios filosóficos e programa político de nossa agremiação. Esta seção foi criada pelos votos da assembléia, com o nome de Ação Integralista Brasileira*. SALGADO, Plínio. *O Integralismo na Vida Brasileira*. Apud. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Op. cit. p. 14.

por ter pretendido a presidência da República nas eleições marcadas para o início de 1938 quando apresentou como candidato Plínio Salgado³¹.

Não podemos negar a aversão da doutrina e do movimento integralistas aos partidos, vista em seus documentos e nos discursos de seus líderes por ocasião dos debates e manifestações públicas. Essa atitude revelava a descrença do Integralismo nos partidos políticos e no sistema representativo do regime liberal. A democracia liberal era vista como transplantada, por isso seria destruidora da **alma nacional** e **fragmentadora da pessoa humana**, levando a pátria à desordem³².

Nesse particular, identificamos a filiação do Integralismo a uma cultura política³³ autoritária e conservadora, aproximando-se de muitos grupos conservadores à época. Daí cumprir uma função própria aos partidos políticos servindo de condutor das aspirações dos grupos congêneres e de segmentos da

³¹ Ver o registro oficial como partido e outros documentos reveladores da organização interna da AIB. Documentos oficiais: manifesto programa, estatutos, Manifesto de Outubro, este último marca a fundação do movimento da A.I.B. APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos. A Certidão de registro da A.I.B. como partido político foi lavrada no dia 28 de abril de 1933, no Cartório do Dr Arruda, José Soares de Arruda, primeiro oficial do Registro Especial de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo. Registro obtido em acordo com os Art's. 128 e 129, do Decreto Federal 18.542, de 24 de dezembro de 1928, sob o n. de ordem 586 Livro – A, número um, de Pessoas Jurídicas. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta 1 A; Caixa: 699; p. 412-413.

³² Sobre as críticas dos integralistas à democracia liberal ver, dentre outros: CALIL, Gilberto Grassi. Op. Cit. p. 34-35; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. O. Cit. p. 41-75.; SOUSA, Francisco Martins de. Op Cit. p. 319. Alceu Amoroso Lima, dentre os pensadores que estão na base da doutrina integralista, assim como Jackson de Figueiredo, Alberto Torres, Oliveira Vianna, foi um dos contumazes críticos do regime liberal. Ver: ATHAYDE, Tristão de. *Contra-Revolução Espiritual (Ensaio)*. Cataguazes – Mg: SPINOLA & FUSCO, 1933, p. 17-19; LIMA, Alceu Amoroso. *Indicações Política – da Revolução à Constituição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, 15-16.

³³ Ver: BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma nova história cultural*. [?]: Editora Estampa, 1998, p.349-350. FERREIRA, Jorge Luiz. *A Cultura Política dos Trabalhadores no primeiro governo Vargas*. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 3, n. 6, 1990, p. 3.

sociedade, apresentando-se como capaz de solucionar os problemas geradores dessas demandas.

Segundo Serge Berstein, os partidos aparecem como o lugar no qual se opera a mediação política:

É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações³⁴.

Nesse sentido, o Integralismo procurou capturar os sentimentos e a atenção da população em favor de sua doutrina (de seu partido) ao se colocar como mediador das insatisfações para com a democracia liberal e ao acenar para a construção de uma nação forte e coesa como resultado dessa luta contra as marcas do liberalismo na política brasileira. Seu discurso operava com duas representações: a rejeição ao liberalismo e o medo do comunismo. Tanto um como o outro, eram vistos e apresentados pelo Integralismo como solapadores da **vocação católica natural** da sociedade brasileira. Esses dois grandes inimigos funcionavam como temas mobilizadores e conformavam o núcleo central do discurso integralista, inteligível aos segmentos sociais descrentes do regime liberal e, ao mesmo tempo, desejosos por mudanças. Para atingir esses

³⁴ BERSTEIN, Serge. *Os Partidos*. In. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 61.

segmentos, o discurso integralista investia na idéia de um futuro político para a nação brasileira livre das mazelas do liberalismo fracionário e do comunismo ateu, desagregadores dos valores fundantes da sociedade brasileira como a religião católica e a família.

Como um partido político, capaz de mediar as demandas de vários segmentos sociais de sua época, a AIB se diferenciou dos tradicionais partidos da Primeira República que eram restritos aos estados-membros da federação, ao passo que o partido da AIB se construiu em âmbito nacional³⁵. Por esse aspecto a AIB veio a se tornar um partido de massa³⁶, diferente dos antigos Partidos Republicanos que eram espaços reservados aos representantes das forças políticas coronelísticas de seus estados³⁷.

A década de 1930 foi profícua em agrupamentos sociais e políticos-partidários. Muitas agremiações surgiram, revelando o desejo da sociedade em participar ativamente dos assuntos atinentes à nação, à pátria. Essa manifestação da sociedade expressava a possibilidade de sair dos longos anos

³⁵ Não se pode deixar de destacar que outros partidos, principalmente no campo da cultura política de esquerda e das experiências das lutas operárias, tenham precedido ao partido da AIB, pelo menos quanto à tentativa de organizar um partido político com base nacional, no entanto, foram inúmeras as dificuldades internas e externas para seu sucesso, e muitos deles mantiveram-se restritos a atuações municipais ou estaduais. Dentre outros ver: BATALHA, Cláudio H.M. *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*. In. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 p. 161-189 (O Brasil republicano; v.1).

³⁶ A A.I.B. estava constituído em 20 estados da federação, chamadas de províncias, numa alusão à organização política do Império; na Capital da República; e Marinha, chamada província do mar. Totalizava 22 províncias com seus devidos chefes provinciais. As províncias do Rio de Janeiro e de Mato Grosso se subdividam em várias regiões as quais seus chefes eram denominados de governadores. Relação apreendida pela Polícia Política, em 18/09/1934. . APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta 1; Caixa: 699; p. 128.

³⁷ Ver dentre outros: LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. CARVALHO, José Murilo. *As metamorfoses do coronel*. In. Política e Democracia. – Revista de Política e Cultura – N. 1, Jan./Abr., Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2001.

em que esteve mergulhada no silêncio imposto por um regime liberal assentado numa cultura política antidemocrática. Os anos posteriores aos de 1930 foram agitados, tendo em vista o fim da hegemonia política da Primeira República, favorecendo, assim, **o surgimento de projetos radicais e mobilizantes que tentaram galvanizar a sociedade com a idéia de mudança**³⁸. A participação da intelectualidade no debate político é algo que merece destaque, por ser este um dos elementos importantíssimos para se compreender a expansão, por todo o Brasil, de ideários políticos, como ocorreu com o Integralismo³⁹.

O número de organizações e de agremiações que compunham o mosaico político do período é bem considerável. Com várias denominações e diferentes formatos como: Ações, Alianças, Associações, Centros, Círculos, Confederações, Clubes, Ligas, Legiões, Partidos, Uniões, enfim, organizações que pretendiam representar os interesses de uma classe, de um segmento social, de uma doutrina, de um grupo de parlamentares, de uma região etc⁴⁰. Devemos ressaltar a importância desses agrupamentos para compreender o ambiente político em que o Integralismo se erigiu. Sobretudo, é preciso identificar aqueles grupos que, a exemplo dos signatários do sigma, compunham

³⁸ MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*, p. 41.

³⁹ Sobre a participação dos intelectuais na vida política no Brasil pós-1930 ver dentre outros: BOMERY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*. In. BOMERY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: EDUSF, 2001. p.11-35; GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999; VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Brasília INL, 1980.

⁴⁰ Segundo Jean-Pierre Rioux, as associações políticas tinham [...] *participam de uma estruturação, instável, mas fecunda, da vida política, e é nessa qualidade que desejamos expor aqui o interesse de sua vida histórica*. Ver: RIOUX, Jean-Pierre. *A Associação em Política*. In. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 100-101.

a cultura política autoritária e de filiação conservadora. Observamos que nessa época a opção conservadora e autoritária era bem mais freqüente principalmente pelo evidente desgaste dos postulados do liberalismo e de seus representantes no cenário político nacional.

Dessa forma, podemos perceber melhor como o Integralismo se inseriu na atmosfera política de seu tempo, em particular, e, de forma mais abrangente, como se harmonizou com uma tradição política advinda das origens do pensamento social e político brasileiro, erigido no interior do debate sobre a formação do Estado nacional. Essa tradição política, por seus elementos autoritários e conservadores, voltava-se contra o regime liberal-democrático e poucos eram os agrupamentos que não compartilhavam da idéia de um Estado forte em contraposição às disputas políticas da Primeira República. Não podemos esquecer que o regime político edificado no pós-1930 e, principalmente, no Estado Novo fora tributário dessa mesma tradição política⁴¹. Podemos acrescentar que o avanço da opção autoritária, que conformou a maioria dos projetos em disputa no período, deveu-se à crise mundial do regime liberal-burguês, pondo em xeque a capacidade dos liberais para ordenar a sociedade.

⁴¹ A própria documentação integralista aponta para o parentesco entre o Estado Novo e a ideologia integralista. Em carta aos militantes integralistas, em 07/09/1940, Plínio Salgado expõe esse parentesco. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta 4[1]; Caixa: 671; p. 422-429; REGIS, João Rameres. *A Ação Integralista Brasileira: Um caso de polícia?* In. Trajetos. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. – v. 3, n. 6 (abr. 2005). – Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005, p.180. Ainda sobre a opção autoritária do Estado Novo, herdeiro de uma tradição própria à formação dos Estados modernos, ver: REIS, Elisa. *O Estado Nacional como Ideologia: O caso brasileiro*. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1998, p.187-203.

Entendemos que o Integralismo funcionou como elemento de catalisação das aspirações de grupos menores e mais localizados, muitos deles, restritos a um ou outro estado da federação. O fato de aparecer como uma possibilidade concreta de ascensão aos postos elevados do Estado e de tomada do poder fez do Integralismo o condutor político das aspirações desses grupos minoritários, muitos deles vindo a se fundir e a se confundir com o movimento integralista. Nesse sentido, podemos afirmar que o Integralismo procurou instituir uma nova cultura política frente à cultura política clientelística que vigorara nas primeiras décadas da República. Dessa forma, entrou em sintonia com o que pretendiam as diferentes agremiações daquele contexto em que o debate se proliferava, por maiores que fossem as restrições impostas pelos aparelhos de Estado. Nesse sentido, consideramos que a Revolução de 1930 havia acenado, do ponto de vista das representações políticas, para mudanças reais, não somente quanto à moralização das instituições políticas, mas também quanto à participação da sociedade nos destinos do país, estreitando, assim, a relação entre Estado e sociedade. Esse acontecimento repercutiu positivamente numa sociedade tradicionalmente alijada de seus direitos à cidadania⁴².

⁴² Devido ao volume de sua produção seria arriscado indicar uma bibliografia sobre 1930, mas algumas obras podem ser sugeridas, principalmente atendendo aos limites das reflexões adotadas nesse trabalho. Dentre outras ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, GOMES, Eduardo Rodrigues e WHATELY, Maria Celina. *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília: INL, 1980; OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982 (Política e Sociedade) e SILVA, José Luiz Werneck (Org.). *O Feixe e Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.

Embora o Integralismo tenha sido criado nesse contexto, seus fundamentos vinham de longe. Havia uma tradição conservadora difundida pela intelectualidade laica e religiosa. O catolicismo social oferecia os elementos do conservadorismo e, o pensamento social brasileiro, os elementos do autoritarismo. Esses elementos se interpenetravam. O Integralismo é produto de sua época e como tal foi um agente de expressiva atuação política nas disputas de projetos daquele período.

Não podemos pensar o movimento da AIB e a doutrina integralista como mero reflexo de uma conjuntura e tampouco podemos pensar o Integralismo como um movimento exótico ou próprio de sociedades subdesenvolvidas, pois assim estaríamos pensando com os mesmos preconceitos da tradição historiográfica sobre o movimento da AIB. Visto dessa forma, não poderíamos alcançar o diálogo que o partido integralista realizou com a sociedade brasileira, em suas múltiplas realidades, quer fossem urbanas ou rurais, quer fossem entre as classes médias ou entre as classes operárias⁴³ e ou entre pequenos agricultores, como ocorrera no interior do Ceará.

Assim, destacamos que o Integralismo, enquanto uma doutrina social e política, e o movimento da AIB, como um partido, exerceram um papel de mediador das aspirações de vários segmentos da sociedade brasileira ao tornarem seu discurso inteligível e ao se colocarem como representantes das

⁴³ No Ceará, a Legião Cearense do Trabalho – LCT, organização dirigida pelo Tenente Severino Sombra formava a base social do AIB, na capital do estado, se constituiu em meio à classe operária fortalezense, pois estava ancorada nos círculos operários católicos. In. PARENTE, Josênio C. *Anauê: Os camisas verdes no poder*. Fortaleza: Editora UFC, 1999; MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O Integralismo no Ceará. Variações Ideológicas*. Fortaleza: IOCE, 1986; MONTENEGRO, João Alfredo Sousa. *Integralismo e Catolicismo*. In. Sousa, Simone (Coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989.

demandas de muitos segmentos sociais⁴⁴. Essa capacidade de mediação, segundo Serge Berstein, é uma tradução que pode exprimir com maior ou menor fidelidade aquilo que orientou a criação do partido⁴⁵. As condições para a articulação dos discursos e conseqüentemente das imagens que lhes são inerentes, estavam postas no período de fundação da AIB. No entanto, essas mesmas condições poderiam manter-se ou desaparecerem com o passar dos anos, colocando, assim, o partido, cada vez mais distante daquilo que o inspirara, conclui Berstein. Com base no autor buscamos compreender o sucesso que o Integralismo obteve num primeiro momento e também a recusa e a desconfiança que se abateram sobre seus seguidores após a abertura política a partir de 1945. No entanto, o próprio modelo partidário adotado, a fragilidade de suas proposições, as divergências internas e o declínio da importância das milícias davam o sinal de sua curta existência.

Nesse sentido, observamos que no ano de 1936 eram freqüentes na documentação integralista as referências ao arrefecimento da postura miliciana nas estratégias de ação da AIB que estava sendo substituída pela estratégia eleitoral. Se considerarmos que as milícias foram uma estratégia pensada para manter a militância em posição de combate contra o inimigo, a opção eleitoral

⁴⁴ Quanto aos segmentos sociais que deram sustentação ao movimento da AIB eles eram bem heterogêneos, pois variavam de região para região ou dentro de uma mesma espacialidade. A historiografia sobre o Integralismo é tendente a apontar as classes médias como a destinatária do discurso integralista e, portanto, a que acedeu aos apelos integralistas. Contudo, compreendemos que o discurso integralista era difuso e não se dirigia a uma coletividade em especial, mas à sociedade brasileira como um todo, dessa forma, atraiu os mais diferenciados segmentos sociais, a exemplo de, no Ceará, ter inserção entre os pequenos agricultores rurais nos municípios interioranos enquanto em Fortaleza tinha forte presença entre os operários. Devemos considerar que seus líderes advinham dos segmentos médios, na capital e dos tradicionais grupos políticos, no caso do interior.

⁴⁵ Serge Berstein. In. René Rémond (org.). Op. cit. p. 61.

causava muitos descontentamentos em certos setores do movimento⁴⁶. Como alegação dos descontentes, estava o argumento de que o Integralismo havia sido criado para combater as forças do mal: o liberalismo e o comunismo. Essas forças, segundo os integralistas mais radicais, se mantinham vivas, mesmo depois de todo esforço dos órgãos governamentais e do próprio movimento da AIB em debelá-las, principalmente os elementos subversivos, os comunistas. A preocupação era que, mesmo com o fechamento da ANL, as maquinações continuavam a existir, só que a partir daquele momento à **sombra**⁴⁷. Para muitos integralistas a estratégia eleitoral que identificava o voto como a principal arma integralista enfraquecia o que chamavam de a **mentalidade miliciana**⁴⁸, portanto, enfraquecia o movimento em sua essência, o combate ao inimigo.

A tradição política autoritária e conservadora na qual incluímos o movimento integralista, rejeitava toda forma de manifestação e expressão identificada com o comunismo e o liberalismo. Em sua forma de interpretar os fatos sociais, esses dois elementos não se separavam (o primeiro decorria do segundo) e eram contrários aos valores mais autênticos da nacionalidade brasileira. O liberalismo e o comunismo eram apontados como materialistas, por

⁴⁶ Circular do governo da 4ª. Região, Província da Guanabara, ao Chefe Provincial. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta 2; Caixa: 670; p. 116-118.

⁴⁷ Sobre o imaginário anticomunista, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002 (estudos; 180); RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003 (Série Ciência História); SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, (Coleção História; 42). Sobre o imaginário político nos anos 30 ver: DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: Imaginário Político no Brasil dos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1997.

⁴⁸ APERJ, Op. Cit. p. 116-118. Sobre a estratégia eleitoral, essa ganhara força no interior do movimento integralista desde as eleições municipais de 1936 e ganhou força maior com a aproximação da campanha eleitoral à presidência da República. APERJ, Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 17; Caixa: 677 ou APERJ, Fundo: DESPS; Setor: Folhetos; Notação: 0009.

isso feriam o espírito nacional e a marcha natural de um povo formado nos princípios do cristianismo.

As teses sobre a realidade nacional eram bem heterogêneas. Não menos múltiplas eram as propostas, os projetos políticos, os caminhos anunciados e oferecidos à população numa espécie de **menu** ideológico e doutrinário. Setores do governo ou fora deles disputavam a preferência da população para as suas propostas. Houve como que uma guerra, uma disputa, por adeptos e filiados; disputavam-se as organizações sociais, corporativas e sindicais.

Em meio às agitações políticas, às disputas de projetos e aos interesses diversos, podemos identificar alguns temas que funcionaram como elemento mobilizador da sociedade. Esses temas que faziam parte do repertório discursivo dos grupos conservadores eram: o nacionalismo, a revolução, a nação (pátria), o progresso, a modernidade e, sobretudo, o anticomunismo. Devemos chamar atenção para um ponto que freqüentava o arsenal de argumentos das estratégias discursivas desses grupos, **o inimigo**. Havia sempre um inimigo a perturbar a ordem, a impedir que a nação seguisse seu curso natural; a obstaculizar o engrandecimento da pátria e a aliar-se a forças estrangeiras contra os interesses nacionais. Havia sempre um inimigo a obstaculizar seu próprio intento de chegar ao poder. Enfim, o inimigo era sempre o outro. A imagem que se construía do oponente era sempre a oposição da imagem difundida de si⁴⁹.

A idéia de representações políticas, como desdobramento da noção mais geral de cultura política é de grande valia para a compreendermos as atividades

⁴⁹ DUTRA, Eliana. Op. cit. p. 35-36; e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit. p. XX.

políticas da AIB em seu contexto. As idéias e propostas autoritárias encontraram eco em meio à população brasileira no pós-1930. O apoio aos projetos de partidos como a AIB são indiciários da resposta positiva dos segmentos populares aos discursos e práticas desses grupos. Dessa forma também consideramos indiciária a tendente concentração de poderes do Estado conseguido com o apoio dos populares, inclusive durante o Estado Novo. Entendemos que não seria possível explicar o êxito do Estado Novo apenas ao fato deste se amparar no sistema policial-repressor⁵⁰ se não houvesse da parte dos populares uma resposta positiva.

O estudo desses grupos conservadores como o Integralismo, permite a nós historiadores percebermos a influência e o alcance de suas propostas em meio à sociedade, da mesma forma que nos permite compreender e interpretar momentos marcantes da história política do Brasil republicano. Não convém repetirmos os preconceitos de leituras influenciadas por uma cultura política de esquerda, tendentes a minimizar a importância da interação desses grupos com a sociedade. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, a historiografia e as ciências sociais sempre demonstraram maior interesse em pesquisar os revolucionários **deixando para segundo plano as propostas ligadas à defesa da ordem**⁵¹. Dessa forma, repetimos as visões caricatas sobre o outro que dificultam o entendimento das tensões sociais de uma determinada época.

⁵⁰ Sobre a repressão policial na chamada Era Vargas, bem como o controle social em suas várias formas, pode ser visto em: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: A Polícia da era Vargas*. Brasília: EDUNB, 1993; e ROSE, R.S.. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil 1930-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. p. XXII.

Para melhor compreendermos o Integralismo em seu tempo, se faz necessário pensarmos que a opção autoritária e conservadora para as crises políticas do Brasil remonta aos períodos precedentes ao que se está estudando. Devemos admitir, portanto, que na República, sobretudo após a Revolução de 1930, foi mais constante a busca de apoio da população a essas soluções autoritárias e também o momento privilegiado de experimentação dessas soluções de forma mais concreta na própria organização do Estado Nacional. Assim, podemos afirmar que o pensamento social brasileiro ofereceu as bases teóricas para a doutrina e prática integralistas no que tange ao modelo autoritário e conservador.

Indo às raízes do nosso pensamento social e político, os formuladores da doutrina integralista buscavam, naquilo que fosse genuinamente nacional, as inspirações para seus ideais, não obstante muitos intérpretes do Integralismo terem afirmado ser a doutrina integralista uma importação de idéias⁵² e ou um mimetismo dos movimentos congêneres da Europa. Não podemos negar o parentesco político com os movimentos nazifascista europeus, no entanto, o movimento integralista buscou dialogar com a realidade nacional, buscando apropriar-se dos elementos de uma cultura política autoritária já em curso, principalmente, num de seus formuladores, Alberto Torres.

Partimos da noção que os fundamentos das idéias integralistas estavam postos, principalmente entre os pensadores de matiz autoritária e que defendiam a criação de um Estado forte como única solução à crise do regime liberal-

⁵² Sobre a importação de idéias, ou as idéias fora do lugar, ver: CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978, p.35-37.

democrático. As idéias de autores como Jackson de Figueiredo, Alberto Torres, Oliveira Viana, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), muito influíram na organização do pensamento integralista. Devemos tributar a Alberto Torres uma relação mais direta, pois em se tratando de Oliveira Vianna e Tristão de Athayde, estes foram contemporâneos ao movimento e mesmo que seus postulados se coadunassem com a doutrina integralista, não se poderia falar de uma ascendência sobre aquela. Não queremos, contudo, sugerir uma ligação orgânica de um ou outro pensador com o movimento da AIB, principalmente dos dois autores contemporâneos, mas destacamos a força de suas idéias na formulação da doutrina integralista, por mais simplificadora e reducionista que tenha sido, ante suas fontes de inspiração. Sobre o fato de os postulados integralistas se mostrarem reducionistas, devemos tratar dessa questão mais adiante, mas talvez exprima o desejo de se fazer entender pela sociedade e, assim, tenha sido um elemento estratégico para alcançar êxito ou talvez se tratasse de uma debilidade teórica própria aos movimentos autoritários, como apontou Marilena Chauí⁵³.

Importa destacarmos a influência desses pensadores, sobretudo, a de Alberto Torres. Compreendermos como sua opção autoritária para os problemas nacionais, seu nacionalismo, sua concepção de Estado e a relação deste com a sociedade influíram para com a doutrina e prática integralistas.

⁵³ CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Op. cit. p. 31-32.

1.3- O Integralismo no contexto do pensamento social e político brasileiro.

A concepção de Estado nacionalista proposta por Alberto Torres⁵⁴ exerceu influência direta sobre a doutrina e as práticas políticas integralistas. Nesse sentido, a doutrina integralista em sua vertente hegemônica, aquela formulada por Plínio Salgado⁵⁵, procurou conjugar dois elementos: a concepção de Estado nacionalista e autoritário inspirado em Torres com o conservadorismo católico⁵⁶. O nacionalismo e o autoritarismo em conjunto com o conservadorismo católico conformavam o discurso e a prática integralistas, inteligíveis para grande parcela da população. O catolicismo social da vertente **pliniana** é o elemento mais contundente do diálogo dos integralistas com seus interlocutores.

Os postulados integralistas expressavam vários matizes teóricas, no entanto, procuramos compreender sua maior proximidade com o nacionalismo

⁵⁴ Aqui centramos o olhar para as duas obras principais de Alberto Torres, como fundadoras da ideologia nacionalista, ambas editadas em 1914, reunindo escritos editados em vários jornais sobre a formação nacional. TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. 3ª. Ed.. São Paulo, Editora Nacional, 1978, (Brasília). TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933.

⁵⁵ Francisco Martins de Souza indica pelo menos três vertentes integralistas associadas ao pensamento de seus principais líderes: a vertente de Plínio Salgado (hegemônica) vinha do conservadorismo católico; a de Miguel Reale partia da idéia de desenvolvimento social vinculado ao problema da liberdade; a de Gustavo Barroso exprimia um nacionalismo extremista. In. SOUZA, Francisco Martins. Op. Cit. p. 316-318.

⁵⁶ Sobre o assunto Adolpho Crippa, em *Direções do pensamento católico no Brasil do Século XX*, destaca três períodos de desenvolvimento do pensamento católico, apontando aquele que se segue ao ano de 1921, como o de maior aprofundamento doutrinário e de maior repercussão em meio a sociedade. In. CRIPPA, Adolpho [et al.]. *As idéias filosóficas no Brasil*. Parte I: Século XX, São Paulo: Editora Convívio, 1978, p. 131.

de Alberto Torres. Essa proximidade teórica não implicava uma relação orgânica do movimento integralista com a **Sociedade dos Amigos de Alberto Torres**⁵⁷ (fundada em 1932), apesar de Plínio Salgado ser um de seus fundadores.

Nesse sentido, procede a tese de Martins de Souza que o Integralismo, ao contrário do que foi defendido pela maioria dos intérpretes da AIB, deve ser visto em **seus vínculos com as correntes políticas do ciclo precedente**⁵⁸ e como um bloco hegemônico, comportando várias vertentes. O autor discorda da maioria dos analistas do Integralismo quando afirmam que o movimento integralista deve-se à causas externas, como a influência dos movimentos nazi-fascistas europeus e, sobretudo, à importação de suas idéias. As formulações de Martins são aquelas que melhor se aplicam ao estudo da AIB no interior do Ceará, pois para buscarmos os significados do movimento integralista nos municípios interioranos, a tese da imitação (mimetismo) em relação aos movimentos existentes alhures torna-se frágil para perscrutarmos a dinâmica política que o envolveu⁵⁹. Havia condições objetivas e subjetivas para a atuação do Integralismo, para que o movimento da AIB adquirisse a confiança que de fato adquiriu de muitos segmentos da população no espaço-tempo da pesquisa.

⁵⁷ A Sociedade dos amigos de Alberto Torres foi fundada em 1932 e *seu principal objetivo era a discussão dos problemas nacionais à luz do pensamento de Alberto Torres*. In. ABREU, Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 5538.

⁵⁸ SOUZA, Francisco Martins. Op. Cit. p. 315.

⁵⁹ Não se pode negar que muitos dos rituais e gestuais utilizados pelo movimento, bem como sua forma de organização pré-estatal, aproximando-o dos movimentos nazi-fascistas europeus. Ver: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Op. cit. p. 163-209.

Avaliamos que a vertente **pliniana** ao se aproximar do conservadorismo católico e ao receber estímulos de clérigos e leigos da Ação Católica⁶⁰ colocou o Integralismo em vantagem frente aos demais grupos que disputavam o apoio dos segmentos populares, principalmente em se tratando das populações mais distantes, como as do interior do Ceará. Acrescentamos que era freqüente a presença de padres nas hostes do movimento integralista no estado Ceará.

A opção autoritária foi a que melhor se adequou ao contexto de acirramento dos ânimos entre os projetos anunciadores de uma nova nação; ao momento de crise e descrédito da opção democrática, muito criticada pela intelectualidade desde a Primeira República. Autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Alceu Amoroso Lima criticavam veementemente o liberalismo. Torres, a exemplo de Jackson de Figueiredo, iniciara essa tarefa que posteriormente foi intensificada por Oliveira Vianna e Amoroso Lima⁶¹.

O manifesto integralista lançado publicamente em outubro de 1932 é bastante explícito quanto à opção autoritária, aqui entendida como forma de tutela do Estado sobre a sociedade. Em seu terceiro capítulo, intitulado: **O Princípio da Autoridade**, o manifesto expõe a posição integralista sobre o assunto:

⁶⁰ O próprio Alceu Amoroso Lima em seus trabalhos considera o Integralismo a doutrina que mais se aproxima do pensamento social católico, portanto, anuindo aos católicos de participarem da AIB. O autor fala que, em relação ao Integralismo, o católico não deve manter posturas de condenação, exaltação ou de indiferença, mas pelo fato de terem a Igreja Católica e o Integralismo inimigos e amigos comuns é prudente ao católico participar do Integralismo para combater juntos os mesmos males. In. LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações Política – da Revolução à Constituição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p. 187-198.

⁶¹ REIS, Elisa. Op. Cit. p. 194.

Uma Nação, para progredir em paz, para ver frutificar os seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do princípio da Autoridade. Precisamos de autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam sua influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação⁶².

Segundo Elisa Reis, é a idéia de Estado nacional como elemento de articulação entre o governo e a sociedade, com a cooperação da comunidade, que define o modelo autoritário. Autoritarismo e nacionalismo são elementos fundamentais nessa relação que envolve a burocratização da autoridade pública e o reconhecimento legal de direitos básicos à sociedade⁶³. Ao sair de uma experiência em que predominavam as relações de clientelismo e paternalismo, em que as funções públicas funcionavam como extensão do poder econômico e particular, a sociedade ansiava pela racionalização do poder público e pela conquista de direitos. O movimento tenentista havia difundido a descrença nas instituições democráticas, assim, democracia se confundia com falta de autoridade e, sobretudo, com conflitos de interesses colocados acima dos reais interesses da nação. O Estado assumiria, assim, a tutela da sociedade na consecução de suas aspirações.

⁶² Manifesto de Outubro. In. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Caixa: 677; Pasta: 17.

⁶³ REIS, Elisa. Op. Cit. p. 187-188; .

A AIB defendia a idéia do Estado acima da sociedade, embora, esta fosse apresentada como sujeito coletivo responsável pela manutenção daquele. Dessa forma, criava a representação de ampla participação da sociedade nos assuntos do Estado, da nação.

Não podemos deixar de observar o parentesco político da AIB com o Estado Vargasista. Uma aproximação que se estreitou consideravelmente a partir de 1935, pois ambos estavam empenhados no combate ao inimigo comunista. Ocorreu nesse interregno, segundo Gilberto Calil, a marcha do Integralismo em direção ao autoritarismo⁶⁴, contribuindo para o **ocaso do sistema constitucional**. Os integralistas mostravam publicamente seu desprezo pela institucionalidade liberal⁶⁵. Esse posicionamento político apontava para a necessidade de um Estado centralizado como único modelo capaz de solver os problemas que vinham se arrastando, segundo eles, desde o alvorecer da República. Esses pontos de aproximação com o governo de Getúlio Vargas não significavam uma colaboração orgânica. Mesmo os integralistas tendo colocado suas milícias à disposição do governo, a alta cúpula integralista não veio a ocupar cargos importantes na administração direta da burocracia estatal, apesar de assim desejarem.

O nacionalismo, autoritarismo e o conservadorismo católico de seus idealizadores são elementos que explicam a interação do movimento da AIB, de um lado, com o governo constituído e, de outro, com segmentos da população

⁶⁴ Diferentemente de Calil acreditamos que o autoritarismo do movimento da AIB está em seus postulados e não a partir da aliança com o Estado Vargasista na cruzada contra os comunistas. Essa postura já revela o seu caráter autoritário. Partilhamos com o autor a idéia que essa aliança concorreu para o acirramento das posições autoritárias.

⁶⁵ CALIL, Gilberto Grassi. Op.Cit. p.

que sustentavam suas propostas. Outro elemento dessa aproximação foi a idéia de desenvolvimento social, de Miguel Reale, que buscou adequar a doutrina integralista a um modelo de Estado que sintetizasse a modernização deste, encontrando um equilíbrio com a totalidade social⁶⁶.

O nacionalismo se constituiu o ponto chave da práxis integralista e, possivelmente, todos os outros fenômenos estiveram relacionados a ele. Todas as vertentes que atuavam no interior do Integralismo⁶⁷ convergiam para esse ponto, pois todas expressavam o desejo de fortalecimento do Estado em favor da Nação. Nesse particular, é que observamos o liame entre o Integralismo e a tradição autoritária do pensamento social e político brasileiro e principalmente com as idéias de Alberto Torres. Contudo, não podemos afirmar que o nacionalismo de Alberto Torres tenha preconizado a vertente integralista de Plínio Salgado, mas como nos chama a atenção Martins de Souza, o nacionalismo de Torres lançou as sementes do que viria a ser o ideário integralista, pois o nacionalismo integralista buscou desenvolver, com categorias próprias, a reflexão iniciada por Torres⁶⁸.

O cerne do pensamento integralista é a conjunção do nacionalismo de Alberto Torres com o conservadorismo católico. Insistimos que esses dois elementos foram muito significativos para que o movimento integralista dialogasse com as massas, pois tornava seu discurso inteligível às camadas populares. Como afirmamos anteriormente, a população esperava atitudes

⁶⁶ SOUZA, Francisco Martins. Op cit. p. 322; 330; 334.

⁶⁷ Sobre as vertentes no interior do movimento integralista ver: SOUZA, Francisco Martins. Op. cit. p. 316-318.

⁶⁸ MOTA FILHO, Candido. *Alberto Torres e o tema de nossa geração*. Apud. SOUZA, Francisco Martins. Op. cit. p. 323.

moralizadoras do ponto de vista da reforma e da modernização das instituições públicas, o que significava lhes facilitar o acesso aos direitos políticos e civis historicamente negados e, esperava, da mesma forma, medidas que viessem solver problemas concretos relacionados com o seu dia-a-dia. O Integralismo soube lidar com essas aspirações.

O nacionalismo de Alberto Torres exprimia os problemas próprios à historicidade de sua criação. Sua apropriação pelos integralistas ocorreu no momento subsequente ao da criação da **Sociedade dos Amigos de Alberto Torres**, intensificando o debate em torno das **soluções nacionais** para os problemas da nação, iniciado por Alberto Torres a partir de 1914, quando da publicação de suas obras: **O Problema Nacional Brasileiro** e **A Organização Nacional**⁶⁹.

Num debate tão rico do ponto de vista histórico e bibliográfico, seria quase impossível fazer emergir todas as leituras e interpretações em torno do Brasil e do problema da organização nacional. Contudo, devemos admitir ter havido um legado ao qual Alberto Torres buscou inspiração para dá matizes pragmáticas às discussões que considerava meramente especulativas⁷⁰.

Alberto Torres retomou os temas recorrentes à tradição do pensamento social e político de matiz conservadora. O papel do Estado e da sociedade em nossa formação nacional; o problema do espírito nacional; o Estado liberal como

⁶⁹ Ver prefácio de Francisco Iglesias In TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. 3ª. Ed. São Paulo, Editora Nacional, 1978, (Brasília).

⁷⁰ O diferencial de Alberto Torres para muitos que o antecederam foi esse caráter prático que deu ao debate político, isso inspirou a intelectualidade em formação no período. Martins Souza destacou a influência do debate em torno da obra de Alberto Torres em todas as vertentes do Integralismo, pois segundo ele, a atmosfera política era favorável ao nacionalismo, desde as críticas de Euclides da Cunha estendendo-se às soluções propostas por Torres. In SOUZA, Francisco Martins. Op. cit. p. 327.

elemento desagregador da nacionalidade; a influência estrangeira⁷¹; eram os mais salientes, pois para Alberto Torres, os fatores de nossas crises e de nossa dissolução não eram de ordem social, mas de organização⁷².

O manifesto que tornou pública a AIB em 1932 é, em seu 4º. Capítulo, **O Nosso Nacionalismo**, bastante explícito quanto à rejeição da influência estrangeira no Brasil, associando-a ao cosmopolitismo desagregador⁷³. Essa imagem da presença estrangeira na economia, na política e nos costumes está associada a outro tema recorrente nos discursos integralistas, o antiliberalismo. Eram dos centros cosmopolitas da Europa e dos Estados Unidos que afluíam, na visão do Integralismo, o liberalismo desagregador.

O cosmopolitismo afetava o problema do **espírito nacional**, afirmava Torres. Essa visão está centrada na crítica ao caráter especulativo do pensamento social e político de seus antecessores e, principalmente na crítica à falta de espírito prático dos políticos e dos intelectuais brasileiros. Era nesse sentido que Alberto Torres entendia a atividade política, como uma atividade prática, por excelência. A experiência política do autor em cargos públicos o fez um homem pragmático, assim, afirmou Francisco Iglésias no seu prefácio ao **O problema nacional brasileiro**. Para Iglésias, talvez o mais importante tenha sido o fato da obra de Torres ter dado sustentação a uma intensa discussão na sociedade brasileira em sua quarta década do século XX⁷⁴. Alberto Torres foi

⁷¹ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. Op. cit. p. 15;14-23.

⁷² *Idem*. p. 15-16; 19; 23.

⁷³ O cosmopolitismo era considerado um mal de morte para o nacionalismo brasileiro, algo que deveria ser combatido. In. Manifesto de Outubro de 1932, Cap. IV, p. 3.

⁷⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Prefácio*. In. TORRES, Alberto. Op. cit. p. 16-19.

bastante enfático em suas críticas aos sistemas teóricos, sobretudo, às políticas públicas que não expressavam a realidade concreta da sociedade:

Não é verdadeira nacionalidade um país que não tem a sua política, e não há verdadeira política que não resulte do estudo nacional dos dados concretos da terra e da sociedade, observados e verificados pela experiência.

A imperfeição das teorias e dos processos políticos dá, em toda a parte, às pessoas e aos incidentes superficiais da vida social, uma preponderância esmagadora sobre a marcha de suas correntes profundas e sobre o desenvolvimento de seus fenômenos reais. A política, síntese de todas as artes práticas, é a mais importante de todas⁷⁵.

Assim, o problema do **espírito nacional** conduziria ao problema da falta de organização, isto é, nossos costumes estavam afetados pelo estrangeirismo e isso comprometeria o verdadeiro exercício da atividade política em favor da sociedade. Significava dizer que no Brasil havia uma tradição de buscar as soluções para os problemas nacionais em doutrinas superficiais, construídas alhures, distantes da realidade concreta, características do despreparo dos dirigentes brasileiros⁷⁶. Aos integralistas e aos grupos autoritários do mesmo gênero, coube traduzir esse nacionalismo e transformá-lo em linguagem acessível às massas através de ampla propaganda contra os males herdados da

⁷⁵ TORRES, Alberto. *A organização nacional*. p. 151.

⁷⁶ TORRES, Alberto. *O problema Nacional Brasileiro*. Op. cit. p. 13-14.

experiência política liberal-democrática, principalmente naquilo que corroia a **alma nacional**: a tendência ao estrangeirismo e ao cosmopolitismo:

Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismos; as nossas palestras, o nosso modo de encarar a vida, não são mais brasileiros. Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais. Eles se envergonham do caboclo e do negro da nossa terra. Eles adquiriram hábitos cosmopolitas. [...]. Vivem a engrandecer tudo que é de fora, desprezando todas as iniciativas nacionais⁷⁷.

A doutrina integralista adequou o pensamento de Torres aos problemas da vida cotidiana dos brasileiros na tentativa de dialogar com os sentimentos da população e de contabilizar novas adesões. Esse apelo de resgate daquilo que seria verdadeiramente nacional atraía parcela significativa da sociedade brasileira, pois o liberalismo excludente deixava a entender que os direitos políticos fossem algo inacessível. Inacessível porque não era inteligível à população devido ao seu estrangeirismo, assim pensavam. Era preciso, para os integralistas nacionalizar a política, instituindo o Estado Integral que seria o responsável pela condução dos processos de modernização e moralização da nação brasileira.

⁷⁷ Manifesto de Outubro de 1932, Cap. IV, p. 3.

Para se fazer entender pelos seus interlocutores, carregavam a tinta no nacionalismo. Dessa forma, o discurso contra o cosmopolitismo, o estrangeirismo, o liberalismo, dentre outros temas importantes à doutrina e à doutrinação do movimento da AIB eram fartamente difundidos em panfletos, jornais, folhetos e publicações integralistas⁷⁸, em sua maioria a cargo da Secretaria Nacional de Propaganda - SNP. Através de um folheto intitulado **O Problema da Unidade Nacional**, assinado por Plínio Salgado, temos uma noção de como essas idéias eram decodificadas:

O problema da Unidade da Pátria é um problema de ordem política por excelência, e sua solução deve ser procurada nas raízes das realidades nacionais.

Se me perguntam o que são essas “realidades nacionais”, repondo facilmente: - a burla da Democracia pela escravização prática dos municípios teoricamente autônomos; - a burla da Soberania Nacional, pelo enfraquecimento sistemático do Exército e da Marinha, endeusados em discursos e traídos nos preparativos bélicos de caráter regional; - a burla do princípio federativo, pela franca, ostensiva prática de um confederacionismo, que nos apresenta 21 justiças, 21 polícias, 21 instruções primárias, 21 arrecadações de impostos, 21 forças armadas, 21 critérios doutrinários, 21 bandeiras e 21 hinos; - a burla do próprio

⁷⁸ Sobre as estratégias de doutrinação e persuasão do movimento integralista através dos seus impressos: livros e jornais, mais especificamente ver: CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Op. cit. p. 79-163.

princípio da União Nacional, pelo desencadear de lutas hegemônicas dos Estados empenhados em conquistar a presidência da República; - a burla dos pequenos Estados transformados em satélites dos grandes, aos quais se escravizam nos conchavos políticos precedentes às lutas pela hegemonia federal; - a burla do liberalismo democrático pelo caráter secreto que as oligarquias estaduais dão à escolha do candidato à sucessão presidencial, não sendo o povo nem ouvido, nem consultado, nem ao menos avisado; - a burla da lei de segurança nacional, pois todas as eleições presidências são acompanhadas de atos inequivocamente preparatórios de revoluções armadas⁷⁹.

O nacionalismo **propositivo** de Torres inspirou os formuladores da doutrina integralista. Havia problemas reais que demandavam a ação enérgica de um partido político. Para os integralistas, um partido corporativo que expressasse a coesão e a união dos brasileiros para enfrentar os perigos que ameaçavam a nação⁸⁰. Portanto, a solução viria do saneamento político e moral da nação, da substituição do regime dissolvente por uma unidade nacional corporativa (união de todos em defesa da nação). Tudo sob o comando da AIB.

O nacionalismo corporativo defendido pelos integralistas, em que o Estado representava a cabeça de um grande corpo – a nação, revela como o

⁷⁹ APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folheto; Notação: SNP, № 14.

⁸⁰ Manifesto de Outubro. Capítulo 5º.: Nós, os partidos políticos e os governos. APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folheto; Notação: 0009 ou APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 17; Caixa: 677.

pensamento de Alberto Torres compunha o arcabouço teórico do Integralismo. Essa relação se expressava no pragmatismo político dos discursos e das atividades integralistas que buscava passar das interpretações especulativas da realidade para uma intervenção concreta.

Quando procuramos compreender as semelhanças entre o pensamento de Alberto Torres e a doutrina integralista, visamos apreender o debate acerca da história das idéias ou da história intelectual, numa abordagem que busca inter-relacionar texto e contexto como produtos e produtores da história⁸¹. Nesse sentido, o pensamento de Alberto Torres e a doutrina integralista, embora vistos como produtos de épocas diferentes, há entre eles um sentido de continuidade e de complementaridade, pois possuem forte identidade entre si e se inscreve num debate mais amplo em torno dos problemas nacionais.⁸² Não foi Alberto Torres que iniciou esse debate, tampouco se esgotou com o Integralismo, no entanto, na década de 1930 ele ganhou maior relevo.

⁸¹ Sobre a história das idéias e sua relação com a história social e a nova história política; sobre a linguagem, o texto e o contexto, o lugar da fala e a retórica, ver: FALCON, Francisco. *História das Idéias*. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo, orgs, *Domínios da História*. São Paulo: Campos, 1997, p. 91-125; CARVALHO, José Murilo. *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi – Revista de História, 1 (2000), p. 123-152; BASILE, Marcelo. *Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império*. Topoi – Revista de História, 3 (2001), p. 91-130.

⁸² Segundo Elisa Reis as primeiras disputas em torno da construção do Estado Nacional deu-se entre os liberais e os positivistas, que ela denominou de uma disputa *intra elites*, mas que a partir da década de 1930 ganha outra conotação e passa a ser uma disputa mais ampla, construindo um padrão autoritário de interação entre o Estado e a sociedade. REIS, Elisa. Op. cit. p. 187-203.

1.4 – “O problema nacional brasileiro” e “A organização nacional”: influências de Alberto Torres na práxis integralista.

Segundo os interpretes de Alberto Torres, suas duas principais obras editadas pela primeira vez em 1914, **O Problema nacional brasileiro** e **A organização nacional** foram uma sistematização de escritos anteriores publicados em jornais e, ao mesmo tempo, uma espécie de sùmula do seu pensamento construído a partir de um tema norteador: sua preocupação com a realidade brasileira. Escritas em meio ao regime liberal a partir das críticas de seus antecessores ao liberalismo, inspirariam, em momentos subseqüentes, ampla discussão entre políticos e intelectuais sobre os problemas concretos que envolviam a nação brasileira⁸³.

Nesse sentido, Francisco Iglésias, em seu prefácio à 3ª. Edição de **A organização nacional**, em 1978 (Coleção Brasiliana), afirmava que:

Ele marcou o pobre panorama nacional, com um pensamento próprio, de base na cultura patricia e origem de muito desdobramento futuro. É um realista, inimigo de imitações, transplantes, utopias. Reconheceu um Brasil, vivendo-o intensamente, pela experiência ou pela leitura. De sentido objetivo, denunciou as abstrações ou o trato alienado de idéias, como simples exercício intelectual, prática lúdica,

⁸³ Ver prefácio de Francisco Iglésias em *O problema nacional brasileiro*. Op. Cit. p. IX.

como era e é comum em terra de apego à retórica, às formulas perfeitas, sem indagação por sua autenticidade.

O sinal mais vivo e característico de quando Alberto Torres escreveu é o sentido da objetividade, a denúncia da alienação, do mimetismo de formas estranhas, da importação indiscriminada de todo um arsenal ideológico elaborado alhures e sem correspondência com a realidade. Foi nessa idéia que mais insistiu, mostrando a necessidade de organizar o país em função de sua própria fisionomia, para evitar a desordem e outros prejuízos ⁸⁴.

Foram nessas idéias de Torres em que o movimento integralista se fundamentou para erigir sua doutrina. Já enfatizamos que a vertente integralista ligada ao chefe nacional, Plínio Salgado, foi a que mais se inspirou no nacionalismo daquele, conjugando-o com os elementos do conservadorismo católico de Jackson de Figueiredo e de Alceu Amoroso Lima, também de feição nacionalista. A diferença entre os dois nacionalismos era que para Alberto Torres a crise do Brasil era um problema de organização e para o conservadorismo católico, a crise era de ordem moral⁸⁵. O Integralismo de Plínio Salgado buscava fundir as idéias de crise política e de crise moral para daí construir possibilidades concretas de intervenção política.

⁸⁴ Ver prefácio de Francisco Iglésias em *A Organização Nacional*. Op. Cit. p. 12.

⁸⁵ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. Op. Cit. p. 14-23; VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 78-86 (Panorama Cultural Brasileiro).

A partir das duas obras, Alberto Torres fundou a Ideologia nacionalista e autoritária no Brasil. Segundo Iglésias, o nacionalismo de Torres não foi agressivo, e sim defensivo, para que se desenvolvesse sua virtualidade sem cair nas deformações dos imitadores⁸⁶. Acrescentamos que o pensar objetivo de Torres denunciando as abstrações teóricas obedecia a uma tradição do pensamento social herdada de Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai⁸⁷ e imprimia uma conduta autoritária e conservadora aos pensadores que viriam depois dele. Tal conduta, como nos lembra Iglésias, tinha a preferência dos pensadores desde Império. Os conservadores levavam vantagens sobre os liberais no rigor do trato dos problemas nacionais⁸⁸.

O nacionalismo de Torres se manifestava na idéia de uma verdadeira política. Vejamos:

Não é verdadeira nacionalidade um país que não tem sua política, e não há verdadeira política que não resulte do estudo racional dos dados concretos da terra e da sociedade, observados e verificados pela experiência⁸⁹.

Observamos a oposição ferrenha de Alberto Torres à idéia de política como uma atividade especulativa. Nesse ponto, residia o núcleo central da sua

⁸⁶ IGLÉSIAS, Francisco. In. *O problema nacional brasileiro* Op. cit. p. VIII.

⁸⁷ CARVALHO, José Murilo. *Entre a autoridade e a Liberdade*. In. URUGUAI, Visconde. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34. p. 426-467.

⁸⁸ *O pensamento conservador, não é reacionário nem revolucionário, embora se aproximasse mais daquele tipo que deste. Sua expressão literária é a comum: em linhas gerais correta, não chega a ser forte nem brilhante.* IGLÉSIAS, Francisco. In. *A organização nacional*. Op. cit. p. 12;13.

⁸⁹ TORRES, Alberto. *A Formação Nacional*. Op. cit. 151.

ideologia nacionalista, pois os problemas da formação da nacionalidade brasileira resultavam da má aplicação (ou sem maiores cuidados) de modelos políticos e esquemas teóricos importados⁹⁰. O Liberalismo econômico e político adotado pelas elites dirigentes da Primeira República (inspirado na economia clássica inglesa) foi o que levou o Brasil, segundo Torres, à fragmentação e às disputas entre os diferentes estados-membros da federação.

Em sua argumentação, lançava mão de exemplos dos sucessos atingidos pelas civilizações do passado para dar ênfase à idéia de política como uma arte prática, pois onde ela não fora encarada dessa forma, a sociedade enfrentou dificuldades⁹¹. O apelo ao passado de antigas civilizações funcionava como recurso de retórica no intuito de legitimar seu discurso, pois escrevia para uma elite intelectual e política. Alberto Torres, referindo-se às primeiras eras da civilização e ao que considerou de exemplos de governos a serem seguidos, afirmou:

[...] a arte de governar era uma arte de observação, de previsão, de superintendência dos fenômenos reais da vida coletiva, e que esta arte tinha de encarar os elementos, os fenômenos, os interesses, as necessidades, as relações e os movimentos da sociedade [...]: para esses primeiros gênios de legisladores, a terra, a gente, as classes, os agrupamentos da sociedade, eram a *matéria-prima* da cogitação, que o legislador devia analisar objetivamente,

⁹⁰ Sobre a formação da nacionalidade brasileira, Alberto Torres afirma que as nossas origens coloniais nos levou à má formação do Estado e da sociedade e, das relações de poder. In. TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Op. cit. p. 42-42.

⁹¹ TORRES, Alberto. *A formação nacional*. Op. cit. 152-154.

abstraindo das formas e dos ideais preconcebidos, postos por espíritos doutrinários entre o olhar e a sociedade, à guisa de lentes com que aumentam ou diminuem as grandezas, afastam ou aproximam as perspectivas, colorem artificialmente as realidades, obscurecem e deturpam, muitas vezes, a visão⁹².

Não podemos esquecer que Alberto Torres fora homem de ação antes de pretender ser um teórico; assumiu vários cargos importantes no governo republicano, dando-lhe vasta experiência política⁹³. Foi com base na própria experiência que buscou a autoridade e a legitimidade para suas idéias⁹⁴.

Insistindo no que salientamos anteriormente, pressupõe-se a existência de um público leitor bem reduzido a quem se dirigia o discurso de Torres. Destinava-se a políticos e intelectuais. Isso é perceptível ao apontar os problemas de nossa formação, pois salientava que o povo brasileiro nascido da mescla das três raças não havia sido verdadeiramente pensado pelos dirigentes e nem pelos intelectuais, fato que contribuía para que se perdesse o seu potencial e a sua vitalidade. Essa foi uma das formas de chamar a atenção do escol político e intelectual para a responsabilidade de colocar o Brasil no lugar certo, isto é, no patamar das nações civilizadas.

⁹² TORRES, Alberto. *A formação nacional*. Op. cit. 152.

⁹³ Alberto Torres atuou nas diferentes instâncias e esferas do poder, foi Deputado Estadual e Federal, Ministro da Justiça, Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ver. IGLÉSIA, Frâncico. *Prefácio*. In. TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. Op. Cit. p. VII.

⁹⁴ Sobre as diferentes formas de argumentação ver: PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratados da Argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 15-70.

Segundo Alberto Torres os problemas da desorganização advinham da colonização portuguesa que após ter descoberto e povoado o Brasil Portugal sofreu longos anos de subordinação aos espanhóis e enfrentou lutas internas e externas. Some-se a isso a disparidade das terras colonizadas em relação às terras da metrópole e a vinda da família real para o Brasil interrompeu a nossa evolução política. O autor acrescenta ainda a devastação de nossas riquezas naturais, a ilusão da nossa imaginação sobre as riquezas do país e a dificuldade de nosso espírito humano em aprender com as lições da história ⁹⁵.

Em sua época, Alberto Torres afirmou que o Brasil era e continuava a ser um país desorganizado, pois a sua ordem e sua legalidade eram aparentes e superficiais, em consequência disso, havia uma perda das forças vivas da nação. Para ele o povo não havia se constituído social e economicamente e a riqueza não era explorada convenientemente, não trazendo compensações para o Brasil.⁹⁶

Ditas na segunda década do século XX, as idéias de Torres se dirigiam às camadas dirigentes da Primeira República porque haviam adotado um modelo político distante das nossas raízes, do nosso chão, ao importarem as idéias liberais, distanciadas das aspirações nacionais.

**Sua constituição e suas reformas, obedecendo às
aspirações teóricas de nossos dirigentes, não fundaram
realidades: não fizeram circular sangue, nem vibrar nervos,**

⁹⁵ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Op. cit. p. 20-23.

⁹⁶ TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Op. cit. p. 160.

no corpo do país. Realizações de ideais e de idéias, ora incompatíveis com as aspirações nacionais, como a monarquia, ora sem base nos fatos: ideais de mera concepção, algumas vezes, e idéias que não se formaram de permeio ao desenvolvimento espontâneo das coisas, nunca representaram nem gestações naturais de verdadeiros progressos, nem a maturidade de frutos da civilização. Sentimental ou doutrinariamente promovidos, não vieram a termo senão como simples mutações políticas exteriores, substitutivas das aparências imediatas das coisas públicas, consumando-se inteiramente, como dupla alegoria, com a queda de um cenário e o surgir de outro. Orgânica e profundamente, nossas reformas não podem ter feito senão destruir os rudimentos de tendências sociais porventura incipientes, e acumular, sobre a desordem das velhas instituições, outros elementos de desordem.⁹⁷

Para Torres, os sistemas especulativos adotados pelos dirigentes do Brasil, afastavam as possibilidades do país alcançar o que considerava o verdadeiro progresso. Quanto à formação histórica e evolução política – considerando que as mutações ocorridas quer na independência, quer na libertação dos escravos, quer na proclamação da república – não passaram de uma sensação de operação prática e não representaram uma real

⁹⁷ TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Op. cit. p. 160.

transformação, apenas um suceder de desordem, que expressavam a herança do regime colonial sobre a sociedade e sobre o indivíduo.

Alberto Torres defendia a virtude e a honestidade do povo brasileiro bem como a descrença deste na vida pública e nas instituições políticas. Essas, a seu ver, padeciam dos males da desorganização.

No Brasil, destruídos os rudimentos de organização que já tivemos, lançados em mau terreno, nada ficou de definitivo, e a fachada de nossa civilização oculta a realidade de uma completa desordem. Não há uma só instituição no Brasil, como também, provavelmente, em quase todos, senão em todas, as outras repúblicas sul-americanas, assente sobre bases próprias, para um crescimento evolutivo regular⁹⁸.

A lembrança aos nossos vizinhos era um recurso para dar crédito às suas críticas às instituições republicanas do Brasil. Como republicano que era, sua crítica recaía sobre os rumos liberais que os dirigentes políticos haviam dado ao regime após a sua Proclamação.

Vivemos, até aqui, de ensaios e reformas; cada idéia nova pousa sobre ruínas; cada transformação planta as aspirações de um sistema sobre a agreste verdade de formas sociais ainda grosseiras. Daí, o desânimo e a descrença de

⁹⁸ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Op. cit. p. 44.

um povo, para que a vida pública não é senão uma crônica de anedotas pessoais e de audácias, escândalos e imoralidades, verdadeiros e falsos, exagerados e deturpados; onde o mérito não tem estímulo, o trabalho não tem valor, a produção não tem preço, as fortunas não têm garantias, o povo não tem opinião, o cidadão não tem voto, os espíritos não têm idéias e as vontades não sabem mover-se. Não fossem a ingênita honestidade deste povo e sua claríssima inteligência, seu bom senso e seu extraordinário espírito de ordem, e este país não contaria mais um só coletor probó na mais remota e inculta vila do sertão, e viveria, como terra de bárbaros, dilacerado em guerra e pilhado em saques permanentes. Uma constituição e umas centenas de leis, empalhadas em volumes, não fazem um direito; quanto mais a vida de uma nação.⁹⁹

Observamos um certo romantismo de Torres (talvez um tanto ingênuo) na defesa incondicional do povo brasileiro, do seu caráter e da sua honestidade. No entanto, não podemos deixar de pensar que se tratava, também, de um recurso por ele utilizado para dar validade às suas idéias, pois para colocar em dúvida a vida pública de muitos dirigentes de sua época, apelar para a honestidade do povo passava a ser um argumento recorrente em sua interpretação da realidade nacional.

⁹⁹ Idem. p..44.

Compreendemos que esses recursos retóricos são recorrentes aos discursos políticos. Um desses recursos muito recorrente é o da comparação da nossa formação com outras formações sócio-históricas. Dessa forma, Alberto Torres, comparando o processo de colonização do Brasil por Portugal em relação à colonização dos Estados Unidos pela Inglaterra, aponta vários fatores que impediram o desenvolvimento de uma sociedade forte no Brasil ¹⁰⁰.

Para superar tais obstáculos à formação da sociedade brasileira só havia, em sua visão, um caminho a ser seguido: traçar uma política e, para tanto, se fazia necessária formar uma **consciência nacional**. Entrava em debate um elemento que nortearia um certo psicologismo de Torres, o apelo à formação do que definiu como consciência nacional, base para a autonomia de um povo. Tal consciência, segundo Torres, nascia da mesma forma no indivíduo e na sociedade, pois o indivíduo era fruto do meio em que vivia.¹⁰¹

O conceito de **consciência nacional** envolvia os sentimentos e a natureza afetiva dos indivíduos de uma sociedade e devia se relacionar com a vida real e não com os pressupostos artificiais, pois só assim poderia se desenvolver a unidade nacional. Essa era, em sua doutrina, a forma superior de **Nação**. Só haveria uma nação quando os indivíduos comungassem dos mesmos sentimentos, daí a constante busca de fixar os elementos constitutivos da brasilidade, apelando para o que havia de melhor em nosso povo: a honestidade

¹⁰⁰ Os fatores apontados por Alberto Torres que entravam nosso desenvolvimento foram: o imprevisto do descobrimento, a fraqueza fortuita dos descobridores, a diferença do clima e da terra, as vicissitudes da colonização, a interrupção e desvio no processo histórico da independência e da formação nacional. In TORRES, Alberto. **● problema nacional brasileiro**. Op. cit. p. 46.

¹⁰¹ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Op. cit. p. 47-49.

e o caráter. Esses elementos traduziam as verdadeiras raízes, aquilo que seria capaz de corrigir os erros de percurso na formação da sociedade brasileira.¹⁰²

Para Torres, o problema não era de moralidade pessoal, mas de inteira falta de política. Não esquecendo que política significava ação. Nessa linha de raciocínio concluiu que o problema não era de caráter individual, mas de caráter nacional. Vejamos:

Este progresso do caráter nacional demanda dois esforços que não chegam a ser sacrifícios: repulsa definitiva do habitual desencargo de consciência e da inextinguível confiança na magia solutória do *amanhã* – essa providente divindade que nos quita dos deveres, acenando-nos com a promessa de todos os dotes e virtudes; e troca definitiva de nosso humor objetante por uma sincera disposição de fazer, ou de deixar fazer.¹⁰³

A solução vinha pela urgente necessidade de intervenção de sua geração, do contrário estaríamos fadados a não se ver realizar o verdadeiro progresso de que tanto carecia o Brasil. Se não foram os de sua geração a colocar em prática os remédios previstos por Alberto Torres para solver os problemas da realidade brasileira, foi à intervenção de gerações subseqüentes. Seu pensamento foi experimentado na prática, de um lado, pelos movimentos autoritários como o Integralismo, e do outro, pelo Estado Vargasista, cercado de

¹⁰² Idem. p. 50-51.

¹⁰³ Idem. p. 54.

intelectuais herdeiros e seguidores do pensamento de Torres, dentre eles, Oliveira Viana.

1.5- As idéias de Alberto Torres no contexto da década de 1930

Ao buscarmos apontar a influência do pensamento de Alberto Torres para os movimentos sociais, políticos e doutrinários na década de 1930, incorremos em algumas imprecisões, dado à heterogeneidade de interpretações da realidade brasileira e, por conseguinte, das estratégias políticas de atuação desses grupos. Contudo, verificamos, no geral, a aceitação de sua ideologia nacionalista por parte de intelectuais e políticos da época, descrentes na institucionalidade liberal, e em particular, pelo movimento da AIB.

Tomamos como exemplo da extensão dessa influência a criação em 1932, no Rio de Janeiro, da **Sociedade dos Amigos de Alberto Torres**, que fundou núcleos em outros estados da federação (Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Goiás, São Paulo), com o objetivo de discutir os problemas nacionais à luz do pensamento de Torres¹⁰⁴. Dentre os fundadores estava Plínio Salgado, criador e chefe nacional da AIB. Entre 1935-1936 a Sociedade aproximou-se do movimento integralista, embora não tenha acontecido um compromisso formal como desejava Plínio Salgado, dessa forma, a Sociedade

¹⁰⁴ Ver: ABREU, Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Op. cit. p. 5538.

manteve-se como entidade apartidária. Destacamos que nesse debate importa a influência direta do pensamento de Alberto Torres na corrente **pliniana** da AIB¹⁰⁵.

A vertente **pliniana** foi hegemônica desde a fundação da AIB com o lançamento do Manifesto de Outubro¹⁰⁶. Uma análise mais detalhada do Manifesto indica essa tendência – a prevalência das concepções de Plínio Salgado – observável desde a organização da Sociedade dos Estudos Políticos – SEP, agremiação também fundada por Salgado¹⁰⁷. Os princípios que norteavam a SEP eram bem próximos daqueles expressos no Manifesto de Outubro, pois defendiam: a unidade da nação, o Estado corporativo, a autoridade expressa nas forças reais da sociedade, o pensamento político baseado na realidade brasileira, dentre outros pontos¹⁰⁸. Assim, os princípios que orientavam a SEP e o Manifesto integralista traziam as marcas do pensamento de Alberto Torres, observáveis no nacionalismo, no corporativismo

¹⁰⁵ Idem. p. 5535.

¹⁰⁶ Sobre este assunto ver: TRINDADE, Héglio. *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. 2a. Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979; VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista*. São Paulo; Brasiliense, 1979; CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado. forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: Ideologia e Organização de um Partido de Massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999; MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil republicano; v.2); Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. "Integralismo". Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001 p. 2807-2814. Em 28 de Abril de 1933, a Ação o Integralista Brasileira, de São Paulo, obtém o registro de Partido Político, pelo Superior Tribunal de Justiça Eleitoral. Ver.APERJ, Pasta 1 A, Caixa 669, p. 411.

¹⁰⁷ O Manifesto de Outubro está subdividido em 10 itens que versam sobre a concepção: do universo e do homem; da nação, família e nacionalismo; da autoridade; dos partidos políticos, grupos e facções; do Estado Integral e sobre as questões sociais. APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folheto; Notação: 0009.

¹⁰⁸ Ver: TRINDADE, Héglio. In. ABREU, Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Op. Cit. p. 5537-5538.

e na repulsa às soluções que não fossem genuinamente pensadas a partir da realidade brasileira.

O sucesso do nacionalismo e dos temas a ele relacionados deveu-se a atmosfera política do período que envolveu diferentes segmentos da sociedade capitaneados pelas elites política e intelectual¹⁰⁹. Uma época de debate ideológico aceso em que os grupos envolvidos priorizavam os temas relacionados aos problemas brasileiros, portanto, era constante a tentativa de avaliar suas origens e de, principalmente, indicar medidas para solucioná-los. Nesse sentido, os destinos da nação figuravam como núcleo das preocupações da intelectualidade, como afirma Lúcia Lippi Oliveira. Para ela, **No pós-30, o Brasil se encontrava às voltas com o seu destino e a sua história. A intelectualidade brasileira já vinha desde os anos 20, se ocupando em diagnosticar as causas dos males brasileiros**¹¹⁰. Assim, a história política do Brasil desafiava os intelectuais a participarem diretamente do processo político nacional.

Segundo Lúcia Lippi:

Se o debate político comportava o confronto de diferentes projetos, os contendores partilhavam o mesmo universo de temas comum ao pensamento político da época. Podemos

¹⁰⁹ Sobre a participação e o envolvimento da intelectualidade brasileira no debate político e ideológico dos anos de 1930, dentre outros ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina(Org). *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília: INL, 1980 ou BOMENY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*. In. BOMENY, Helena (Org.). *CONSTELAÇÃO Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001.

¹¹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 14-15.

dizer, com risco de simplificação, que três grandes eixos marcaram o pensamento dos anos 30 e se fizeram igualmente presentes na doutrina do Estado Novo. São eles: o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo.¹¹¹

O nacionalismo não se dissociava dos **três grandes eixos**, sugeridos pela autora, e se inscreveu no contexto histórico dos anos de 1930. Vejamos:

O nacionalismo supõe a identificação de todos os membros de uma sociedade com um destino comum, destino cujos traços se originam no passado, são identificáveis no presente e asseguram um futuro comum. Enquanto o nacionalismo romântico enfatiza o grupo primário e a comunidade, o nacionalismo do século XX assenta-se sobre a crescente identificação entre nação e Estado. O Estado é que sustenta e administra a ordem social – sistemas de relações entre elementos sociais heterogêneos que partilham uma cultura comum. O nacionalismo ocupa-se de identificar uma coletividade histórica em termos da nação, e são os fatores étnicos, geográficos e culturais que asseguram a solidariedade nacional. Para os nacionalistas, a nação, conjunto de valores morais, constitui um todo orgânico cujos fins se realizam através do Estado. O Estado é responsável

¹¹¹ Idem. p. 15.

por manter a ordem moral, é o tutor da virtude cívica, da consciência imanente da coletividade¹¹².

Conforme podemos observar na citação acima, o nacionalismo impregnava as ideologias das agremiações que atuaram no pós-1930 a partir da contribuição decisiva de nossa intelectualidade também disposta a intervir nos destinos do país¹¹³. Esse nacionalismo que via a nação como um conjunto de valores morais e um todo corporativo é aquele defendido por Alberto Torres. O corporativismo de Torres, assentado na idéia da busca de um passado que fizesse todos pertencerem à mesma sociedade, bem como a noção de Estado a esta subjacente, caíram como uma luva para o Integralismo em seu intento de mobilizar a sociedade brasileira em torno de suas propostas. O Estado corporativo era, para os integralistas, a única forma de fazer as transformações que o Brasil necessitava para alcançar o ponto mais elevado de uma nação civilizada. Só assim o Brasil atingiria o verdadeiro progresso.

Os documentos produzidos pelo movimento integralista (manifestos, programas, diretivas, circulares, folhetos, panfletos, jornais) são reveladores da filiação do Integralismo ao nacionalismo de Torres. O nacionalismo se manifestava tanto nos discursos como nos símbolos e nos ritos da AIB. Todo esse arsenal material e simbólico foi agenciado para construir uma nação coesa

¹¹² Idem. p. 26.

¹¹³ Sobre a atuação mais intensa da intelectualidade no processo político, inclusive, daqueles que assumiram funções pública no período entre 1930-1945, ver: BOMENY, Helena. *Infidelidades eletivas: intelectuais e política*. In. BOMENY, Helena (Org.). *CONSTELAÇÃO Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001.

e, por conseguinte forte, contra tudo aquilo que consideravam agentes da dissolução.

O **Manifesto de Outubro** de 1932 nos dá a clara noção do nacionalismo da doutrina integralista. O discurso era centrado na recusa ao cosmopolitismo que atingia de morte o nosso nacionalismo, visto como o resultado da influência estrangeira em nosso país. O cosmopolitismo era encarado como um estrangeirismo e, por ser distante da nossa realidade, era incapaz de oferecer soluções para os nossos problemas. Nesse sentido, tornava-se urgente para os integralistas combater as tendências cosmopolitas que afetavam a elite política e intelectual e também os costumes dos brasileiros. Esse combate só era possível com a valorização dos costumes verdadeiramente nacionais, bem como através da adoção de uma política prática que se manifestasse no controle do Estado sobre a sociedade.

Nesse sentido, uma cartilha publicada e distribuída pela SNP da AIB, no item em que busca definir o Integralismo, afirma:

QUE É O INTEGRALISMO:

É a doutrina que não crê em soluções fragmentárias para a questão social e prega a necessidade do Estado forte para garantir o equilíbrio entre as várias classes – que faz do Estado um realizador de fins morais e sustenta a necessidade de uma política ao mesmo tempo idealista e pragmática capaz de acompanhar e dirigir a marcha rápida

**dos acontecimentos humanos, pondo sempre a realidade
acima das teorias.¹¹⁴**

Todos esses elementos se interpenetram no que poderíamos definir como o modelo corporativo integralista, pois todos eles funcionam em razão da construção de um corpo social forte.

O corporativismo das doutrinas autoritárias e do Integralismo pressupõe um outro elemento, a cooperação entre as classes e entre as chamadas **forças vivas da nação**. O termo cooperação pouco aparece nas duas obras de Alberto Torres, mas subjaz ao seu pensamento quando insiste com muita veemência na necessidade de melhor aproveitar as riquezas naturais e a capacidade de trabalho do povo em prol do fortalecimento e engrandecimento da nação. Alberto Torres afirmava que a herança colonial (no passado) e o liberalismo (em sua época) causaram desperdício das riquezas e mau aproveitamento das **forças vivas da nação**, que só seriam resolvidos com a unidade nacional.

Para pensarmos a concepção de cooperação entre as classes e o papel do Estado na condução dos destinos da sociedade na doutrina integralista, destacamos um trecho da supracitada cartilha. Vejamos:

**O princípio fundamental do integralismo brasileiro é o de
cooperação das forças produtoras nacionais, para a realização
progressiva do Estado Integral (Estado-Nação). A nação é a**

¹¹⁴ Cartilha Integralista da Secretaria Nacional de Propaganda em que aparece em sua capa a seguinte frase: *O Integralismo é a marcha gloriosa de um povo!* In APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos; Notação: 0067.

reunião dos indivíduos que, em um mesmo território e sob o mesmo poder soberano, possuem as mesmas aspirações e os mesmos interesses a realizar, um mesmo patrimônio espiritual e material, pertencentes tanto às gerações que não de vir como às gerações passadas [...].¹¹⁵

A cooperação aparecia como elemento chave para a realização do Estado Integral e como solução à desorganização do país. Neste caso o Integralismo apareceria como capaz de promover essas mudanças. Assim, como em Alberto Torres, a nação seria formada por indivíduos com interesses e aspirações comuns, acima das disputas e lutas entre classes e partidos¹¹⁶. Segundo Torres, seria possível que certos indivíduos enriquecessem independentemente do enriquecimento ou não da nação, ou melhor, sem que a nação se desenvolvesse, enquanto tal, mas isso era de somenos importância para os interesses coletivos, pois quando a nação cresce todos crescem junto¹¹⁷.

Um folheto da época sobre o pensamento político de Alberto Torres, afirmava que o trabalho nacional no Brasil nunca foi organizado, exceto no Império, em que o cativo representou uma tentativa de ordenação. Quando este foi abolido, a vinda dos imigrantes causou problemas de organização do

¹¹⁵ APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos; Notação: 0067.

¹¹⁶ Na década de 1930, a partir da intervenção de pensadores que defendiam a opção autoritária, foi recorrente o debate em torno da nação como um indivíduo coletivo em oposição a idéia da sociedade como a coleção de indivíduos. Inerente a este debate um outro não menos importante, o da defesa do Estado Forte como guardião dos interesses da sociedade. REIS, Elisa. Op. cit. p. 187-203.

¹¹⁷ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Op. cit. p. 50-51.

trabalho nacional, pois de um lado, não aproveitou a mão-de-obra indígena, e do outro, trouxe o que definiu como **o artificialismo de nossa vida**¹¹⁸.

No mesmo folheto, no subtítulo dedicado ao tema **socialismo**, o autor destacava que os indivíduos numa luta contra a tirania e o despotismo apostaram no regime democrático e este não foi eficiente para protegê-los, pois deixava a sociedade à mercê dos interesses econômicos.

Todo esse esforço de ordenamento do trabalho, das forças produtivas e das riquezas da nação deveria ser feito pelo Estado corporativo. Uma cartilha nos dá a noção da concepção que os integralistas tinham do Estado, do indivíduo e da nação, e da relação entre eles. Vejamos:

O Estado é a nação juridicamente organizada [...]. O Estado não é pois uma classe um grupo de indivíduos, mas é toda nação. Por esse motivo, o Estado está acima das classes, sendo superior a todas elas pelas forças de que deve dispor e pelos fins que deve realizar [...].¹¹⁹

Como podemos observar no trecho acima, a doutrina integralista era enfática quanto à rejeição a toda e qualquer forma de divisão que pudesse comprometer a unidade nacional. Por isso investiu todas as suas energias em defesa do estado corporativo, que só se realizaria pela cooperação dos diversos segmentos sociais. O Estado atuaria como regulador dessa relação para, do alto

¹¹⁸APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos; Notação: 0202 - MERÉJE, João Rodrigues. *Idéias políticas de Alberto Torres*. São Paulo: [s.n.], 1932.

¹¹⁹APERJ. Fundo: DESPES; Setor: Folhetos; Notação: 0067.

da sua superioridade e acima dos interesses das classes, organizar a nação. Apesar da nação figurar como elemento central no discurso da AIB (por ser um tema mobilizador) o cerne da proposta era que o Estado Integralista seria responsável por essa tarefa, conforme o exposto no seu Manifesto, em que aparece a idéia de Estado Integralista como a materialização **suprema autoridade da Nação**¹²⁰. Nesse sentido, se fazia necessária a aplicação de uma política concreta com raízes na nossa realidade, livre de todo e qualquer principio de divisão, em que os poderes clássico (Executivo, Legislativo e Judiciário) funcionassem de acordo com os interesses e a autoridade suprema da nação, através de todas as capacidades técnicas e intelectuais disponíveis no país¹²¹.

A democracia, na concepção do autor do folheto, deixou a sociedade ao arbítrio de **multidões ignaras e inconscientes**, cujo efeito sobre o patrimônio público foi desastroso e tão pernicioso quanto as antigas legiões de mercenários¹²². Apesar de todo o discurso integralista se dirigir à grande parcela da população, pois não podiam desconsiderar a entrada da massa na cena política do seu período, havia uma certa desconfiança nas multidões. Tal desconfiança, historicamente dominava a visão da intelectualidade. Na década de 1930, para os grupos conservadores, dentre eles o Integralismo, o temor residia no fato das multidões se concentrarem nos grandes centros urbanos onde os valores positivos de nossa formação social estavam ameaçados e onde

¹²⁰ APERJ. Fundo: DESPES; Setor: Folhetos; Notação: 0009.

¹²¹ APERJ. Fundo: DESPES; Setor: Folhetos; Notação: 0009.

¹²² MERÉJE, João Rodrigues. *Idéias políticas de Alberto Torres*. São Paulo: [s.n.], 1932.

o cosmopolitismo fragmentário era flagrante. Portanto, era preciso investir contra a democracia que desagregava apresentando seu antídoto, o Estado Integral, capaz de unificar todos numa nação.

Noutra seção do folheto, o autor procura fazer um resumo da organização política do Brasil nos diferentes períodos e aponta seus principais problemas. Nesse ponto, o comentarista é bastante fiel ao pensamento de Alberto Torres. Argumenta que fomos uma sociedade **transplantada**, pois para o elemento português, aqui tudo era diferente, o que o impediu de criar uma grande nação, visto operar com um meio ao qual desconhecia. **Tudo lhe era estranho: a terra, a fauna, a flora**¹²³. Acrescenta que o espírito que animava os portugueses era o espírito de aventura e a ambição desvairada¹²⁴. Portanto, com tais antecedentes não se podia edificar uma nação forte.

Após a Independência, em seu entender, o Brasil abandonou os laços de sangue que o mantinha preso a Portugal para cair no julgo de Londres, Nova York e Paris. Diz que dentre os políticos brasileiros envolvidos na luta pela independência, o único capaz de traçar o esboço de nossa formação foi José Bonifácio, afastado do poder e hostilizado pelos seus comparsas.

Apesar de fazer ácida crítica aos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II e a política adotada no Império, seu olhar mais atento recaía sobre o regime republicano. Vejamos:

¹²³ Idem p. 13.

¹²⁴ MERÉJE, João Rodrigues. Op. cit. p. 13.

Veio a República. Subitamente. De improviso. Ao invés de elaborarmos as nossas instituições de acordo as peculiaridades do país, fizemos açodadamente uma Constituição decalcada sobre a norte-americana.

Na república verificou-se o seguinte: o divórcio entre as instituições e a nação, acentuado paulatinamente. [...] Não se compreendia que a república se fez para servir a nação e não esta á república.

A causa mater desse dismantelo, a matriz desses desvios, está em nossa desorganização. Ressalvem-se duas organizações no país, a igreja e o exército. O resto acha-se desarticulado. Insta organizar-nos. Organizar o Estado, apertando os laços da autoridade; organizar o trabalho, cuidando do consumo e da produção, pelo cooperativismo; organizar o crédito agrícola; organizar a pequena propriedade; organizar o ensino, organizar... tudo...

Organizar: eis o lema da geração presente.¹²⁵

Um elemento recorrente na obra de Alberto Torres e na doutrina integralista foi a crítica ao sistema federativo da Constituição de 1891, pois os interesses dos estados-membros estavam acima dos superiores interesses da nação.

¹²⁵ MERÉJE, João Rodrigues. Op. cit. pp. 14-15.

A noção de autonomia precisa tingir-se a seu verdadeiro sentido. A autonomia deve ser, no Estados, um adensamento das tramas do organismo da União e não um Kisto ou um nódulo. Em torno do Estado e do município o tecido deve tornar-se mais denso, em ordem a evitar rompimento e a produzir maior coesão.¹²⁶

Com medo da fragmentação política e, conseqüentemente, de possíveis movimentos separatistas nocivos á **grande nação**, recorriam com freqüência à metáfora da nação como um corpo, um tecido, acometido pelas seqüelas do divisionismo. Esse discurso encontrou eco entre os membros dos movimentos sociais e das elites políticas e intelectuais.

Por fim, e a título de conclusão, podemos considerar que a influência de Alberto Torres para a doutrina Integralista, suas coincidências, são fundamentais para compreendermos a atuação da AIB no interior do estado do Ceará. Insistimos que o conservadorismo político (de Alberto Torres) conjugado com o catolicismo social (de Alceu Amoroso Lima), principalmente, deu as ferramentas discursivas necessárias para a intervenção do movimento da AIB nas sociabilidades políticas interioranas do Ceará. Essa vertente foi a que melhor se harmonizou com a dinâmica política local.

¹²⁶ MERÉJE, João Rodrigues. Op. cit. p. 17.

CAPÍTULO II:

2- Éthos da Ação Integralista Brasileira no Interior do Ceará: da crítica ao ajustamento à dinâmica política local.

2.1- Introdução

Neste capítulo analisamos o movimento da AIB no Ceará a partir do confronto da documentação¹²⁷ com a historiografia sobre o Integralismo nesse estado¹²⁸, no intuito de compreendermos como os integralistas se movimentaram nesse contexto e se harmonizaram com a cultura política dominante, especialmente no interior. Dessa forma, as reflexões que fizemos no capítulo anterior sobre a ascendência doutrinária do Integralismo e a vertente ideológica hegemônica (as idéias de Plínio Salgado) importam neste capítulo para entendermos como esses fatores contribuíram para conformar a atuação da AIB no Ceará.

O início do movimento da AIB no Ceará coincide com a data de sua fundação em âmbito nacional, 1932. É passivo na historiografia nacional indicar alguns movimentos precursores da AIB em todo o Brasil. Entre esses, figura a

¹²⁷ Trabalhamos neste capítulo especialmente com o acervo do NUDOC/UFC (Entrevistas com Severino Sombra e Jeová Mota), os jornais *A Razão* e *O Nordeste* e os documentos oficiais que exprimem a doutrina integralista (Manifesto de Outubro, Manifesto Programa, Protocolos e Rituais etc.).

¹²⁸ As duas obras que trabalhamos e, portanto, servem de referência para nossas reflexões são: MOTENEGRO, João Alfredo Souza. *O Integralismo no Ceará: variações ideológicas*. Fortaleza: IOCE, 1986 e PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê – Os Camisas-Verdes no Poder*. Fortaleza: EUFC, 1999.

Legião Cearense do Trabalho – LCT, dirigida pelo tenente Severino Sombra. Notamos, porém, que a criação dos primeiros dos núcleos municipais da AIB (primeiramente nos municípios mais próximos, na região metropolitana) só ocorreriam posteriormente, a partir de 1933, intensificando-se nos dois anos subseqüentes¹²⁹.

A expansão do movimento pelo interior do estado nos interessa sobretudo para confrontarmos com nossa hipótese inicial que, a AIB no interior do Ceará se adequou às relações políticas fundadas no clientelismo e no paternalismo. O processo de harmonização com a cultura política predominante nesses espaços sugere que o Integralismo buscava expandir o número de filiados para ampliar seu poder de intervenção na acirrada disputa ideológica do seu tempo. Sugere também sua identificação, seu parentesco ideológico, com os grupos conservadores (reacionários), principalmente com aqueles chancelados pela Igreja Católica. Ao aliar esse dois elementos, o Integralismo figurou como mediador das demandas desses grupos, principalmente no tocante ao interesse que mantinham de reaverem sua condição de mando abalada com a Revolução de 1930.

Dessa forma, para analisarmos a atuação da AIB no Ceará, faz-se necessário ressaltar que o discurso oficial integralista, pautado na crítica às

¹²⁹ Não há como indicar com precisão a data de fundação dos primeiros núcleos no interior, embora Montenegro relate que a pregação integralista nos municípios vizinhos de Fortaleza tenha se iniciado no mesmo ano. Se esses primeiros contatos resultaram na criação de núcleos municipais, o autor não esclarece. Vejamos: *E sua palavra logo mais chegaria às cidades do interior. Soure, hoje Caucaia, seria a primeira delas a acolher a militância integralista, justamente no dia 26 de junho de 1932, um domingo. [...] Em seguida, foi a vez de Pacatuba, exatamente no dia 03 de junho de 1932, [...].* Observamos que, ou a ordem das datas está invertida ou o autor se confundiu e a visita a Pacatuba tenha ocorrido no 03 de julho e não no dia 03 de junho conforme aparece no texto. In. MOTENEGRO, João Alfredo Souza. *O Integralismo no Ceará: variações ideológicas*. Op. Cit. p. 20.

práticas clientelísticas, resultantes do modelo liberal-democrático da Primeira República¹³⁰, era genérico e não identificava os sujeitos que as representavam¹³¹. Assim, era possível ver um herdeiro político dessas práticas (como Franklin Chaves, chefe municipal da AIB em Limoeiro) fazendo uso desse discurso numa clara intenção de se adequar à onda de insatisfação dos segmentos populares para com o regime precedente que lhes tinha negado por durante anos o direito à cidadania¹³². Sugerimos que ao se harmonizar com a cultura política predominante e com a imprecisão do discurso, o Integralismo se constituiu para esses grupos políticos locais uma possibilidade concreta de revitalização do seu mando.

O movimento da AIB no Ceará teve que lidar com essa contradição: abrigar em suas fileiras os representantes de uma cultura política que pretendia extirpar da vida política brasileira. Essa contradição perpassa toda a trajetória integralista nesse estado, principalmente a partir de sua expansão para o interior.

¹³⁰ Sobre o pensamento da Ação Integralista Brasileira, suas proposições para sanear os problemas do Brasil, dentre outros, ver: TRINDADE, Hélio. *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. 2a. Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: Ideologia e Organização de um Partido de Massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999. MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil republicano; v.2).

¹³¹ A respeito dessa idéia achamos necessário chamar a atenção para uma questão. Ao longo do primeiro capítulo insistimos que os integralistas, inspirados em Alberto Torres, rejeitavam a noção de política como atividade especulativa ao defenderem que a verdadeira política deveria se ancorar na realidade nacional. Acreditamos esse ponto tenha funcionado mais como um recurso retórico e menos como uma postura concreta diante dos problemas vivenciados pela sociedade. Os periódicos, panfletos e jornais integralistas reproduziam esse discurso doutrinário a-histórico, característicos aos discursos autoritários.

¹³² REGIS, João Rameres. *“Galinhas-Verdes”: Memórias e História da Ação Integralista Brasileira, Limoeiro-Ceará (1934-1937)*. Dissertação de Mestrado, Fortaleza: 2002.

Um indício dessa contradição da práxis integralista é o seu posicionamento frente aos processos eleitorais. Um panfleto sobre as eleições conclama os eleitores a refletirem sobre a importância do voto, alertando-os para a ambição dos partidos políticos que se valiam da sinceridade do povo, oferecendo-lhe propinas para depois esquecê-lo. Nesse sentido, prossegue:

O Integralismo tem um programa NACIONAL, de reforma político-social, visando o bem estar de todas as classes. Não cabala o meu voto com promessa de emprego, negociatas, nem outra qualquer vantagem, - respeitando assim o meu civismo e o meu caráter. Ele não abre AGÊNCIAS DE LEILÃO ELEITORAL para fechá-la depois da luta; mas, mantêm-se de pé, firme, DOCTRINANDO A NAÇÃO na escola do sacrifício pelo bem da Pátria, em vigília constante, como sentinela da nossa integridade ameaçada pela onda vermelha infiltrada nos partidos políticos. Não está sujeito à infiltração bolchevista, porque essa infiltração só pode existir onde há afinidade de IDEIAS GASTRICOS. Pode o INTEGRALISMO fazer obra útil, porque não faz acordos e não tem, portanto, FAVORES A COMPENSAR.

E, sob esse raciocínio, vote naquele que representará os interesses de sua classe, pois ele conhece as necessidades dela.

O INTEGRALISMO apresenta candidatos das diversas classes profissionais – LIVRES DE COMPROMISSOS

**POLÍTICOS, - disciplinados na escola do bem comum,
dispostos a tudo sacrificarem pelo bem do Município, da
Província e do Brasil.**

**Dê expressão ao seu voto! Que ele seja o índice de sua
própria vitória, visando a vitória do BRASIL FUTURO¹³³.**

O conteúdo do panfleto é indicativo da posição do staff integralista em favor da estratégia eleitoral, mesmo que essa postura não representasse o sentimento de todos, pois havia um certo descontentamento por parte de setores internos na adoção dessa via como forma de luta. No entanto, podemos observar que as idéias e imagens sobre a realidade nacional, sobre os partidos políticos e sobre a posição do Integralismo frente às eleições são operadas no sentido de negar o passado liberal e reafirmar a posição da AIB como mediadora das transformações em curso. Esse discurso é dirigido à população em geral que conhecia de perto os efeitos das disputas políticas locais assentadas nos interesses imediatos dos grupos envolvidos. Entretanto, muitos integralistas que faziam uso desse discurso, no caso do movimento no Ceará, encaixavam-se perfeitamente no perfil daquela postura política criticada.

O panfleto acima foi produzido pela Secretaria Nacional de Propaganda – SNP - e possivelmente distribuído a todos os núcleos municipais espalhados pelo Brasil. Sua crítica ao regime liberal e aos métodos utilizados pelos partidos para atingirem o poder (e logo em seguida não realizar as promessas feitas à sociedade) buscava ecoar entre os setores sociais historicamente alijados do

¹³³ APERJ, Fundo: DESPS; Setor: Panfletos; Caixa: 45; p.867.

processo político. Ao se contrapor à ética política liberal e anunciar **um programa NACIONAL, de reforma político-social, visando o bem estar de todas as classes**¹³⁴, mirava nesses segmentos para deles obter o apoio. O discurso assentado na idéia de não privilegiar nenhum segmento, em especial, mas a sociedade como um todo, certamente repercutiria positivamente numa sociedade colocada à margem das ações e dos programas políticos, quer dos partidos, quer dos sucessivos governos.

A circulação de materiais com temas voltados para as eleições, produzido pela SNP se intensificou a partir dos anos de 1935, quando a opção eleitoral da AIB já predominava¹³⁵. Nesse sentido, deduzimos que todos os núcleos municipais do movimento espalhados pelo país seguiam essa orientação. Quanto aos núcleos integralistas no interior do Ceará (a maioria criados a partir de 1934) é possível que tenham sido mais susceptíveis a essa estratégia. Esses núcleos se por um lado não tinham participado do debate em torno da fundação da AIB, em 1932, por outro, eram chefiados por elementos afeitos às disputas políticas municipais. Não podemos esquecer que a cúpula integralista nacional investiu nessa estratégia, pois pretendia fazer do seu chefe máximo, Plínio

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ A estratégia eleitoral adotada pela AIB coincide com a proibição do funcionamento das milícias (Art. 47 da Lei Nº 38, de 04 de abril de 1935 – Lei de Segurança Nacional). No entanto veio se encaixar no redirecionamento das práticas integralistas em função das eleições parlamentares e municipais e, principalmente com a proximidade do pleito para presidência da República. Ver: TRINDADE, Hégio. *Integralismo*. In: ABREU, Alzira Alves. [et al.]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atualizada, Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p 2807-2814. Sobre a proibição da AIB em constituir milícias, ver o comunicado oficial do Chefe de Polícia do Distrito Federal, Vicente Ráo, aos integralistas. APERJ. Fundo: Polícia Política; Pasta 1A; Caixa: 669.

Salgado, Presidente da República através da eleição que estava marcada para março de 1938¹³⁶.

No Ceará, a opção eleitoral já se mostrava forte, principalmente pela aliança político-eleitoral que os integralistas mantinham com a LEC desde as eleições constituintes (1933) até as eleições municipais (1936). A força eleitoral da LEC ficou evidenciada primeiramente na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte ocorrida no dia 03 de maio de 1933, quando elegeu os seis candidatos apresentados contra quatro do PSD, que havia apresentado uma chapa com nove candidatos¹³⁷. Nova demonstração do seu potencial eleitoral aconteceu nas eleições para a Câmara Federal e para a Constituinte Estadual, ambas em 1934. Para a Câmara Federal a LEC elegeu sete deputados contra quatro eleitos pelo PSD e para a Constituinte Estadual elegeu dezessete deputados contra treze do PSD, dois deles pertenciam a AIB: Carlos Benevides e Ubirajara Índio do Ceará¹³⁸ (esse último ocupou a Chefia Provincial da AIB ao

¹³⁶ Em razão da campanha eleitoral para presidência da República o comando da AIB passa a envidar esforços para conseguir recursos financeiros (*Campanha financeira pelo bem do Brasil*) e para arregimentar novos eleitores (plebiscito organizado pelo Secretário Nacional de Corporações e Serviços Eleitorais, Almeida Sales). APERJ. Fundo: Polícia Política; Pasta 13; Caixa: 676.

¹³⁷ Os seis deputados eleitos pela LEC para Assembléia Nacional Constituinte foram: Luiz Sucupira, Valdemar Falcão, Leão Sampaio, Jeová Mota, José Antônio de Figueiredo Rodrigues e Antônio Xavier de Oliveira. Segundo Júlia Miranda, dois deles eram integralistas: Valdemar Falcão e Jeová Mota. In. MIRANDA, Júlia. *O Poder e a Fé: Discurso e Prática Católicos*. Fortaleza: Edições UFC, 1987, p. 93. Josênio Parente destaca apenas Jeová Mota como sendo integralista, com isso tenta mostrar que a LEC tivera mais influencia eleitoral no Ceará do que a AIB. In. PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê: os camisas verdes no poder*. Fortaleza: EUFC, 1999, p.154. Os deputados constituintes eleitos pelo PSD foram: Fernandes Távora, João da Silva Leal, José de Borba Vasconcelos e João Jorge de Pontes Vieira. MOTA, Leonardo. *Data e fatos para a História do Ceará*. In. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: 1957. Na eleição de 1933 se apresentaram 50 candidatos para as 10 vagas disponíveis, distribuídos em 08 chapas e outras candidaturas avulsas. As 08 legendas eram: Partido Democrata, Partido Nacionalista, Partido Social Nacionalista, Liga Eleitoral Católica, Partido Agrário, Partido Social Democrático, Partido Economista, Ceará Irredento. Jornal **Correio do Ceará**. 29 de abril de 1933.

¹³⁸ Ver, MIRANDA, Júlia. *O Poder e a Fé*: Op. Cit. p. 93-101.

sucedido o Capitão Jeová Mota)¹³⁹. Essa diferença na composição da Constituinte Estadual deu a Legião a maioria para eleger o novo governo constitucional do Ceará, em 1935, Dr. Francisco Menezes Pimentel¹⁴⁰. O pleito municipal de 1936 foi mais equilibrado, a LEC a partir de uma coligação ampla com as forças conservadoras venceu as eleições, mas o PSD obteve, segundo eles, bons resultados¹⁴¹.

A opção eleitoral da AIB foi se consolidando em sua trajetória. A possibilidade de ocupar cargos políticos e fazer desse espaço conquistado um instrumento para dar suporte à candidatura de Salgado à presidência moveu a militância integralista. A aliança com a LEC representava uma aproximação ideológica e uma unidade de ação em curso em todo o Brasil. No Ceará representava a possibilidade concreta de intervenção nas acirradas disputas políticas polarizadas que a LEC vinha travando contra o PSD. A primeira abrangia as forças descontentes com as posições perdidas durante a Revolução de 1930 e o segundo capitaneando as forças ditas revolucionária.

Devemos considerar que os anos de 1930 foram agitados e seus efeitos se estenderam à sociedade como um todo. No Ceará, a participação de lideranças políticas como: Juarez Távora, Valdemar Falcão, Jeovah Motta e

¹³⁹ Jeová Mota transfere-se para o Rio de Janeiro, na condição de Deputado Constituinte, em 1934, onde ocupou cargos na AIB nacional, no Departamento de Justiça e no Departamento de Economia Política e depois no secretariado de Doutrina Integralista. In. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01; Caixa: 669; p. 127; a partir desse momento assume a chefia integralista na *província* do Ceará, Ubirajara Índio do Ceará. Ver: APERJ, Op. Cit. p. 128.

¹⁴⁰ MIRANDA, Júlia. *O Poder e a Fé*: Op. Cit. p. 93-101 e MOTA, Leonardo. *Data e fatos para a História do Ceará*. In. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: 1958.

¹⁴¹ Dos 76 municípios existentes, a coligação liderada pela LEC elegeu 53 prefeitos contra 23 do PSD; para vereador, o grupo da LEC elegeu 386 (28 deles eram filados a AIB) contra 250 do PSD. Na avaliação dos pessedistas, embora eles tenham elegido um grupo menor de prefeitos e vereadores a eleição representou um avanço porque conseguiram a maiorias nos municípios com maior projeção política no estado. Ver. CPDOC/FGV. Fundo: Juarez Távora. JT. Dpf. 1932.06.03. Pasta: VI, p. 7.

Severino Sombra¹⁴² nos acontecimentos políticos nacionais colocava a população cearense em expectativa quanto aos rumos do país. A crítica ao regime liberal e o anúncio de novos dias para a nação brasileira, baseados na idéia de moralização política, acenavam para a possibilidade da extensão dos direitos políticos. Severino Sombra e Jeová Mota foram responsáveis em fundir as aspirações tenentistas com o discurso católico, tornando-os acessíveis às representações políticas da população cearense. Esse discurso que aliava as propostas do movimento tenentista do Clube 03 de Outubro¹⁴³ com o pensamento da Ação Católica foi fundamental para orientar a atuação da AIB no Ceará¹⁴⁴.

A anuência da Igreja Católica às atividades integralistas, bem como a participação de alguns clérigos nas hostes do movimento, influiu para que muitos populares aderissem ao **credo verde**¹⁴⁵. Some a esse fator a adesão de muitos líderes políticos interioranos ao movimento. A aproximação com os senhores da situação política naquelas municipalidades permitiu aos integralistas no Ceará incluírem-se na dinâmica política em curso para daí se

¹⁴² Para saber mais sobre essas personagens políticas cearenses que tiveram atuação no cenário político nacional dos anos pós-1930, ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930, coordenado por Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro: Editora da FGV; CPDOC, 2001.

¹⁴³ Severino Sombra e Jeová Mota pertenceram ao Clube 03 de Outubro, no Ceará, do qual fizeram parte do Conselho Diretor, eleitos em 21 de fevereiro de 1932. Ver. . MOTA, Leonardo. *Data e fatos para a História do Ceará*. (1957), Op cit.

¹⁴⁴ Gostaríamos de lembrar que o envolvimento de Sombra e Mota com a doutrina social católica não se tratava apenas de uma aliança estratégica, os dois envergaram a bandeira da Ação Católica, tanto na LCT como noutros espaços. Para ilustrar o nível dos seus envoltimentos destacamos que a primeira missa celebrada pelo Padre Hélder Câmara, no dia 17/08/1931, foi acolitada por Severino Sombra e Jeová Mota. MOTA, Leonardo. *Data e fatos para a História do Ceará*. In. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: 1955.

¹⁴⁵ O ingresso de membros do clero nas hostes integralistas foi uma tônica do movimento no Ceará. Embora do ponto de vista geral apareça com muita freqüência o nome do Padre Hélder Câmara nos trabalhos sobre o movimento. Talvez essa insistência dos intérpretes tenha contribuído para ocultar, ou pelo menos para desviar a atenção, para outros padres que foram ferrenhos defensores da doutrina integralista.

constituírem com sucesso. Essa associação com os herdeiros da cultura política coronelística era resolvida no campo discursivo, intensificando as críticas (a-histórica) ao regime político liberal. Acrescentamos que muitos chefes integralistas do interior advinham dessa cultura política que o discurso integralista rejeitava. Ao se mostrarem publicamente contrários a esses expedientes, os integralistas buscavam obter a confiança de parte da população, principalmente daquela afastada do jogo político.

Retomando o panfleto integralista já citado, observamos como o discurso do movimento da AIB buscava afastar-se de todas as práticas políticas identificadas com o regime político liberal e democrático. Nesse sentido, afirmava que o Integralismo **não cabala o meu voto com promessa de emprego, negociatas, nem outra qualquer vantagem, respeitando assim o meu civismo e o meu caráter**¹⁴⁶. Assim, apontava para um dos principais problemas do sistema clientelista e paternalista, a troca de favores, tão característico das disputas políticas daquele período e naquele meio. Ressaltamos que o Integralismo no interior do estado do Ceará enquanto usava, de um lado, um discurso moralizador calcado na crítica aos partidos e às práticas políticas da Primeira República, do outro, valia-se dessas práticas e da estrutura dos velhos partidos, bem como, da fidelidade política, como elemento importante para sua constituição e reprodução.

Os chefes municipais da AIB ao fazerem discursos contra o regime liberal estavam a fazer discursos contra si próprios e contra toda a tradição política a qual representavam. Nisso residia o grande paradoxo da atividade integralista

¹⁴⁶ APERJ, Fundo: DESPS; Setor: Panfletos; Caixa: 45; p.867.

nas comunas interioranas do Ceará, pois não podemos deixar de considerar que entre os chefes integralistas, havia comerciantes, boticários, médicos e advogados, elementos estabelecidos nos núcleos urbanos das diversas regiões do estado. Não podemos deixar de levar em conta que esses mesmos núcleos urbanos eram muito acanhados e que a dinâmica política própria a essas sedes de municípios era forjada no campo, entre os produtores rurais, os chamados coronéis. Muitos chefes municipais eram os próprios filhos desses proprietários que haviam estudado na capital do estado ou em outro centro urbano e retornavam à sua terra natal para darem continuidade à atividade política de seus ascendentes¹⁴⁷.

Destacamos ainda que as práticas coronelísticas não desapareceram, mesmo com todo o arsenal de críticas que a elas eram dirigidas durante esse período de efervescência política. Os discursos apunham ao coronelismo a possibilidade de profissionalização dos poderes e dos serviços públicos, bem como a possibilidade de envolver a sociedade nos destinos do país, garantindo-lhe o direito à participação. Não podemos esquecer nesses municípios as práticas clientelísticas e coronelísticas, que tanto inspiraram Vitor Nunes Leal em seu **Coronelismo, enxada e Voto**¹⁴⁸, subsistiram após essas nesgas de tomada de consciência política. Isso é indiciário para percebermos que os grupos políticos locais souberam se amoldar aos imperativos políticos da época e

¹⁴⁷ No último capítulo dessa tese dedicamos atenção a dois chefes municipais que se encaixam nesse perfil de que falamos acima e expressam o ethos integralista no Ceará.

¹⁴⁸ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

garantiram, assim, mais que uma sobrevida, garantiram longevidade¹⁴⁹. Não raramente, antigos líderes integralistas vieram a ocupar, posteriormente, cargos políticos nas diferentes esferas do poder – municipal ou estadual – lançando mão de estratégias dantes condenadas, por eles próprios.

Os dois elementos que serviram ao sucesso integralista nos distantes municípios do Ceará foram: as críticas contundentes ao regime liberal e à dinâmica política derivada desse modelo que colocava nas mãos dos coronéis locais, um poder quase absoluto em seus potentados¹⁵⁰; e o discurso anticomunista difundido pela Igreja Católica, pelos grupos políticos conservadores e pelas agências do Estado. Esses dois elementos, associados ao entusiasmo e a euforia despertados com a revolução de 1930, levaram grande parcela da população cearense a aderir ao movimento do sigma.

Ressaltamos que esse entusiasmo da população refletia a repulsa geral ao regime coronelístico, tão arraigado na dinâmica política dos rincões cearense. Tudo isso veio se harmonizar com o discurso integralista nos anos posteriores ao de 1932, quando o debate em torno dos interesses da nação se encontrava aceso. Consideramos o fato de no Ceará as lideranças tenentistas terem feito – nos municípios do interior – uma verdadeira varredura política, destituindo e ou aprisionando alguns líderes ligados aos antigos coronéis, bem como, procedendo ao desarmamento dos mandatários locais¹⁵¹. O efeito dessas

¹⁴⁹ Sobre o coronelismo no interior do Ceará, mais especificamente, na região do Cariri, Joaryvar Macedo expõe sua trajetória e sua dinâmica, destacando seu enfraquecimento com a Revolução de 1930 e sua posterior rearticulação. MACEDO, Joaryvar. *Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri Cearense*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990, p. 259-270.

¹⁵⁰ MACEDO, Joaryvar. Op. cit. p. 17.

¹⁵¹ MACEDO, Joaryvar. Op. cit. p. 263.

medidas foi positiva entre os populares, pois acenava para a possibilidade de alterar uma situação que perdurava há décadas.

Os antigos coronéis buscaram entre seus descendentes e aliados mais jovens – muitas vezes formados nos grandes centros urbanos – a renovação das forças políticas para dar continuidade ao poder da família e de seus correligionários. Dessa forma, muitos municípios passaram a ser administrados por comerciantes, bacharéis, médicos, pessoas que passaram a se impor pela formação profissional, conseguida através dos estudos nas faculdades dos grandes centros urbanos do país. Assim, o que Joaryvar Macedo definiu como o ocorrido entre os grupos dominantes no sul do Ceará¹⁵², na região do Cariri, pode ser visto como um processo quase generalizado no interior do estado. Ressaltemos que embora as principais lideranças integralistas interioranas se constituíssem de jovens formados nos centros urbanos, herdeiros dos antigos mandatários, encarnavam a imagem das mudanças que animavam o debate político do período no qual o movimento integralista se integrou.

Devemos considerar que os coronéis tiveram, não por muito tempo, seus poderes abalados nos acontecimentos de 1930. Em 1933 se encontravam em plena campanha eleitoral em apoio aos candidatos da LEC. Contrariamente ao discurso oficial da AIB, difundido em panfletos e outros expedientes de propaganda, esses coronéis e seus aliados continuavam cabalando votos com promessas de emprego, negociatas e tantas outras vantagens prometidas para os seus eleitores. Segundo Macedo, agiam **cabalando votos e aliciando eleitores**

¹⁵² Idem. p. 265.

– parentes, aderentes, moradores, amigos, chefetes, compadres e afilhados – em prol da Liga Eleitoral Católica¹⁵³.

Discursivamente a AIB e a LEC negavam as práticas políticas dos partidos, por considerá-las contrárias aos interesses coletivos da nação e apenas reforçarem os interesses particulares de grupos e de pessoas neles envolvidos. No calor dos acontecimentos e das disputas pelos cargos públicos municipais, entretanto, lançavam mão desses expedientes. Observamos, assim, que o fenômeno do coronelismo¹⁵⁴ não fora extinto, passou por transformações. Reorganizou-se, metamorfoseou-se e sobreviveu aos reveses sofridos com a Revolução de 1930 e com o regime político adotado.

O fenômeno do coronelismo tem raízes profundas na história política do Brasil, e não somente na chamada **política dos governadores** de Campos Sales, que lhe deu feições peculiares e poderes quase ilimitados aos chefes políticos locais. Foi um fenômeno que antecedeu ao período da Primeira República, pois veio do **homem-bom** – do dono de terra do período colonial – e também da Guarda Nacional do Império. Posteriormente, o coronelismo se metamorfoseou¹⁵⁵ e os instrumentos de cabalar votos, de apadrinhar eleitores e de trocar favores, apesar de toda a transformação por que passou o Brasil na

¹⁵³ Idem. p. 265.

¹⁵⁴ Esse fenômeno, datado da primeira República e localizado no interior do Ceará é dotado de certas características que muito servem para analisar a situação política no espaço tempo da pesquisa. Na definição de Joaryvr Macedo, citando Vitor Nunes Leal o coronelismo era *um compromisso, uma troca de proveitos [...] certa forma de incursão do poder privado no domínio público*. LEAL, Vitor Nunes. Apud. MACEDO. Joaryvar. Op. citi. P. 17. Segundo Macedo, as características dessa forma de poder se assentava no voto de cabresto em que lhe conferia prestígio político; e as eleições a bico de pena, em que prevalecia a trapaça eleitoral. Idem. p.17.

¹⁵⁵ Ver: CARVALHO, José Murilo. *As metamorfoses do coronel*. In. Política e Democracia – Revista de Política e Cultura, No. 1, jan./abr. 2001 – Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2001, p. 15-22.

última metade do século passado, ainda são recursos utilizados como estratégias para alcançar o poder.

Foi no contexto da crise do coronelismo clássico que os núcleos integralistas foram criados no interior do Ceará. O Integralismo sintonizou-se com o discurso modernizador dos movimentos de contestação ao regime liberal da década de 1920 e o incorporou ao pensamento conservador e autoritário dos anos de 1930, momento em que o autoritarismo deixou de ser apenas um discurso e passou a ser uma realidade. Por outro lado, adequou-se às práticas clientelísticas e coronelísticas em curso e arraigadas nas representações políticas das populações locais. Nesse jogo dúbio, desenvolveu-se e proliferou-se enquanto um movimento que pregava o saneamento político e moral da nação, ao passo que se harmonizou com aquilo que, do ponto de vista retórico, rechaçava. A combinação desses elementos explica o sucesso dos movimentos conservadores e autoritários, como o Integralismo e a Ação Católica. Nesse contexto aparecem os agentes políticos dessa mesma tradição, os coronéis com seus instrumentos de mando, embora, travestidos em novas personagens da política local: as gerações mais novas e mais instruídas, porém, não menos comprometidas com o jogo político corrente. Consideramos, portanto, haver um ethos integralista que se define por essa articulação da AIB com as forças políticas locais.

2.2- A AIB no estado do Ceará

Para definirmos o ethos da AIB no estado do Ceará se faz necessário analisar a trajetória do movimento nesse estado, que vai da fundação do Núcleo Provincial em 1932, passa pela expansão em direção aos municípios interioranos, inclui sua extinção oficial em 1937 e se estende às atividades clandestinas após essa data. Para tanto, devemos realçar a movimentação dos seguidores de Plínio Salgado frente às forças políticas em atuação no período para podermos estabelecer como se posicionaram diante da dinâmica política local. Da movimentação da AIB no contexto das disputas políticas no Ceará, realçamos a articulação preferencial dos integralistas com as forças políticas conservadoras e reacionárias do estado.

A historiografia cearense não é precisa quanto a fundação da AIB no Ceará. Josênio Parente indica o dia 15 de novembro de 1932 como a data de criação oficial do movimento integralista no estado, a partir da instalação do núcleo provincial em Fortaleza. Ele acrescenta que foram oradores da sessão de fundação da AIB: Jeová Mota, que viria a ser o seu primeiro Chefe Provincial; padre H. Hélder Câmara (membro da Juventude Operária Católica – JOC – e um dos fundadores da Legião Cearense do Trabalho – LCT¹⁵⁶, entidade precursora

¹⁵⁶ Hélder Câmara era padre recém-formado, fazia parte do que ficou conhecido como a turma de padres reformados da Prainha, Seminário da Arquidiocese do Ceará. Dessa turma saíram vários clérigos que vieram a intervir na vida política do Ceará, muitos deles com fortes ligações com o Integralismo. Câmara mobilizou os filhos de operários e a Juventude Operária Católica e, no dia 15 de outubro, desfilou com a juventude jocista num gesto de adesão da JOC à LCT. In. PARENTE, Josênio Camelo. Op. cit. p. 125.

do Integralismo); Hugo Vitor Guimarães, um acadêmico¹⁵⁷ e o senhor Manuel dos Santos, da LCT. Para João Alfredo Montenegro, logo após a fundação da Sociedade de Estudos Políticos – SEP – houve uma reunião preparatória da AIB no dia 08 de maio de 1932, que resultou na criação do Núcleo Provincial no dia 22 do mesmo mês, durante a quarta sessão da SEP. De acordo com Montenegro, no dia 26 (quatro dias após a fundação) foi constituído o diretório da AIB no Ceará, composto por: Severino Sombra, Jeová Mota, José Bonifácio de Sousa, Ubirajara Índio do Ceará e Hugo Vitor Guimarães¹⁵⁸. As divergências quanto à data da fundação deveram-se, segundo Montenegro, às próprias fontes. A hipótese do dia 15 de novembro é de Leonardo Mota, enquanto Lauro Maciel indica o dia 22 de maio de 1932, data pela qual Montenegro opta, por Maciel ter sido ardoroso militante integralista e, por conseguinte, profundo conhecedor da história do movimento do sigma no Ceará, segundo o autor¹⁵⁹.

As controvérsias sobre a criação da AIB não se reproduzem quando o assunto é a sua extinção. Para os historiadores cearenses, as atividades da AIB se encerraram por ocasião do Golpe de Estado de 1937, que decretou o fim dos partidos políticos e conseqüentemente, levou a AIB nacional ao fechamento, por conseguinte, as suas seções estaduais. Essa análise não leva em consideração

¹⁵⁷ PARENTE, Josênio Camelo. Op. cit. p. 142. Acreditamos que Parente tenha tido como referência para afirmar com certa segurança a data de fundação da AIB as informações de Leonardo Mota em seu trabalho: *Datas e Fatos para a História do Ceará*, publicado pela Revista do Instituto Histórico do Ceará em 1957.

¹⁵⁸ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O integralismo no Ceará: variações ideológicas*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1986, p. 19.

¹⁵⁹ MOTA, Leonardo. *Datas e fatos para a história do Ceará*. Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza, (71): 120, 1957 e SEVERIANO, Lauro Maciel. In *Jornal A Razão*. 28 de março, 1937. Apud. MONTENEGRO, João Alfredo. Op. cit. 21.

o fato de muitos integralistas permanecerem fiéis à sua doutrina, portanto, em atuação, a despeito das determinações impostas pelo poder central¹⁶⁰.

Olhando de forma mais atenta a documentação, podemos observar que o fechamento da AIB representou, inclusive para esses historiadores cearenses, um assunto encerrado. Entretanto, para muitos ex-militantes, representou apenas a interrupção momentânea de um sonho mais amplo de edificar uma nação livre, forte e coesa em busca do progresso social¹⁶¹. Talvez esse tenha sido o sentimento mais freqüente entre os ex-militantes do movimento no interior do Ceará, contrariando, de certa forma, as posições dos próprios chefes municipais que acataram tais determinações, pois suas ambições políticas estavam acima dos interesses da AIB¹⁶².

Não obstante as posturas interpretativas dos pensadores e os sentimentos de ex-militantes em torno da extinção da AIB, entendemos que as atividades integralistas se mantiveram por mais alguns anos após o seu fechamento. Um indício forte dessa movimentação foram as várias prisões de militantes do sigma acontecidas, tanto na capital como no interior, a partir do ano de 1937¹⁶³. Recorremos a essa documentação com o propósito de dar relevo a

¹⁶⁰ Os dois principais trabalhos sobre o movimento integralista no Ceará são coincidentes em datar o fim de suas atividades em 1937. Ver: MOTENEGRO, João Alfredo Souza. *O Integralismo no Ceará: variações ideológicas*. Fortaleza: IOCE, 1986. PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê – Os Camisas Verdes no Poder*. Fortaleza: EUFC, 1999. Essa interpretação também é recorrente à memória integralista em vários municípios onde o movimento existiu. Ver: REGIS, João Rameres. “Galinas-Verdes”: *Memórias e História da Ação Integralista Brasileira, Limoeiro-Ceará (1934-1937)*. Dissertação de Mestrado, Fortaleza: 2002.

¹⁶¹ Sobre esse assunto ver Regis, principalmente o 3º. Capítulo que trata da memória integralista para os ex-militantes da AIB em Limoeiro. REGIS, João Rameres. Op cit.

¹⁶² Podemos destacar o exemplo de Franklin Chaves, chefe municipal de Limoeiro que após o fechamento da AIB se desligou pro completo das idéias que norteavam o movimento e não acedeu, na década de 1950, ao convite de Plínio Salgado para integrar o PRP. Ver: NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondin Chaves, 21/03/1984.

¹⁶³ APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta: 06; Dossiê: 01.

essa movimentação dos integralistas no pós-1937 e também rever, de certa forma, as leituras que se cristalizaram sobre o fim do movimento da AIB no Ceará. Entretanto, adotamos o referido ano como aquele que marca oficialmente o encerramento das atividades integralistas no Ceará. Nesse estado o movimento do sigma havia se adequado à dinâmica política local e dessa forma, já havia cumprido seu papel de dar sobrevida aos herdeiros da cultura política coronelística pelos diversos municípios do interior.

Retomando o tema do início das atividades da AIB no Ceará, destacamos que antes mesmo de vir à cena o movimento integralista, foi fundada a LCT no Ceará, no dia 23 de agosto de 1931¹⁶⁴. Fato ocorrido numa sessão solene no Teatro José de Alencar, que segundo **O Ideal Legionário** – obra de Severino Sombra – contou com a presença de autoridades civis e militares e com o comparecimento de mais de seis mil trabalhadores¹⁶⁵. A LCT, entidade fundada pelo Tenente Severino Sombra com a colaboração de outro tenente, Jeová Mota, coadjuvados pelo recém-formado padre Hélder Câmara, serviu de base

¹⁶⁴ Sobre a data de fundação da LCT, os estudiosos cearenses sobre o assunto são convergentes em afirmar que ela foi lançada publicamente no dia 23 de agosto de 1931, bem como em afirmar a liderança e primeira chefia do Tenente Severino Sombra. Ver, MIRANDA, Júlia. Op. cit. p. 81; MONTENEGROS, João Alfredo de Sousa. Op. cit. p. 23; PARENTE, Josênio Camelo. Op. cit. p. 125. Segundo Leonardo Mota a LCT teve seus estatutos aprovados no dia 05/08/1931 e a sessão de instalação ocorreu no dia 23/08/1931. Acreditamos que os demais autores se referenciaram nele. Ver: MOTA, Leonardo. *Datas e fatos para a História do Ceará*. In. Revista do Instituto do Ceará, 1957. Hélgio Trindade, em sua colaboração ao *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós-1930*, aponta o dia 23 de agosto de 1932, como a data de criação da LCT, diferindo em um ano dos autores cearenses. É possível aferir que o autor gaúcho tenha cometido um engano. Ver o verbete a Legião Cearense do Trabalho In. TRINDADE, Hélgio. *DHBB: Pós-1930*, p. 30-46-3047. Severino Sombra como chefe da LCT confessadamente assume as influências que recebera do pensamento de Jackson de Figueiredo. Segundo ele, *um pensamento católico rigoroso*. Fala de um ciclo de amizade com Tristão de Athayde, Sobral Pinto e Amilton Nogueira, demonstrando, assim, sua filiação à Ação Católica Brasileira. In. NUDOC/UFC. Entrevista com Severino Sombra, 1983.

¹⁶⁵ SOBRA, *O Ideal Legionário*. Apud. PARENTE, Josênio Camelo. Op. cit. p. 125. O jornal *O Nordeste*, órgão oficial da Arquidiocese do Ceará, noticia a fundação da LCT enfatizando a destacada atuação de Severino Sombra. In. *O Nordeste*. 06/09/1931.

para a criação da AIB no Ceará¹⁶⁶. Agremiações como a LCT garantiam a intervenção da Igreja Católica na vida social e política do Brasil, a partir das orientações do Centro Dom Vital, inspirada na encíclica **Rerum Novarum** do Papa Leão XIII¹⁶⁷. A influência da Ação Católica Brasileira e do Centro do Vital sobre a LCT é atestada pelo próprio Sombra em entrevista ao NUDOC/UFC. Sobre o assunto Severino Sombra afirmou:

Então todos nós, essa mocidade que se arregimentou em torno de Jackson de Figueiredo, em torno do seu pensamento, de sua obra, com aquela... aquele calor humano que ele transmitia, e em torno do Centro Dom Vital naquela época, todos nós éramos formados nesse pensamento anti-liberal. Anti-liberal.... o liberalismo filosófico, político, de que... que era acusado pela Igreja, pelo pensamento, pelos pensadores católicos era acusado dessa transformação que levou à indiferença, o ateísmo do mundo moderno.

E então, daí, quando veio... eu já aspirante, fui para o Ceará já com a missão de lá no Ceará promover esse movimento de renovação católica, que tinha sede no Rio de Janeiro e encaminhado... surgiu o pensamento, da ação do trabalho

¹⁶⁶ Sobre a LCT e sua intervenção no insipiente movimento operário no Ceará e também sobre outras organizações inspiradas na Ação Católica Brasileira, criadas da mesma forma por Severino Sombra ver, dentre outros. SANTOS, Maria Sângela de Sousa. *A organização dos operários têxteis, Fortaleza / Ce (1933-1938)*. Recife: Mimeo, 2000, p. 38-61.

¹⁶⁷ Segundo Igino Giordani, a encíclica **Rerum Novarum**, publicada em 15 de maio de 1891, *pode colocar-se ao lado das grandes definições conciliares e das encíclicas pontifícias mais importantes pela ressonância social produzida e pelo influxo que ainda agora exerce [...]. A Rerum Novarum foi para a ação social cristã, o que foi o manifesto comunista (1848) ou o Capital de Marx para a ação socialista*. GIORDANI, Igino. *Apresentação*. In. *Rerum Novarum*. Tradução: Manuel Alves da Silva, S.J., 14^a. Edição. São Paula: Paulinas. 2004, p. 5.

extraordinário do Jackson de Figueiredo. E que estava sendo representado, após a morte do Jackson, estava sendo representado pelo Alceu, pelo Tristão de Athayde, com quem eu passei a me corresponder assiduamente¹⁶⁸.

Observamos, dessa forma, a influência direta da Ação Católica, que tinha à frente Dom Manuel da Silva Gomes – Arcebispo do Ceará – sobre um conjunto de organizações conservadoras e autoritárias, espalhadas pelo estado¹⁶⁹. Para dar suporte às ações dos grupos católicos e de seus aliados, foram criados vários órgãos de divulgação¹⁷⁰. Assim, podemos destacar também a criação em 1915 dos Círculos Operários e Trabalhadores Católicos de Fortaleza e em 1925 da Federação Operária Cearense, organizações precursoras da LCT, como estratégia de ação inspirada nos preceitos da encíclica papal¹⁷¹.

Além dessa atuação voltada para a classe operária, outras estratégias foram implementadas pelo arcebispo Dom Manoel no intuito de dar continuidade ao projeto de romanização e de **recatolização** da sociedade cearense, em curso desde o limiar do séc. XX. Dessa forma, investiu na formação do clero e em

¹⁶⁸ NUDOC/UFC. Entrevista com Severino Sombra 1983.

¹⁶⁹ Além da LCT foram fundadas outras agremiações inspiradas na Ação Católica como: União dos Moços Católicos; Centro Jackson de Figueiredo; Liga dos Professores Católicos, Juventude Operária Católica e a principal delas, a Liga Eleitoral Católica.

¹⁷⁰ Jornais: “O Nordeste”, Fortaleza, 1923; “Correio da Semana”, Sobral, 1918; “O Bandeirante” (Órgão do Centro Jackson de Figueiredo), Fortaleza, 1929; “A Razão” (Integralista), Fortaleza 1936; “O Legionário” (LCT), Fortaleza, 1932. “A Ordem” (Integralista), Aracati, 1934; “A Verdade” (Integralista), Sobral, 1934; “A Idéia” (Integralista), Aracati, 1936. Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Setores: Periódicos e Microfilmagem.

¹⁷¹ Sobre esse assunto ver MIRANDA, Júlia. Op. cit. p. 81 e SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, moralizando” (1915-1963)*. Fortaleza: Edições NUDOC/UFC, 2007, (Coleção Mundos do Trabalho).

parte do laicato católico com vistas a desestimular as devoções e formas de religiosidade populares. Os leigos juntamente com os padres romanizados, esses saídos do Seminário da Prainha a partir dos últimos anos da década de 1920, foram os responsáveis de estender a todos os recantos do Ceará esse projeto da Ação Católica Brasileira. Severino Sombra e Jeová Mota, como leigos, Hélder Câmara, como clérigo e outras figuras de destaque no cenário religioso e político cearense, encabeçaram um número maior de católicos com atuação em todo o Estado, preparando o terreno para os movimentos de caráter contestador ao regime liberal. Como parte de projeto de renovação católica no Ceará, ressaltamos a criação em 1914 das Dioceses de Crato e Sobral, respectivamente, sul e norte do Estado, fato que elevou Dom Manoel da Silva Gomes ao posto de primeiro arcebispo cearense e, principalmente, fixou em duas regiões distantes de Fortaleza a presença oficial da Igreja. Somam-se a esses fatos a criação em 1923 do jornal **O Nordeste**, ligado à Arquidiocese e dois outros periódicos ligados à Ação Católica que circulavam no Ceará: **Correio da Semana**, da Diocese de Sobral e **A Ação**, da Diocese do Crato.

De acordo com Severino Sombra, em sua fala acima, havia uma estratégia de atuação no intuito de disputar a preferência da sociedade cearense em favor do catolicismo social e, conseqüentemente, em favor de um projeto político mais amplo, dentre eles, o movimento integralista. Lembremos o debate, no capítulo anterior, sobre a influência de pensadores como Jackson de Figueiredo, Alberto Torres e Alceu Amoroso Lima para conformar um

pensamento nacionalista e autoritário que veio a se harmonizar com o sentimento da população.

Não podemos esquecer, portanto, a tentativa da Igreja Católica no Ceará de estender sua influência sobre a classe operária¹⁷², pois disputava com os comunistas e socialistas (seus principais inimigos) a adesão desse segmento social ainda muito incipiente em Fortaleza e em todo o estado. Nesse sentido, não podemos deixar de enfatizar a atuação da AIB, sem levar em consideração a base social da LCT. O próprio Jeová Mota acumulou as funções de chefe da LCT e da AIB quando o movimento integralista e o Conselho Legionário se unificaram em 09 de fevereiro de 1933. Segundo Josênio Parente, Jeová Mota foi empossado como Chefe da Legião no dia 17 do mesmo mês¹⁷³. A LCT congregou boa parcela dos trabalhadores do estado do Ceará principalmente por apresentar-se como uma central sindical de orientação católica que pretendia afastar os trabalhadores da má influência do Bloco Operário e Camponês – BOC¹⁷⁴ e do Partido Comunista. Sobre esse assunto Jeová Mota, em entrevista ao NUDOC/UFC, fala do seu ingresso na LCT e expõe a sua opção e a de muitos de seus contemporâneos no Ceará pela direita:

¹⁷² O conceito de classe operária utilizado pelos grupos políticos em disputa à época, inclusive pelos intelectuais laicos da Igreja Católica é muito abrangente e envolve não somente os trabalhadores urbanos, mas também os trabalhadores rurais, pequenos comerciantes, trabalhadores livres. Dessa forma, difere da definição mais clássica para o fenômeno da classe operária da tradição marxista e socialista. As definições mais recentes sobre classe operária, remetem para um conjunto de representações advindas dessa tradição. Seria impossível indicar, em nota uma bibliografia extensiva para o assunto, mas poderíamos consultar, dentre outros THOMPSON, Edward. P. *A formação da Classe Operária*. V's. 1;2;3; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁷³ PARENTE, Josênio Camelo. Op. cit. p. 143. Ver também: NUDOC/UFC, entrevista com Jeová Mota, 1983. Fita 02; p. 03-07.

¹⁷⁴ De acordo com Parente, em 1927, as lideranças do movimento operário cearense, em Fortaleza, ficaram incumbidos de criar uma seção do Partido Comunista e de organizar o Bloco Operário Camponês. PARENTE, Josênio Camelo. Op. cit. p. 87-88.

Antecipando-se a Legião, vieram os meus contatos com Helder e com Sombra. Aí nasceu o meu ideário de uma ação social que incorporasse a vida operária, e a procura de uma solução não marxista. Quando fundou-se a Legião, minha interferência doutrinaria foi nenhuma no sentido como eu já lhe disse, não participei dos documentos fundamentais. Aceitei a participação de Sombra e do Helder Câmara como sendo daquele movimento a que eles tanto me falavam.

E o meu primeiro *frisson*, vamos dizer assim, a primeira observação foi que afinal de conta aqueles princípios não incluíam a blusa; a blusa mescla , não implicavam na formação legionário, nas parada. Não assumia aquele aspecto que pelo menos exteriormente já indicava um certo namoro com o fascismo. Mas eu não tive motivo e nem tinha razão do que reclamar. Tão pouca era a minha participação, como mero presidente do Tribunal Legionário¹⁷⁵.

Notamos a preocupação de afastar os trabalhadores da influência comunista e socialista, contribuindo assim para que parcelas dos membros da LCT ingressassem nas hostes integralistas. No Ceará, AIB e LCT se confundiam, embora não se possa afirmar ter existido uma ligação orgânica

¹⁷⁵ NUDOC/UFC. Entrevista com Jeová Mota, 1983.

entre ambas¹⁷⁶. Enquanto a Legião se aproximava mais de uma base dita operária, mesmo sua cúpula comendo-se de elementos da classe intermediária da sociedade¹⁷⁷; a AIB dirigia-se a um público mais abrangente e heterogêneo. Mesmo a Legião tendo se aproximado desse segmento social, longe estava de basear sua ação nos princípios da luta de classe. Como já adiantamos, inspirava-se no catolicismo social e, portanto, rejeitava os princípios da luta entre as classes sociais¹⁷⁸, defendendo um sistema corporativo, a exemplo dos integralistas.

Na fala anterior, observamos que Jeová Mota minimizava sua importância na definição do programa legionário, postura compreensível pelo fato dele, em 1937, antes mesmo do Golpe de Estado, haver se desligado do Integralismo e, em 1945, haver se candidatado a Deputado Federal pelo Partido Comunista Brasileiro no Ceará¹⁷⁹. Assim, era desconfortável que aparecesse em sua trajetória política a participação ardorosa em movimento de caráter fascista como Legião e o Integralismo. Por isso procurou reduzir a importância de sua atuação política nessas agremiações quando do momento da sua entrevista ao NUDOC.

Os primeiros passos da AIB no Ceará foram dados em Fortaleza, conforme já verificamos, mas logo o Integralismo chegou aos municípios do

¹⁷⁶ Embora os membros dirigentes das duas agremiações fossem os mesmos e nalguns casos um deles tenha ocupado as duas funções simultaneamente, seria arriscado falar de uma ligação orgânica; primeiro pelo fato das duas entidades terem estrutura e rotina próprias de funcionamento e segundo por que não houve a incorporação de uma pela outra, enfim, não se fundiram.

¹⁷⁷ Os principais membros da cúpula da LCT foram: Severino Sombra e Jeová Mota, militares; Ubirajara Índio do Ceará, advogado e Hélder Câmara, clérigo.

¹⁷⁸ NUDOC/UFC. Entrevista com Jeová Mota, 1983.

¹⁷⁹ PARENTE, Josênio Camelo. Op. cit. p. 22.

interior do estado onde encontrou terreno fértil ao seu desenvolvimento. É possível que a expansão para o interior tenha partido de estratégias do próprio movimento integralista, mas também se deveu às estratégias da LCT e da Igreja Católica através da LEC. Todos esses elementos levaram o Integralismo a se espalhar pelo interior do estado, chegando a se organizar em mais de cinquenta municípios e distritos do interior. Com isso adquiriu força política considerável para disputar, com outras agremiações, diversos pleitos eleitorais: à Constituinte Federal (1933), à Constituinte Estadual e à Câmara Federal (1934) e às Prefeituras e Câmaras Municipais (1936). Entendemos que a aliança da AIB com a LEC, com fins eleitorais, representava uma forma dos integralistas se escudarem numa sigla mais forte, ligada à cúpula da Igreja Católica no estado.

A LEC reabilitou politicamente os antigos grupos liderados pelos coronéis da chamada política dos governadores. Segundo Joaryvar Macedo, os coronéis foram destituídos de seus postos e desprestigiados politicamente em consequência da revolução de 1930¹⁸⁰. Esse foi um ingrediente que influiu para o sucesso do Integralismo no interior, pois o movimento encontrou nesses grupos políticos, ora representados pelos segmentos mais jovens, seus principais aliados. Da mesma forma, a AIB passou a se constituir como uma possibilidade desses grupos manterem-se no poder, dessa feita, com base em outras relações. Muitos ex-chefes municipais da AIB galgaram posteriormente, após a abertura política, postos de destaque nos círculos de poder no estado do Ceará, quer participando de processos eletivos, quer assumindo cargos de confiança em postos chave do governo estadual. Podemos citar Franklin

¹⁸⁰ MACEDO, Joaryvar. Op. cit. p. 265.

Chaves, ex-chefe da AIB em Limoeiro, município da região Jaguaribana, que se elegeu por várias vezes Deputado Estadual pelo PSD (depois pela ARENA). Sua primeira eleição ocorreu em 1947¹⁸¹. Podemos citar também Pio Sampaio, ex-chefe municipal da AIB em Barbalha, região do Cariri, eleito Deputado Estadual pelo PRP¹⁸² em 1958¹⁸³.

O movimento integralista chegou ao interior, segundo Montenegro, logo nos primeiros meses após sua criação. Houve manifestações nos municípios circunvizinhos à Fortaleza, tendo sido Soure – atual Caucaia – o primeiro município a receber a comitiva de militantes integralistas em 26 de junho de 1932 e em segundo, Pacatuba, em 03 de julho do mesmo ano. Essa primeira visita de militantes integralistas a alguns municípios do interior ainda não representou uma ação mais sistemática no sentido de criar núcleos naquelas municipalidades. Acreditamos que veio a ocorrer somente a partir de 1933, por ocasião da campanha eleitoral para a Constituinte Federal. Foi nesse momento que as organizações políticas e sociais conservadoras do Ceará investiram sua força na disputa pelo eleitorado cearense, rivalizando com o PSD, partido do Interventor Federal no estado (Capitão Carneiro de Mendonça). Esse contexto marca o início da expansão integralista, pois até então o movimento do sigma ainda não reunia forças suficientes para tamanha empreita, dependendo, assim, da aliança com outras agremiações congêneres para se espraiar pelo estado.

¹⁸¹ NUDOC/UFC. Entrevista com Franklin Chaves, 1984.

¹⁸² SAMPAIO, Roberto Lima. *O homem público*. In: FIUZA, Regina Pamplona. *PIO SAMPAIO, Memória*. Fortaleza: Expressão Grafia e Editora, 2004.p. 214-215.

¹⁸³ Sobre a Assembléia Legislativa do Ceará, ver dentre outros: GUIMARAES, Hugo Vitor. *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*. Fortaleza: Jurídica, 1947. VASCONCELOS, Elmo. *O Paço da Assembléia e a vida parlamentar cearense de 1871 a 1977*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1977.

Notamos que muitos líderes integralistas eram ao mesmo tempo integrantes do movimento da AIB e da LCT e haviam abraçado a bandeira eleitoral da LEC. Essa assertiva corrobora com a hipótese central de que o Integralismo valeu-se das relações clientelísticas e coronelísticas para se constituir, pois como dissemos anteriormente, a LEC funcionava como elemento de revitalização dos grupos políticos do interior debilitados desde a revolução de 1930.

Não podemos esquecer que a LEC, pelo seu caráter pretensamente apartidário, congregava número maior de agentes capazes de visitar os mais de sessenta municípios cearenses existentes na época¹⁸⁴. Por isso os integralistas não podiam desprezar o prestígio e a força desfrutados pela LEC. Numa aliança que envolvia um conjunto abrangente de forças políticas conservadoras e autoritárias no Ceará, a LEC elegeu para o governo constitucional do estado Francisco Menezes Pimentel¹⁸⁵. Do ponto vista da dinâmica política, a LEC possibilitou a ampliação das estratégias de ação das agremiações conservadoras, dentre elas a AIB, nessa época ainda um movimento com pouca penetração no interior do estado, mas se preparando para tal fim a partir do seu fortalecimento na capital.

O pleito eleitoral em 1934 para Constituinte Estadual e para a Câmara Federal foi importante para manter as forças políticas em constante alerta. Os integralistas viram esse momento como propício para seu processo de expansão. Um outro evento influenciou nesse mesmo processo: as notícias do levante comunista em 1935 que ajudaram a acirrar os ânimos da população em

¹⁸⁴ Sobre o número de municípios no estado do Ceará ver obra de FALCÃO, Málio Fábio Pelosi. *Ceará: Terra do Sol. Genealogia e toponímia dos Municípios Cearenses*. Fortaleza: 1999.

¹⁸⁵ MIRANDA, Júlia. Op. cit. 101.

razão do **perigo vermelho**, difundido em ampla propaganda da Igreja, do governo federal e do próprio Integralismo. Devemos ressaltar um foco de resistência comunista no vizinho estado do Rio Grande do Norte, que tem extensa fronteira com o estado do Ceará¹⁸⁶. Esse fato foi fartamente utilizado pelos grupos conservadores, deixando a população cearense em polvorosa e municiando os seus agentes de argumentos em favor de sua propaganda política. Acreditamos que o Integralismo se beneficiou dessa insegurança para fincar suas bases no interior do estado.

Essa insegurança teve desdobramentos no tocante à intervenção política estatal voltada para o interior, como a construção de uma companhia da Polícia Militar, no município de Russas, região Jaguaribana e área limítrofe com o Rio Grande do Norte. Em seu relatório, o Secretário de Polícia e Segurança Pública, Capitão Manuel Cordeiro Neto, assim se refere às atividades comunista no estado vizinho e às medidas adotadas por aquela Secretaria:

A manutenção da ordem pública em todo Estado, mormente nas épocas em que as idéias subversivas vinham encontrando campo aberto a sua propaganda e em que evidentes eram as atividades de seus propagadores, determinou a execução de uma serie de providencias dentre as quais, no setor policial, figura a de localização de uma companhia da Policia Militar, na cidade de Russas, e, com

¹⁸⁶ Dentre outros ver: COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995. p. 13-15; 31-78.

ela, a necessidade de se construir um quartel para seu alojamento.

Construída a obra, sem que nenhuma conta se tenha a pagar que lhe diga respeito, quero frisar que se trata de uma medida tão preciosa quanto é certo que a localização de um companhia da Polícia Militar, naquela cidade, representa uma vigilância as fronteiras do vizinho Estado do Rio Grande do Norte, onde a frutificação da idéia subversiva desencadeou no movimento armado de novembro de 1935¹⁸⁷.

Do ponto de vista do discurso conservador, havia um inimigo real a ser combatido, os comunistas, que estavam à espreita bem próximos do território cearense. Lembremos que o estado do Ceará se limita com vários estados nordestinos, dentre eles, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, estados que integravam o plano de insurreição comunista no Nordeste¹⁸⁸. É, portanto, indiciário o fato de que nas regiões do Vale do Jaguaribe e do Cariri, regiões limítrofes com esses estados, o movimento integralista tenha atingido grandes proporções, agenciando número expressivo de militantes e se constituindo em praticamente todos os municípios.

O movimento da AIB se expandiu para o interior do Ceará a partir de 1933 e se consolidou em 1935. Os anos seguintes 1936 e 1937 foram marcados pela ampliação de suas atividades. A opção eleitoral apesar de ter causado um

¹⁸⁷ APEC. Relatório do Secretário de Polícia e Segurança Pública. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1941.

¹⁸⁸ Homero Costa procura demonstrar que havia um plano para um levante generalizado nos quartéis do Nordeste, tendo se precipitado em Natal. COSTA, Homero de Oliveira. Op. cit. p. 118-125.

certo mal-estar nalguns setores integralistas pelo relativo abandono da opção miliciana, concorreu para que o movimento da AIB se harmonizasse com as representações políticas das populações interioranas do estado. As várias participações nos embates eleitorais qualificaram os membros da AIB para novas jornadas e isso influenciou no processo de interiorização das atividades integralistas. Para participar de eleições em condições de disputar com as demais agremiações a simpatia e o voto da população, a AIB encetou diversas campanhas, de âmbito nacional, entre os seus seguidores com vistas a esse objetivo. As principais campanhas foram: a Campanha do Ouro, a Qualificação Eleitoral, o Empréstimo do Sigma e o Plebiscito Eleitoral¹⁸⁹.

Essas campanhas deram ao Integralismo a oportunidade de ampliar seu número de filiados e simpatizantes, devido ao envolvimento da sua militância. Embora tenham sido planejadas pela chefia nacional e suas diversas secretarias, através de diretrizes baixadas às províncias e, conseqüentemente aos núcleos municipais e distritais, essas campanhas eram parte da estratégia integralista de envolver toda a militância nacional e preparar-lhes os ânimos para

¹⁸⁹ “Campanha Financeira pelo Bem do Brasil”, o “Plebiscito” para escolher o candidato Integralista para a eleição presidencial de 1938, e a “Campanha de Alistamento Eleitorais”, ver: ver: APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta 13; Caixa: 676. Sobre a “Campanha do Ouro” assim trata o seu regulamento de 30/12/1936: *O Chefe Nacional da A.I.B. tendo em vista a espontânea iniciativa dos camisas-verdes, no sentido de realizarem, em todo o país, para suprimento de fundos à S.N.F., uma arrecadação de donativos em objetos de ouro, prata, platina, e pedras preciosas, resolve regulamentar esse serviço pela seguinte forma [...]*. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta 22; Caixa: 678. O “Empréstimo do Sigma” foi lançado pelo chefe nacional Plínio Salgado que visava arrecadar fundos para suas atividades, acreditamos que principalmente para dar suporte aos candidatos integralistas. Ver: APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos; Notação: 0006-0007.

as eleições à presidência da República e para a renovação da Câmara Federal¹⁹⁰.

Somemos a esses fatores a aliança da AIB com o governo Getúlio Vargas principalmente para o combate aos comunistas. Advertimos que essa aliança não era apenas tático-estratégica, representava uma proximidade ideológica que repercutiu positivamente nas representações políticas da população do interior do Ceará, aumentando a confiabilidade já depositada nos integralistas. Embora a aliança dos integralistas com Vargas tenha se intensificado principalmente depois 1935, quando combateram juntos o **perigo vermelho**, a AIB pretendia se apresentar como única força capaz de aprofundar as transformações iniciadas com a revolução de 1930. A possibilidade de ver o Chefe Nacional içado ao posto de chefe maior da nação nas eleições presidenciais que se avizinhavam, deixava a militância integralista eufórica.

¹⁹⁰ A campanha, do ouro destinava-se a levantar fundos para a Secretaria Nacional de Finanças – SNF e era coordenada por uma Junta Executiva Nacional, composta por: Amaro Lanari; Marcos de Sousa Dantas; Renato da Rocha Miranda. Deveria haver comissões organizadas nas províncias e nos núcleos municipais. Seu regulamento, de 03 de dezembro de 1936, apelava para a espontaneidade dos integralistas em todo Brasil para arrecadarem donativos em ouro, prata e demais objetos valiosos. APERJR. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 22; Caixa: 678; Dossiê: Campanha do Ouro; p. 02-03. Um documento, de início de 1937, da Secretaria Nacional de Corporações e Serviços Eleitorais, – Secretário, Almeida Sales – convocando as chefias municipais a qualificar os eleitores integralistas, bem como a formação de *nova massa eleitoral*, pela alfabetização e qualificação dos militantes analfabetos, ordenando a criação, em cada município, de uma comissão de qualificação eleitoral. APERJR. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 13; Caixa: 676; Dossiê: Plebiscito; p. 37-38. A campanha do Empréstimo do Sigma fora conduzida por uma Junta Executiva do Empréstimo do Sigma – Alfredo Luiz Greve; Armando Simões de Castro; Orozimbo Octavio Roxo Loureiro. Conselho fiscal: Renato Rocha Miranda; Marcos de Souza Dantas e Vicente Miggiolaro. A campanha objetivava arrecadar fundos para, dentre outros motivos, financiar a campanha presidencial, através de um empréstimo interno, oferecendo como garantias aos colaboradores seus bens imóveis. APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos; Notação: 05/06. O Plebiscito Integralista, consulta feita pelo Chefe Nacional aos *camisas-verdes* de todo o Brasil para saber qual seria o candidato da AIB à presidência da República. Plínio Salgado obtivera 836.354 votos contra 1.397, do segundo colocado, Gustavo Barroso.

Devemos considerar que essa euforia se fez sentir em todos os meios integralistas, inclusive entre os militantes dos núcleos no interior do Ceará, transformando o Integralismo numa força política considerável capaz de desenvolver naquelas localidades, grandes manifestações públicas, a exemplo do que vinha ocorrendo nos grandes centros urbanos. Em Limoeiro, região Jaguaribana, um ex-militante lembra das manifestações públicas, dos grandes desfiles. Para ele esses momentos representavam uma vitória do movimento integralista, pois de um pequeno grupo que fora em 1934, chegou a atingir grande número de adeptos entre 1936 e 1937, momentos antes de sua extinção¹⁹¹.

O processo de extinção dos partidos políticos em 10 de novembro de 1937 colocou o movimento integralista na ilegalidade. O decreto do governo Getúlio Vargas despertou na militância integralista, no interior do estado, sentimentos contraditórios. Muitos militantes foram surpreendidos, pois a aliança de Vargas com os integralistas era patente, tanto do ponto de vista ideológico como por certa unidade de ação no combate ao inimigo comum.

Nos estudos realizados, podemos perceber os elementos gerais que conformam a memória do movimento integralista no Ceará: depoimentos de ex-militantes, bibliografia específica sobre o tema e publicações de memorialistas dos diferentes municípios onde a AIB fundou núcleo municipal. Essas interpretações são coincidentes em apontar a desarticulação completa do movimento em respeito à medida do governo federal, tendo a militância

¹⁹¹ REGIS, João Rameres. *“Galinhas-Verdes”: Memórias e história da Ação Integralista Brasileira – Limoeiro-Ceará (1934-1937)*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado, 2004. p.104-117.

integralista acatado tais medidas. Entretanto, nos depoimentos de ex-militantes sobressai a idéia de frustração que se abatera sobre eles, pois alimentavam esperança de ver o Integralismo gerindo os destinos da nação e de conseguir solver os problemas que o próprio Vargas não solvera. Tais interpretações se justificam, pois muitas dessas pessoas ainda mantêm forte ligação sentimental com o movimento preferindo assim, omitir as ligações do Integralismo com o nazi-fascismo europeu e realçar o projeto nacional de que eram defensoras.

Com base noutra documentação, podemos afirmar que as atividades integralistas não cessaram com o decreto que extinguiu os partidos¹⁹². Mesmo que a historiografia cearense sobre AIB não trate dos momentos subseqüentes ao ano de 1937, há fortes indícios de continuidade das atividades integralistas nesse período. É certo que muitas figuras de destaque do movimento no Ceará tenham abandonado as hostes do sigma, pois haviam se filiado ao Integralismo por outras razões, como já vimos, e não por razão ideológica. Entretanto, elementos mais radicais se entrincheiraram na defesa da doutrina e prática integralistas em todo estado, da capital ao interior. Via de regra, os chefes municipais, na condição de indivíduos mais bem posicionados social e politicamente em suas municipalidades – em sintonia com a chefia nacional – ambicionavam uma reaproximação com o governo federal. Nesse sentido, abandonar de imediato as posições integralistas em resposta às determinações do decreto imposto por Vargas, constituía uma possibilidade de não se indispor

¹⁹² Essa documentação a que nos referimos compõe-se principalmente das ocorrências policiais dos anos pós-1938 envolvendo detenções e prisões de integralistas ainda em atividade. Ver: APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados.

com os governos federal e estadual e de garantir a sobrevivência política do grupo em condições de barganhar cargos.

Devemos salientar que o comportamento dos chefes municipais se harmonizava com as posturas de Plínio Salgado e de Gustavo Barroso, estes buscaram insistentemente uma reaproximação com o Estado Novo, apelando para o parentesco político deste com o Integralismo¹⁹³. Também devemos considerar que essa postura foi a predominante entre os integralistas das mais diversas graduações e se coadunava com tudo que envolveu o modelo integralista no Ceará, com o ethos integralista nesse estado.

2.3 – A AIB no Ceará pós-1937

Já vimos que a historiografia sobre o movimento da AIB não dedicou atenção às atividades integralistas nos anos posteriores ao de 1937. O tema também é escasso na historiografia nacional, restringindo-se às tentativas de assalto ao Palácio Guanabara em princípios de 1938. Também é corrente fazer um salto do fechamento da AIB à tentativa de revitalização da doutrina integralista com o PRP após a abertura política de 1945.

¹⁹³ Vários escritos e correspondências de Salgado, da época em que se encontrava exilado, para os membros da cúpula integralista, dão conta dessa afinidade política de ambos, Integralismo e Estado Novo e por conta disso foram feitas várias tentativas de reaproximação entre ambos. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta 4[1]; Caixa: 671. e REGIS, João Rameres. *A Ação Integralista Brasileira: Um caso de polícia?* In. Trajetos. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. – v. 3, n. 6 (abr. 2005). – Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005, p. 179-180.

A nossa tese que considera o movimento da AIB no Ceará uma face das lutas coronelísticas no estado, nos induz a demarcar o ano de 1937 como o fim do movimento que recuperou antigas forças políticas interioranas. Entretanto, entendemos que muitos militantes que abraçaram a doutrina integralista por motivos ideológicos, não se satisfizeram com a extinção da AIB, por isso continuaram a se movimentar na clandestinidade. Consideramos importante resgatar esse momento, inclusive para confrontar as motivações desses sujeitos com as daqueles oriundos dos grupos coronelísticos, os que controlavam os núcleos municipais da AIB. Estes foram os que determinaram os rumos do movimento no Ceará. A participação na AIB significou para muitos deles, o início de uma carreira política promissora. Ademais, importa-nos salientar que os indivíduos de posturas mais ideológicas, não galgaram nos momentos subseqüentes ao evento, projeção política como ocorrera com muitos dos ex-chefes municipais.

Para analisarmos as atividades integralistas no Ceará do pós-1937, enfrentamos o problema da exigüidade de fontes específicas nos acervos dos arquivos e instituições públicas nesse estado¹⁹⁴. Dessa forma, recorreremos ao acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ – principalmente ao Fundo: Polícia Política, no qual encontramos sobre a temática material oriundo das atividades da Polícia Política em todo o Brasil.

¹⁹⁴ Encontramos muita dificuldade de trabalhar com o acervo do Arquivo Público do Ceará, pois a documentação oriunda da Secretaria de Polícia e Segurança Pública não está sistematizada, portanto, imprópria à consulta. Procuramos trabalhar com esse acervo devido as atividades integralistas do pós-1937 se tratarem de um assunto de política, pois os integralistas, nesse momento, agiam na ilegalidade, na clandestinidade.

Trabalhamos principalmente com o material referente ao estado do Ceará¹⁹⁵, no qual encontramos documentos relativos ao prontuário e prisões de militantes comunistas e integralistas entre os anos de 1936 e 1944¹⁹⁶. Nos interessamos, portanto, pelas ocorrências que envolviam os elementos integralistas, pois essas ocorrências envolvendo militantes do sigma são indiciárias das atividades integralistas no pós-1937, mesmo que elas não se apresentassem tão sistemáticas como antes.

A dificuldade de mapear as atividades integralistas no período nos remete para a natureza da própria documentação, pois só nos é possível verificá-las nas localidades onde houve ocorrências policiais. Outra dificuldade diz respeito ao fato de que ao trabalharmos apenas com as prisões, perdemos a visão de conjunto dessas atividades, diferente do que se verificava antes de 1937, pois os indivíduos detidos, prontuários e presos aparecem destituídos de certa forma, da sua sociabilidade. Nesse sentido, só resolveríamos esse problema, em parte, se existissem autos de qualificação e outros materiais para serem submetidos ao confronto de informações.

Para melhor compreendermos como o Integralismo continuou em atuação após o ano de 1937, consideramos importante fazer algumas considerações gerais sobre as posições e as alianças políticas no decurso de sua trajetória. Aqueles que continuaram em atividade nesse período, via de regra, eram os que se identificavam com as posturas mais radicais, féis à mentalidade miliciana que orientou a criação da AIB.

¹⁹⁵ APERJ, Fundo: Polícia Política; Setor: Estados: Patas 6 e 6[A]. Fundo: Integralismo; Pastas: 1 a 29.

¹⁹⁶ APERJ, Fundo Policia Política; Setor: Estados; Pastas: 6 e 6 [A].

Do ponto de vista geral, podemos distinguir dois momentos da trajetória da AIB no cenário político nacional: um anterior e outro posterior ao ano de 1937. No primeiro momento, os integralistas foram importantes aliados do governo no combate aos comunistas. No segundo momento, passaram da condição de aliados à de uma ameaça real à ordem constituída. Esses dois grandes momentos refletem, no plano interno, as posturas políticas assumidas por seus próceres. A adoção de uma estratégia política voltada para as eleições e o conseqüente enfraquecimento das milícias já indicavam a cisão do movimento em dois grandes blocos, pelo menos no tocante à atuação política¹⁹⁷. Essa mudança de rumo trouxe muito descontentamento para alguns setores da AIB, principalmente entre os menos graduados¹⁹⁸. Quer sob influência externa, quer sob a interna, o movimento integralista passou por modificações no plano tático-estratégico que se refletiu em seus rumos.

Era manifesto o parentesco ideológico entre a Ação Integralista Brasileira e o Governo de Getúlio Vargas, principalmente em seus postulados quanto ao Estado, à democracia liberal e ao inimigo comum: o comunismo¹⁹⁹. Esse parentesco foi abalado após o Golpe de Estado de 1937, quando os integralistas

¹⁹⁷ Para os objetivos do nosso trabalho, não procuramos aprofundar essas divisões do ponto de vista doutrinário, mas apenas quanto às estratégias política, sem deixarmos, entretanto, de fazer uma abordagem de forma geral na qual buscamos identificar duas posturas principais, sem nos atermos as nuances que as envolviam. Assim, observamos que a tendência na **oposta** eleitoral representava a postura hegemônica ligada à chefia nacional, e a postura que tentava manter a militância em constante entusiasmo através das milícias representava a ala dita mais radical do movimento, chamada pelas forças policiais de *ala revolucionária* da AIB. Dentre os poucos membros da cúpula integralista que defendiam a radicalização das ações, podemos citar Belmiro Valverde. REGIS, João Rameres. *A Ação Integralista Brasileira: Um caso de polícia?* In: Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da UFC. – v. 3, n. 6 (abr 2005), Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005, p. 181.

¹⁹⁸ APERJ, Pasta 2, Caixa 670. p. 113-114 e 116-118 e REGIS, João Rameres. *A Ação Integralista Brasileira: Um caso de polícia?* Op. cit.

¹⁹⁹ Ver: MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. Op. cit. e RINDADE, Héglio. Op. cit.

passaram a figurar como conspiradores contra a ordem. Exemplo concreto pode ser visto na documentação policial existente que mostra grande incidência de detenções para averiguações policiais e também prisões de integralistas a partir do citado ano.

Havia uma aproximação ideológica entre o Integralismo e os princípios que norteavam o Estado Vargasista, no entanto essa proximidade não estava isenta de conflitos, mesmo que fossem apenas pontuais. Havia divergências quanto às questões sociais, principalmente quanto ao papel da classe operária e dos sindicatos como partícipes desse processo. Entretanto, os pontos de convergência eram mais salientes: a concepção de Estado corporativo, a centralização política do Estado, o nacionalismo e a busca de soluções genuinamente nacionais, a crítica à democracia liberal e o anticomunismo. Essa aproximação perdurou por longo tempo, mesmo depois do fechamento da AIB, pois alguns setores do Integralismo, principalmente aqueles sob a influência de Plínio Salgado, permaneceram fiéis ao Governo Vargas²⁰⁰.

Essa aproximação expressamente manifesta por Plínio Salgado causou certo desagrado, principalmente entre aqueles que foram para o enfrentamento com a repressão desencadeada contra os Integralistas. Apesar do seu fechamento oficial e da postura de respeito ao ato do governo por parte de seus principais líderes, muitos integralistas não acataram as determinações de seus antigos chefes e passaram para uma ação mais agressiva contra o Estado Novo resultando nas tentativas de invasão do Palácio da Guanabara em 1938.

²⁰⁰ APERJ, Pasta 4 [1], Caixa 671. p. 422-429.

Os reflexos das insatisfações com o fechamento da AIB repercutiram no movimento integralista no Ceará, pois aqueles que contrariamente à posição das chefias municipais, que aceitaram essa determinação, continuaram agindo na clandestinidade por todo o estado. Por isso insistimos em lidar com as ocorrências policiais e as prisões de militantes integralistas por todo o Ceará, pois essas são indiciárias de que as atividades integralistas se prolongaram, diferentemente do que traduz a historiografia cearense²⁰¹.

Trabalhar com essa hipótese de coincidência do fim das atividades do movimento integralistas com o seu fechamento oficial, traduz em certa medida, uma filiação à memória política dos grupos dirigentes do estado e do Brasil, pois essa interpretação coincide com a ampla propaganda patrocinada pelo Estado Novo. Ao darem por encerradas as atividades integralistas, despistavam o olhar da opinião pública da perseguição que estava sendo desencadeada sobre os militantes AIB.

Devemos acrescentar que muitos integralistas, principalmente ligados às chefias municipais, após o fechamento da AIB não retornaram às hostes do sigma quando Plínio Salgado regressou do exílio e fundou o PRP, demonstrando assim a opção situacionista que os guiava. Podemos citar como exemplo da nossa assertiva o fato de Franklin Chaves – ex-chefe integralista em Limoeiro – quando no período da abertura política em 1945, não aceitou concorrer à Assembléia Legislativa Estadual pelo PRP, preferindo se candidatar

²⁰¹ PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê – Os Camisas Verdes no Poder*. Fortaleza: EUFC, 1999. p. 33.

pelo PSD²⁰². Também podemos citar a postura adotada por Pio Sampaio, ex-chefe municipal de Barbalha, que se candidatou pelo PRP e foi eleito Deputado Estadual, mas que apesar de estar na sigla herdeira do Integralismo, sua aproximação política se dava preferencialmente com a UDN, partido ao qual pertencia seu clã político²⁰³.

Apesar de muitos integralistas continuarem em atuação depois de 1937, isso não significa que essa tenha sido a postura mais comum. Entendemos que representou apenas o descontentamento dos setores mais radicais daqueles que haviam ingressado na AIB por sua ideologia e, assim tinham aspirações diferentes daquelas dos muitos chefes municipais. Via de regra, esses indivíduos consideravam o Golpe de Estado responsável pela interrupção da caminhada vitoriosa do Integralismo e também do sonho que muitos haviam alimentado de construir um Brasil melhor. Atestamos essa interpretação quando entrevistamos ex-militantes da AIB em Limoeiro²⁰⁴, com vistas à elaboração da dissertação de mestrado, e também quando entrevistamos, recentemente, um ex-militante integralista de Babalha²⁰⁵. Dessa forma, para muitos desses ex-militantes nada foi feito e cada um seguiu seu rumo e **foi cuidar de sua vida particular**, ficou apenas o sentimento de frustração. Era comum também a interpretação de que o medo havia tomado conta dos ex-militantes, o que levou

²⁰² NUDOC/UFC. Entrevista com Franklin Chaves.

²⁰³ Um dos grandes nomes dessa legenda era o seu irmão Leão Sampaio que foi eleito por diversas vezes para à Câmara Federal. Ver relatórios do TER-Ce. Sobre a trajetória de Pio Sampaio, ver: FIUZA, Regina Pamplona (org.). *PIO SAMPAIO, Memória*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004. Op. cit. p. 215.

²⁰⁴ Dentre as entrevistas realizadas com ex-militantes da AIB em Limoeiro, destacamos duas em especial por revelar o sentimento de insatisfação com a extinção da AIB, a saber: Cristóvão Maia Pitombeira e Francisco Clodoveu Vidal.

²⁰⁵ Entrevista com o Sr. Antônio Gondim Sampaio, 85 anos (05/03/2005).

os envolvidos a se desfazerem da documentação que poderia vir a comprometê-los frente às autoridades policiais.²⁰⁶

Nesse sentido, não podemos nos identificar com tais interpretações por algumas razões: porque elas expressam uma relação com a memória instituída sobre o movimento integralista; também expressam sua vinculação com todo o processo de execução a que o movimento foi submetido após 1937; por fim, porque essa memória dominante não leva em consideração aqueles que continuaram em atividades, como se o processo tivesse sido estancado por completo em 1937. Toda essa forma de pensar sobre o fim das atividades integralistas foi bastante difundida pela maioria dos ex-chefes municipais que ao tomarem seus rumos na política cearense do pós-1945, tratavam, via de regra de negar seu passado nas hostes do sigma. Uma idéia alimentada pela a identificação do movimento integralista com os regimes da Europa nazi-fascista²⁰⁷.

2.4- Repressão aos integralistas no Ceará.

Conforme apresentamos anteriormente, os registros policiais das detenções de militantes do movimento da AIB no estado do Ceará a partir de 1937, são uns dos poucos documentos que nos permite olhar para esse momento da trajetória integralista. Apesar dos limites impostos por esse material, principalmente por não revelar de forma mais segura a dinâmica

²⁰⁶ REGIS, João Rameres. Op. cit.

²⁰⁷ Sobre esse assunto ver CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001 (Coleção História; 39), p. 74-84.

própria do movimento, a sua organização e a estratégia de atuação, ele é importante para indicar sua sobrevivência. Entretanto, convém salientarmos que essa movimentação foi considerável pelo fato de merecer a atenção e o acompanhamento por parte das forças policiais.

Acreditamos que a situação dos integralistas que continuaram em atividade foi se agravando com o adensamento do Estado Novo. O fato de Vargas ter abandonado, por meio de pressões externas e internas, sua postura de simpatia aos Estados totalitários da Europa fez dos integralistas identificados com aqueles (Estados totalitários), inimigos do regime varguista. Da mesma forma, os integralistas mais radicais, fiéis à sua doutrina, viram no governo brasileiro um inimigo de seus ideais.

Com base na documentação, podemos observar que as ocorrências policiais aconteceram tanto na capital como no interior do estado. Pelos registros da Delegacia de Ordem Política e Social – DESPS, foram registradas, entre 1938 e 1943, 123 ocorrências policiais; 110 na capital e as demais no interior²⁰⁸. Acreditamos que a DESPS – seção Ceará²⁰⁹, não dispusesse de uma infraestrutura adequada e também de quadros preparados e em número suficiente para acompanhar a atuação dos integralistas nos mais de 70 municípios cearenses. Assim talvez se explique o número muito reduzido de ocorrências nos municípios interioranos. A maior incidência aconteceu nos municípios da

²⁰⁸ APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta: 06[A].

²⁰⁹ O titular da Delegacia da Ordem Política e Social, em Fortaleza era Dr. José Waldo Ribeiro Ramos e o Chefe de Seção: Gutemberg Eliseu de Lima. BPMP-OR. Relatório dos Governadores de Estado.

região metropolitana e do Cariri, onde havia uma concentração urbana significativa.

Acreditamos que esse maior número de casos de detenções na capital deveu-se ao fato de nos municípios interioranos o movimento da AIB ter congregado os elementos ligados às lideranças coronelísticas locais, portanto, aceitando mais facilmente o decreto que extinguiu as atividades partidárias no Brasil. De forma diferente, na capital o movimento integralista era composto por segmentos sociais intermediários que abraçaram a doutrina integralista por razões ideológicas tendo sido, portanto, os que se insurgiram contra o Estado Novo.

As atividades de pessoas e de grupos ditos extremistas já vinham, desde 1935, sendo acompanhadas pela polícia; primeiramente pela criação em dezembro daquele ano da Secretaria de Segurança Social e posteriormente pela criação da DESPS-Ce em julho de 1936, em substituição àquela Secretaria²¹⁰. Conforme já mencionamos anteriormente, podemos observar a relação direta das medidas adotadas pela Secretaria de Polícia e Segurança Pública com as agitações comunistas no Nordeste em novembro de 1935. O monitoramento das atividades de grupos considerados extremistas incluía também os integralistas, principalmente os militantes considerados mais exaltados.

O discurso da ameaça à ordem social e política foi o que orientou a adoção dessas medidas. Em seu relatório o Cap. Cordeiro Neto afirmava:

²¹⁰ Relatório do Secretário de Polícia e Segurança Pública Capitão Manuel Cordeiro Neto ao interventor Federal no estado Francisco de Menezes Pimentel, em 1941. BPMP-OR. Relatórios dos Governadores do Estado do Ceará e APEC. Setor: Leis do Ceará.

As idéias extremistas que vinham encontrando campo aberto à sua propagação, tomando um incremento assustador, a ponto de deflagrarem em intentonas, como as que se verificaram em novembro de 1935, no Estado do Rio Grande do Norte e Pernambuco e no Distrito Federal, com irradiação em várias outras unidades da República, e em maio de 1938, na capital do país, mereceram de logo as vistas da polícia que, sem mais delongas, cogitar de tomar as medidas preventivas que se impunham e de aparelhar-se para os de caráter repressivo que se fizessem necessários à segurança do regime.

Assim, imprescindível se tornou a especialização de um serviço de reação e, para tanto, criou-se, de começo, uma secção na ex-Delegacia Auxiliar, hoje Delegacia de Investigações e Capturas, cometendo-lhe a incumbência de proceder às devidas investigações, acompanhando, de perto, as atividades dos elementos agitadores e semeadores de doutrinas estrangeiras de inexequível aplicação em nossa formação social.

Graças a vigilância sempre pronta da Polícia, as atividades que os prosélitos do comunismo e integralismo sempre entre as massas incautas e menos avisadas, arrefeceram, atravessando-se no momento, uma era de paz, sem que isso demonstre que a ação policial tenha diminuído, pois continua perseverante e capaz de reprimir o trabalho nefasto de maus brasileiros imbuídos de idéias tão

extravagantes ou daqueles que agiram proveitos como assalariados de Moscou²¹¹.

Observamos que na concepção das autoridades, tanto comunistas como integralistas atuavam em desacordo com a nossa formação social, valendo-se da ingenuidade dos populares para se infiltrarem em meio deles. Observamos ainda, as intenções das autoridades policiais de se anteciparem às possíveis agitações políticas dos comunistas e, em momento posterior, às dos integralistas, foco da atenção policial a partir de fins de 1937. Essa mudança no foco das ações policiais, ora voltadas para os integralistas, se explica, de um lado, pela fragilidade em que se encontravam os comunistas; do outro, em razão das insurreições integralistas de 1938.

Os integralistas mais exaltados se constituíram nos inimigos preferenciais das autoridades policiais. O discurso em defesa da ordem estabelecida em 10 de novembro de 1937 e as medidas adotadas para conter a ação dos grupos considerados subversivos pelas autoridades policiais no Ceará era um desdobramento das estratégias da polícia política em todo Brasil. Ressaltemos as interpretações do Delegado Especial de Segurança Política, do Distrito Federal, Humberto Guerreiro de Castro, em seu relatório sobre a situação do Integralismo após seu fechamento e sobre o clima hostil entre a repressão policial e aquele movimento.

²¹¹ BPMP-OR. Relatórios dos Governadores do Estado do Ceará e APEC. Setor: Leis do Ceará.

Em virtude da Constituição de 10 de Novembro de 1937, estabelecendo novo regime governamental no País, pela qual foi prevista a extinção dos partidos políticos, e que veio a ser determinado em Decreto posterior de 2 de Dezembro do mesmo ano, a Ação Integralista Brasileira, que nesse carácter vinha funcionando, teve fechada a sua sede enquanto aguarda a sua transformação em outra organização, nos moldes permitido pelo referido Decreto.

Passaram esses agitadores a ter entendimentos no sentido de levar a efeito um golpe político-militar, visando tomar conta do poder, para o que contavam com militares, que haviam feito parte da Ação Integralista Brasileira, como aqueles, descontentes com o golpe político referido. Assim, era voz corrente, estarem os integralistas preparando um movimento revolucionário que teria lugar nesta capital, com ramificações em Estados onde eles melhor se achavam aparelhados, sendo enviados emissários especiais e de confiança, para diversas partes do país para articularem o movimento e aguardar a palavra de ordem que partiria desta capital.

Esses fatos e a preparação do movimento vinham sendo observados pelas autoridades constituídas do país que estavam aparelhadas para evitar que os mesmos tivessem êxito¹.

No Ceará, podemos verificar a atuação da Polícia Política contra os integralistas através das várias ocorrências em que estes estavam envolvidos. O primeiro registro ocorreu em fins de 1937 quando um integralista foi detido e indiciado. Os demais registros são posteriores ao ano de 1938²¹². Nesse ano foram presas 21 pessoas acusadas de serem integralistas, 01 como suspeito de ser do movimento do sigma e 12 que foram classificados como integralistas exaltados²¹³. Nos anos subseqüentes, persistiram as ocorrências envolvendo militantes integralistas. Foram presas 49 pessoas sob alegações diversas: integralistas, suspeito de Integralismo, integralista exaltado, suspeito de extremismo, nazista, suspeito de nazismo, integralista nazista, suspeito de espionagem, integralista perigoso e nazista declarado.

Não importa como esses indivíduos eram classificados, mas sim verificar que no pós-1938 foi intensa a campanha contra as atividades políticas identificadas com a doutrina integralistas e congêneres. Quanto mais o governo brasileiro tendia a apoiar os países aliados, mais essas ocorrências foram sendo verificadas. Devemos destacar que se de um lado o governo buscava refrear a ação desses grupos advindos do movimento do sigma devido à sua radicalidade frente à ordem institucional; do outro procurava reaproximar-se dos antigos chefes nacionais. Como reflexo dessa postura do governo, verificamos que a grande maioria ou a quase totalidade dos ex-chefes municipais tiveram

²¹² APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pastas: 06 e 06[A].

²¹³ Não devemos esquecer, porém, que mesmo os integralistas tendo sido alvos da ação policial, nesse período continuaram ocorrendo detenções de comunistas. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pastas: 06 e 06[A].

garantida a tranqüilidade política e o retorno gradativo às posições que ocupavam antes dos acontecimentos de 1930.

A perseguição aos integralistas mais radicais, muitas vezes chamada de **ala revolucionária**, prosseguiu até os últimos dias do Estado Novo. Em todo Ceará, ocorreram várias prisões de militantes integralistas, conforme observamos nos registros da Polícia Política:

**Antônio Joaquim de Carvalho, Aduino Soares
Marinho, Aparício Façanha de Sá, Auto de Moura Ferreira,
Alfredo Alves dos Santos, Francisco Bastos Vieira, Francisco
Paulino de Paula, Francisco Paulino de Paula, Francisco
Belfort Franco, Francisco Chagas da Silva, Francisco Soares,
Francisco Vieira de Freitas, Francisco Palmeira Bessa,
Felizmino Lopes da Silva, Gabriel Leônidas Jardim, Higino
Augusto de Sousa, Jonas Barros (Padre), José Vicente Maia,
José Carneiro Meireles, José Rodrigues de Lima, José
Pinheiro de Souza, José Paulino Barros, José de Paula Freire,
José Nogueira de Sousa, João de Oliveira Assunção, João
César Vieira, João Kaiser (Padre), João Magalhães Oliveira,
Joaquim Eduardo Benevides, Luiz Gonzaga Marques,
Lamberto de Oliveira Chaves, Luiz Míglío, Miguel Pimenta de
Oliveira, Maria de Jesus de Mello, Manoel Pereira Diniz, Paulo
Soares Pacheco, Raimundo Alves da Silva, Raimundo Ribeiro
Barros, Salvador Sinicropio, Sebastião Ramos de Lima,
Vicente de Sousa Góes, Zélia Carvalho, Zuíla Barbosa Lima,**

Manoel Sebastião de Oliveira, Benjamim Tibúrcio da Costa, Tancredo Hally de Alcântara, Antônio Alves da Costa, Alfredo Eugênio de Sousa, Francisco Simões de Lima, Dario Mendes de Mesquita, José Porfírio de Sousa, Antônio Pereira Luz, Raimundo Tristão Cavalcante, Luiz Manoel dos Santos, Francisco Pereira das Chagas (vulgo Gadelha), José Tristão Filho, José Irineu Pinto, José de Araújo Júnior, Leopoldo Batista Nepomuceno, José Correia Lima, Francisco de Oliveira Melo, Antônio Joaquim de Carvalho Sobrinho, Ari Maia Nunes, João Marques dos Santos, Edmilson Fontenele, Antônio Fonseca Pinto, Teodoro Conrado da Silveira, João Ferreira de Araújo (vulgo Bate-Bate), Manoel Rodrigues Paiva, José Geraldo Lima, José Augusto Bezerra, Antônio Fernandes Barbosa, Pedro David de Andrade, Gilberto Geraldo Rêgo de Menezes, Djalma Justa da Silva, Evaristo de Castro, Manoel Alexandre Cardoso, Manoel Nobre de Sousa, José Alves Ferreira, José Colombo de Sousa, Francisco Xavier Filho, Humberto Ribeiro Cavalcante, Antônio Alves Cavalcante, Almir Serra Dias, Florisval de Araújo Vidreira, José Listor Ibiapina Parente, Manoel Valentin da Silva, Joaquim Barbosa Lima, Francisco Bastos Vieira, João Franca Ferreira, José Luciano de Azevedo Furtado, Antônio Santabaia Nogueira, Francisco Queiroz Filho (vulgo Negrinho), Raimundo Alves da Silva (vulgo Rdo. da

Noveloide), José Francisco Albuquerque Costa, Luiz Valejo (Irmão Luiz –Espanhol), Gaudioso de Carvalho²¹⁴.

Da relação acima destacamos que alguns indivíduos foram detidos em mais de uma oportunidade, foram eles: Joaquim Eduardo Benevides, Lamberto Oliveira Chaves, Padre Jonas Barros, Francisco Vieira de Freitas, José Colombo de Sousa, Zuíla Barbosa Lima, Zélia Carvalho, Luiz Gonzaga Marques, Gabriel Leônidas Jardim, Aparício Façanha de Sá, Auto de Moura Ferreira, José Oliveira Assunção, e Paulo Soares Pacheco. Destacamos ainda a participação ativa de alguns sujeitos, dentre eles o Padre Jonas Barros que exercia papel importante na organização dos integralistas nesse período e de Francisco Vieira de Freitas responsável pelas finanças do movimento. Observamos que na referida relação não aparece nenhum dos tradicionais chefes municipais denotando, assim, uma composição social diferente daquela dos anos áureos do Integralismo.

No interior do estado, o movimento da AIB era composto principalmente de dois segmentos muito presente na dinâmica política municipal: os tradicionais mandatários locais e seus fiéis seguidores. Estes haviam aderido ao movimento em razão da fidelidade política. Além desse dois segmentos havia, em menor número, aqueles que aderiram ao Integralismo por inspiração ideológica e fizeram da AIB a oportunidade de exercerem a militância política.

²¹⁴ Francisco Vieira de Freitas era o intermediário que recebia mensalidade de integralistas e repassava ao Pe. Jonas Barros. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta: 06[A].

As ocorrências policiais no interior do estado foram em menor número como podemos observar na relação que se segue e aconteceram com maior frequência a partir de 1942. Os envolvidos, de acordo com os registros da DESPS foram: João César Vieira – Quixadá, Luiz Gonzaga Marques – Quixadá, Luiz Míglio – Crato, (por exercerem atividades integralistas); Raimundo Ribeiro Barros – Maranguape, José Carneiro Meireles – São Luiz do Curu, José Rodrigues de Lima – Quixadá, José Pinheiro de Sousa – Quixadá (suspeitos de exercerem atividades integralistas); Manoel Pereira Diniz – Juazeiro, Miguel Pimenta de Oliveira – Juazeiro, José Vicente de Maria – Juazeiro, (por terem se regozijado com o torpedeamento de navios brasileiros); Werner Tiurm – Sobral (por ter sido encontrado em sua residência um rádio-transmissor) e Raimundo Sales – Crateús (para averiguações policiais),²¹⁵.

Sobre os casos das prisões de integralistas no interior, observamos, que os motivos apontados eram os mais diversos. Naquele contexto em que o Brasil já havia definido sua posição em favor dos **países aliados**, regozijar-se com o afundamento dos navios brasileiros era encarado pelas autoridades policiais como manifestação clara de anti-patriotismo e um atentado aos interesses do Estado brasileiro, portanto, uma forma de traição à pátria.

Como podemos observar, a partir de 1942 intensificaram-se os números de prisões para averiguação policial e o número de atas de prontuários em função de atividades integralistas ou de suspeitos de colaborarem com o Eixo,

²¹⁵ APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta: 06[A].

de portarem ou de deterem material de propaganda e ou correspondência integralistas. As fontes não são muito claras no tocante ao detalhamento das ocorrências. Cresceu também o número de prisões de estrangeiros (italianos, alemães, japoneses, austríacos, portugueses, espanhóis) suspeitos de exercerem atividades nazistas em nosso país, consideradas contrárias ao regime brasileiro. Os motivos mais comuns alegados pelas autoridades policiais para as prisões de estrangeiros eram a documentação irregular ou desembarque clandestino.

Aparecem dois casos específicos de prisões de estrangeiros no Ceará. O de um espanhol acusado de adotar e propagar idéias nazistas, e o de um alemão por suspeita de ser o chefe da espionagem alemã no Ceará. Acrescentemos o caso do alemão preso em Sobral por possuir um rádio-transmissor. Quanto às ocorrências envolvendo estrangeiros foi uma constante naquele período. Convém salientarmos que problemas com relação à presença estrangeira no Brasil não era uma questão tão recente, remontava aos períodos precedentes de nossa história. Havia uma maior tolerância para com os estrangeiros oriundos da Europa, diferente do que ocorria com os japoneses, encarados como mais exóticos e de difícil integração à cultura nacional²¹⁶.

De acordo com os registros, as prisões de Higino Augusto de Sousa e José Nogueira de Sousa se deu por pertencerem a uma célula integralista e por

²¹⁶ Sobre a situação dos estrangeiros no Brasil, e problemas relativos à construção da identidade brasileira ver dentre outros, BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada*. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002, (Debates: Antropologia); LASSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

contribuírem com uma mensalidade que era entregue ao Padre Jonas Barros²¹⁷, por intermédio de Francisco Vieira de Freitas²¹⁸. Quanto ao Padre Jonas Barros, há registro de sua prisão em duas oportunidades: a primeira em 01 de outubro de 1942 e libertado em 24 do mesmo mês; a segunda em 30 de outubro de 1942 e posto em liberdade no dia 07 do mês seguinte. Francisco Vieira de Freitas foi preso no dia 10 de setembro de 1942 por exercer atividade integralista, não havendo, portanto, indicação do local da prisão e nem a data de sua libertação.

A participação de padres no movimento integralista do Ceará reflete o envolvimento da Igreja Católica, enquanto instituição, nos assuntos políticos daquele estado. Devemos considerar que a Igreja tinha papel importante na estrutura político-administrativa e no governo do Ceará. Sobre esse assunto, vejamos o que diz o Padre Luís da Braga Rocha, de Quixadá, Sertão Central do estado:

Infelizmente as autoridades falharam por completo, tanto as municipais como as estaduais; e apesar de se dizerem católicos, permitiram com fraqueza esses insultos à religião e à Igreja, chegando até a serem presos sacerdotes católicos

²¹⁷ O Padre Jonas Lima Barros nasceu em União, Itaiçaba, Região do Vale do Jaguaribe no Estado do Ceará, ordenou-se no Seminário da Prainha, Fortaleza, em 30 de novembro de 1934. Esse seminário foi celeiro de padres reformados, do qual saíram vários integralistas, dentre eles o Padre Helder Câmara, líder da AIB, no Ceará. Especificamente sobre os padres no Ceará ver SILVEIRA, Aureliano Diamantino. *Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará (1700-2004)*. Fortaleza: Prêmios Editora, 2004. Sobre a relação do Integralismo com a Igreja Católica ver PARENTE, Josênio Camelo. Op. cit. MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. Op. cit. e REGIS, João Rameres. Op. cit.

²¹⁸ APERJ. Fundo: Polícia Política. Setor: Estados, Pasta: 06 [A].

como aconteceu ao Pe. Jonas Barros e João Kaiser²¹⁹, isto em pleno Ceará, o estado mais católico do Brasil²²⁰.

Desta fala, devemos realçar a prisão dos dois padres, pois dentre tantos padres que se envolveram com o movimento da AIB antes do Golpe de Estado, somente Jonas Barros e João Kaiser permaneceram fieis aos ideais integralistas. A prisão do padre Jonas Barros se deu pelo seu envolvimento e pelo papel que ocupava na organização do Integralismo do pós-1938, quanto ao Padre João Kaiser, acreditamos que além da sua militância integralista, a sua ascendência alemã não lhe foi favorável naquele contexto.

Essas ocorrências policiais são importantes para percebermos que esses indivíduos agiam com base na utopia despertada pela doutrina integralista. De forma diferente, a maioria dos chefes municipais e dos seus seguidores aderiram ao movimento da AIB por motivações circunstanciais, num momento crise da relação dos grupos políticos locais com os poderes constituídos no estado e, por conseguinte, na união.

²¹⁹ O padre João Kaiser foi preso no dia 28 de agosto de 1942 para averiguação policial e, nada tendo sido apurado, foi posto em liberdade no dia seguinte. APERJ, Op.Cit.

²²⁰ Sobre este assunto ver ROCHA, Luis da Braga. *Dados Históricos da Freguesia de Jesus, Maria e José (1932-1967)*. Quixadá – Ce: Manuscrito. P. 41-42.

CAPÍTULO III:

3- O Integralismo nos Municípios interioranos do Ceará.

3.1- Introdução

O movimento da Ação Integralista Brasileira – AIB – encontrou grande repercussão entre as populações do interior do estado do Ceará, vide o grande número de Núcleos Municipais e Distritais fundados a partir do ano de 1932. No total foram constituídos 54 Núcleos Municipais dentre 66 municípios existentes e 07 Núcleos Distritais, em distritos que viriam, num curto espaço de tempo, a ser elevados à condição de município²²¹. Devido à supressão das atividades partidárias imposta pelo Golpe de Estado no dia 10 de novembro de 1937, as atividades da AIB se estenderam oficialmente até esse mês, mas extra-oficialmente, militantes inconformados com a situação, mantiveram-se firmes em defesa da doutrina integralista, conforme vimos no capítulo anterior e como atestam as fontes consultadas²²².

²²¹ O Decreto n. 1.156, de 4 de dezembro de 1933, do Interventor Federal no Ceará Roberto Carneiro de Mendonça, entrou em vigor em janeiro do ano seguinte e determinava a nova divisão administrativa do Estado, com a qual foi aumentado de cinqüenta e um (51) para sessenta e seis (66) o número total de municípios do Estado do Ceará. Ver APEC. Relatório da Administração Carneiro de Mendonça – 22/09/1931 a 05/09/1934. Fortaleza – Ce: Imprensa Oficial, 1936. Em 1935, o então Governador eleito, Francisco Menezes Pimentel, decreta uma nova reforma administrativa, ampliando para setenta e seis (76) o número de municípios. Relatório da Administração Menezes Pimentel. BPMP. Setor: Obras Raras. Fortaleza – Ce.

²²² Aqui nos referimos ao acervo do APRJ, Fundo: DESPS, em que encontramos informações sobre as prisões, em todo Estado do Ceará, de indivíduos envolvidos em atividades políticas extremistas, tanto à esquerda como à direita. Assim, a partir do final do ano de 1937, são freqüentes as prisões de elementos vinculados ao Movimento Integralista. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta: 06; Dossiê: 01.

Salientamos que o número de municípios do estado do Ceará variava ao sabor das administrações públicas, ou melhor, variava, principalmente, ao sabor da vontade do grupo político que se assenhoreava do poder numa determinada oportunidade. Essa foi uma prática constante advinda do período imperial e que persistiu principalmente no regime republicano. Fica patente que os processos de anexação, desmembramentos e extinção de municípios dependia, sobretudo, das afiliações políticas dos grupos locais. Tudo feito através de Decretos-lei anulando decretos anteriores, numa clara demonstração de força do governo estadual e do conluio deste com os grupos políticos estabelecidos nos municípios que, de forma muito semelhante, visavam demonstrar ante a população local e ante seus adversários o prestígio que possuíam com o presidente do estado²²³.

É nesse contexto que, de forma expressiva não só em número de núcleos mas também em capacidade de arregimentação de militantes, o movimento da AIB se erige nos municípios interioranos do Ceará. Os condicionantes para tamanho feito foram apontados no capítulo anterior, no entanto, ressaltem-se três deles: a crise do modelo clientelístico e paternalista nascida com a Revolução de 1930, crise essa agravada com o conseqüente debate político em torno dos acontecimentos mais recentes que despertaram para a possibilidade

²²³ Esse debate é bem mais profícuo do que ora apresentamos. No entanto essa referência nos permite ver como as forças política se rearranjavam. Podemos encontrar elementos das reformas políticas e administrativas ocorridas no Estado do Ceará através dos relatórios dos presidentes de província, durante o Império e, dos Presidentes de Estado no período republicano, assim como dos Interventores Federais, no pós-1930. Podemos ainda consultar o conjunto de leis e decretos, bem como através os jornais de circulação no estado ns períodos supracitados. Para tanto ver: RIBEIRO, Valdir Uchoa. *Conselho de Intendência do Ceará*. Fortaleza: Premium, 2005 e SAMPAIO, Dorian. *Municípios do Ceará*. 4a. Edição. Fortaleza: Publicação Independente, 1987.

de intervenção da sociedade nos assuntos da nação; a marcante presença da Igreja Católica que através da Ação Católica – AC – e da Liga Eleitoral Católica – LEC – interveio muito incisivamente no debate político do período, atraindo para si os elementos nacionalistas de direita e aqueles que haviam sido desprestigiados com a Revolução de 1930; e a proposta de moralização do país e das instituições públicas, defendida pelo movimento da AIB que traduzia, de certa forma, os anseios de parte da população brasileira, coadunando-se com o projeto de vida de grande parcela dos populares no tocante a solução de seus problemas imediatos²²⁴. Estes elementos repercutiram positivamente para que o movimento viesse a se constituir em vários municípios espalhados pelas diversas regiões Brasil e, em especial, no interior do Ceará.

A dinâmica política prevalecente nessas formações sociais era orientada por relações pessoais, familiares e pela fidelidade para com os que detinham o controle da máquina administrativa municipal. Embora parcela significativa dos mandatários locais tenha sido desprestigiada com os acontecimentos de 1930, não se pode afirmar que tenha se ausentado por completo das suas funções de mando, pois a capacidade de sobrevivência política desses grupos se assentava em anos de experiência à frente dos principais cargos públicos municipais.

²²⁴ Sobre a moralização da política nacional proposta pela AIB e sua relação com os anseio da população, bem como esses fatores influíram para pontuar uma memória sobre a AIB, Ver CARNEIRO, Márcia Regina S. Ramos. *Memória e Integralismo: um estudo da militância no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ: 2002 e CARNEIRO, Márcia Regina S. Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ: 2007.

Sobrevivência conseguida através da colocação de seus aliados em posições estratégicas na administração municipal.

O projeto político revolucionário posto em prática, inclusive no Ceará, no pós 1930, em muitas situações não teve condições de se contrapor à influência política dos antigos chefes locais e por esse motivo teve, muitas vezes, que negociar com esses grupos. Essas negociações eram feitas com a devida habilidade para não afetar o núcleo central do discurso revolucionário, assentado na idéia de total banimento de todas as formas de fazer política identificada com as práticas clientelísticas da Primeira República. Uma vez mantido o discurso, passava-se para a população a idéia de que a situação política nacional estava em franco processo de depuração dos vícios do regime anterior, ao passo que muitos dos antigos mandatários locais continuavam a figurar no cenário político, mesmo que metamorfoseados de defensores desse processo em curso.

Nesse sentido, o movimento da AIB, na maioria dos municípios cearenses onde estava constituído em núcleo municipal, serviu aos setores mais tradicionais da política local (essa foi a tônica prevalecente), aos opositores das medidas adotadas pelo governo revolucionário e serviu de instrumento para a revitalização do poder desses tradicionais grupos oligárquicos. Ao afirmarmos que, no movimento integralista cearense, prevaleceu a posição de alinhamento com os grupos tradicionais e que, ao mesmo tempo, o movimento serviu de guarida aos opositores do regime instaurado no pós-1930, não queremos afirmar que esse não tenha abrigado em suas hostes indivíduos que aderiram ao **sigma**

movidos por sua ideologia e, portanto, contrários aos grupos oligárquicos. Da mesma forma, não devemos considerar que, na esfera estadual, os setores ligados ao governo revolucionário estivessem imunes às práticas adotadas por seus adversários, não esqueçamos a longa convivência entre esses segmentos no comando dos destinos da população cearense.

No Ceará, logo após a Revolução de 1930, a dinâmica política começou a se definir de forma a colocar em lados opostos os defensores e os opositores do novo regime político, embora muitos grupos políticos, cada um com seus interesses particulares mantivessem posições ambíguas, e outros negociassem com as forças estaduais ao sabor dos acontecimentos. Enfim, à proporção que as medidas políticas do governo revolucionário, através da Interventoria Federal no Estado do Ceará, começavam a melhor ser definidas, o jogo entre os diversos grupos se alterava.

Portanto, nos dois primeiros anos – durante o Governo provisório – os esforços em soterrar as práticas políticas ditas corriqueiras ficaram mais evidentes, fato que influenciou diretamente para certo refluxo, mesmo que momentâneo, da posição de mando dos antigos grupos oligárquicos, devido a decisiva interferência dos Távoras na instalação do governo revolucionário no Estado do Ceará²²⁵. À medida que se consolidava a Revolução, sobretudo a partir da fase constitucional, o prestígio dos Távoras frente ao Governo Federal

²²⁵ Logo após a Revolução de 1930, no dia 08 de outubro, com a queda do Presidente do Ceará, Manoel do Nascimento Fernandes Távora assumiu o governo em caráter provisório. Uma de suas primeiras medidas foi a publicação do Decreto de Nº 6, de 16/10/1930, destituindo os atuais Prefeitos Municipais, nomeando Intervenores em substituição ao mesmos e dissolvendo as Câmaras Municipais. Ver. *Jornal A Ordem*, (Número avulso), Sobral – Ce, 22/10/1930.

ia se esmaecendo²²⁶, e as antigas forças políticas locais tenderam, paulatinamente, a reconquistar muito do espaço que haviam perdido em 1930 e a se acomodar à nova realidade. Assim, apenas alguns grupos, mantiveram o discurso revolucionário vivo o bastante para atrair a simpatia da população local, como os aliados mais próximos da família Távora e seus seguidores, espalhados por todo o interior do Estado, já a partir de 1932, agrupados no PSD.

Os aliados dos Távoras, que tinham como expressão máxima Juarez Távora – comandante das forças revolucionárias no Norte e Nordeste do país e grande chefe político a quem os demais se dirigiam – buscaram ditar o ritmo das transformações necessárias à consolidação do programa revolucionário no Ceará. Exemplo concreto disso foi a indicação de seu irmão, Manoel do Nascimento Fernandes Távora para Interventor Federal no Estado do Ceará, que permanece no cargo até setembro de 1931²²⁷. O tempo curto de Fernandes Távora à frente da Interventoria Federal se deu pelas suas divergências com os

²²⁶ Foram constantes as reclamações por parte dos líderes távoristas cearenses da falta de prestígio do grupo frente ao Governo Federal, principalmente por considerarem que a LEC gozava de uma maior atenção por parte deste, posição que os enfraquecia nas disputas eleitorais no âmbito estadual. Fato que colocava Juarez Távora em situação de acomodação entre as partes litigantes e o Governo Federal. Vários telegramas trocados entre Juarez Távora e autoridades nacionais e estaduais da LEC e do governo que visavam a uma conciliação entre o que os seus aliados chamavam de democráticos e nacionalistas. Ver. CPDOC/FGV. JT dpf – 1931.12.12. Pasta: III. No dia 09 de janeiro de 1934, Juarez Távora escreveu ao Presidente Getúlio Vargas, tratando da substituição do Interventor Federal no Ceará, Roberto Carneiro de Mendonça, sugerindo que fosse escolhido alguém do PSD, haja vista persistir o impasse entre as principais forças políticas do Ceará, pois do contrário, representaria um desprestígio das forças revolucionárias ante a LEC que agrupava, no seu entender, as forças reacionárias do Estado do Ceará. CPDOC/FGV. JT dpf – 1932.01.00/1. Pasta: II, p. 12. No dia 25 de junho de 1935 em carta à Juracy Magalhães, Juarez Távora relata como o PSD cearense foi desprestigiado por Getúlio Vargas, segundo ele, em curso desde fins de 1933, se alongando até aquele momento em que o Governo Federal tendia a atender preferencialmente os membros da LEC. Ver. CPDOC/FGV. JT dpf – 1932.06.03. Pasta: V, p. 46.

²²⁷ Manoel do Nascimento Fernandes Távora foi nomeado Interventor Federal do Estado do Ceará no dia 14 de Novembro de 1930. Ver. PECHMAN, Robert. In. DHBB Pós-1930. p. 5672-5673.

representantes do movimento tenentista no Ceará, levando-o a ser substituído pelo Capitão Roberto Carneiro de Mendonça em 28 do setembro de 1931²²⁸.

Os principais adversários dos Távoras foram, sem sombra de dúvidas, os grupos alinhados em torno da LEC; esta congregava os elementos mais conservadores e reacionários da cena política estadual por todos os município. Muitos foram os esforços despendidos por Juarez Távora, nos âmbitos nacional e estadual, para que a LEC e o PSD não formassem duas frentes de combate, mas que se unissem para garantir as conquistas da Revolução. Todas as tentativas, inclusive a de apelar para a Junta Nacional da LEC, em particular, para Alceu Amoroso Lima, foram frustradas. Os **pessedistas** e lecionistas locais, com raríssimas exceções estavam dispostos a realizar tal aliança²²⁹, pois estes confiavam em seu poder eleitoral, como de fato ocorrera nas eleições para a Constituinte, nas eleições estaduais e municipais, quando a LEC saiu vitoriosa; e aqueles, talvez por se colocarem como legítimos defensores e herdeiros do

²²⁸ Essas divergências derivavam do fato de não ter sido indicado para a Interventoria um representante direto da corrente tenentista no Estado, haja vista o fato de que desde a preparação da Revolução no Ceará havia ficado acertada a indicação do Major João da Silva Leal para o governo do Ceará. PERCHMAN, Robert. Op. ct. p. 5672. Em julho de 1931 os partidários do tenentismo telegrafam a Juarez Távora para expressar a insatisfação com a gestão de Fernandes Távora. Este era visto como um homem bom, mas de mentalidade antagônica a de todos os revolucionários. Acusavam-no de introduzir no governo *métodos da pátria velha*. Segundo os que subscreveram o telegrama, nada de revolucionário ocorrera no Ceará afora a deposição do Presidente Matos Peixoto e, dessa forma, não seria possível desenvolver no povo o espírito revolucionário, o objetivo mais importante de todo o processo. CPDOC/FGV. JT dpf – 1930.12.08. Pasta: XXVIII.

²²⁹ Na supracitada carta dirigida ao Interventor Federal da Bahia, Juracy Magalhães, Juarez Távora narra os esforços de entendimento entre as duas principais forças políticas do Ceará: o PSD e a LEC, não logrando êxito em tal empreita, haja vista, o Presidente Getúlio Vargas, não ter movido esforços nesse sentido, atitude que poderia ter feito a LEC transigir nas negociações. CPDOC/FGV. JT dpf – 1932.06.03. Pasta: V, p. 46.

projeto revolucionário instalado no pós-1930, não admitiam ceder para os que eles identificavam com herdeiros da cultura política tradicional, no Ceará²³⁰.

O movimento da AIB no Ceará, sobretudo nos municípios interioranos, deve ser visto como parte integrante dessa dinâmica política imprecisa, aliando-se e afastando-se dos grupos em disputas, ao sabor dos arranjos políticos. Contudo, devemos levar em consideração a tendência desse movimento a se alinhar com grupos que estavam sob influência da LEC. Ressaltamos que essa postura vacilante era o reflexo do descompasso de seu conteúdo programático em relação à sua prática política, pois embora seu programa aparentasse ser muito rígido e hermético, era impreciso quanto aos rumos da política empreendida pelo Governo Revolucionário. O problema de aproximação do Integralismo com as forças conservadoras do estado do Ceará não se restringia apenas ao movimento nas regiões interioranas, pois obedecia, em grande medida, às determinações da Chefia Nacional de fazer aliança com a LEC. Nesse mister, mesmo levando em consideração a centralidade do movimento de obediência às chefias e o conteúdo programático bem definido no plano nacional, a atividade política dos integralistas, onde quer que eles estivessem obedecia, via de regra, aos condicionantes políticos locais.

Aproximações e afastamentos são perceptíveis ao longo da trajetória do movimento integralista. Fatores de ordem interna e externa influenciaram as posições assumidas pelos integralistas, principalmente quando eram expostos a

²³⁰ São muitas as correspondências (cartas e telegramas) intercambiadas entre Juarez Távora e os principais líderes do PSD no Ceará, principalmente com Fernandes Távora, Demócrito Rocha e Bento Louzada. Numa correspondência dirigida à Comissão Executiva do Partido, em 01/11/1934, numa espécie de dossiê ele expõe sua concepção sobre a atuação da LEC no Ceará. Ver. CPDOC/FGV. JT dpf – 1932.06.03. Pasta: III. p. 20.

juízos pela sociedade, como no caso das eleições que disputou nesse período. Durante a normalidade política – 1932-1937 – os integralistas adotaram posições diferenciadas em relação ao governo de Getúlio Vargas, aos Interventores Federais nos estados da federação e em relação aos grupos políticos municipais.

Por vários fatores, o movimento integralista teve grande projeção em muitos municípios cearense. Podemos destacar a projeção política de muitos chefes municipais no interior da hierarquia integralista estadual e nacional, a posição de centralidade regional assumida por alguns núcleos que funcionavam como irradiadores do movimento para os municípios circunvizinhos e o sucesso eleitoral nas eleições municipais de 1936. Mesmo considerando o fato de em alguns municípios, a exemplo de Aracati – Região Jaguaribana – os integralistas terem fundado seu próprio jornal em duas oportunidades²³¹, esta prática não foi comum aos demais municípios cearenses.

Nessas municipalidades o sucesso integralista deveu-se à atuação com mediador das demandas de parte da sociedade brasileira e, por conseguinte, das demandas das populações locais. Dessa forma, o movimento da AIB atuou como fio condutor das aspirações políticas e das reivindicações por melhorias sociais e exerceu assim, o papel peculiar aos partidos políticos.

²³¹ Em 1934 circulou no município de Aracati o jornal *A Ordem*, de orientação integralista. Só foi possível o acesso a um número. Em 1936, foi criado o jornal *A Idéia*, órgão oficial da AIB de Aracati. Seu diretor foi Francisco Sabóia Barbosa e seus redatores: Cursino Pessoa e Dr. Pedro Barbosa Lima. Também só consta um número, bastante rasurado. BPMP-SM.

3.2 – A Revolução de 1930 no Ceará e seus efeitos na dinâmica política dos municípios.

A revolução de 1930 causou profundas alterações na dinâmica política brasileira. Representou, de certa forma, a vitória de uma sociedade que há muito clamava por mudanças profundas no sistema político e representativo, reivindicava a inclusão dos setores historicamente afastados desse processo e clamava por moralização na administração pública com base em critérios racional-formal em substituição aos tradicionais acordos interpessoal que predominavam – sustentados em bases clientelísticas e paternalistas, as faces mais acentuadas do modelo coronelístico até então vigente. Representou, enfim, o ápice de décadas de contestação conduzidas por diversos segmentos da sociedade nacional que se encontravam às margens do exercício do poder político.

Da mesma forma, o regime liberal-burguês da Primeira República foi objeto de profundas críticas oriundas dos mais diferenciados setores da sociedade brasileira: das classes médias urbanas, de parcela da intelectualidade, do operariado, de uma grande parcela dos militares das patentes inferiores do exército e da marinha e dos representantes da cúpula da Igreja Católica. Ao dirigirem críticas contundentes ao regime liberal, todos esses segmentos e outros tantos não relacionados reforçavam, do ponto de vista do discurso, a justeza dos ideais que conduziram à Revolução de 1930 e, do ponto

de vista da ação política, justificavam as medidas que vinha sendo implementadas.

As alternativas apresentadas ao modelo liberal foram as mais variadas, pois tão variados foram seus opositores, e não menos variados os caminhos sugeridos para substituição daquele. Ao levar em consideração tal fato, dificilmente poderemos falar de uma unidade programática no combate ao liberalismo, pois as soluções apresentadas chegavam a ser, em muitas situações, inconciliáveis. Num dado momento, principalmente, naquele imediatamente anterior ao de outubro de 1930 – quando a Aliança Liberal²³² destituiu o Presidente eleito Washington Luiz para içar ao poder um de seus membros, Getúlio Vargas – podemos falar de numa grande frente de batalha contra o liberalismo. Esta frente capturava os anseios de grande parcela da sociedade brasileira, inclusive dos grupos oligárquicos dissidentes. No entanto, não podemos afirmar que esses anseios tenham se materializado, nalgum momento, numa frente de caráter orgânico ou programático, muito menos afirmar ter havido uma unidade de ação nos anos que se seguiram ao de 1930.

Os anos imediatamente posteriores ao da Revolução de 1930 são aqueles em que mais claramente percebemos as divergências e a heterogeneidade de ideologias e de práticas políticas dos vários segmentos que tencionaram soterrar o liberalismo da experiência política brasileira. Vemos com muita freqüência o surgimento de um número considerável de grupos que

²³² Sobre esse assunto ver: o Manifesto da Aliança Liberal, redigido por Lindolfo Collor em abril de 1930; o Manifesto da Revolução; ou o discurso de posse de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório, em 03 de Novembro de 1930. In. BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Vol IV. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

visavam disputar a hegemonia na organização do nascente Estado Revolucionário²³³. O governo Getúlio Vargas tratou de consolidar as transformações pretendidas pela sociedade e, se não o fez, pareceu fazer muito bem, pois granjeou o apoio de parcela significativa da população, quer através da propaganda, quer anulando a ação de seus principais adversários²³⁴. A intelectualidade, ora assumindo vários cargos no governo, conferiu a interpretação para os acontecimentos, tornando o evento de 1930 como um divisor de águas na história política do Brasil. Por fim, os grupos políticos erigidos nesse contexto, afora os de orientação comunista, tenderam a apoiar o governo.

Essa foi a atmosfera política no pós-1930 a contagiar parcela significativa da população em todo o território nacional, reflexo, em certa medida, das lutas

²³³ Não é fácil precisar o número de organizações de natureza política durante o período entre a Revolução de 1930 e 1937, data da extinção dos partidos políticos. No entanto, sobre esse assunto deve-se consultar o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Pós-1930, editado pela Fundação Getúlio Vargas. Ver: ABREU, Alzira Alves. [et al.]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Ed.rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

²³⁴ O debate sobre o Governo Vargas, em seus diversos momentos desde a fase constitucional até o Estado Novo, foi amplamente discutido na historiografia nacional. É importante destacar o papel exercido pela intelectualidade no processo de consolidação da memória revolucionária. Devemos realçar, ainda, o papel da propaganda e da repressão no intuito de obter a adesão dos populares às medidas implementadas pelo governo. Ver dentre outros trabalhos: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília: INL, 1980; LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999; CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: A Polícia da era Vargas*. Brasília: EDUNB, 1993 e ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil / 1930-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

travadas e sufocadas nas décadas precedentes e que, naquela oportunidade, despontava e buscava se firmar através dos projetos apresentados pelos grupos em disputa.

É importante considerarmos a efervescência política no estado do Ceará, principalmente nos municípios do interior, para compreender as possíveis alterações na dinâmica política local. Assim, podemos perceber como essa dinâmica se alterou e como foram se rearranjando os grupos políticos diante da nova conjuntura que se lhes apresentava. A AIB foi criada nesse contexto, no qual interagiu com as forças políticas tradicionais e também com forças políticas nascentes, tornando-se um agente mediador das aspirações de parcela da sociedade cearense, inclusive, dos municípios interioranos.

As insatisfações de diversos segmentos da sociedade cearense para com o regime liberal já eram, há muito, visíveis, sobretudo, através dos meios circulantes tanto da capital como do interior do estado. Tais insatisfações advinham da falta de espaços democráticos, do abuso de poder praticado pelos sucessivos governantes estaduais e municipais e da ausência do Estado na solução dos principais problemas econômicos, políticos e sociais. As críticas aos governantes, veiculadas insistentemente nos jornais, eram constantes e se assentavam em acusações de proveito pessoal obtido através do cargo. Associava-se a essas acusações a da falta de compromissos com os reais interesses do povo cearense. O último governante dessa primeira fase

republicana no estado do Ceará, o governador José Carlos Matos Peixoto, era o alvo predileto das críticas feitas nos meios circulantes²³⁵.

O programa da Aliança Liberal – AL – encontrou no Ceará forte adesão entre os oposicionistas do governo Matos Peixoto, pois expressava os anseios de modernização do Estado, implicando numa maior eficiência da burocracia estatal para a solução dos principais problemas que afligiam a sociedade cearense. O programa e as ações desenvolvidas pela AL e apoiados pelos tenentes apontavam para a possibilidade de fazer chegar ao comando da administração pública do estado seus representantes, há décadas alijados desse espaço, em razão da política oligárquica até então adotada. Dentre as propostas da Aliança para o Nordeste em geral e para o Ceará em particular, podemos destacar a abertura de estradas, a construção de barragens e a formação de novos centros produtores. Integravam as hostes oposicionistas: trabalhadores rurais e urbanos, profissionais liberais, classes médias urbanas e principalmente os tenentes que serviam no 23º. BC e no Colégio Militar²³⁶.

²³⁵ Os jornais: *A Ordem* (Sobral – Ce. Circulou de 1917 a 1941, órgão do Partido Republicano Conservador Sobralense); *Correio da Semana* (Sobral – Ce. Circulou de 1918 a 1948, órgão da Ação Católica); *O Povo* (Fortaleza – Ce. Jornal particular circula desde 1928 até a presente data. Foi fundado por Demócrito Rocha, um dos líderes da oposição às oligarquias cearenses, que integrou após 1930 a executiva estadual do PSD). Com muita frequência, por todo ano de 1929 e início de 1930, nesses jornais apareciam críticas ácidas aos governantes locais, sobretudo, ao presidente Carlos Matos Peixoto. *A Ordem*, de 15 de Outubro de 1930, publicou uma matéria com a seguinte manchete: *Ao Ceará e à Nação*” tratando da eleição de 1º. de março, tida como fraudulenta pelos que subscreviam o artigo, a saber: Fernandes Távora; Luiz Moraes Correia; José de Borba Vasconcelos e João da Silva Leal. BPMP-SM.

²³⁶ Ver SOUZA, Simone. *Da “Revolução de 30” ao Estado Novo*. In. SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 296.

Quanto à participação dos militares cearenses e nordestinos na Revolução de 1930, muitos dos que serviram no 23º. BC e noutros Batalhões dos estados circunvizinhos aderiram as proposta da AL. Muitos deles ocuparam cargos importantes no Governo Revolucionário, principalmente como Interventores Federais. Nomes como Landri Sales, Juraci Magalhães, Delso Mendes da Fonseca, João da Silva Leal e, principalmente, Juarez Távora, tiveram papel importante na organização e consolidação do governo revolucionário nas regiões Norte e Nordeste do Brasil²³⁷. Merecem destaque ainda os tenentes Severino Sombra e Jeová Mota, dois líderes do movimento social e político no Ceará. Ambos serviram no 23º. BC e exerceram papel político importante nos anos pós-revolução, pois participaram da idealização e

²³⁷ Landri Sales Gonçalves, nasceu em Acaraú – Ce, no dia 19 de Julho de 1904. Serviu no 23º. Batalhão de Caçadores, em Fortaleza, tendo participado do movimento tenentista. Foi convidado por Juarez Távora para debelar a resistência dos paraenses à Revolução de 1930. No dia 07 de maio de 1931, foi nomeado por Getúlio Vargas, Interventor Federal no Piauí, permanecendo no cargo até 03 de maio de 1935. PEHMAN, Robert. In. DHBB, p. 5189-5190. Juraci Montenegro Magalhães, Nasceu em Fortaleza – Ce, no 04 de Agosto de 1905. Sentou praça em Julho de 1922, no 23º. Batalhão de Caçadores na capital cearense. Foi Interventor Federal na Bahia de 1931-1935 e governador Constitucional, no mesmo estado de 1935-1937. Ver COUTINHO, Amélia. In. DHBB, p. 3451-3457. Delso Mendes da Fonseca nasceu em Floriano – Pi, no dia 22 de Novembro de 1899. Após a Revolução de 1930, foi promovido a Capitão e passou a assessorar Juarez Távora, Chefe da Delegacia do Norte. Ingressou no Clube 03 de Outubro. In. COUTINHO, Op. cit. p. 2246-2248. João da Silva Leal nasceu em São Mateus – Ce, no dia 10 de Setembro de 1879. Foi nomeado Interventor Federal interino, em substituição a Fernandes Távora de junho a setembro de 1931, quando transferiu o cargo ao Cap. Carneiro de Mendonça. Em 1932 colaborou para a fundação do PSD, integrando a 1ª. Comissão Executiva e se elegendo Deputado Constituinte pelo Ceará. Em outubro de 1934, elegeu-se Deputado Federal pelo PSD do Ceará. In. DHBB, p. 3036. Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu em Jaguaribe – Ce, no dia 14 de janeiro de 1898. Sentou praça em 1916, na 4ª. Companhia de Estabelecimento, em Realengo, Rio de Janeiro. Participou da Coluna Preste na qual tinha a incumbência de barrar as forças legalistas, dando cobertura à movimentação dos revolucionários. Tomou parte da Revolução de 1930, principalmente organizando as forças militares das regiões Norte e Nordeste. No governo revolucionário, ocupou dois importantes cargos, o de Delegado Militar responsável por acompanhar os Interventores do Norte e Nordeste, do Acre à Bahia; e o de Ministro da Viação e posteriormente o da Agricultura. Ver. PANTOJA, Sílvia. IN DHBB, p. 5675-5689.

da criação da Legião Cearense do Trabalho – LCT e da Ação Integralista Brasileira – AIB, duas organizações atuantes no período²³⁸.

Logo após a Revolução de 1930, os então presidentes dos estados-membros foram substituídos por Interventores indicados pelo Governo Federal e as Assembléias Legislativas foram fechadas. No Ceará esses fatos culminaram com a destituição do Presidente José Carlos Matos Peixoto e de todos os prefeitos municipais. O primeiro Interventor Federal no Ceará foi Manoel do Nascimento Fernandes Távora que ao assumir a Interventoria tratou de substituir os então prefeitos, colocando em seus postos os Interventores Municipais ligados ao grupo **tavorista**.

Não foi apenas a substituição dos gestores municipais que interferiu diretamente na dinâmica política local, pois o clima de insatisfação para com os poderes público nacional e estadual já se fazia sentir por todo o interior do estado. As fontes consultadas são indiciárias dessa assertiva, visto que muitas são as manifestações de regozijo em relação à Revolução de 1930. São muitos

²³⁸ Severino Sombra nasceu em Maranguape – Ce, no dia 08 de junho de 1907. Sentou praça em março de 1923, na Escola Militar de Realengo. Participou como aliado dos paulistas em 1932 da Revolução Constitucionalista. Tornou-se membro do Clube 03 de Outubro, mesmo não tendo apoiado a Revolução de 1930, no início, foi um de seus defensores. Fundou no Estado do Ceará a Legião Cearense do Trabalho, Ação Integralista Brasileira e a Juventude Operária Católica. Fundou ainda a Legião Brasileira do Trabalho. Ver. NUDOC/UFC. Entrevistas. Vassouras: 1983; e DHBB, p. 5558-5559. Jeová Mota nasceu em Maranguape – Ce, no 12 de fevereiro de 1907. Ingressou no Colégio Militar do Ceará em 1919, sentou praça em 1925. Participou da criação da Legião Cearense do Trabalho e a incorporou à Ação Integralista Brasileira, em 1932. Foi Deputado Constituinte eleito em 1933 e Deputado Federal em 1934, eleito pela LEC nas duas oportunidades, tendo sido o primeiro Deputado do movimento integralista em todo o Brasil. Ver. NUDOC/UFC. Entrevistas. São João Del Rei: 1983; e DHBB, p. 3932-3933.

telegramas de autoridades municipais saudando o novo regime. Muitas dessas missivas foram dirigidas diretamente ao governo central e outras tantas, dirigidas a Juarez Távora, identificado por essas autoridades locais como uma espécie de mediador entre a população cearense e Getúlio Vargas, pois tratava-se de um nordestino, ou melhor, de um cearense com real possibilidade de intervir nos rumos do governo revolucionário. Um indício da manifestação de apoio às medidas revolucionárias foi o plebiscito pela aclamação de Juarez Távora ao posto de **General de Brigada**, acontecido na quase totalidade dos municípios cearenses²³⁹. Acreditamos e não podemos menosprezar que essa postura significava para alguns setores da política interiorana no Ceará uma forma de se reorganizar diante do jogo político que se lhes apresentava adverso.

Essas manifestações das autoridades municipais em apoio a Revolução devem ser observadas com cuidado, pois podem ser interpretadas como forma de sobrevivência desses grupos e desses sujeitos políticos. Muitos deles, talvez num primeiro momento, não pretendessem se indispor com os poderes constituídos e, por não terem clareza e, tampouco, aliados para se colocarem contra os acontecimentos, aguardavam o desenrolar dos fatos, os rumos que seriam dados pelo novo governo. Isto é, esperavam o momento oportuno para definirem melhor suas posições. Contrariamente outros foram afetados diretamente pelos acontecimentos, visto terem sido destituídos de suas funções políticas e ou administrativas. Enfim, o cenário político não era muito claro e o

²³⁹ O jornal *A Ordem*, de sobral noticiou a solenidade ocorrida naquela cidade que marcou o início da Campanha de Aclamação. Nos jornais também aparecem as festividades de comemoração de aniversário da Revolução. Ver: *A Ordem*, 10 de janeiro de 1931 e 11 de novembro de 1931, respectivamente. BPMP-SM.

caminho a ser seguido por esses grupos, não muito nítido. É nesse cenário onde a AIB e a LEC figuraram como uma oportunidade para esses grupos se posicionarem ante a conjuntura política nacional.

No Ceará, o presidente José Carlos Matos Peixoto foi deposto no dia 08 de outubro, sendo substituído provisoriamente por Manoel do Nascimento Fernandes Távora²⁴⁰, nomeado Interventor no dia 14 de novembro do mesmo ano. No plano interno, Fernandes Távora enfrentou uma série de obstáculos para realizar as medidas exigidas pelo projeto revolucionário. O fato do Interventor não ser militar e ser irmão de Juarez Távora, líder revolucionário que ocupava a Delegacia Especial do Norte, não era visto com simpatia pelos membros do Clube 03 de Outubro no Ceará, o que custou ao Interventor muitas dificuldades à frente da administração do estado. Além disso, Fernandes Távora era freqüentemente acusado pelos tenentes de indicar aos cargos públicos apenas seus partidários, o que tornava sua administração semelhante a do regime anterior, não diferindo, na prática, dos antigos coronéis²⁴¹. Outra dificuldade vinha dos seus opositores diretos, pois como haviam sido afastados dos seus cargos por Fernandes Távora, buscavam cerrar posição contrária à administração do primeiro Interventor, a fim de reaverem seus privilégios.

No plano nacional, o fato de o Interventor Federal no Ceará ser irmão de um dos líderes revolucionário não era visto com bons olhos devido às exigências

²⁴⁰ Manuel do Nascimento Fernandes Távora nasceu em Jaguaribe – Ce, em 21 de março de 1977, era médico de formação. Advinha de uma família com atuação política no estado do Ceará. Além de Interventor Federal, Fernandes Távora foi Deputado Constituinte pelo PSD, Deputado Federal, pela mesma sigla de 1935-1937; Constituinte em 1946; Deputado Federal de 1846-1947 e Senador pelo estado do Ceará em duas oportunidades: 1947-1951 e 1955-1963. In. DHBB, p. 5672-5673.

²⁴¹ SOUZA, Simone. Op. cit. p. 299-301.

do discurso racional-formal empregado pelos revolucionários. O próprio Juarez Távora não se sentia confortável com essa situação, pelo menos era o que expressava em algumas correspondências trocadas com outros líderes revolucionários da ala militar, dentre eles, Landri Sales e Juraci Magalhães, por ocasião da crise que levou o Interventor Fernandes Távora a ser substituído, em setembro de 1931, a menos de um ano de aniversário da Revolução, por um Interventor militar, Capitão Roberto Carneiro de Mendonça²⁴².

A substituição dos prefeitos municipais por Intervenores foi uma das primeiras medidas adotadas por Fernandes Távora no intuito de se cercar de apoios por todo o estado e de fortalecer seu grupo político. Essa medida de um lado agradou aos que há muito vinham aguardando uma oportunidade, por não dispor de espaço nos governos anteriores; do outro deixava os tradicionais adversários políticos numa situação de desprestígio frente ao governo revolucionário²⁴³. Outra medida que muito desagradou os opositores foi a reforma administrativa que alterava o mapa político dos municípios cearenses, pois, segundo seus adversários, o governo revolucionário estava agindo com base nos critérios adotados pelos presidentes anteriores²⁴⁴.

²⁴² Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça nasceu no Rio de Janeiro RJ, então Distrito Federal, no dia 13 de Dezembro de 1894. Sentou praça em 1918. Participou da revolta em julho de 1922 com vários oficiais da Escola Militar de Realengo. Sufocado o movimento, foi preso e conduzido à Ilha de Fernando de Noronha. Foi beneficiado com a anistia após a Revolução de 1930 e em novembro do mesmo ano, foi promovido ao posto de Capitão. Ingressou no Clube 03 de Outubro. Em 21 de Agosto de 1931 foi designado Interventor Federal no Estado do Ceará pelo então Ministro da Justiça Osvaldo Aranha para resolver impasse entre o até então Interventor Fernandes Távora e a guarnição federal sediada em Fortaleza, deixando o cargo no dia 28 de Agosto de 1934. LEMOS, Renato. In. DHBB, p. 3767-3768.

²⁴³ Ver: *A Ordem*, 22 de Outubro de 1930. BPMP-SM.

²⁴⁴ Ver: *Correio da Semana*, 18 de Abril e 02 de Maio de 1931. BN. CI, 3,08 – PR-SPR 25.

As reformas empreendidas pelos sucessivos Interventores Federais – 1930-1935 – pelo governo constitucional – 1935-1937 – são importantes na proporção que afetam, de certo modo, a dinâmica política no estado do Ceará e interferem na ação dos grupos políticos, quer seja dos integralistas e aliados, quer seja dos seus opositores. De fato essas medidas interferiram no cenário político no qual o movimento integralista viria a atuar. Advertimos que a AIB tendeu a uma aproximação com os setores políticos desprestigiados com a Revolução de 1930 ao se aliar, preferencialmente, com a Liga Eleitoral Católica. Essa é a posição mais freqüente assumida pelos integralistas, mas não a posição exclusiva, pois nalguns municípios foram possíveis outros arranjos.

Esses alinhamentos fogem, via de regra, a um programa político e ideológico bem definido, deve-se muito mais a uma situação momentânea de um ou outro grupo na busca por espaço no interior das disputas políticas, na tentativa de sobrevivência ante um contexto adverso. Portanto não encontramos facilmente uma coerência política e ideológica na atuação desses grupos.

Quanto ao desdobramento da política revolucionária no Ceará – a destituição de Fernandes Távora da Interventoria e a posse do Capitão Roberto Carneiro de Mendonça – podemos indicar que houve certo refluxo da influência da família Távora no comando das ações revolucionária e, conseqüentemente, a retomada do controle dessas ações pelos militares. Enfim, materializava-se uma tentativa que vinha desde a campanha **aliancista** de colocar um militar à frente do governo cearense, como pretendiam os tenentes, pois desde os momentos de preparação da Revolução no Ceará estava acertada que a Interventoria seria

assumida pelo Tenente João da Silva Leal²⁴⁵, do Colégio Militar. Este veio a ocupar, interinamente a interventoria antes de transferi-la ao Capitão Roberto Carneiro de Mendonça.

A indicação de Mendonça para a Interventoria contou com o apoio de Juarez Távora, no entanto a administração de Mendonça não foi muito favorável aos interesses dos aliados dos Távora no Ceará, embora, no âmbito nacional mantivesse afinidade política e relação de amizade com Juarez. A maior queixa dos membros do PSD no Ceará, em relação ao novo Interventor, era que a sua pretensa neutralidade política na condução dos interesses dos grupos aqui organizados tendia a dar maior fôlego a LEC. O que segundo os adeptos da corrente revolucionária, fazia a LEC ganhar cada vez mais terreno na batalha contra o PSD, desprestigiando-os. O próprio Juarez se queixou para outros Interventores do desprestígio do PSD no Ceará em razão do governo central não ser mais incisivo em prol deste no litígio permanente com a LEC²⁴⁶.

Contudo, a influência dos Távoras depois de 1930 no Ceará não pode ser menosprezada. Tais episódios, embora tenham repercutido negativamente, devemos considerar que a posição ocupada por Juarez Távora no cenário político nacional tornava-o a grande referência para os grupos políticos organizados no estado Ceará, principalmente aqueles se colocavam a favor da

²⁴⁵ João da Silva Leal, em 1929, elegeu-se Deputado Estadual, no Ceará. Durante a Revolução de 1930 participou de uma coluna organizada por Landri Sales que reunia civis e militares do Ceará e da Paraíba. Em sua trajetória assumiu diversos cargos políticos eletivos, pelo estado do Ceará. In. DHBB, Op. cit. p. 3036.

²⁴⁶ Ver: Carta de Juarez Távora à Juracy Magalhães In. CPDOC/FGV. JT dpf – 1932.06.03. Pasta: V, p.46; ou carta de Juarez ao Presidente da República, de 02 de agosto de 1934, ambas narrando o que ele denominava *o caso cearense*, sobre a substituição do Interventor Carneiro de Mendonça, que para ele a LEC saíra prestigiada em declínio do seu próprio prestígio. In. CPDOC/FGV. JT. Dpf – 1932.06.03. Pasta: II, p. 42.

Revolução. Conforme podemos observar nas fontes trabalhadas, Juarez Távora com muita frequência intervinha como mediador dos dissídios entre os grupos políticos em disputa no Ceará. Do ponto de vista discursivo, Juarez sempre argumentava está agindo em nome dos interesses revolucionários e dos interesses do engrandecimento das instituições políticas no Ceará, portanto, em nome dos interesses da coletividade, isto é, estava acima das vontades particulares dos grupos. Acrescentemos que a projeção nacional e o respeito que Juarez Távora granjeava no cenário político estadual advinham da sua participação e execução do movimento revolucionário de 1930 no Norte e Nordeste do Brasil e também por ter ocupado dois ministérios durante o governo revolucionário, primeiramente o da Viação e num segundo momento o da Agricultura.

Um indício da influência do grupo tavorista, na dinâmica política do Ceará no pós-1930, pode ser visto através das correspondências trocadas entre as autoridades estaduais e municipais com o Ministro Juarez Távora, versando sobre os mais variados assuntos e demandas políticas locais. Já a eleição de Fernandes Távora em 1933 para Deputado Constituinte e em 1934 para Deputado Federal são também indiciárias daquela influência. Quanto ao episódio da substituição do Interventor Fernandes Távora pelo Capitão Roberto Carneiro de Mendonça o próprio Juarez Távora não se opusera. Consideramos que essa postura deveu-se à coerência de Juarez para com seus princípios fundados no movimento tenentista, de um lado; e do outro, o seu vínculo com os

militares organizados no Clube 03 de Outubro no Ceará²⁴⁷, colocava-o em predileção por um colega de farda à frente da Interventoria.

Foram os próprios representantes locais do Clube 03 de Outubro que em 1932 fundaram no Ceará o Partido Social Democrático – PSD que passou a ser presidido por Fernandes Távora e contou em seu diretório com a participação de então Major João da Silva Leal, do Jornalista Demócrito Rocha e de tantos outros. Dai em diante, a dinâmica política cearense começou a se delinear de forma mais clara, pois os que se auto-intitulavam defensores da política revolucionária e herdeiros diretos da Revolução passaram a se agrupar em torno do PSD, enquanto os grupos ligados às oligarquias tradicionais começaram a se organizar noutros partidos que estavam sob a orientação geral da Liga Eleitoral Católica – LEC, que no Ceará, diferente dos demais estados da federação, adquiriu registro partidário. O que se segue são as disputas eleitorais envolvendo esses dois principais partidos no Ceará.

Não podemos esquecer que todos os grupos políticos do campo das elites – quer os **pessedistas**, quer os **lecistas** – traziam em seus discursos a bandeira da moralização e da racionalização dos cargos e dos bens públicos, sintonizando-se com as bandeiras da política revolucionária que se instalara em 1930. Mesmo sustentando esse discurso, eram recorrentes, as práticas políticas

²⁴⁷ O Clube 03 de Outubro foi fundado em fevereiro de 1931, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal por alguns representantes do chamado pensamento tenentista, com ramificações nas unidades militares em todo o Brasil. Ver: LEAL, Carlos Eduardo. In. ABREU, Alzira Alves. [et al.]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Op. cit. p. 1391-1394.

para cabalar votos, para aliciar novos adeptos e para preenchimento de cargos dentre outras maquinações. Essa foi uma batalha travada entre esses dois principais agrupamentos até o ano de 1937, quando os partidos políticos foram extintos.

A Revolução de 1930 alterou significativamente o espírito da população, pois do ponto de vista discursivo acenava com a possibilidade do cidadão comum se fazer representar no cenário político e definir os destinos da nação. Devemos considerar que o regime liberal, desde final do século XIX, estava sob pressão das agitações políticas e sociais que reivindicavam a ampliação dos direitos dos chamados não proprietários, por isso teve, como afirmou Luiz Werneck Vianna, que incorporar o problema da democracia²⁴⁸. As constantes pressões exercidas sobre o regime liberal de um lado e a incorporação das novas camadas sociais ao regime representativo do outro contribuíram para o surgimento dos movimentos antiliberais.

O contexto em que foram criados os movimentos de feições antiliberais e corporativistas, tanto no pós-1930 como nos momentos imediatamente precedentes, é importante, pois conformou o ambiente político que preparou a Revolução de 1930 e as disputas pela sua hegemonia nos anos subseqüentes. Dessa forma, o debate que preparou a Revolução de 1930 – não obstante seu

²⁴⁸ O autor prossegue o debate sobre a relação entre liberalismo e democracia, focado no aparecimento para a cena política dos trabalhadores através dos sindicatos. Afirma ainda que por pressão houve uma redefinição do papel do Estado, uma redefinição do privado diante do público, bem como uma maior intervenção no mercado de trabalho. Acresce que isso não significou o fim dos princípios liberais, mas sim que repercutiu, em países como o Brasil, para a elaboração de uma ideologia anti-liberal, contra as tendência democratizantes e igualitárias oriundas do mundo do trabalho. Ver. VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 27.

caráter elitista e salvacionista – repercutiu positivamente numa sociedade sequiosa de participação política, desejosa de exercer sua cidadania.

Esse debate sobre os rumos da Revolução de 1930 se fez repercutir praticamente em todos os municípios cearenses. A demissão dos antigos prefeitos e a ascensão dos Interventores, via de regra oriundos dos grupos oposicionistas, alterou a suposta normalidade, pois teve efeito direto na dinâmica política local. Nesses municípios, com muita frequência as notícias do movimento revolucionário chegavam através dos jornais ou dos agentes políticos envolvidos no processo, pois os olhares estavam voltados para esses acontecimentos.

As fontes analisadas mostram a troca de correspondências de autoridades e grupos políticos municipais com as autoridades políticas nacionais – diretamente com o chefe máximo da nação e ou através de outros agentes do Estado. Logo após a Revolução, muitos prefeitos e secretários municipais enviaram telegramas ao Distrito Federal saudando os revolucionários e expressando o desejo de ver varrido do território nacional as práticas políticas corriqueiras adotadas na Primeira República. Nessas missivas, as autoridades valiam-se da empolgação do momento e da rara oportunidade na difícil relação com os poderes constituídos nacionalmente para fazer reivindicações muito pontuais, principalmente, relativas às calamidades públicas decorrentes das secas, das doenças e da situação de miséria e abandono dos seus munícipes. Aproveitavam o ensejo para cobrar das autoridades revolucionárias, providências no sentido de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos

destinados a minimizar os sofrimentos dos sertanejos e que, usualmente, eram desviados por funcionários das mais diferentes agências do Estado. Enfim, transformavam essa oportunidade num momento privilegiado de denúncia, de debate político, de disputa com os adversários e de outras tantas formas de garantir algum tipo de privilégio. Esse ambiente, ao reacender o debate sobre os destinos do país, sobre o controle da administração pública e principalmente sobre a oportunidade da participação política, mantinha a sociedade local em movimento

Três fatores concorreram para essa efervescência política local: a participação de personagens políticas cearenses no movimento revolucionário em âmbito nacional desde sua preparação; a oposição constante que se fazia aos grupos oligárquicos, principalmente à **oligarquia aciolina**, crescente em fins da década de 1920²⁴⁹; os discurso e prática da Igreja Católica, através do chamado Catolicismo Social, que estrategicamente formava agentes – clérigos e laicos – para intervir no movimento social e político resultando na criação dos Círculos Operários e da Liga Eleitoral Católica, duas expressões dentre tantas da Ação Católica.

A estratégia de intervenção da Igreja expressava a visão romanizada que atendia aos imperativos de **recatolizar** o estado contra as práticas do catolicismo popular. Todos esses fatores contribuíram para que, paulatinamente, a

²⁴⁹ A participação política de líderes oposicionistas do Ceará nas disputas políticas nacionais remontava ao Movimento Tenentista, à Coluna Prestes e, às véspera da Revolução de 1930, pela adesão desses ao programa da Aliança Liberal.

sociedade cearense passasse a se sentir incluída num debate mais abrangente, projetando-se para uma sociedade nacional, para além dos limites locais.

Esse grau de envolvimento das populações dos vários municípios cearenses naquele debate político nacional pode ser exemplificado pelo plebiscito que propunha a elevação do Capitão Juarez Távora à patente de **General de Brigada**. Vários foram os telegramas enviados ao governo revolucionário, noticiando o movimento dos populares nos seus respectivos municípios em torno da adesão ao plebiscito, conforme se evidenciou anteriormente. Em Limoeiro, região jaguaribana, uma sessão realizada no paço municipal, reuniu quase toda a população adulta da cidade, colocando em um mesmo espaço, inclusive, antigos adversários. De forma semelhante em Sobral, região Norte, houve manifestação efusiva em prol de Juarez Távora e assim aconteceu em muitos municípios tidos como estrategicamente importantes, do ponto de vista da geopolítica cearense. Percebemos assim que as autoridades revolucionárias lançaram mão de certos expedientes políticos para sedimentar na memória da população a idéia de ruptura com o passado, mantendo-os em movimentação constante para a defesa das conquistas que ora se lhes apresentava.

Essa efervescência influiu sobremaneira para o engajamento político de muitos cidadãos cearenses nos vários movimentos surgidos durante o período. Não podemos, porém, deixar de realçar que, por essas plagas interioranas, os movimentos de matizes conservadores foram bem mais estimados pelos populares devido a campanha desencadeada contra os membros dos grupos

políticos de orientação comunista. O movimento operário cearense era disputado pelo BOC e pelos Círculos Operários Católicos. Enquanto o BOC tinha atuação mais restrita à capital, os **circulistas** se espalharam por todo o interior e contaram com a benção da **Santa Madre Igreja** a seu favor, postura diametralmente oposta à que essa **respeitada instituição** reservava aos comunistas²⁵⁰.

Os anos imediatamente posteriores à Revolução foram tensos e de indefinição, mas foram também propícios à criação de movimentos políticos e sociais que comporiam a cena política. Logo em 1931, foi criada a SEP e a LCT que seriam as bases do movimento da AIB; em 1932 foi fundado, em Fortaleza, o Núcleo Provincial da Ação Integralista Brasileira – AIB – que se expandiria pelos municípios e distritos interioranos; nesse mesmo ano, foram fundados o Clube 03 de Outubro e a LEC. Por fim, em 1932 foi também fundado o PSD para conformar esse cenário. Esses foram os principais grupos políticos no campo dos segmentos dominantes a interagirem no sentido disputar a preferência dos populares para seus projetos e ideologia política.

A maioria desses grupos foi criada por ocasião das duas primeiras Interventorias: Fernandes Távora e Carneiro de Mendonça. A Interventoria do Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, iniciada em 1932, é vista pela historiografia cearense como isenta dessas disputas políticas e partidárias. Essa foi a imagem que o próprio interventor tratou de fundar, pois em seu relatório há

²⁵⁰ Esta questão poderia ser bem melhor discutida se o objetivo dessa pesquisa fosse outro, mas o debate sobre a campanha anticomunista encetada pela Igreja Católica, pelo Estado Vargasista e por vários segmentos políticos de matiz conservadora, em muito contribuiu para o sucesso de movimentos como o Integralismo. Sobre o anticomunismo no Brasil.

uma insistência no ponto referente ao fato de que ele faria uma administração livre de tais influências, pois só assim estaria em sintonia com os princípios revolucionários de fazer uma administração racional visando a correta aplicação do erário público. Essa postura, pelo menos em seu início, foi também compartilhada pelos membros do Clube 03 de Outubro, seção Ceará, que viam na figura de um militar e, principalmente no fato de Mendonça não ser um Cearense a possibilidade de execução do que previa o ideal e o programa revolucionários em que tantos esforços haviam investido.

No entanto, a partir de um certo momento, principalmente depois da campanha eleitoral para a Constituinte em 1933, Mendonça já não mais granjeava a total simpatia dos tenentes, ora agrupados no PSD. Com freqüência os **pessedistas** se ressentiam dessa suposta neutralidade do Interventor que, segundo eles, em muito favorecia a aliança entre a LEC e os chamados setores conservadores e tradicionais do estado, contribuindo, assim, para reabilitar antigas práticas políticas que já deveriam ter sido soterradas com a chegada dos revolucionários ao poder. Apesar da reclamação da maioria do Diretório Estadual do Partido, o Interventor Carneiro de Mendonça continuaria gozando do apoio e da simpatia de Juarez Távora, com quem se comunicava com muita freqüência para notificá-lo do andamento de sua administração e da situação política no Ceará. Entretanto, sentido-se pressionado por ambos os lados, Mendonça manifesta inúmeras vezes a intenção de ser substituído, mas é dissuadido por Juarez Távora e por seus colegas Interventores Landri Sales e Juraci Magalhães para que permaneça no cargo em nome do avanço e da

consolidação da Revolução. Carneiro de Mendonça acedendo a esses apelos permaneceu à frente do Governo do Ceará até agosto de 1934, quando foi substituído por outro militar, Coronel Felipe Moreira Lima²⁵¹, convidado por Juarez Távora para assumir tal função com o objetivo de presidir as eleições parlamentares marcadas para outubro daquele ano. As eleições que se avizinhavam eram objeto de preocupação de Juarez Távora e de seus seguidores no Ceará. Talvez a escolha tenha recaído sobre Moreira Lima no intuito de garantir a imparcialidade do pleito. Seu principal oponente foi Francisco de Menezes Pimentel²⁵², candidato ao Governo do Estado, condição da qual abriria mão para que Getúlio Vargas indicasse qualquer outro nome, desde que Moreira Lima não permanecesse à frente da administração pública do Ceará e também que a escolha desse nome recaísse sobre um afiliado à LEC.

A sucessão do Coronel Moreira Lima recaiu sobre Franklin Monteiro Gondim que assumiu o governo interinamente até transferi-lo ao governador eleito pela LEC, Francisco de Meneses Pimentel. A oposição dos **lecistas** ao Cel. Moreira Lima foi enérgica, devido sua indicação ter procedido de uma das

²⁵¹ Felipe Moreira Lima nasceu no município de Cruz do Espírito Santo – PB, a 20 de maio de 1880. Sentou praça em 1897 e em 1902 concluiu seu curso na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Recebeu a patente de Capitão em 1918 e foi elevado ao posto de tenente-coronel em 1929, por antiguidade, apesar de ter participado de várias ações conspiratórias por toda a década de 1920 e de ter sido preso por conta dessas atividades. A partir de 1930, foi reintegrado às suas funções militares. Em 1931 presidiu a Legião Cívica 05 de Julho, em agosto do mesmo ano foi promovido a Coronel. Assumiu a Interventoria do Ceará em 11 de agosto de 1934 e ficou no cargo até 11 de maio de 1935. COUTINHO, Amélia. In. DHBB, p. 3145-3146.

²⁵² Francisco de Meneses Pimentel nasceu no município de Santa Quitéria – CE, a 12 de outubro de 1887. Era filho de operários. E estudou no Colégio São Luís, na sua cidade e no Liceu do Ceará, em Fortaleza. Bacharelou-se em advocacia no ano de 1914, pela Faculdade de Direito do Ceará. Em 1929, foi eleito Deputado Estadual; de 1932 a 1933 foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral – TER, do Ceará. Em 1935, foi eleito governador constitucional do Estado e foi Interventor Federal durante o Estado Novo, de 1937 a 1945. Foi também Deputado Federal de 1951-1955/1956-1959 e Senador de 1959 a 1971. PECHMAN, Robert. In. DHBB, p. 4623-4624.

figuras mais destacadas no cenário nacional com forte influência sobre o PSD local, Juarez Távora e também por Moreira Lima se mostrar muito enérgico com as práticas políticas corriqueiras. À altura dos acontecimentos já havia se dado o desenlace entre as lideranças desses dois principais grupos das hostes dominantes no estado. Todas as tentativas de reconciliação haviam sido em vão, assim, a LEC já havia, nas eleições parlamentares de 1934, eleito um número de deputados superior ao do PSD, fator que contribuiu para uma eleição bastante conturbada.

Durante o governo de Meneses Pimentel foram constantes as disputas com o PSD que via, no grupo que lhe dava sustentação, os herdeiros do coronelismo de outrora. No entanto, essa polarização se mostra um tanto confusa, visto que o próprio governo central manifestava clara preferência pelos seguidores de Pimentel, preterindo àqueles que se apresentavam como defensores do regime instaurado pós-1930. Essa situação gerou muito descontentamento nas hostes do PSD local. Era compreensivo esse desapontamento com os rumos que a política revolucionária tomara no Ceará, pois o desprestígio recaía sobre os que se consideravam herdeiros legítimos da Revolução. Muitos desses haviam combatido as oligarquias políticas locais em nome da moralização da administração pública. Não podemos esquecer que tanto os **lecistas** como os **pessedistas** a essa altura do jogo político já abrigava em seu interior indivíduos remanescentes da política dos coronéis. O próprio

candidato ao governo do Estado pelo PSD, para concorrer com Pimentel, foi o Sr. José Pompeu Pinto Acióli²⁵³, ligado às antigas oligarquias.

Enfim, foi esse o cenário político em que se movimentou a AIB, com forte predileção a assumir posturas ligadas aos grupos capitaneados pela LEC, embora essa aliança não tenha se feito sem ranhuras.

3.3 – O Integralismo no contexto do pós-1930 do interior do Ceará.

a) A fundação da AIB no Ceará.

O movimento da Ação Integralista Brasileira, organização político-partidário fundada em 1932, foi a partir de momento de sua criação até a sua extinção, em 1937, um dos maiores partidos políticos das quatro primeiras décadas da história do Brasil republicano²⁵⁴. Mesmo se apresentando como um movimento cultural, conforme insistia seu chefe nacional máximo Plínio Salgado e demais próceres do movimento, o Integralismo obteve no estado de São Paulo registro partidário no dia 28 de abril de 1933, seis meses após sua fundação oficial.

²⁵³ José Pompeu Pinto Acióli nasceu em Fortaleza no dia 11 de maio de 1873. Foi membro de Partido Republicano Conservador – PRC. Foi Deputado Estadual 1900-1904; Deputado Federal 1921-1923, 1924-1926 e 1927-1930; Senador 1923-1924; Vice-Presidente do Ceará 1904 e Presidente em 1907. Ver: Brasil. Congresso. Senado Federal. **Dados biográficos dos senadores do Ceará: 1826-2000**. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação, 2000, p.79-80.

²⁵⁴ Essa é a principal tese defendida por Cavalari, chamando a atenção para o fato de ainda não existirem no Brasil uma organização política com ramificações em todos os estados da federação. Ver. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSP, 1999, p. 13-40.

A obtenção do registro partidário foi muito significativa para que a AIB pudesse ampliar suas atividades em todo território nacional, tanto para aumentar consideravelmente o número de adeptos entre os populares, como para criar canais de intervenção ante o jogo político que se lhes apresentava. Da mesma forma, o registro partidário habilitava o movimento a participar dos processos eleitorais em curso durante o período e o preparava para concorrer com candidatura própria às eleições presidenciais marcadas para o início de 1938. Não obstante o caráter paramilitar e miliciano do movimento que animava sua vasta militância, a eleições foram um espaço de luta privilegiado pelos integralistas, sobretudo por parte de grande parcela de suas lideranças.

Observamos certa ambigüidade nessa forma de a AIB se apresentar publicamente como um movimento e não como um partido político, mas também observamos certa razão de ser, pois em seu programa, o Integralismo se coloca frontalmente contra o sistema partidário da Primeira República. A chefia integralista compreendia que esse seria o melhor estratagema para atrair a atenção e a simpatia da população.

Os partidos eram sempre apresentados como responsáveis pela desagregação da Nação, por atuarem em benefício de seus próprios interesses e nunca em prol dos interesses da população. Podemos asseverar, conforme as fontes analisadas, que o Integralismo pretendia se apresentar como movimento cultural e, até certo ponto, apresentava-se contrário a sua participação em eleições, pelo menos era essa sua estratégia discursiva. Muitos setores dirigentes da AIB se mostraram insatisfeitos quando foi privilegiada a ação

eleitoral em detrimento da organização das milícias, pois para esses setores essa mentalidade mantinha acesa a chama da militância integralista para a vitória do Integralismo e para o enfrentamento com seus adversários, os comunistas²⁵⁵.

Importa sabermos, portanto, que ao se colocar como mediador das aspirações individuais e coletivas das populações interioranas do estado do Ceará, o Integralismo foi um sujeito coletivo numa formação social específica. Exerceu a função precípua ao partido político ao preencher as lacunas deixadas pelas antigas agremiações políticas de caráter muito localizado. Contrário àquelas, o partido da AIB construiu uma ampla rede organizacional de cunho nacional, com imputação de responsabilidades às diferentes esferas de sua hierarquia o que facilitou, até certo ponto, uma centralidade de pensamento e de ação, não obstante as variações regionais²⁵⁶.

Entretanto, devemos ficar atentos para o fato de que o Integralismo, dentro da sua proposta de centralização política visava controlar todos os núcleos existentes no Brasil. Visava padronizar as ações de todos os núcleos através de um intrincado controle de acompanhamento: das pautas das reuniões, das atividades dos núcleos, dos panfletos lançados, dos periódicos que

²⁵⁵ Oficialmente as milícias integralistas foram extintas em abril de 1935, através da Resolução no. 92, baixada pela Chefia Nacional, em cumprimento ao Art. 47, da Lei no. 38 de 04 de Abril do mesmo ano, que só seria permitido ao poder público manter milícias. In. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Caixa: 669; Pasta: 1A. p.425-426.

²⁵⁶ Trabalhos específicos sobre as variantes regionais da A.I.B. não existem; escassas também são as análises comparativas do movimento integralista entre uma e mais regiões e ou estados brasileiros; quando muito alguma referencia a uma liderança de outro estado fora do eixo centro-sul, onde o Integralismo fincou sua Chefia Nacional. Algum trabalho pontual sobre o Integralismo, em algum estado da federação, permite que se faça algumas comparações, a exemplo do Integralismo e Política Regional, de João Ricardo de Castro Caldeira que analisa o movimento da A.I.B. no Maranhão e, Ver: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão**. São Paulo: Annablume, 1999.

circulavam e do recrutamento de novos militantes. Esse controle estendia-se aos rituais a serem adotados nos momentos cívicos, ao juramento dos neófitos e às festas alusivas a datas comemorativas nacionais e do próprio movimento²⁵⁷. Também criou uma rede de comunicação com a chefia nacional para minimizar as chamadas diferenças regionais, que era, na visão doutrinária do Integralismo um elemento desagregador. Avaliamos que essa pretensa centralização, num país com as dimensões do Brasil, com as dificuldades de comunicação e transporte, seria tarefa de difícil exeqüibilidade.

O 1º. Congresso Nacional do Integralismo, ocorrido em Vitória – ES, no início de março de 1934, estruturou a forma organizativa da AIB através dos Departamentos, sendo o principal deles, que dizia respeito a sua estrutura orgânica, o Departamento de Organização Política – DOP que compreendia o Departamento Nacional de Organização Política – DNOP, presidido pelo Chefe Nacional e seus demais correspondentes, o Provincial e o Municipal. O capítulo XI do regimento interno do DOP definia que o Departamento Municipal de Organização Política – DMOP devia organizar-se de acordo com as possibilidades do Município, abrangendo também os serviços de propaganda, segundo instruções do Departamento Provincial de Organização Política – DPOP²⁵⁸. Convém salientar que tais normas eram baixadas e transferidas aos núcleos através de circulares, diretivas ou outro instrumento apropriado. No entanto, a pesquisa com a documentação específica para as atividades municipais não foi possível encontrar documento que indicasse os nomes dos

²⁵⁷ Ver Protocolos e Rituais, documento integralista com 253 Artigos, lançado pela Chefia Nacional. In. APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Panfletos; Pasta 03; Notação: 183.

²⁵⁸ In. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Caixa: 669; Pasta: 1A. p. 384-401.

chefes dos DMOP e dos secretários de propaganda. No manuseio do material encontramos a documentação produzida pela chefia nacional e destinada às chefias provinciais e municipais, no entanto não encontramos o inverso, os documentos oriundos destas para aquela. De acordo com as normas baixadas pela chefia nacional cabia ao Chefe Provincial indicar o Secretário Político Provincial e o Secretário Provincial de Propaganda²⁵⁹, assim, presumimos que tal procedimento deveria se repetir nos núcleos municipais, competindo ao Chefe Municipal o ônus dessa indicação.

Na documentação do APERJ, encontra-se a relação de todos os Núcleos Municipais espalhados pelo Brasil com seus respectivos chefes. Para alguns estados da federação, constam os nomes do Chefe Municipal e dos Secretários Municipais de Organização Política e de Propaganda. No caso do Ceará, no entanto, encontra-se apenas a identificação do Chefe Municipal²⁶⁰. O mesmo documento apresenta os principais líderes do Integralismo do Ceará, a saber:

PROVINCIA DO CEARÁ.

Chefe Provincial: Jeovah Motta;

GABINETE:

S.P.O.P.: Ubirajara Índio do Ceará; S.P.F.: João Barbosa de Sabóia; S.P.E.: Hélder Câmara; S.P.E.P.:? S.P.C.A.:? S.P.P.: Lauro Maciel Severiano Endereço: Rua Floriano Peixoto, no.

²⁵⁹ APERJ. Op. cit.

²⁶⁰ APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Caixa: 677; Pasta: 18. p. 39-188.

**225 – Fortaleza – Ce. Chefe do Expediente: José França
Amora; Feminino: Letícia Lima²⁶¹.**

Esses eram os principais nomes que compunham a Núcleo Provincial da AIB no Ceará em seus primórdios, pois a partir de 1934, quando Jeová Mota assumiu a cadeira na Assembléia Constituinte, a Chefia ficou com Ubirajara Índio do Ceará²⁶². Embora essa documentação não seja precisa quanto à identificação de alguns secretários provinciais, não impede de asseverarmos que uma das características do Integralismo era a sua organicidade complexa e verticalizada, reproduzindo, nos âmbitos provincial e municipal, uma estruturação semelhante à praticada na chefia nacional para simplificar seu funcionamento. A ausência de documentação produzida nos municípios dificulta perceber a mecânica do movimento quanto à sua organização interna, mas se pode inferir que havia um nível de concentração das responsabilidades na chefia local, mantendo, numa escala menor, a conhecida infalibilidade reservada ao Chefe Nacional²⁶³. Do mesmo modo, com vistas a manter o controle interno, os secretários municipais eram pessoas da confiabilidade do Chefe Municipal e reproduzia as relações políticos anteriores ao ingresso no movimento do sigma.

Há uma lacuna na documentação trabalhada que atesta a relação orgânica dos núcleos municipais mais distantes, espalhados pelo vasto território nacional e, em especial, dos núcleos interioranos do Ceará. Constantemente, a

²⁶¹ Idem. p. 57-60.

²⁶² Ver Entrevista de Jeová Mota ao NUDOC/UFC e Jeová Mota In. DHBB, p. 3932-3933.

²⁶³ Sobre ao juramento de obediência e fidelidade ao Chefe Nacional ver a Proclamação do 1º. Congresso Integralista Brasileiro, realizado em Vitória – ES, em 04 de Março de 1934 e registrado em cartório no dia 30 de Julho do mesmo ano. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Caixa: 669; Pasta: 1A.

Chefia Nacional e seus órgãos internos baixavam diretivas políticas e as enviavam aos núcleos provinciais, municipais e distritais. A referida lacuna na documentação, no entanto, não permite sabermos como os núcleos respondiam a essas diretivas; dessa forma recorreremos aos jornais de circulação no estado para penetrarmos na dinâmica interna do movimento da AIB e na sua interação com a realidade local.

Ao longo da pesquisa deparamos com uma série de documentos emanados da chefia nacional dirigida aos núcleos provinciais, municipais e distritais que atestam a tentativa de verticalização e, conseqüentemente de padronização do movimento em âmbito nacional. A partir de algumas diretivas podemos pensar, razoavelmente, a dinâmica interna dos núcleos municipais e distritais, aqui tratados, em relação ao comando nacional, a exemplo de uma circular do Chefe Nacional sobre a organização das finanças do Integralismo, imputando responsabilidades aos núcleos provinciais e municipais²⁶⁴.

Apesar desse documento ser indicativo da verticalidade do movimento da AIB, na esfera municipal, no entanto, pouco se sabe das contribuições financeiras de seus membros. As entrevistas de ex-chefes provinciais como Severino Sombra e Jeová Mota não indicam as origens das receitas do Integralismo, apenas vagamente indicam a contribuição dos militantes²⁶⁵; são imprecisos quanto às subvenções e aos dispêndios do movimento. Quanto às subvenções há indícios da contribuição individual dos militantes conforme sugeriram os ex-chefes provinciais. Na verdade, a chefia difundia a idéia de

²⁶⁴ APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Caixa: 669; Pasta: 01. p. 144.

²⁶⁵ Ver entrevistas de Severino Sombra, Jeová Mota, Franklin Chaves, concedidas ao NUDOC/UFC.

empréstimo, isto é, a doações seriam apenas concessões dos militantes e os devidos ressarcimentos seriam feitos quando o Integralismo chegasse ao poder. Na esfera municipal é possível que o chefe, muitos deles oriundos dos grupos políticos que já detinham certo poder no município, arcasse com essa estrutura, afinal não deixava de ser um investimento político de retorno seguro. Não podemos deixar de pensar que o movimento integralista em âmbito nacional despendia de recursos significativos para manter uma estrutura complexa com publicações regulares de jornais, revista e livros; realização viagens constantes de seus líderes e manutenção de uma organização paralela de Estado – câmaras dos quarenta e dos quatrocentos – assim como sua organização paramilitar.

Quanto à dinâmica política dos núcleos municipais e distritais, há uma diretiva da chefia nacional sobre a organização do movimento em todo o Brasil, baixada no dia 05 de dezembro de 1934, intentando fazer um cadastro nacional das forças integralistas²⁶⁶, seguido de um questionário em anexo²⁶⁷. O cadastro das forças integralistas e questionário sobre as forças políticas aliadas e inimigas, bem como sobre as características físicas e socio-políticas dos municípios eram de responsabilidade do serviço de polícia do Integralismo²⁶⁸. É possível que muitos núcleos não tenham procedido ao levantamento e se o

²⁶⁶ APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Caixa: 669; Pasta: 01. p. 46.

²⁶⁷ APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Caixa: 669; Pasta: 01. p. 46.

²⁶⁸ O Integralismo mantinha um serviço de polícia semelhante a Polícia Política do Governo Vargas, pelo menos do ponto de vista de sua concepção, embora não possamos comparar o seu aparato com aquele, pois o poder público tinha ao seu dispor um quadro de funcionários treinado para a tarefa, enquanto os integralistas dependiam da própria militância para realizá-la – embora fosse uma constante ao movimento da AIB a infiltração de seus elementos nas polícias e nas forças armadas. Ver: REGIS, João Rameres. *A Ação Integralista Brasileira: Um caso de polícia?* In. Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da UFC. – v. 3, n. 6 (abr 2005), Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005, p. 177-200.

fizeram, no caso de algum município onde o movimento estivesse mais bem organizado e estruturado, não há registro dos resultados.

É recorrente à memória de ex-militantes integralistas no Ceará a idéia de que ao ser extinto o partido da AIB, seus militantes, orientados pelas chefias municipais, tenderam a sumir com o material que pudesse comprometer seus membros frente à ação da polícia política²⁶⁹. Pode até fazer sentido essa explicação, mas ao olhar do historiador ela é insuficiente. Ao tomar como exemplo o caso do questionário acima referido, é possível asseverarmos que muitos não o responderam, e que a centralidade e controle eram muito mais uma pretensão do comando nacional do que uma realidade concreta.

A documentação a que tivemos acesso foram os jornais que circularam no estado do Ceará e aquela apreendida pela Polícia Política. Nesta modalidade devido à vastidão do território nacional e até mesmo ao fato de os ex-militantes terem sumido com muito material, é possível que a polícia não tenha conseguido apreender toda documentação dos núcleos municipais pelo Brasil. Quanto aos jornais as matérias jornalísticas aparecem desprovidas – não poderia ser diferente, pois é de sua natureza – de informações pormenorizadas da atividade política dos integralistas nos municípios interioranos, principalmente numa época de um jornalismo mais opinativo do que informativo. No próprio jornal, **A Razão**, de orientação integralista, encontram-se muito mais matérias de cunho ideológico reproduzindo, em muitos casos, o debate das idéias que veiculavam nacionalmente do que matérias que revelassem o cotidiano e a rotina do movimento em suas diversas atividades na Capital ou no interior do estado.

²⁶⁹ REGIS, João Rameres. Op. cit.

Esse debate sobre as vinculações orgânicas dos vários núcleos integralistas espalhados pelo Brasil com a chefia nacional é impreciso. Embora tenhamos, com base na pesquisa, indicação de um controle que se estendia de alto a baixo de sua estrutura hierárquica, não podemos precisar como os núcleos reagiam às determinações impostas pelos diferentes níveis da Chefia. Tampouco temos material abundante para fazermos uma análise acurada da dinâmica interna dos núcleos integralistas no interior do Ceará. Entretanto, podemos a partir das fontes pesquisadas, estabelecer relações que venham a desnudar e pôr em relevo aquilo que vimos pretendendo demonstrar: o integralismo no interior do Ceará atuou, por um lado, como elemento político mediador das aspirações coletivas de uma população historicamente à margem dos processos políticos e, por outro, como uma agremiação que acolheu em seu seio os indivíduos desprestigiados com os acontecimentos de 1930.

b) O Integralismo inserido na dinâmica política local.

Apesar das lacunas na documentação acima referidas, podemos estabelecer os rumos que o movimento foi tomando ao se espriar pelos municípios interioranos. Já apontamos no capítulo anterior os principais passos dados pelo Integralismo em direção ao interior do estado, após sua fundação na capital. Quanto às influências recebidas pelas comunas interioranas das lideranças políticas integralistas da capital, a historiografia cearense sobre o Integralismo indica certas particularidades no movimento do sigma em terras

alencarinas, especialmente por sua composição social, afastando-se, assim, do que pretendia e preconizara Plínio Salgado²⁷⁰. Percebemos através das fontes trabalhadas, um forte traço da **vertente pliniana** na organização dos núcleos integralistas municipais no vasto território cearense e uma forte exaltação das virtudes e capacidades de seu mentor e chefe máximo, Plínio Salgado.

O discurso de Salgado foi bem acolhido entre as lideranças municipais que, combinado ao discurso social da Igreja Católica, produziu o ambiente satisfatório às atividades do Integralismo nos municípios interioranos. Devemos considerar a atuação de clérigos e leigos na defesa da doutrina integralista, pois a própria intelectualidade católica tendia a anuir as práticas integralistas em oposição às posturas políticas mais radicais, vistas como desagregadoras, caso dos socialistas, dos comunistas e dos liberais. Havia um contingente de políticos afastado de seus cargos com a Revolução de 1930 propensos a retornarem às suas antigas posições que também acolheram o discurso de Salgado e o transformaram num elemento de mobilização dos segmentos populares em seus municípios.

É notória a repercussão do Integralismo quando buscamos relacionar as comunidades cearenses onde ele se inseriu, estando praticamente em todas as suas regiões: da capital ao Cariri – extremo sul do estado; do Vale do Jaguaribe – extremo leste à Serra da Ibiapaba – extremo oeste e toda a região do chamado Sertão Central. A documentação apreendida pela Polícia Política e os jornais que circulavam na época revelam informações importantes sobre os

²⁷⁰ Ver PARENTE, Josênio. *Anauê: os Camisas-Verdes no Poder*. e MONTENEGRO, João Alfredo Sousa. *Integralismo: Variações Ideológicas*.

núcleos municipais, sobretudo, indicam as unidades (municípios e distritos) onde o movimento da AIB fundou seus núcleos. Segue uma relação feita pela DESPS dos municípios e seus respectivos chefes municipais e ou distritais da AIB.

Fortaleza: Vinício Leite; Soure: Marcos Fortes; Maranguape: Paulo Campos; Pacatuba: Eduardo Benevides; Redenção: Carlito Cavalcante; Baturite: João Coelho Arruda; Pacoty: Abdon Penna Forte; Guarany: José Braga; Aracaty: Francisco Sabóia Barbosa; União: José Rocha; Russas: José Leitão Filho; Limoeiro: Franklin Chaves*; Morada Nova: Adelino Nogueira; Jaguaribi-Mirin: Jeová Pinheiro; Iguatu: Arlindo Gondin; Afonso Penna: Antônio Frederico; Cedro: Luiz Gonzaga Lima; Barbalha: Dr. Pio Sampaio*; Missão Velha: José Sobreira da Cruz; São Pedro Cariri: Raymundo Oliveira Borges; Jardim: Dr. Juvenal Pinto; Brejo dos Santos: João Anselmo Silva; Porteira: Silval Gouveia Couto; Macapá: Cícero Pereira Cunha; Milagres: Antônio Coelho; Joazeiro: Odilio Figueiredo; Crato: (?); Campos Salles: Milton Barreto de Moraes; Araripe: Vicente Barbosa; Sant Ànna do Cariri: José Gonçalves da Cruz; Várzea Alegre: Dr. Antônio Correia Neto; Quixadá: Dr. Antônio Garcia*; Quixeramobim: Dr. José F; Riacho do Sangue: Pedro Lemos; Cachoeira: Hamilton Nogueira; Senador Pompeu: Aderaldo Mano; Maria Pereira: Pedro Gonçalves; Pedra Branca: Teofilo Teogenes; Sobral: Dr. Farias Sobrinho; Camocim: Antônio Honório Passos;

Massapé: João Coracy Vasconcellos; Acarahú: João Jaime Gomes; Nova Russas: Joaquim Soares; Ipú: Francisco das Chagas; Monsenhor Tabosa: Venceslau Vieira; Ibiapina: José Monte Aragão; Viçosa: Afonso Marques; Itapipoca: (?); São Francisco: Olavo Cavalcante; Arraial: Jeovah Rosa; Trairi: Francisco Galdino²⁷¹.

O jornal **A Razão** traz uma relação das localidades onde o Integralismo fundou seus núcleos, diferindo da relação acima. Além de uma relação, transcrita abaixo, apresentada ao Secretário de Polícia e Segurança Pública com vistas a autorização para o funcionamento dos núcleos e a partir de algumas notícias do jornal **A Razão**, podemos ainda identificar alguns núcleos existentes na capital que estavam organizados por categorias profissionais. Contudo, não nos foi possível através do referido jornal chegarmos aos nomes de todos os chefes. Os demais municípios e distritos cearenses onde a AIB criou núcleos foram: **Canindé; Mauriti; Santa Cruz; Santana do Acaraú; Ipueiras; Ubajara; Tianguá; São Gonçalo; Tamboril²⁷².**

A relação acima, elaborada pela DESPS, apresenta algumas lacunas em virtude de não aparecerem os nomes de Chefes Municipais de um ou outro município, a exemplo de Crato, Itapipoca e Quixeramobim. Da mesma forma,

²⁷¹ APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta: 06; Folha 01. Observamos que na relação apreendida pela DESPS não constam os nomes dos Chefes Municipais de Crato e Itapipoca. O primeiro, município da região do Cariri e o segundo da região Norte do estado; da mesma forma o nome do Chefe Municipal de Quixeramobim região do Sertão Central, encontrava-se incompleto. Observamos também que três Chefes Municipais tiveram assento na Câmara dos Quatrocentos, a saber: Franklin Chaves, de Limoeiro; Dr. Antônio Garcia, de Quixadá e Dr. Pio Sampaio, de Barbalha.

²⁷² **A Razão**. 31/06/1936. BPMP-SM, Fortaleza-CE.

quando comparada com as informações obtidas através dos jornais podemos chegar a outros nomes diferentes daqueles que aparecem na supracitada relação. O Chefe Municipal de Russas na relação da DESPS aparece como sendo José Leitão Filho e no jornal **A Razão**, de 1936, na coluna **Vida Municipal**, consta o nome de Edílson Soares Silveira²⁷³. Podemos ainda nos referir ao chefe municipal do Crato que na relação da DESPS não consta nome algum, mas em um artigo do jornal **A Razão** aparece o nome de José Arrais²⁷⁴ e noutro artigo do jornal **O Nordeste**, o nome do Pe. Antônio Gomes como sendo o chefe municipal dos integralistas no Crato²⁷⁵.

Entendemos que esses desencontros emanados do cotejamento do material sugerem que ao se tratarem de datas diferentes, uma vez que as notícias do jornal **A Razão** são de 1936 e, mesmo não estando datada a relação encontrada nos documentos da DESPS, presumimos tratar-se de uma data anterior, possivelmente 1934, concluímos, portanto, que em 1934, a chefia municipal do Crato era exercida pelo Padre Antônio Gomes, conforme nos sugere a leitura de **O Nordeste**. Nesse sentido, por se tratar de um clérigo, podemos inferir que essa informação possa ter sido omitida na transmissão das informações da polícia política do Ceará para a sua congênere no Distrito Federal, ou simplesmente pode também ter havido imprecisões nas informações

²⁷³ **A Razão**. 07/06/1936. BPMP-SM, Fortaleza-CE. O jornal **A Razão**, era o órgão oficial da AIB na capital do Estado, diretamente ligado à chamada Chefia Provincial, nele contribuíam expressões da cúpula integralista estadual como: Jeová Mota; Ubirajara Índio do Ceará; Padre Helder Câmara; Lauro Maciel; dentre outros.

²⁷⁴ **A Razão**. 01/09/1936. BPMP-SM, Fortaleza-CE.

²⁷⁵ **O Nordeste**. 30/10/1933. BPMP-SM, Fortaleza-CE.

prestadas. Importa-nos, portanto, montar o mapa dos municípios onde a AIB atuou, tanto pelo número dos seus núcleos como pela força adquirida a ponto de intervir na dinâmica política dessas comunas.

No intuito de procedermos ao mapeamento dos municípios e distritos cearenses onde o movimento integralista fundou seus núcleos convém destacar uma matéria publicada pelo o jornal **A Razão**, de 31 de maio de 1936, intitulada: **Os Núcleos Integralistas Podem Funcionar em Todo o Território da Província**. Na verdade tratava-se da transcrição de um alvará da Chefia de Polícia permitindo o funcionamento dos núcleos. Vejamos:

Havendo algumas autoridades policiais do interior do Estado criado embaraços ao funcionamento de núcleos integralistas, a Chefia Provincial entendeu-se com o Sr. Cap. Cordeiro Neto, do que resultou a expedição do alvará abaixo.

O Capitão Manoel Cordeiro Neto, Chefe de Polícia do Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

- Alvará n.o 45 –

Atendendo ao que lhe requereu – em petição de nove do mês de maio fluente – o bacharel Ubirajara Índio do Ceará, Presidente da Ação Integralista Brasileira, nesta capital, RESOLVE conceder – pelo presente Alvará, a necessária permissão para que possam os núcleos com sede em vários municípios deste Estado, como sejam: em Soure, Maranguape, Pacatuba, Redenção, Baturité, Canindé, Pacoti, Aracati, União, Russas, Limoeiro, Morada-Nova, Jaguaribe-

Mirim, Iguatú, Barbalha, Crato, Missão Velha, Jardim, Brejo dos Santos, Milagres, Mauriti, Juazeiro, Campos Sales, Araripe, Santa-Ana do Cariri, Quixadá, Quixeramobim, Riacho do Sangue, Pedra Branca, Maria Pereira, Cachoeira, Sobral, Massapé, Santa-Cruz, Santana do Acaraú, Nova Russa, Ipú, Ipueiras, Ibiapina, Ubajara, Tianguá, Viçosa, São Francisco de Uruburetama, São Gonçalo, (Trairi), Camocim e Tamboril (Monsenhor Tabosa), reunir para funcionamento de suas sessões de estudos e doutrinas, ficando, porém, ditas reuniões sujeitas à fiscalização da Polícia. Dado e passado nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, aos dezenove dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e seis. Eu, Elsa Encarnação 1º. escriturário, servindo de chefe de secção, o datilografei e escrevi. E eu, Antonio Catunda de Sabóia, Diretor Geral, o subscrevi.

Fortaleza, 19 de Maio de 1936.

CORDEIRO NETO

Chefe de Polícia²⁷⁶.

Na continuação da matéria o articulista afirma que o Chefe de Polícia do Ceará agira de acordo com as orientações das autoridades policiais nacionais, transcrevendo na seqüência um ofício, de 22 de Abril de 1936, do Capitão

²⁷⁶ A Razão, 31/05/1936. BPMP-SM, Fortaleza-CE.

Felinto Muller²⁷⁷ ao Sr. Madeira de Freitas²⁷⁸, Chefe Provincial do Distrito Federal e diretor de **A Ofensiva**²⁷⁹. Devemos salientar que no decurso de 1936, foi uma constante a solicitação das Chefias Provinciais aos Chefes de Polícia dos estados-membros a permissão para o funcionamento da AIB, pois o Brasil encontrar-se no regime de Estado de Guerra, decretado em março daquele ano²⁸⁰. A partir dos argumentos que embasaram a não restrição das atividades da AIB por parte da autoridade policial, de que o Integralismo tratava-se de um partido legalmente registrado no Superior Tribunal de Justiça Eleitoral e que sua propaganda era feita dentro da ordem, devemos pensar, portanto, que o Integralismo até aquele momento servia de agente aliado do Estado contra o avanço do comunismo e outras manifestações de cunho socialista, no seio da sociedade brasileira. Observemos que a referida autorização de funcionamento restringia-se às atividades consideradas lícitas, como reuniões ou tarefas afins e

²⁷⁷ Veja-se o teor do ofício: *Ilustre Patrício Dr. Madeira de Freitas / Respondendo sua carta de 15 do corrente, na qual V. S. me pede para dar meu testemunho de que a ação Integralista Brasileira nenhuma restrição ou constrangimento tem sofrido, no Distrito federal, mesmo co “estado de guerra” pelo que vem e continua funcionando em todos os seus departamentos, tenho a satisfação de declarar a V.S. que de fato nenhuma restrição foi feita ou determinada por esta chefia de polícia com relação a AIB. / Esta orientação foi adotada por se tratar de no caso de um partido legalmente registrado no Superior Tribunal de Justiça Eleitoral que, até o presente momento, tem feito sua propaganda dentro da Ordem, nada justificando, portanto, uma ação repressiva contra o mesmo. / Com alta estima e consideração, sou de V. S. patrício e adm. att. / Felinto Muller. A Razão. 30/10/1933. BPMP-SM, Fortaleza-CE.*

²⁷⁸ Madeira de Freitas nasceu em Alfredo Chaves – ES, no dia 03 de Abril de 1893. Formou-se em medicina em 1917. Colaborou com a revista **Hierarquia**, que defendia as idéias fascistas no Brasil; integrou o Centro dom Vital, associação que reunia os intelectuais católicos; aderiu ao integralismo vindo a ocupar o Departamento Nacional de Propaganda, a Câmara dos Quatrocentos – órgão consultivo do movimento da AIB – , Redator-Chefe de **A Ofensiva** – semanário integralista – e Chefe Provincial da A.I.B.. Ver. DHBB. P.2385-2386; APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01; Caixa: 669. p. 128; Idem. p. 127.

²⁷⁹ Jornal Carioca fundado no dia 17 de Maio de 1934 por Plínio Salgado, inicialmente semanário e, posteriormente, diário e matutino era o órgão divulgador da doutrina integralista. Fora extinto em março de 1938. LEAL, Carlos Eduardo. In. DHBB. p. 4140-4141.

²⁸⁰ O Estado de Guerra foi instaurado pelo Decreto Nº 702, de 21 de Março de 1936, previsto para vigorar por 90 dias, tendo sido prorrogado até junho do ano seguinte. No dia 02 de outubro de 1937, voltou através do Decreto Nº 2.005 e, vigorou até a decretação do Estado Novo em 10 de Novembro daquele ano. KAMIS, Mônica. In. DHBB. p. 2025-2026.

disputas eleitorais, uma vez que as milícias já tinham sido proibidas por essas mesmas autoridades.

Essa ameaça do comunismo, nalguns casos patentes e noutros, apenas latentes, norteava discursos e práticas políticas, favorecendo, assim aos grupos da natureza do Integralismo em todo o Brasil. Por esse motivo, as autoridades policiais não se opuseram, até os anos de 1936 e 1937, ao funcionamento da AIB, pois as autoridades políticas e policiais via na AIB u agente sempre de prontidão no combate à indesejável presença comunista.

Retornando à citação acima, em nove de maio de 1936, em virtude da suposta ação de algumas autoridades policiais pelo interior do Ceará, embora não esteja definida em quais localidades e quais eram as autoridades que agiam em desfavor do movimento, o Chefe Provincial da AIB, Ubirajara Índio do Ceará, requereu do Capitão Manoel Cordeiro Neto, Secretário de Polícia e Segurança Pública – SPSP, do estado do Ceará, a permissão para o funcionamento dos Núcleos Municipais em todo estado. O supracitado alvará de permissão de funcionamento da AIB nos interessa porque nele consta a relação dos municípios e distritos cearenses em que os integralistas fundaram seus núcleos, diferindo, em certo sentido, da relação encontrada na documentação da DESP. Os municípios que constam no rol do alvará do Secretário de Polícia do Ceará e não aparecem na relação da DESP, são: Canindé, Santa Cruz, Santana do Acaraú, Ipueiras, Ubajara, Tianguá, São Gonçalo e Tamboril²⁸¹. O inverso, isto é, os núcleos que aparecem na relação da DESP e não aparecem no alvará acima são: Guarani; Afonso Pena, Cedro, Porteira, Macapá, Várzea Alegre,

²⁸¹ A Razão. 30/10/1933. BPMP-SM, Fortaleza-CE.

Senador Pompeu, Camocim, Itapipoca e Arraial²⁸². Concluímos assim que existiram, entre os anos de 1933 e 1934 – provável ano em que a DESPS arrolou os núcleos municipais do Ceará –, cinqüenta e oito núcleos integralistas, sendo quarenta e oito municípios e doze distritos importantes, que anos após o fechamento da AIB foram elevados à condição de sedes de município. Esse número se modifica devido às reformas administrativas determinadas pelo Interventor Carneiro de Mendonça em fins de 1933 e pelo governador Meneses Pimentel em 1935, respectivamente. Dessa forma, após a última reforma administrativa, período coincidente com os últimos anos de atividade legal, o Integralismo estava organizado em 53 municípios e em 07 distritos do território Cearense²⁸³. Entretanto, o município de Cascavel, que não consta na primeira relação da DESPS nem na d'**A Razão**, aparece posteriormente em outra relação da Delegacia Especial, somando assim 54 municípios e 07 distritos, num total de 61 núcleos espriado pelo Ceará, afora os núcleos por categorias profissionais existentes na capital.

A partir da documentação disponível fica praticamente inviável estabelecermos datas para a fundação desses núcleos interioranos ou de se fazer uma cronologia mais segura, no entanto, como já citamos em capítulo anterior, logo após a fundação do movimento integralista provincial, isto é, após a criação da Chefia Provincial, sediada em Fortaleza, os núcleos municipais pelo interior foram paulatinamente sendo criados. Com esse intuito, os chefes

²⁸² APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta: 06; Folha 01.

²⁸³ Para maiores informações sobre as alterações na configuração da divisão política do estado, bem como das variações toponímicas ver: RIBEIRO, Valdir Uchoa. **Conselho de Intendência do Ceará**. Fortaleza: Premium, 2005 e SAMPAIO, Dorian. **Municípios do Ceará**. 4a. Edição. Fortaleza: Publicação Independente, 1987.

provinciais tenderam a fazer caravanas ao interior do estado, pois não raro encontram-se, nos jornais, notícias de visitas de líderes estaduais aos municípios. Devemos considerar também a possibilidade de alguns dos líderes municipais terem, eles próprios, levado da capital para o interior a idéia de fundar esses núcleos, haja vista tratarem-se de jovens pertencentes às famílias bem estabelecidas em seus respectivos municípios que colocavam seus descendentes para fazer seus estudos na capital do estado. Nesse processo devemos realçar a intervenção da Igreja Católica através da atuação de seus jovens padres – muitos deles recém-formados no Seminário da Prainha, contemporâneos e, colegas de turma de um dos líderes do movimento integralista no Ceará, o Padre Helder Câmara –, ao difundir um catolicismo social de forte apelo anticomunista, somemos o fato de a Igreja Católica, através da LEC, ter abrigado os setores mais conservadores das elites políticas municipais e estaduais.

O Integralismo no Ceará foi descrito como **sui generis** no tocante ao aspecto de sua base social, bem próxima da classe operária pelo fato de haver se originado da Legião Cearense do Trabalho – LCT, o que o tornaria diferente do movimento da AIB noutras regiões do país onde predominou como base de sustentação a classe média, conforme indica a bibliografia especializada. Esse vínculo da AIB no Ceará com o movimento operário era tênue, fato que não nos permite apontar esse elemento como configurador de características singulares. Nesse sentido, não podemos deixar de aludir que o fato de Jeová Mota ter ocupado ao mesmo tempo as duas chefias: da LCT e da AIB, não é suficiente

para indicarmos uma base social operária no movimento do sigma no Ceará. Também devemos acrescentar que a atividade política da Legião, mesmo se propondo a organizar o operariado cearense, não representava uma ação mais contundente que atacasse problemas históricos da classe operária, pois o que orientava o trabalho dos legionários era a idéia de cooperação.

Josênio Parente e João Alfredo Sousa Montenegro²⁸⁴ buscam associar a LCT e a AIB mostrando que o primeiro havia se constituído numa espécie de braço do segundo, para alcançar segmentos sociais populares e de trabalhadores e / ou como o suporte necessário ao seu existir. Detectamos alguns problemas nessa forma de abordar o movimento da AIB no Ceará, primeiro por se restringir aos acontecimentos na capital do estado e, portanto, não alcançar a dinâmica política interiorana, segundo, mesmo aceitando a presença de sujeitos sociais oriundos das camadas operárias, não devemos esquecer que não havia uma política estratégica voltada para esses segmentos. Acrescentemos que o próprio discurso integralista voltado para esses setores era tímido e generalista, pois todo e qualquer trabalhador do campo ou da cidade era classificado como membro dos segmentos operários. Esses contornos discursivos de que trata a historiografia cearense de conotação classista são esquálidos, pois o Integralismo funcionava ao modo de um partido político, como de fato o era. Embora tivesse seus métodos paramilitares e

²⁸⁴ Uma das teses de parente refere-se ao fato de que a LCT representava setores da classe operária apesar de sua direção ser composta, essencialmente, de jovens intelectuais, que ele denomina de *dinâmica mocidade cearense*. Para sustentar essa tese, ele indica alguns elementos, como a presença de associações operárias, as manifestações reivindicativas dentre outros; no entanto reafirma: *a liderança intelectual, contudo, não era operária*. PARENTE, Josênio. Op. cit. p. 137-139. Montenegro insiste na peculiaridade do movimento integralista do Ceará pelo fato de a LCT funcionar como braço daquela agremiação. MONTENEGRO, João Alfredo Sousa. Op. cit. p. 17-27.

milicianos que visavam entusiasmar os setores mais subalternos da sociedade, o que, de certa forma, o diferia dos tradicionais partidos, esse aspecto deve ser encarado como estratégia de arregimentação de novos militantes. Dessa forma concluímos que o Integralismo amoldou-se à cultura e à dinâmica política prevalecentes no estado, da capital ao interior, ao se colocar como opção eleitoral como os demais partidos existentes. Assim, não podemos indicar a aproximação da AIB no Ceará com os setores operários através da LCT como uma marca de distinção deste em relação às experiências integralistas noutros espaços, como pretendeu alguns intérpretes, pelos motivos acima aludidos.

Embora não pretendamos fazer um exame bibliográfico, não podemos deixar de realçar que essas vertentes interpretativas do movimento da AIB no Ceará influíram consideravelmente na edificação da memória coletiva sobre o movimento da AIB o que, de certa forma, anuviou outras possibilidades de leituras, até então. Assim, consideramos importante desnudar as relações do movimento da AIB com os setores políticos desprestigiados com os acontecimentos revolucionários de 1930 e fazer aflorar uma de suas várias facetas: a inserção nas práticas políticas clientelísticas que dava suporte a esses setores nas diversas municipalidades interioranas. Essa postura assumida pela AIB em todo estado do Ceará nos mostra que ela se contrapunha ao discurso oficial integralista difundido em seus diferentes materiais de propaganda e de doutrinação e também nos leva a asseverar que esse foi um dos elementos distintivos da práxis integralista em terras cearenses.

Considerarmos que havia certa dificuldade de comunicação que se refletia na organicidade do movimento e afetava a relação dos núcleos interioranos com a Chefia Provincial²⁸⁵. A dinâmica integralista nalgumas comunas mais distantes do território cearense pode ter se ressentido dessa dificuldade, fato que os afastava mais ainda da práxis integralista conforme pensara seus formuladores. Isso por si só não é suficiente para explicar a tendente e concreta aproximação da AIB com os setores coronelísticos desprestigiados em 1930, pois, visto dessa forma, parecia ser uma exclusividade da atividade integralista dos rincões mais distantes. Para avançar nesse debate devemos levar em consideração a ligação, quase umbilical, com os setores eclesiásticos e laicos da Ação Católica, através da LEC e da LCT, principalmente quanto a formação de uma aliança eleitoral, como elemento que veio cimentar o que se tem asseverado sobre o ethos integralista no Ceará.

Antes de esmiuçarmos essa questão, poderíamos nos deter um pouco mais nos elementos fundantes da AIB no Ceará, principalmente, na idéia difundida pela historiografia sobre a vertente sindical-operária oriunda da LCT, agrupamento que deu suporte e a base social ao Integralismo no estado. Uma

²⁸⁵ Na historiográfica cearense sobre o Integralismo, esse ponto ainda é sombrio, pois não há estudos voltados para as ligações entre a direção estadual da AIB e os núcleos fundados no interior. Da mesma forma, a documentação não é tão reveladora, pois somente notícias esparsas nos jornais dão conta da atividade integralista no interior, principalmente, durante os pleitos eleitorais. **A Razão**. Op. cit. João Alfredo Montenegro fala das primeiras tentativas de líderes integralistas em fundar núcleos logo nos primeiros dias após sua fundação, indo aos municípios vizinhos como: Soure, Pacatuba etc. MONTEEGRO, Op. cit. Outro indicativo é de Josênio Parente quando fala da intervenção de padre recém-formados que atuaram em municípios considerados estratégicos. PARENTE, Josênio. Op. cit.

releitura das fontes²⁸⁶ nos coloca outras questões que são para nós importantes no sentido de rever essa interpretação. Sobre esse assunto Jeová Mota escrevendo para **A Razão**, em 1936, afirmava que a LCT já não mais se parecia com os tempos áureos de sua atuação. Notemos que Mota faz esse balaço da relação das duas entidades quatro anos transcorridos de uma aliança iniciada em 1932 e que já não refletia o mesmo nível de interesse que a motivou. Vejamos:

Todos os que desejam para o problema do proletariado uma melhor sorte certamente se entristecem ao ver a situação de desunião que o mesmo está vivendo. Não há dúvida que a primeira condição para que os operários vejam vitoriosas as suas reivindicações é o estabelecimento de uma sólida união.

É oportuno lembrar aqui os áureos tempos da Legião Cearense do Trabalho, quando os trabalhadores de Fortaleza se reuniram com disciplina e fervor em torno de uma única bandeira. Como esse fato valeu e foi útil para os interesses dos pequeninos!

Bem sei que há quem afirme terem sido inúteis as atividades legionárias, e esse juízo parte muitas vezes dos próprios arraiais trabalhistas. Mas não há dúvida que

²⁸⁶ Quando nos referimos a uma releitura das fontes, fazemos com base na constatação que a maioria delas foram também utilizadas por aqueles que me antecederam, principalmente, pelos dois autores indicados anteriormente: João Alfredo Montenegro e Josênio Parente.

cometem uma injustiça e faltam com a verdade os que assim pensam e se expressam.

Não é que eu deseje fazer o elogio pleno e em bloco de todos os gestos da Legião Cearense. Muito ao contrário. Capacito-me perfeitamente das falhas inúmeras, cometidas, e sei que muitos esforços foram perdidos, muito tempo foi sacrificado a uma discurseira estardalhante e inútil.

Depois as lutas vieram; as discórdias entre os chefes brotaram, rebentando após entre os soldados também. Aquela força impressionante foi sendo aos pouco solapada pelas desconfianças, em seguida pelas indisciplinas até a desarticulação triste e lamentável²⁸⁷.

Observamos na fala de Jeová Mota, naquela oportunidade, as divergências quanto aos rumos tomados pela Legião. Os tempos áureos a que se refere Mota, remonta aos primeiros anos de atuação do movimento Legionário em que todas as lideranças caminhavam unidas em torno de seus ideais. O momento de crise e de divergências acima aludido é aquele em que se estabelecem as disputas pela liderança do movimento operário (católico) ocorrido depois do retorno de Severino Sombra ao Ceará, vindo do exílio. Severino Sombra rompeu com Mota e tentou criar outra organização para congregar esses setores das classes trabalhadoras, causando um clima de

²⁸⁷ A RAZÃO, 02/06/1936. BPMP-SM, Fortaleza-CE.

disputa pela arregimentação das agremiações sindicais ligadas ao catolicismo social a exemplo dos sindicatos filiados aos Círculos Operários Católicos.

No jornal **A Razão**, muitos são os artigos escritos pelo seu diretor Jeová Mota, dirigidos ao proletário cearense. Num desses artigos, do dia 30 de maio de 1936, intitulado: **A Voz do Proletariado**, Mota analisa a situação dos trabalhadores ante a ação dos poderes públicos por ocasião de uma recepção, no Palácio Governamental, para celebrar o primeiro aniversário do governo do Dr. Menezes Pimentel. Assim se refere:

O público ainda se lembra como decorreu essa festa. Se lembra do ambiente alegre e fino, das luzes dos discursos. Sabe que falaram, saudando o Sr. Governador, em nome do poder legislativo, o sr. César Cals, e em nome das classes conservadoras o sr. Júlio Rodrigues.

Tudo muito bem, e acreditamos que muito útil para a felicitação das tarefas que o Ceará está exigindo de governantes e governados.

Pena que não se tenha feito ouvir a vos das classes trabalhistas, aquela que poderia expressar os sentimentos da pobreza e a vontade do operariado. E de certo não haveria nada demais que ao lado do Capital e em face do Poder Público, o trabalho articulasse suas dores e expusesse o seu programa reivindicatório.

Teria sido útil e justo. Não haveria a temer constrangimentos ou quebras de protocolo. Os operários já entram bem e saem melhor em qualquer parte. Há neles uma grande compreensão das regras do bom tom e das conveniências rigorosas dos salões oficiais.

Não iriam os trabalhadores fazer extremismo, que mercê de Deus, no Ceará eles se mantêm fiéis aos bons ensinamentos cristãos e aos imperativos do mais acentuado patriotismo.

Suas palavras não levariam para aqueles ângulos iluminados e festivos o ódio ou as baixas inspirações da luta de classes.

Expressariam, ao contrário, um puríssimo ânimo de colaboração e de solidariedade em face dos arreganhos comunistas²⁸⁸.

A partir do artigo de Jeová Mota, não podemos deixar de indicar a aproximação do Integralismo com os setores do movimento operário cearense, especialmente, àqueles tutelados pela Igreja Católica, que em parceria de idéia e de ação, disputavam a atenção e a liderança dos trabalhadores com os setores socialistas e comunistas. Contudo não nos apresenta suficientemente forte para indicar que o segmento social que deu sustentação a AIB no Ceará tenha sido o operário, pelas razões já referidas. Os líderes integralistas não

²⁸⁸ A Razão, 30/05/1936. BPMP-M, Fortaleza-CE.

podem ser vistos somente como aliados dos católicos em pensamento e em ação, mas também como aqueles que integravam o setor laico do catolicismo para disputar no campo social a preferência política da população em geral e das classes trabalhadoras, em particular. Nesse processo, os discursos dos católicos e integralistas fundavam-se na idéia da colaboração entre as classes como elemento fundamental para o progresso social, político e econômico do Brasil. A idéia de colaboração tem a conotação de coesão social, transparece a imagem de unidade inquebrantável rumo ao progresso. Colaborar significava olhar não somente para o futuro, mas também se adequar à vocação católica da sociedade brasileira, resulta daí a estratégia integralista voltada para a intervenção no seio do operariado cearense.

Não podemos deixar de pensar que a estratégia do movimento integralista, no Ceará, voltada para os setores das classes trabalhadoras, está para além do que se convencionou analisar, como uma particularidade da AIB nesse estado, pode expressar tanto a inexistência de uma classe média formalmente constituída que pudesse ser disputada pelo movimento, como uma forma de tornar seu discurso audível em todos os recantos do Ceará. A presença da Ação Católica em todo estado cimentou o terreno para o acolhimento dos Círculos Operário Católicos, parceiro da LCT, conseqüentemente, para o acolhimento da doutrina e prática integralistas. Devemos também levar em consideração que a aliança AIB e LCT representava muito mais que uma simples estratégia de ação, mas em certos momentos havia uma certa confusão no tocante a identidade de ambos, pois tinham líderes

comuns. Isto se refletiu na aproximação da AIB com os setores ditos operários, em que predominava uma cultura política de intervenção nos segmentos operários de fora para dentro, numa perspectiva elitista, salvacionista. Assim, os operários figuravam na idéias e práticas integralistas como o elemento de massa que todo partido necessitava para se credenciar. Durante esse período, no Ceará, e, nesse mister a documentação é indicativa, não se presenciou por parte dos vários projetos políticos em disputa, a condução de lutas direcionadas aos interesses coletivos dessas camadas, principalmente, dos grupos políticos que se evidenciam neste trabalho.

Sobre a ligação da LCT e a AIB, Jeová Mota é bastante enfático em sua entrevista ao NUDOC, em 1984, quando buscou diferenciar as características de uma em relação à outra. Cabe salientarmos que ele próprio liderara concomitantemente os dois agrupamentos. Mota, além de chefe integralista e legionário, ocupara a junta de conciliação – o chamado **Tribunal Legionário** – e atuou, segundo ele, no sentido da colaboração e não no da luta entre classes.

Olha, o Tribunal Legionário tinha como tarefa, diante de causas que surgissem, separando operários e patrões, procurar conciliá-los, procurar dentro do seu pensamento de impedir os desdobramentos de intensificação da luta de classe e solucionar do operário através da cooperação entre as classes, partindo desse princípio de natureza teórica. A Legião já tinha isso organizado diante dos casos concretos

**que fossem surgindo, procurar resultados concretos
Eu me lembro que no exercício dessas funções ter
presidido ou promovido união operários e os patrões;
(...) ²⁸⁹.**

Mais adiante Mota enfatiza que sua doutrinação, isto é, a linha de ação da LCT, não se assentava no debate sobre as condições reais dos operários, mas em críticas gerais ao capitalismo, ao imperialismo e ao liberalismo.

**Na verdade nós, eu, Severino Sombra, Helder
Câmara, nossa posição era de intelectuais. E de
intelectuais que, partindo de princípios de crítica ao
capitalismo, ao capitalismo selvagem, mas com seus
aspectos gerais no mundo e no Brasil; e sempre foi
uma manifestação de fraqueza das nossas posições
pessoais, um certo desinteresse pelo estudo do que
ocorria em torno de nós. Nós sabíamos fazer uns
belos discursos sobre os males do capitalismo, mas
não sabíamos naquele discurso fazer referência ao
salário miserável que a fábrica e a indústria estaria
pagando aos seus empregados. Era um vezo, uma
espécie de doença da nossa formação mental que eu
encontraria depois do Integralismo. Então eu posso
lhe dizer respondendo sua pergunta: não nos**

²⁸⁹ Entrevista com Jeová Mota. NUDOC/UFC. 1984.

interessava muito saber os detalhes da fábrica, esta ou aquela em Fortaleza, era capitalismo; nós criticávamos a situação capitalística. Nós não retiráramos da situação do operariado de fortaleza motivações para a nossa doutrinação. Da nossa doutrinação retirava-se os argumentos da situação geral do capitalismo no mundo e no Brasil²⁹⁰.

A partir dessa fala temos indícios suficientes para contrapor as interpretações correntes para o movimento integralista no Ceará, principalmente, no tocante à tese de que havia uma conotação operária no movimento do sigma em âmbito estadual. Acrescentamos que a própria conceituação adotada para indicar a classe operária cearense difere das tradicionais formulações para o nascimento e formação dessa classe, correntes à época. O conceito de classe adotado pelos interpretes do movimento integralista e legionário era idêntico, se apresentava de forma difusa e imprecisa, incluía uma miríade de segmentos que ia dos operários propriamente ditos aos pequenos proprietários rurais espalhados pelo Ceará.

Essa idéia de que o movimento integralista no Ceará tinha esse diferencial, com se viu acima, era por demais impreciso. A aliança preferencial com a Igreja Católica na arregimentação dos setores populares e, principalmente, nas disputas eleitorais, é um indício concreto da adequação e da suscetibilidade do Integralismo estadual aos interesses dos setores

²⁹⁰ Idem.

clientelísticos ávidos pelo retorno aos antigos postos de comando dos destinos políticos municipais.

A aliança prolongada entre a AIB e a LEC já foi objeto de muitas interpretações desse momento da história política do Ceará, no entanto, determinados aspectos dessa relação devem ser mais bem analisados, sobretudo aqueles que realcem a manutenção de posturas clientelísticas nas relações políticas que iam na contramão dos discursos moralizadores, correntes à época. Pelo interior do estado essa relação representava, em muitos municípios, muito mais do que uma simples aliança, pois organizações que se confundiam, os candidatos da AIB eram ao mesmo tempo candidatos da LEC, embora nem todo lecionista pertencesse ao movimento integralista, pois a LEC englobava também outras agremiações.

Nesse sentido, numa relação dos prefeitos e vereadores eleitos no pleito de 1936²⁹¹, não aparece com precisão a que sigla pertencia os eleitos por essa duas agremiações. Considerando que essa documentação fora produzida pelo PSD, tradicional adversário dos lecionistas e integralista, percebemos certa tendência de colocá-los no mesmo campo e de confundi-los. Nessa mesma relação só aparece a sigla dos prefeitos eleitos pelo PSD (total de 23 prefeitos eleitos nos 76 municípios existentes), quanto aos demais não há, no geral, a indicação do respectivo partido. Há, portanto, algumas exceções: os prefeitos de Limoeiro, Ipú, e Redenção foram eleitos pela LEC; de Russas por uma União denominada **Pelo Povo Russano**; de Fortaleza pelo PRC; de Morada Nova pela

²⁹¹ CPDOC/FGV. JT dpf – 1932.06.03. Pasta: VI, p. 10A.

Paz de Morada Nova e de Pacoti, pelo Partido Agrário²⁹². Devemos acrescentar, com base no cotejamento do material que o prefeito eleito no município de Pacatuba, Joaquim Eduardo Benevides, embora não conste a indicação do partido a que pertencia, foi eleito pela AIB²⁹³. Observamos, apesar da sigla a que o prefeito tenha sido eleito, excetuando-se os do PSD, que de modo geral, faziam parte de uma grande frente de combate àqueles que representavam e eram identificados com os ideais revolucionários no Ceará, portanto, estavam sob os auspícios da LEC, que coordenava e agregava essas forças no estado.

O imbricamento da AIB com a LEC nos municípios interioranos era patente, chegavam a se confundir. Nas diversas notícias de **O Nordeste** sobre a criação das Juntas Municipais da LEC pela interior podemos perceber a presença dos integralistas compondo esses organismos, coadjuvando os clérigos em seus respectivos municípios. Tanto os integralistas contribuía para a criação da LEC e para a divulgação de seus princípios como muitos clérigos foram fundamentais para o sucesso integralista em várias municipalidades.

Nesse sentido, vejamos o que nos diz o cronista Pe. Geraldo Oliveira Lima, quando narra fatos sobre a Paróquia de Monsenhor Tabosa, região Norte do estado, no capítulo referente ao paróquiato do 6º. Vigário, o padre Jonas Lima Barros. O autor procura enfatizar elementos do Integralismo nesse município, sobretudo, a contribuição do pároco na criação e condução do núcleo

²⁹² CPDOC/FGV. JT dpf – 1932.06.03. Pasta: VI, p. 10A.

²⁹³ Joaquim Eduardo Benevides foi Chefe Municipal e também assumia a função de Chefe Regional da AIB para os municípios do Maciço de Baturité. Foi o único prefeito eleito pela sigla integralista no Ceará. A Razão. 02/07/1936. BPMP-SM, Fortaleza-CE.

integralista local²⁹⁴. Vejamos o trecho do primeiro Livro de Tombo escrito pelo pároco Jonas Barros e transcrito pelo cronista, referindo-se à visita de dois padres lazaristas em missão evangelizadora àquela jurisdição eclesiástica:

Por este tempo estiveram aqui dois padres lazaristas pregando missões: Pe João e Pe. Thiago. Confessou-se novamente todo mundo. Os padres tiveram ótima impressão do espírito da paróquia, principalmente da mocidade já que toda se havia confessado na páscoa. Tenho a dizer que encontrei um grande auxiliar para fazer confessar as moças e outras pessoas que não tinham costume de se confessarem, na Ação Integralista Brasileira. Era como uma associação da paróquia. Por meio do Integralismo o espírito católico ficou melhormente acentuado nesta paróquia. Que Nosso Senhor queira abençoar este ideal que tantos auxílios e frutos trouxe para a santa Igreja²⁹⁵.

²⁹⁴ O padre Jonas Lima Barros era reconhecidamente um clérigo que se vestiu com as cores do Integralismo. Todas as memórias ao seu respeito são unânimes em afirmar sua relação com o sigma. Na documentação consultada no APERJ, aparece a detenção do referido padre em duas oportunidades como elemento integralista de feição extremista. Jonas Barros foi preso pela primeira vez no dia 01/10/1942 e posto em liberdade no dia 07 do mesmo mês e ano, pois em seu poder fora apreendido documentos comprometedores; pela segunda vez no dia 30/10/1942 e posto em liberdade no dia 07/11/1942, por suspeita de ser integralista. Muitos integralistas presos são acusados de contribuir com dinheiro para o Integralismo, dinheiro que era entregue a Francisco Vieira de Freitas (preso do dia 10/09 a 05/11/1942) que servia de intermediário entre os demais e o Pe. Jonas Barros, a quem eram repassadas as mensalidades. APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta: 6A.

²⁹⁵ Primeiro Livro de Tombo da Freguesia de Telha (topônimo que antecedeu ao de Monsenhor Tabosa), p. 31 In. LIMA, Geraldo Oliveira. *Gênese da paróquia de Mons. Tabosa*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda, 1994, p. 138.

Apesar de trechos confusos que aparecem na narração do pároco em seu Livro de Tombo, interessa, sobretudo, o item em que o Pe. Jonas Barros diz que a AIB funcionava **como uma associação da paróquia**. Mesmo em se tratando das memórias de um integralista entusiasmado contemporâneas ao fato narrado, essa constatação é indicativa de como o Integralismo e a Igreja Católica se interpenetravam na sociabilidade política e social das comunas interioranas. Interessa-nos também destacar que, mesmo se o grau de envolvimento entre ambos não tenha se dado no mesmo nível em todas as paróquias, uma vez que nem todos os padres foram tão entusiásticos integralistas como foi Jonas Barros, era uma constante os clérigos terem se aliado aos **verdes** nas diversas paróquias interioranas.

A documentação é indiciária de como lecionistas e integralistas adotavam estratégias conjuntas para vencer seus principais adversários, os membros do PSD, e se colocavam como verdadeiros portadores das transformações sócio, política e econômica que se operavam a partir de 1930. Não esqueçamos o combate incessante ao comunismo em defesa da família e das tradições católicas do povo brasileiro e cearense. Da mesma forma, devemos levar em consideração a aproximação, na esfera nacional, entre a Igreja Católica e o Governo Federal. Esse elemento colocava os católicos e seus aliados em vantagem nas disputas políticas estaduais.

A partir de 1934 observamos um declínio no prestígio dos líderes revolucionários no estado do Ceará frente à ampliação do prestígio dos grupos políticos arregimentados e ligados à Igreja Católica. Os chamados

revolucionários agrupavam-se em torno do PSD, tendo à frente Demócrito Rocha e eram chancelados nacionalmente por Juarez Távora. Não podemos afirmar que um desses dois pólos que se rivalizavam tivesse atingido a hegemonia total, pois o equilíbrio dependia das concessões feitas aos antigos grupos oligárquicos. Podemos falar sim, de um gradativo deslocamento do equilíbrio em favor das forças ditas conservadoras na medida que os acontecimentos de 1930 e a influencia revolucionária iam ficando mais distantes no tempo, fato perceptível através das sucessivas eleições que se seguiram.

Nesse sentido, ao direcionarmos o olhar para interior do estado vemos como o equilíbrio das forças ia se ajustando e variando nas diversas regiões a cada pleito eleitoral. Nas eleições constituintes de 1933, observamos um movimento eleitoral que se desenha de forma diferente pelas regiões interioranas. Ao olharmos o resultado final desse pleito, mesmo a LEC e seus aliados tendo vencido as eleições, no mapa eleitoral, serão encontradas regiões que foram dominadas predominantemente por seus adversários. De posse dos dados poderíamos asseverar que os lecionistas ao vencer as eleições de 1933, constituíram-se na força política principal, sobretudo nos anos subsequente, quando paulatinamente foram consolidando seu poder. A eleição de Menezes Pimentel para Governador do estado foi a expressão mais patente desse movimento político liderado pelos católicos²⁹⁶.

²⁹⁶ O Jornal **O Nordeste** passa a acompanhar, a partir do dia 04/05/1933, o resultado das eleições ocorridas no dia 03/05/1933, expondo os resultados parciais, ora por sessões eleitorais da capital, ora por municípios interioranos, enfatizando o desempenho da LEC. O Nordeste maio de 1933. BPMP-SM, Fortaleza-CE.

A LEC tinha fundado juntas municipais em praticamente todos os municípios do Ceará através dos padres que paroquiavam essas municipalidades. A cada fundação de um núcleo da LEC, sobretudo nos municípios circunvizinhos de Fortaleza, fazia-se presente uma comitiva oriunda da Capital, componentes da Junta Estadual, composta tanto de intelectuais como de padres. Via de regra, o Pe. Helder Câmara sempre se fazia presente e discursava para os presentes, como fizera em Soure, Cascavel, Aracoiaba, Pacoti e tantos outros. Outras presenças marcantes nesses **meeting** eram a de Ubirajara Índio do Ceará e de Jeová Mota, destacados membros do comando integralista no estado²⁹⁷.

Essa relação da LEC com a AIB em todo interior do estado é o elemento mais contundente para percebermos como o movimento integralista serviu aos grupos tradicionais da política cearense, sobretudo aos grupos que se opuseram à revolução de 1930. Quando dizemos que os integralistas serviram aos grupos conservadores, não queremos dizer ou menosprezar aspectos doutrinários do Integralismo que eram por excelência conservadores, mas queremos realçar aspectos do ajustamento de sua prática à cultura política que predominava nesses espaços antes mesmo de o Integralismo ser fundado. Diante disso,

²⁹⁷ Mais do que uma aliança tático-estratégica entre a LEC e a AIB, havia nas paróquias, ou melhor, nos municípios, uma relação até certo ponto incestuosa. O memorialista Padre Geraldo Oliveira Lima diz: *Deste modo, era natural e quase axiomático, que, dentro desta moldura ideológica do Integralismo, onde o comunismo era o inimigo número um e o discurso de Plínio Salgado se revestia, para as populações simples, dos matizes católicos e puristas, assumindo posições políticas e corajosas como militantes da LEC, em obediência à hierarquia da Igreja, no Brasil. Nesta encruzilhada de horizontes turvos estiveram os vigários do Ceará, quando do surgimento do Integralismo e da LEC em terra alencarina. Os párocos do Ceará eu se engajaram na LEC e a AIB cumpriram um dever de consciência para a época, obedeceram a hierarquia da Igreja e foram sensíveis ao momento político-religioso da trepidante quadra dos anos 30.* In. LIMA, Geraldo Oliveira. **Gênese da paróquia de Mons. Tabosa.** Op cit. p. 144.

queremos realçar que muitos dos elementos que compunham as hostes integralistas municipais advinham desses grupos políticos mais tradicionais continuadores da prática política assentada no clientelismo.

Os momentos em que mais se sobressaíram os indícios dessa aliança foram as disputas eleitorais e tudo o mais que as cercavam. Claro que ao olharmos para o movimento integralista em sua dinâmica interna: seu discurso, sua doutrina, seus ritos, desfiles e outras formas de manifestação, esses elementos se dissiparão. Por isso é que vemos o movimento da AIB interagindo com os demais grupos políticos em ação nesse período, em todo o estado para, dessa forma, percebê-lo como parte integrante de uma sociabilidade em curso para a qual quase nada contribuiu para alterar, pelo contrário, serviu à manutenção da cultura política reinante que se manifestava localmente.

A doutrinação política integralista não se voltava para os problemas mais próximos dos seus seguidores em nível local, mas se assentava na crítica generalizada ao capitalismo liberal e as soluções socialistas propostas por seus adversários. Nesse sentido, apresentavam-se com solução moral e política para os problemas que afligiam a Nação. Dessa forma, a dinâmica política local se anuviava diante do debate nacional, pois no dia-a-dia, a aliança predominante era com os setores que criticavam no âmbito nacional.

Sobre as alianças eleitorais devemos ressaltar inicialmente as Eleições Constituintes de 1933 em que Jeová Mota – Chefe Provincial da AIB – foi eleito pela LEC, o único constituinte integralista de todo o Brasil. A chapa vitoriosa apresentada pela LEC visava dentre outras derrotar a influência de Juarez

Távora na política cearense e assim romper o cordão umbilical ainda mantido pelos interventores e a política revolucionária. Dessa forma, os conservadores no Ceará ganhavam espaço para negociar com o governo federal sem a intermediação de um líder revolucionário. A atuação dos conservadores por todo o estado visava e minar a confiança dos herdeiros políticos da revolução. O mesmo ocorreu nas eleições para as Câmaras Federal e Estadual, em 1934, em que a coligação LEC e AIB foi mais uma vez vitoriosa. A eleição do Governo Constitucional do estado, Francisco Menezes Pimentel, corou de êxito a luta dos conservadores contra os tenentes revolucionários.

Talvez o embate eleitoral mais importante no período, pelo menos para os propósitos deste trabalho, foram as eleições municipais de 1936, pois as duas frentes políticas principais disputavam a preferência do eleitorado interiorano para a escolha de prefeitos e vereadores. Após 06 anos de indicação de Intendentes para governar as comunas, as eleições municipais de 1936 eram a oportunidade que muitos dos antigos grupos viam para consolidar ou retomar seus domínios. Gradativamente esses grupos já vinham galgando espaço, principalmente após a Interventoria do Capitão Carneiro de Mendonça que buscou contemporizar as rivalidades entre os grupos oposicionistas ao se propor fazer uma administração acima das disputas políticas. Essa pseudo-neutralidade beneficiava, em grande medida, os partidários arregimentados pela LEC e, ao mesmo tempo, prejudicava os interesses do PSD.

A coligação da LEC, que incluía ainda os integralistas e o Partido Republicano Progressista – PRP, considerados como situacionistas, obteve

ampla vitória para o cargo de Prefeito Municipal. Estavam em disputa 76 vagas das quais os situacionistas obtiveram 43 cargos contra 23 do PSD. Consideremos que os situacionistas venceram na Capital e nas principais cidades do interior do estado²⁹⁸. Ao final da disputa para vereador, o PRP elegeu 286 vereadores contra 250 do PSD. A LEC elegeu 39 e o Integralismo 28, e outros partidos menores elegeram 31 vereadores²⁹⁹. Considerando que a aliança lecionista incluía o PRP, a própria sigla da LEC e o Integralismo, a soma total foi de 356 vereadores eleitos contra os 250 do PSD em todo o estado. O resultado final expressou a vitória de toda a campanha contra a influência da tradição tenentista na dinâmica política do Ceará. Representou a vitórias dos grupos liderados pelo governador eleito Francisco Menezes Pimentel, pela Igreja Católica e por todos os setores reacionários da política cearense.

A partir de 1936 e por todo ano de 1937, com a possibilidade concreta, de o Chefe Nacional da AIB vir a disputar as eleições presidenciais marcadas para o início do ano de 1938, os integralistas foram gradativamente se desvinculando da dependência eleitoral que mantinham em relação a LEC para assumirem uma postura política e eleitoral mais autônoma e assentada em seu programa doutrinário, presente em seus documentos oficiais.

²⁹⁸ Sobre a relação de prefeitos e vereadores eleitos ver: CPDOC/FGV.JT dpf – 1932.06.03. Pasta: VI, p. 10A. Em Limoeiro, foi eleito prefeito José Gondim Chaves, pela LEC, irmão do chefe municipal do Integralismo Franklin Gondim Chaves: ver entrevista de Franklin Chaves, NUCOC/UFC. 1984; em Russas, Vicente Veloso, 1º. Secretário da Junta Municipal da LEC, aliado dos integralistas, ver: BPMP-M. O Nordeste, 03/03/1933; em Sobral, Vicente Antenor Ferreira Gomes, membro de um dos clãs mais conservadores da região norte foi eleito pelo Partido Republicano Progressista Sobralense, que mantinha o Jornal A Ordem, vê: BPMP-M. Correio da Semana, 21/02/1936; em Quixadá, José Queiroz Pessoa, aliado dos integralistas, que elegeram 04 vereadores, CPDOC/FGV. Op. cit.; em Barbalha, Dr. Lírio Calou, aliado integralista. CPDOC/FGV. Op. cit.

²⁹⁹ O número de vereadores variava de município para município; Fortaleza, 15 vereadores; os municípios de maior porte 09 e os de menor porte 07 vereadores. CPDOC/FGV, Op. cit.

CAPÍTULO IV:

4- Os Chefes Municipais: Trajetórias.

4.1 - Introdução

O processo de expansão do movimento integralista pelas comunas interioranas cearense se intensifica após o ano de 1934, quando a AIB fundou núcleos em vários municípios e distritos do estado. Conforme já foi mostrado no capítulo anterior o movimento do sigma estava presente, através de seus núcleos, na quase totalidade dos municípios cearenses, apesar da sua breve existência. A expansão da AIB por todo estado pode ser explicada pelo despertar da sociedade brasileira, na sua quase totalidade, para a participação política. De forma mais abrangente, esse despertar foi proporcionado, em grande medida, pela euforia que envolveu os acontecimentos de 1930. No plano mais específico dos municípios cearenses, além daquela euforia, a intervenção diuturna da Igreja Católica nos assuntos atinentes à vida política nacional através da Ação Católica Brasileira deve ser visto como um fator de grande relevância.

Com base nesses dois elementos definidores do espraiamento da doutrina, das práticas e do aparato organizacional integralistas pelo interior do estado é que destacamos a trajetória política de dois chefes municipais que representam o ethos integralista interiorano e refletem as atitudes e os perfis

mais gerais daqueles que vieram a liderar os camisas-verdes nos núcleos disseminados em todo território cearense. Franklin Gondim Chaves – Chefe do Núcleo Municipal de Limoeiro, região do Vale do Jaguaribe e Dr. Pio Sampaio – Chefe Municipal de Barbalha, região do Cariri, reúnem as características do Chefe Integralista enraizado nas tradições políticas de seus respectivos municípios e expressam o pertencimento a uma certa comunidade política. Através dessas duas formas de atuação política no seio do movimento integralista buscamos compreender os significados de sua expansão pelo interior do estado com base no que vemos demonstrando ao longo da nossa argumentação: a intrínseca relação do movimento integralista no Ceará com as práticas políticas coronelísticas através da sua aproximação com os segmentos desprestigiados politicamente com a Revolução de 1930, mesmo que discurso oficial integralista indicasse o contrário.

Os dois chefes municipais escolhidos ocuparam posição de destaque na estrutura interna do movimento integralista nacional, pois tiveram assento na **Câmara dos Quatrocentos**. Embora não tenhamos, pela ausência de fontes, como examinar a atuação desses dois líderes interioranos na referida **corte do sigma**, ressaltamos que, o fato deles terem sido indicados para compor o referido órgão denota certo prestígio no interior do movimento integralista cearense se comparados aos seus pares. Também não há como verificarmos os critérios das referidas escolhas. Há a possibilidade de elas terem acontecido a partir da proximidade com a Chefia Provincial (estadual), portanto, a partir de injunções políticas dirigidas aos chefes estaduais e também pela proximidade

com os Deputados Federais e Estaduais eleitos, pela LEC, em suas respectivas regiões.

Através da trajetória desses dois chefes municipais podemos estabelecer relações com outras informações levantadas e coligidas no decorrer da pesquisa sobre os demais chefes municipais integralistas. Podemos também compreender a dinâmica política nesses espaços interioranos e, ao mesmo tempo, perceber como essa dinâmica influenciou na opção desses líderes e, de muitos dos populares, pela militância integralista.

Ao mencionarmos o fator opção, devemos levar em consideração que elas não eram tão abundantes, pois o “menu” político era reduzido e muitos desses líderes faziam suas opções a partir das relações familiares muito comum às práticas políticas nessas municipalidades. Nesse sentido se faz necessário indagarmos até que ponto esses indivíduos foram conduzidos por força do contexto ao assumirem as posturas que de fato assumiram, isto é, ao aderirem ao movimento integralista? Ou devemos se perguntar como a opção integralista desses chefes municipais influiu para a transformação do contexto, da dinâmica política local, num período de franca agitação dos ânimos? Na interface das possíveis repostas a essas questões poderemos encontrar caminhos para compreendermos esse período de nossa história política no nível das sociabilidades, das interações entre os grupos envolvidos, das inflexões que esse fato exerceu na dinâmica política dos municípios interioranos do Ceará.

4.2 - Algumas reflexões sobre Trajetória.

Nos últimos anos, temos verificado um crescente interesse entre historiadores, literatos, jornalistas e profissionais de outros campos do saber pelos estudos biográficos, autobiográficos, pelas histórias de vida, principalmente de personagens da chamada história nacional. As razões desse interesse estão para além do controle da comunidade dos historiadores e, tampouco, podemos afirmar que tenha surgido no interior dessa comunidade. No entanto, não podemos esquecer que o crescente interesse pelo gênero biográfico reflete o redirecionamento dos estudos ligados à história política. A abertura dos estudos políticos para temas cada vez mais diversificados e não somente para aqueles restritos à história nacional, à **história pátria**, que predominou nos fins do séc. XIX e início do XX, influenciou para mudar o foco quase exclusivo que era dado às camadas dirigentes da sociedade e passou a incluir outros sujeitos históricos³⁰⁰; essa postura possibilitou ao historiador ao mesmo tempo repensar seu ofício e refletir sobre os trabalhos de história política.

Renné Remond nos fala do renascimento para caracterizar um processo de retomada dos estudos de temas ligados à história política que se intensificou, principalmente na França a partir da década de 1970, depois de longos anos de preconceito que se abateu sobre historiadores do político³⁰¹. Vavy Pacheco

³⁰⁰ Sobre esse assunto Magda Ricci lembra que Maria Odila Leite da Silva Dias em seu livro: *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus*, “a historiadora saía do mundo dos grandes homens para penetrar nos lugares em que se moveriam figuras menores e mais furtivas dentro do campo da história do cotidiano e do poder na cidade de São Paulo”. RICCI, Magda. *Como se faz um vulto na História do Brasil*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 148.

³⁰¹ RÉMOND, Renné (Org). *Por uma história política*. 2^a. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Borges em **História Política: laços permanentes** recoloca a questão, para nós historiadores brasileiros, do debate em torno do tema e reafirma a idéia de que a história é eminentemente política. A autora traça essa imbricada relação desde a Antiguidade Clássica e afirma que durante quase dois mil anos a história respondeu aos interesses que vinham das sociedades: **depois da Grécia, respondeu sucessivamente ao patriotismo imperial romano, ao espírito guerreiro da nobreza feudal, aos interesses da Igreja Católica, ao culto da monarquia nos tempos modernos e, finalmente, no século XIX, ao nacionalismo**³⁰². A autora ainda acrescenta que foi também no século XIX que conhecemos as primeiras mudanças no campo do conhecimento histórico ao incluir as classes populares e o povo, no entanto, não devemos perder de vista que esses trabalhos eram orientados por sentimentos nacionalistas.

Também entre nós, no Brasil imperial, acrescenta Borges, a produção histórica se pautava pela preocupação de se efetivar a unidade nacional, principalmente aquela produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. A crítica a esse modelo se intensificou, de acordo com Borges, a partir da década de 1960, principalmente pelo fato desse modelo não se dissociar do poder político e, dessa forma, expressar uma manipulação da história em favor das práticas políticas dominantes³⁰³.

³⁰² BORGES, Vavy Pacheco. *História e política: laços permanentes*. In. Revista Brasileira de História – RBH – v. 12, n. 23/24, São Paulo: Marco Zero, set. 1991/ago. 1992. Pp. 9-10.

³⁰³ Idem Pp. 10-11. Sobre IHGB ver: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In. Estudos Históricos, No. 1, Rio de Janeiro: Vértice, 1988; ou SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Esse **renascer** da história política, não obstante a restrição à idéia de renascimento, trouxe em seu interior o interesse pelo gênero biográfico e vice-versa, pois o crescente aumento das publicações do gênero biográfico e autobiográfico, explicado por diversos fatores que vão desde o interesse do mercado editorial até outros de ordem teórico-metodológica, exerceu influxos sobre o debate historiográfico ao trazer à cena questões importantes para se refletir sobre o trabalho do historiador. Nesse sentido, Giovanni Levi aponta algumas questões metodológicas da historiografia que envolvem o gênero biográfico tais como: a relação da história com as demais ciências sócias, acrescenta-se nesse ponto o diálogo frutífero entre história e literatura; as escalas de análises, a exemplo da proximidade da biografia com a micro-história; as relações entre regras e práticas, que envolvem o debate em torno da individualidade e do contexto ao qual o indivíduo se insere e que se desdobra num outro ponto destacado por Levi: o da relação entre a liberdade e a racionalidade humana; e, um dos aspectos mais importantes que permeia esse debate: a relação entre a história e a narrativa³⁰⁴.

O debate em torno dessa relação é crucial para se pensar o ofício do historiador e o resultado de seu trabalho, bem como a historicidade desse exercício, uma vez que o historiador é um sujeito de seu tempo e, assim, está impregnado das marcas que o seu mundo lhe imprime, sem esquecer, no entanto, sua liberdade de escolha. O problema nodal desse debate reside na definição do contexto em que o indivíduo age, pois sabemos que se trata de uma

³⁰⁴ LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 168.

ação descontínua, visto que os indivíduos experimentam várias situações ao longo de sua existência, mas que a narrativa histórica tende a transformá-la numa trajetória linear e coerente³⁰⁵.

Sobre a linearidade da narrativa biográfica Bourdieu afirma:

Tudo leva a crer que o relato da vida tende a aproximar-se do modelo oficial de apresentação oficial de si, carteira de identidade, ficha de estado civil, *curriculum vitae*, biografia oficial, bem como da filosofia da identidade que o sustenta, quanto mais nos aproximamos dos interrogatórios oficiais das investigações oficiais – cujo limite é a investigação judiciária ou policial –, afastando-se das trocas íntimas entre familiares e da lógica da *confidência* que prevalece nesses mercados protegidos³⁰⁶.

Depreendemos das reflexões de Bourdieu que o gênero biográfico representa certa armadilha ao apresentar as trajetórias de vida como seqüências lógicas e bem encadeadas, ocultando aspectos da vida do indivíduo que via de regra não se coadunam com a sua apresentação pública, pois as descontinuidades são desdenhadas. Não devemos esquecer que, como em qualquer outra forma de narrativa, a biografia é o resultado do exercício da memória tanto do biografado como do biógrafo e visa não só traçar uma linha

³⁰⁵ Idem. P. 169.

³⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 188.

prospectiva que se coadune com a identidade que o indivíduo busca fixar em relação ao grupo ao qual pertence, produzindo assim uma auto-representação de si e do grupo; mas também exercer uma função pedagógica, a de ensinar pelo exemplo. Esse misto de ambigüidades e de não correspondência com o que se poderia chamar de real expressa o que o autor definiu como ilusão biográfica.

O gênero biográfico, embora figure como uma tendência forte entre as perspectivas de trabalho do historiador contemporâneo, não é um fenômeno recente, remonta à própria origem da história. Contudo, com as transformações paradigmáticas que se operaram nas ciências no início do século XX e que repercutiram na ciência histórica, produziram influxos nos trabalhos biográficos. Na atualidade, praticamente não se concebe mais a função pedagógica e de apelo moral que orientava os trabalhos biográficos de outrora, pois os historiadores se apresentam mais conscientes em relação aos problemas metodológicos que envolvem as pesquisas do gênero. Nesse sentido, Giovanni Levi fala da complexidade que envolve a sociedade e de como o historiador tem que lidar com estruturas sociais mais complexas no tocante às redes de relações entre estratos e grupos sociais, o que produziu uma complexidade no que diz respeito à construção das identidades³⁰⁷.

Um dos problemas centrais dos estudos biográficos reside na relação entre o particular e o geral, em outras palavras, na relação que o indivíduo estabelece com o meio, com o contexto, tanto aquele mais amplo que envolve os problemas de sua geração como aqueles mais específicos de seu grupo, de

³⁰⁷ LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. Op. cit. Pp.172-173.

sua classe. Essa relação exprime certa tensão, pois o indivíduo não pode ser visto como mero produto de estruturas maiores, mas também não podemos deixar de considerar a influência dos elementos que definem esse contexto nas ações desses indivíduos. Sabina Loriga chama atenção para o fato de os historiadores terem dificuldades de encontrar o que ela definiu como a multiplicidade individual, dessa forma o sujeito histórico é de certa forma aprisionado em seu ambiente. Para corrigir tal dificuldade, o historiador elabora um **paradoxo sanduíche [...] um pouco de contexto, um pouco de existência individual e outra camada de contexto**³⁰⁸. Para Regina Xavier, devemos procurar evitar os extremos, o da singularidade sobre o social e deste sobre aquela, perdendo, assim, a riqueza da interação de elementos concretos como o simbólico e a pluralidade que uma vida pode encerrar. Para a autora, o trabalho biográfico não deve restringir-se às informações sobre o que o indivíduo foi ou fez em sua vida, mas deve considerar as representações sociais construídas sobre esse viver, por isso devemos refletir sobre como as fontes foram produzidas, sua intenção e quais os sentidos atribuídos ao biografado³⁰⁹.

Ainda sobre a noção de contexto no trabalho biográfico, são oportunas as reflexões de Benito Bisso Schmidi que nos adverte para os perigos dessa noção, principalmente quando o contexto é visto como uma **condição objetiva**, o que produziria a **ilusão do real**, na qual posteriormente as personagens serão

³⁰⁸ LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In. REVEL, Jaques (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da micro análise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988. p.247-248.

³⁰⁹ XAVIER, Regina Célia Lima. *O desafio do trabalho biográfico*. In. GUAZZELLI, César Augusto Barcelos, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000, p. 165; 167 e 169.

inseridas. Para o autor, talvez fosse mais proveitoso que o trabalho se deixasse guiar pelo indivíduo estudado e não o oposto, para tanto recorre ao que Giovanni Levi definiu como o caráter intersticial da liberdade individual, para realizar, assim, a interface entre o individual e a formação social à qual o indivíduo se insere. Ainda de acordo com o autor, a biografia é o lugar para se pensar a tensão entre norma e liberdade. Por fim, é importante que pensemos a partir da noção de contexto e, para preencher as lacunas dela oriundas, que não haja prevalência de um voluntarismo individualista e tampouco de um determinismo sociocultural, que levemos em consideração as noções de projeto e de campo de possibilidades³¹⁰.

A noção de contexto, conforme se elucidou acima, se apresenta como um dos caminhos mais frutíferos para abordar as trajetórias dos chefes municipais do Integralismo de Limoeiro e Barbalha, respectivamente, Franklin Chaves e Pio Sampaio. Nesse sentido, devemos recorrer às reflexões de Giovanni Levi, quando apresenta de forma sucinta quatro abordagens para os estudos biográficos: 1º. prosopografia e biografia modal, em que as biografias individuais só despertam interesse para ilustrar e indicar condições sociais mais freqüentes; cada sistema das disposições individuais é uma variante estrutural das demais; 2º. Biografia e contexto, modalidade em que a biografia, em si, guarda sua especificidade, todavia a época e o meio também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade

³¹⁰ SCHMIDT, Benito Bisso. *A biografia histórica: o "retorno" do gênero e a noção de contexto*. In. GUAZZELLI, César Augusto Barcelos, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000, pp. 123-125; 127-128.

das trajetórias. Para o autor, essa abordagem não busca reduzir as condutas a comportamentos-tipos, procura, sim, interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto e, assim, ampliar a possibilidade de se realizar o trabalho biográfico em que a ação do indivíduo por mais dissonante que possa parecer se reveste de certa normalidade; 3º. Biografia e os casos extremos, em que a ação do indivíduo, a biografia, é usada para se conhecer o contexto, a exemplo, como indica Levi, da biografia de Menocchio, de Carlo Ginzburg; 4º. Biografia e hermenêutica, em que o material biográfico torna-se intrinsecamente discursivo; essa modalidade é de um forte relativismo³¹¹.

Partindo das definições de Giovanni Levi, consideramos prudente para o nosso estudo, isto é, para penetrar nos significados da militância integralista a partir das trajetórias dos dois líderes acima referidos, que partamos daquela abordagem que Levi definiu como **biografia e contexto**. Dessa forma, podemos enfatizar as atuações de indivíduos destacados de seu meio ao passo que podemos compreender a ambiência social importante nas escolhas e posicionamentos desses chefes municipais. Importante compreender a ação desses indivíduos situando-os no interior de uma conjuntura social e política bem definida.

Ainda com Levi, lembremos que ele afirma que os estudos biográficos ressurgiram de forma mais complexa e menos lineares, pois as formações sociais são, por definição, mais complexa do que as de outrora e envolvem um não menos variado processo de formação das identidades que são por vezes contraditórias. Nesse processo interferem níveis de solidariedades distintos que

³¹¹ LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. Op. cit. pp. 174-177.

influenciam para se fazerem e se desfazerem as configurações sociais. Assim, importa perceber como os indivíduos se definem e se reconhecem em relação ao grupo ou à classe, de forma consciente ou inconsciente. Importa compreender que essas escolhas refletem uma certa ambigüidade no tocante às formas como os indivíduos se definem no processo de interação com o grupo e, com a realidade que o cerca³¹². Devemos buscar um itinerário, como afirmou Bourdieu, oposto ao linear, ao coerente e determinado.

Nessa perspectiva é que buscamos compreender como se movimentavam os chefes integralistas nos municípios interioranos do Ceará, a partir da trajetória de dois deles. Não fizemos uma biografia no estilo clássico, como esse gênero tornou-se mais conhecido, mas de traçamos os perfis dos dois líderes como elementos reveladores da dinâmica integralista nas realidades interioranas, reveladores das tensões de suas escolhas naquela dada realidade. A opção integralista na vida política desses jovens chefes municipais foi, assim como para os demais chefes municipais espalhados pelo território cearense, ao mesmo tempo uma atitude de acomodação frente aos processos políticos em curso e uma forma de se opor à política revolucionária instalada em 1930. Essa atitude é reveladora da ambigüidade freqüente em suas trajetórias, pois ao passo que esses líderes locais tiveram de lidar com a possibilidade de estabelecerem o retorno dos tradicionais grupos políticos interioranos ao poder, perdido com a Revolução de 1930, também tiveram que se valer do discurso revolucionário para se constituírem como lideranças políticas locais. A própria

³¹² LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. Op. cit. pp. 173.

ambigüidade do discurso integralista³¹³ caiu-lhes como uma luva para exercerem esse papel, para assumirem essa identidade.

O Integralismo no interior do Ceará, em particular, expressa em si a ambigüidade de lidar com o sonho de mudanças políticas, de um lado, e o desejo de conservação da cultura política vigente, do outro. O desejo de transformar, presente no discurso integralista e que orientou a ação política das chefias locais, talvez fosse muito mais impulsionado por fatores externos do que pela vontade desses mesmos chefes, pois a própria ambiência lhes exigia essa postura como forma de sobrevivência política ante uma sociedade em ebulição. Por esse mesmo motivo, tiveram que assumir discursos, até certo ponto radicais, contra uma cultura política reinante na qual eles próprios foram formados e dela defensores enquanto herdeiros legítimos das tradições políticas. A contradição reside no fato de que ao manterem a radicalização do discurso contra os métodos políticos que eram adotados antes da Revolução de 1930, esses chefes pretendiam manter as estruturas políticas, os canais que lhes garantiam elegibilidade, troca de favores, benefícios auferidos pelos cargos públicos, isto é, manter a essência daquilo que no nível discursivo criticavam. O Integralismo expressava, nessas sociabilidades, a interface entre o **velho** – criticado e execrado retoricamente – e o **novo** – galhardamente anunciado nos comícios e manifestações públicas.

³¹³ Nesse ponto me refiro aos principais documentos oficiais do movimento integralista que têm de lidar com o anúncio de transformações radicais e, no entanto, irão buscar na tradição do pensamento conservador nacional e, na aliança com os setores mais reacionários da política nacional, os caminhos de efetivação do chamado Estado Integral. Documentos como o *Manifesto de Outubro de 1932* e o *Manifesto Programa de 1936*, publicados pela Secretaria Nacional de Propaganda, traduzem bem essa ambigüidade. Outro elemento que bem traduz essa ambigüidade é o da cooperação entre as classes sociais, ponto nodal de toda práxis integralista. APERJ, Fundo: DESPS; Setor: Folhetos; Notação: 0008 e 0009.

Tratar o movimento integralista no interior do Ceará como portador das ambigüidades acima descritas, possibilita-nos penetrar nas individualidades dos chefes municipais capturando, assim, o motivo de suas escolhas e o desenvolvimento de solidariedade entre eles, bem como o processo de identificação com o Integralismo. Levi nos fala desse processo de solidariedade dos membros de certa configuração social como elemento que deve se sobressair para se traçar trajetórias³¹⁴. Nesse sentido a solidariedade dos chefes municipais do Integralismo interiorano primeiramente remonta à própria origem política desses indivíduos em suas sociabilidades, suas ligações com grupos políticos tradicionalmente estabelecidos nos poderes municipais e, por fim, a oportunidade que o Integralismo ofereceu-lhes, em parceria com o catolicismo social que estava na formação política e, moral, desses sujeitos, de intervir positivamente nesse processo. Possibilitou-lhes a oportunidade de saírem da condição de simples expectadores para a de representantes dos anseios da maioria dos populares em seus municípios, num período em que se exigia de todos, atitudes políticas claras contra o descaso em que essas municipalidades se encontravam.

Sabina Loriga afirma que hoje se percebe uma crise do heroísmo para os estudos biográficos, fato que não eliminou a necessidade de se estudar a ação dos indivíduos, mas que houve certo deslocamento do interesse no **grande homem** para o **homem comum**. Não obstante essa constatação, para a autora, a noção de homem ainda mantém-se aritmética, pois resta ao indivíduo apenas duas alternativas de ação em um determinado momento: desempenhar um

³¹⁴ LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. Op. cit. p. 173.

papel consciente e coerente ou então o de peão no tabuleiro de xadrez da necessidade. Portanto, devemos buscar a natureza descontínua e provisória do real, pois o que há de coerente é apenas a busca da unidade de sentido que enclausura a existência naquilo que Bourdieu chamou de a ilusão biográfica³¹⁵.

Nesse sentido, buscamos na atuação dos líderes integralista, antes e depois de suas passagens pelo movimento do sigma, esses elementos que identificam a descontinuidade de suas ações. Esses chefes tiveram, de um lado, que assumir posturas políticas agressivas que fossem de encontro à ordem estabelecida; do outro, essa postura se revestia apenas de um caráter meramente provisório de adequação às exigências políticas mais prementes para o período. No fundo, pretendiam, dentre outras coisas, não perder o controle sobre seus municípios naquela conjuntura municipal dos pós-1930.

Por fim, devemos levar em consideração que esses indivíduos, no alvor de sua juventude estavam tendentes a aderirem idéias e movimentos que de certa forma sacudiam a suposta normalidade política. Claro está que esses indivíduos de origem familiares ligadas aos grupos que mantinham forte inserção na história política dos seus municípios estavam acostumados tanto ao mando como às benesses dele auferidas, por força dessas circunstâncias estavam aptos a se inclinarem para o lado de movimentos e partidos de orientação conservadora. Suas origens cristãs, suas formações católicas, por excelência os impeliam para movimentos como o Integralismo. O fato de esses indivíduos terem abraçado as doutrinas e as práticas integralista nos permite falar de uma

³¹⁵ LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. Op. cit. p. 246.

adequação ao jogo político e também um de elemento que expressa a descontinuidade de suas trajetórias de vida e de suas trajetórias políticas.

A questão central para pensarmos na adesão desses jovens políticos que logo se tornaram chefes municipais do movimento integralista é: se essa era uma opção natural, devido a suas origens sociais? Ou se o Integralismo representou, em suas trajetórias políticas, uma ruptura em relação ao que havia de coerência em suas vidas, uma vez que dedicaram apenas alguns anos ao movimento do sigma.

As respostas a essas questões são por demais variadas, mas um elemento é preponderante para pensarmos a adesão ao Integralismo como uma daquelas experiências que, mesmo tendo exercido um influxo em suas vidas e em suas trajetórias políticas, representou apenas uma das formas de se harmonizar com as transformações por que passava a sociedade brasileira. Representou uma situação momentânea. Em suas trajetórias representou uma continuidade descontínua. A atitude da maioria deles após o fechamento da AIB atesta essa assertiva. Verificamos uma fuga para os demais partidos em formação, principalmente para o PSD. Quando Plínio Salgado voltou do exílio, procurou rearticular o Integralismo e os antigos integralistas em torno de uma nova sigla – Partido da Representação Popular – PRP – e a maioria desses antigos chefes municipais não o seguiu, pois já se encontravam absorvidos pelas disputas políticas locais em que os debates doutrinários, que tanto marcaram o Integralismo e contribuíram para seu crescimento, já não tinham lugar privilegiado como tivera durante os anos que se seguiram ao de 1930.

Essa foi a tendência quase que natural reservada aos ex-chefes municipais na seqüência de suas trajetórias políticas. Alguns poucos ex-integralistas, contrariando a essa tendência predominante, integraram as hostes do PRP, como Raimundo Aristides Ribeiro, eleito Deputado Estadual no pleito de janeiro de 1947³¹⁶ e Pio Sampaio, eleito Vereador, no pleito de 03 de março de 1950³¹⁷ e Deputado Estadual em 1958, ambas as eleições pelo PRP, diplomado 1959, pela Justiça Eleitoral do Ceará³¹⁸. Em Barbalha, Antônio Costa Sampaio foi eleito pelo mesmo partido nas eleições municipais de 1947³¹⁹. O novo partido criado por Plínio Salgado ainda elegeu três vereadores nas eleições municipais de 03 de outubro de 1958: Raimundo Rodrigues Pinto (Fortaleza); Manoel Leite Teixeira Filho (Juazeiro do Norte) e Antônio Carlos dos Santos Oliveira (Baturité)³²⁰.

O arrefecimento dos debates doutrinários a que nos referíamos pode ser explicado pela crescente desilusão e, a conseguinte frustração que se abateu sobre a militância interiorana com o Golpe de Estado de 1937 que colocou na ilegalidade o movimento integralista e, a quase completa debandada dos antigos chefes municipais em apoio à ordem legal então estabelecida. Na documentação que trabalhamos, originada da oralidade e dos livros de memória, é flagrante a decepção com o fim daquilo que representou para muitos um

³¹⁶ Relatório do presidente da Comissão eleitoral, José Pires de Carvalho, ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, 20 de fevereiro de 1947. Relatório TER-Ceará, 20/02/1947.

³¹⁷ . Relatório TER-Ceará, Eleições Gerais de 1950 – Seção de Estatísticas Eleitorais, 20/10/2003.

³¹⁸ FIUZA, Regina Pamplona (Coord). *PIO SAMPAIO, Memória*. Fortaleza: Expressão Grafia e Editora, 2004 p. 225.

³¹⁹ Relatório TER-Ceará, Eleições Municipais de 07/12/1947 – Seção de Estatísticas Eleitorais, 15/11/2007.

³²⁰ Relatório TER-Ceará, Eleições Municipais de 03/10/1958 – Seção de Estatísticas Eleitorais, 15/10/2007.

sonho, pois na concepção dos antigos militantes o Integralismo teria reunido condições concretas para atingir o poder e realizar o que, em seu discurso preconizava³²¹. O apoio da Igreja Católica e das autoridades políticas estaduais ao Golpe de Estado e, por conseguinte, a condenação p daqueles que ainda se movimentavam em defesa dos ideais do sigma, também influenciou para um lento e gradual processo de acomodação dos camisas-verdes em relação ao novo regime político³²². No entanto não devemos deixar de realçar que os setores mais exaltados e aqueles indivíduos que haviam aderido à doutrina e à prática integralistas por motivações mais ideológicas e menos por forças das circunstâncias, continuaram em atividade por todo Ceará³²³.

Essa forte tendência de acomodação entre os antigos líderes integralistas das comunas interioranas do Ceará reforça a idéia de que a adesão da maioria deles ao movimento do sigma deveu-se principalmente pela oportunidade que

³²¹ É corrente a idéia entre ex-militantes que com a decretação do Golpe de 1937, os Chefes Municipais, para não se comprometerem com as autoridades policiais, determinaram que se queimassem todos os vestígios que os ligassem ao Integralismo, ora colocado na ilegalidade. Entrevista com Cristóvão Maia Pitombeira – 02/01/1996, ex-militante integralista de Limoeiro-Ce, e, entrevista com Antônio Gondim Sampaio – 05/03/2005, ex-militante integralista de Barbalha, revelam essa tendência.

³²² *A aproximação entre a Igreja e o Movimento Integralista começou a se desfazer em 1937, quando foi implantado o Estado Novo. A partir desse momento o discurso assumido pela Igreja, e que se manteve até o final da década, foi de obediência às autoridades e de conservação da ordem política instaurada.* In. CHAVES, Niltonci Batista. “A sala verde está na ponta da escada”: as representações discursivas do *Diário dos Campos* a respeito do Integralismo em Ponta Grossa. In. Revista de História Regional; Vol 4 – no. 1 – Verão de 1999. Ponta Grossa: 1999; **10 de Novembro – Golpe**. São dissolvidos o Senado, a Câmara, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais. É promulgada uma nova Constituição Federal. O Governador Menezes Pimentel assegura integral apoio a Getúlio Vargas que funda o Estado Novo Nacional; **24 de Novembro** – Todos os governadores que apoiaram o Golpe de Estado de 10 de novembro são nomeados Interventores, inclusive o Dr. Francisco de Menezes Pimentel. In. MOTA, Leonardo. *Datas e Fatos para a História do Ceará*. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1959, p. 287 e 289.

³²³ De 1937 a 1944 ocorreram, em todo Estado do Ceará, prisões de pessoas envolvidas em atividades integralistas, mesmo após ser decretado ilegal o movimento do sigma. De acordo com os registros da DESPS, entre integralistas exaltados e perigosos; suspeitos de Integralismo; suspeitos de colaborarem com atividades nazi-fascistas totalizam 65 prisões. APERJ, Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta: 06; Dossiê: 01.

esse movimento representou naquele contexto de revitalização dos grupos políticos interioranos tradicionais que viram no Integralismo uma forma de voltar gradativamente aos antigos postos. Mas devemos reconhecer que o Integralismo só alcançou nesses espaços a projeção que teve graças a esses grupos. Partindo da idéia que o movimento da AIB desenvolvia de forma eficazes uma ampla propaganda e uma estratégia de ação, pois lidava com imagens de fácil inteligibilidade tanto para os seus militantes como para os populares de forma geral, aqueles grupos que tiveram à frente do Integralismo nos municípios do interior souberam transformar essas qualidades para mobilizar seus munícipes.

A trajetória política dos ex-chefes municipais não se encerra com a extinção do movimento. O que se encerra de fato é sua identificação doutrinária e política com Integralismo, pois irão militar nos novos partidos que surgirão com a reabertura política no pós-1945, principalmente no PSD³²⁴. Independente da opção política dos ex-chefes após o fechamento da AIB importa-nos compreender como o Integralismo influenciou em suas trajetórias políticas e também como influenciou para manter uma relação de fidelidade com essa massa eleitoral que lhes garantiu mandatos eletivos.

Quanto as trajetórias específicas de Franklin Chaves e Pio Sampaio, buscaremos individualizá-las para recompô-las no contexto em que se inscreveram, comparando entre si e, nalguns aspectos quando possível, à

³²⁴ Aqui fazemos algumas observações. No Ceará os integralistas e aliados, ligados às forças conservadoras, tenderam a ingressar no PSD, ao passo que os seus adversários, ligados à influência dos Távoras tenderam a ingressar na UDN. Diferindo do comportamento mais comum daquele que vinha ocorrendo noutros centros políticos, no Ceará os que levantaram a bandeira da Revolução de 1930 nidificaram na UDN e seus opositores no PSD.

trajetória de outros chefes municipais. Dessa forma, nos foi possível desenhar um perfil do Integralismo no interior do Ceará, fazendo aflorar suas especificidades em relação às feições que adquiriu noutra plagas brasileiras. A idéia é que o Integralismo no Ceará teve suas especificidades em relação a outras formações sócio-históricas, não pela sua proximidade com o movimento operário cearense, como defende a maioria dos interpretes do movimento integralista nesse estado, mas por ter sido o braço e / ou o guarda-chuva político que serviu de abrigo aos descontentes com os rumos da Revolução de 1930 no interior do Ceará.

4.3 – As trajetórias políticas de Franklin Chaves e Pio Sampaio.

A-) Franklin Gondim Chaves: um Coronel Integralista?

Uma das personagens de maior destaque do movimento integralista no interior do Ceará foi sem dúvida Franklin Gondim Chaves, Chefe Municipal de Limoeiro que ao lado de Pio Sampaio, Chefe Municipal de Barbalha, ocupou funções importantes na estrutura interna do movimento do sigma inclusive por ter tomado assento na Câmara dos Quatrocentos, espécie de parlamento integralista fundado em 1936³²⁵. Destacou-se também pela projeção política que

³²⁵ Sobre a Câmara dos Quatrocentos assim como as demais instancias da estrutura organizacional do Integralismo ver: TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2a. Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p. 179-196.

granjeou no pós-Integralismo, tanto em cargos eletivos como em funções importantes em órgãos da administração pública estadual³²⁶.

A documentação, entretanto, é lacunar quanto a atuação dos dois chefes municipais cearenses na corte integralista, no entanto, a escolha desses dois ativos militantes integralistas é, para as reflexões que se está empreendendo, indiciária para pensarmos a atuação dos setores das elites políticas locais no tocante aos rumos do movimento da AIB no interior do estado bem como para pensarmos suas características peculiares. Não devemos esquecer que o movimento tanto em Barbalha, como em Limoeiro tiveram efeito irradiador para os municípios vizinhos em suas respectivas regiões, fato importante para explicarmos a ascensão desses chefes no interior da estrutura integralista.

Voltando à trajetória de Franklin Chaves, convém realçar que descendia de uma família tradicionalmente envolvida na dinâmica política municipal de Limoeiro, envolvimento este que remontava aos tempos anteriores à criação do próprio município em fins do século XIX e que se entendeu para além do limites balizares desse trabalho. Ressaltemos, portanto, que se a influência política dessa se não se faz sentir atualmente, do ponto de vista de definir os rumos políticos municipais como fizera outrora; seus efeitos são perceptíveis na edificação da memória histórica predominante nessa comuna e, suas marcas estão presentes nos logradouros públicos e particulares da atual Limoeiro do

³²⁶ Recentemente, por ocasião das comemorações familiares do centenário de nascimento de Franklin Gondim Chaves, sua filha, Eunides Maria Maia Chaves publicou em folheto momentos da trajetória política do seu pai. Ver: CHAVES, Eunides Maria Maia. *Centenário do Nascimento de Franklin Gondim Chaves (10.02.1908 – 10.02.2008)*. Fortaleza: Mimeo, 2008.

Norte³²⁷. O bafio que emana dessa tradicional influência se faz sentir em pensamentos e comportamentos políticos atuais e, ainda impregna a cultura política nas sociabilidades predominantes nessa municipalidade.

Franklin Chaves foi ao mesmo tempo herdeiro e continuador dessa cultura política prevalecente nos municípios interioranos do Ceará. Essa cultura política predominante nos espaços municipais interioranos deve ser vista em sua relação com a dinâmica política mais geral que era praticada em todo estado, quiçá, em todo Brasil. Importante salientarmos que nosso foco dirige-se aos pequenos núcleos urbanos interioranos na década de 1930, portanto, devemos considerar que as marcas dessa cultura política não estão restritas a esses espaços e tampouco àquela época. No entanto, devemos por em relevo que nessas formações sociais encontramos a expressão mais aguda do que se convencionou denominar de práticas coronelísticas e clientelísticas.

Importante levarmos em consideração que a opção integralista desses líderes interioranos acenava para uma possível ruptura com o passado político de seus municípios, no entanto, essa opção foi ao mesmo tempo, uma forma de sobrevivência aos impactos políticos oriundos das transformações ocorridas com a Revolução de 1930 – por mais superficiais que elas tenham sido – e parte de suas estratégias de reaproximação e de reconquistas gradativas das antigas

³²⁷ A toponímia do município de Limoeiro se altera para Limoeiro do Norte, no ano de 1943 pelo Decreto Lei N.º 1.114 de 30/12/1943, em que os municípios haveriam de se distinguir dos seus homônimos e, para não se confundir com outro Limoeiro, o de Pernambuco, incorporou ao seu topônimo a referência ao Norte, pois o outro se encontra mais ao Sul daquele. Dessa forma, quando tratarmos dos acontecimentos anteriores a essa data referir-nos-emos ao topônimo Limoeiro e, dos acontecimentos posteriores a mesma data, à Limoeiro do Norte. O referido município fora fundado em 30 de Agosto de 1897, pela Resolução Nº 364. Ver. UCHOA, Valdir Ribeiro. *Conselhos de Intendência do Ceará*. Fortaleza: Premium, 2005, pp. 100-101; e SANPAIO, Dorian. *Municípios do Ceará*. 4ª. Edição, Fortaleza: Stylus Comunicações, 1987 pp. 93-94 e 162.

posições políticas. Devemos, assim, ver em Franklin Chaves um sujeito que incorporou as incertezas de sua geração no tocante ao futuro político de seu grupo, ao mesmo tempo sem perder por completo o controle da situação política municipal, pois o Integralismo oferecia o discurso mobilizador de uma sociedade local irrequieta com sua tradicional posição de alijamento político e ora colocada em posição de combate. Uma sociedade desejosa de participação, algo que o movimento da AIB pode oferecer-lhes, pois as antigas siglas políticas não poderiam fazer sequer do ponto de vista discursivo devido à sua imediata identificação com o regime derrotado em 1930.

Os chefes integralistas interioranos ocuparam bem o espaço aberto com o descrédito das lideranças políticas durante os acontecimentos de 1930. Devemos considerar que a partir daquela data havia certa desconfiança das populações locais para com os que tradicionalmente exerciam o mando no município. Daí o chefe integralista, geralmente um indivíduo mais jovem, veio a ocupar esse espaço no intuito de garantir a continuidade política, enquanto mantinha um discurso de ruptura com o passado. No entanto, as fidelidades políticas se mantiveram praticamente intactas principalmente no tocante à aliança dos grupos que atuavam nos espaços municipais. Franklin Chaves, chefe municipal do movimento integralista de Limoeiro, como já afirmamos, descendia de uma família com expressiva atuação política em situação de mando naquele município que após os acontecimentos de 1930 figurou como um dos mais importantes membros daquele clã político, posição que manteve por longos anos após o fechamento da AIB.

Franklin Gondim Chaves, filho de Sindulfo Serafim Freire Chaves e de Dulcinéia Gondim Chaves, nasceu no dia 10 de fevereiro de 1908, no Sítio Bom Futuro, onde hoje se localiza o Bairro Damas, em Fortaleza, que nessa época pertencia ao distrito de Porangaba, atual Bairro Parangaba.³²⁸ De acordo com sua entrevista concedida ao NUDOC/UFC, seu pai fora agro-pecuarista naquela referida localidade aonde nascera e sua mãe fora professora na escola primária Dona Alzinda Santos, no Bairro Damas, onde estudara, no início de sua curta vida escolar, pois aos 15 anos, por volta de 1923, após concluir os estudos primários e por uma breve passagem pelo Colégio Cearense (Congregação dos Irmãos Maristas), parte rumo ao município de Limoeiro para trabalhar numa casa comercial de propriedade de seu irmão mais velho José Gondim Chaves.

Sua família atuou em mais de uma atividade econômica, tanto em Limoeiro como em Fortaleza, principalmente naquelas mais comuns aos clãs interioranos: a agricultura conjugada com o comércio, na sua acepção extensiva, pois uma, em muitos casos, dependia da outra. Nas condições edafo-climáticas dos sertões e várzeas nordestinos, marcados pelas irregularidades pluviométricas, a agricultura se apresentava com uma atividade instável e, sazonalmente, recorriam-se às atividades extrativas. No caso das várzeas jaguaribanas, à extração da palha e ao conseguinte beneficiamento da cera de carnaúba e, no final dos invernos, à colheita do algodão. A família Chaves atuou tanto na atividade extrativa da cera de carnaúba, como o beneficiamento do caroço do algodão para extração de óleos, consorciados com a atividade comercial que se diversificava com a venda de gêneros diversos aos munícipes,

³²⁸ NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

tais como: tecidos, querosene, ferragens e outros gêneros indispensáveis à sobrevivência no espaço municipal, à época predominantemente rural.

Interessa-nos, sobretudo, destacar a descendência de Franklin de clã eminentemente político. Seu pai, Sindulfo Chaves, pertencia a uma família originária da região Jaguaribana, mas com atuação política que se estendia para além de suas fronteiras. Isso o mantinha em contato com os grupos políticos na capital do estado e bem próximo do centro do poder político-administrativo. Apesar de residir longo período nas imediações de Fortaleza, não devemos menosprezar sua atuação direta nos assuntos políticos do município de Limoeiro, pois se não se fazia presente nalguns momentos, fazia-se representar por uma plêiade de familiares e de seguidores fiéis em defesa dos interesses políticos de sua família e de seu grupo. Há muito tempo a família Chaves controlava o cartório de ofício que, naquele contexto, interferia diretamente nos resultados eleitorais, uma constante durante a Primeira República.

Sobre a relação do cartório de ofício com as atividades políticas que garantiam à família Chaves o controle das ações políticas no âmbito do município e ao mesmo tempo funcionava como um instrumento de injunções políticas frente a escol política estadual, assim se refere um memorialista de Limoeiro do Norte:

Já assumiam posições políticas. Primeiro que tudo em consequência do cartório, cartório de registro civil, primeiro cartório, que ainda hoje é dos Chaves, que aquilo foi uma injustiça. Primeira injustiça cometida em Limoeiro, tá

escrito ali no livro do Lauro³²⁹. O padre, cônego Bessa que se tornou político, foi deputado provinciano, então foi criado o primeiro cartório, ali o livro dá todas as... e então foi feito um concurso. Bem, aí então apareceu um concurso, fizeram esse concurso dois cidadãos que não eram aqui de Limoeiro, um era pernambucano (...), pois bem, e aí então escrevia muito bem e o co... Serafim Tolentino Freire Chaves. O João Anselmo tirou o primeiro lugar, mais o deputado cônego Bessa, perdeu a eleição no estado, para agradar o governador nomeou o Serafim, indicou o nome do Serafim, deixando o nome do correligionário, que ele era correligionário dele para... Temeu que ele levasse o nome do João Anselmo para o primeiro cartório... quis agradar o governador indicando um nome do correligionário do governador, que era o Serafim, e esse cartório vem passando de mão em mão na família Chaves e ainda hoje está.³³⁰

O 1º. Tabelião Público de Limoeiro – cargo vitalício – nomeado pelo Decreto Imperial de 28 de Fevereiro de 1874 foi Serafim Tolentino Freire Chaves, avô paterno de Franklin Chaves. Essa era uma função muito importante naquela conjuntura, pois se constituía uma possibilidade concreta de estabelecer o controle político de uma dada municipalidade. Em parceria com as demais autoridades políticas e eclesiásticas locais, os populares eram mantidos

³²⁹ LIMA, Lauro de Oliveira. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza:Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

³³⁰ Francisco Clodoveu Vidal, 76 (15/03/2001).

numa posição de dependência de um serviço especializado e, portanto, numa condição de inferioridade e de dívida política que era cobrada no momento de organizarem-se as eleições municipais. Posição que a família Chaves soube bem capitalizar em proveito próprio.

Antes, porém de avançarmos na análise da trajetória de Franklin e da importância da atuação política de sua família na definição dessa trajetória, convém salientarmos que o tema envolvendo as relações familiares é de fundamental importância para compreendermos as sociabilidades e a dinâmica política das comunas interioranas. As relações familiares funcionavam como o fio condutor, como o elemento de coesão e de controle da situação política nessas espacialidades – não somente nas conjunturas anteriores à da Revolução de 1930, mas também depois. Apesar de toda crítica desferida contra essas práticas por ocasião dos acontecimentos de 1930, devemos considerar que elas permaneceram vivas por demais na reorganização dessas forças políticas interioranas no pós-1930. Elas permeavam quase que indistintamente as agremiações políticas em atuação no período, no entanto, se apresentava de forma mais contundente nas agremiações ligadas à LEC, como foi a AIB.

Quando indagado se sua família desenvolvia algum tipo de atuação política, Franklin Chaves respondeu:

Se tem algum tipo? Desde o meu avô, tanto por parte de pai como por parte de mãe. Vamos contar essa história. Mais por parte de pai, meu avô era chefe político no interior, em Limoeiro foi chefe político muitos anos. Homem muito

pacato, muito sensato, ele era tabelião em Limoeiro, meu avô era filho do município de Aracati, Serafim Tolentino Freire Chaves, ele filho de Aracati. Casou-se e veio para Limoeiro e se fez tabelião e chefe político. O meu tio Leonel Chaves foi Deputado, Deputado Estadual e outro tio professor; dois tios padres³³¹, Padre Climério Chaves foi vigário de Caucaia, foi diretor da Escola Normal aqui em fortaleza. [...].

Bom, o meu tio era bacharel, era político, atuou na política muito tempo no governo Accioly, do comendador Accioly...³³²

Franklin Chaves assim se referiu à atuação política do seu pai, tanto em Limoeiro como em todo estado do Ceará, durante o período da Primeira República:

[...] o meu pai não era formado, era um homem simples, mas muito político, era o mais político da família. Papai vivia mais para a política do que para tudo. Então ele vivia para o Accioly, Manoel Sátiro e vários políticos daquela época. Depois eles, não sei por que razão, porque eu era

³³¹ Os dois tios padres, irmãos de seu pai, portanto, filhos de Serafim Tolentino Freire Chaves e de D. Maria Joana Chaves, aos quais se refere o autor eram Climério Chaves e Odorico Chaves. Ver: BESSA, Pompeu Bezerra, Dom. *A antiga freguesia de Limoeiro: notas para a sua história*. Fortaleza: Premius Editora, 1998, pp. 84-85 e 182. Leonel Serafim Freire Chaves, seu tio foi Deputado Estadual na Legislatura 1915-1916. Ver: VASCONCELOS, Elmo. *O Paço da Assembléia e a vida parlamentar cearense de 1871 a 1977*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1977, p. 49-50. Nas memórias da família (CHAVES, Eunides Maria Maia. Op. cit.) consta que seu avô paterno Serafim Tolentino Freire Chaves tenha sido Deputado Estadual, no entanto, não encontramos nenhum outro registro ou referência sobre o assunto, inclusive não consta nas relações do livro de Elmo Vasconcelos.

³³² NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

muito criança, eles se afastaram dos Accioly, e se incorporaram posteriormente ao grupo que combatia os Accioly, que trouxe para o Ceará o Franco Rabelo. Porque o Franco Rabelo assumiu e foi um desastre. Então eles tiveram que romper com o Franco Rabelo³³³. Veio então Padre Cícero, de lá e tal. Papai então era político de muita evidência e foi nomeado naquele tempo Intendente, que era no lugar de prefeito, foi no lugar do Prefeito de Porangaba³³⁴, 1914-1915[...].³³⁵

Observamos que Franklin Chaves fora forjado num ambiente profundamente marcado pela atividade política, essa entendida e praticada com os códigos disponíveis à época. Vejamos que a sua infância e a sua juventude coincidem com o auge do regime político oligárquico no Ceará, não obstante um instante de rompimento como o que ocorrera em 1912 com a ascensão de Cel. Marcos Franco Rabelo ao poder e a conseqüente crise da chamada **oligarquia aciolina**. No plano nacional, essa crise oligárquica também ocorrera quando da denominada **política salvacionista** de Hermes da Fonseca em 1914 que pôs em xeque o equilíbrio da **política dos governadores**, em curso desde o governo de Campos Sales, no início do século XX.

³³³ Sobre a deposição do governador do Ceará Antônio Pinto Nogueira Acioli, em 1912 e a conseqüente ascensão do Coronel Marcos Franco Rabelo e os acontecimentos da Sedição de Juazeiro, ver dentre outros: RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Juazeiro e Caldeirão**. SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 358-362.

³³⁴ Parangaba foi criado como município ainda no Período Colonial, em 1759. Ver: SAMPAIO, Dorian. *Municípios do Ceará*. Op. cit. p. 159.

³³⁵ NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

Com base na própria fala de Franklin Chaves, devemos aludir que a fidelidade – um elemento importante para pensarmos as interações políticas – dos membros da família Chaves aos grupos políticos em disputa no estado do Ceará era bastante efêmera, movia-se, portanto, ao sabor dos seus interesses, quer na seara municipal onde estava em jogo a sobrevivência política e a tradicional posição de mando exercido no município e na região jaguaribana, quer noutras esferas onde poderia auferir vantagens. Advirtamos que essa postura não era exclusiva de seu grupo político ou de sua família, mas uma constante na frágil estabilidade que representava o estado de compromisso que orientava a política coronelística, principalmente, no que poderíamos indicar como a ponta final desse complexo sistema, pois os votos que legitimavam o frágil sistema representativo da liberal-democracia se encontravam nos municípios.

Esse modelo político que antecede a Revolução de 1930 foi narrado por Franklin Chaves da seguinte forma:

[...] porque a última eleição que houve, foi uma vergonha a apuração dos candidatos todos. O sujeito não tinha condições, não havia hipótese de você se eleger contra o governo. Não havia. Não tinha nem graça. Apuravam tudo, as eleições eram feitas a bico de pena, e eu vou contar um fato. O meu tio, esse meu tio era um homem bondoso e tal,

mas tabelião lá do sertão, da equipe dos chefes.³³⁶ Fazia aqui então os livros para eleição, ele era o tabelião e era o encarregado do cartório e os livros iam pra ele. Então as eleições eram feitas a bico de pena, quer dizer, já há quinze dias antes da eleição meu tio começava a chamar: “fulano assina aqui” e os sujeitos assinava quatro cinco nomes de eleitor modificando a letra do eleitor, eu mesmo tinha que fazer isso, dizia: “Franklin assina aqui o nome”, eu peguei e assinei bem uns. A eleição foi feita bem com quinze dias de antecedência³³⁷.

Na seqüência da entrevista Franklin continuou narrando esses episódios acerca das eleições no município de Limoeiro que afirmamos, podemos encontrar nos demais municípios da região e do interior do Ceará³³⁸. Os episódios narrados são do seu próprio conhecimento e revelam ter tomado parte nesses fatos, embora para minimizar sua importância faça questão de destacar que ainda era muito jovem naquela oportunidade, o que não deixa de ser verdade. Importa destacar que esses episódios expressavam o ambiente político

³³⁶ Refere-se a Francisco Celestino da Costa, casado com uma irmã de Sindulfo Serafim Freire Chaves, tia de Franklin Chaves. Francisco Celestino fora prefeito de 1912-1914. Ver. LIMA, Lauro de Oliveira. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza: Assis Almeida, 1997, p. 385.

³³⁷ NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

³³⁸ Sobre os episódios acima narrados por Franklin Chaves, é importante destacar os livros de Ata que consultamos no município de Morada Nova – região jaguaribana – datados do início do século (1900-19020) em que aparecem os dados das eleições para Vereadores, Deputados Estaduais, Presidente e Vice-Presidente da República. Os dados sobre as eleições para Deputado Estadual são no mínimo curiosos e também são indiciários das eleições viciadas que eram praticadas no período, todos os candidatos sufragados receberam exatos 76 votos. Das eleições presidenciais, existem três atas diferentes, portanto com dados diferentes, fruto de retificações. Da eleição de vereadores, aparece uma segunda ata retificando a primeira. Livro de Atas da Câmara Municipal de Morada Nova; 1900-1902.

onde Franklin foi formado, do qual soube apropriar-se muito bem sem, no entanto, pretender modificá-lo. Nesse sentido, podemos afirmar que nesse particular ele tinha a clara consciência de seu papel no interior do jogo político, das interações possíveis, pois jogava de acordo com as regras que se lhes eram oferecidas.

A trajetória política de Franklin Chaves se iniciou com sua militância no movimento da AIB, trazia consigo as marcas impressas pela convivência em meio às práticas políticas corriqueiras e os interesses familiares ditavam-lhes as escolhas. Franklin tinha a clara noção do que representava os acontecimentos que envolviam a Revolução de 1930, principalmente no tocante a ameaça dos interesses de seu clã político. A Revolução de 1930 não os desalojou por completo, mas minou suas bases, devido à ampla campanha desencadeada contra as práticas políticas fartamente adotadas por seu grupo.

Nesse sentido, Franklin narrou sobre os episódios de 1930 e buscou interpretá-los. Primeiramente se referindo à passagem dos tenentes por Limoeiro, indo em direção a Cajazeiras, na Paraíba, para aonde havia sido transferido o 23^o. BC. A região jaguaribana fica a meio caminho entre Fortaleza e Cajazeiras. Perguntado sobre quais as mudanças que a Revolução de 1930 trouxe para o Ceará, respondeu:

Trouxe muitas. A revolução, como toda revolução, tem seus excessos, tem seus erros, mais eles, por exemplo, trouxeram o voto secreto. Primeira eleição com voto secreto [...]. Então a revolução, ao meu ver, teve esse grande mérito.

Primeiro levantou uma mocidade bem intencionada. Ninguém estava preparado para aquilo. Porque foi mais um golpe militar do que uma revolução. A nação não estava preparada para aquilo, e mais, de qualquer maneira, foi um impulso, foi uma manifestação de mocidade, de reação no bom sentido. Muitas coisas eles não atingiram o objetivo, não tinha condições mesmo de levar à frente tudo. Mas ficou essa parte do voto secreto, as eleições começaram a ser honestas. Eu me lembro que logo depois dessa situação houve a primeira eleição para prefeito lá em Limoeiro o José Chaves se candidatou e sobrepujou o outro candidato³³⁹.

Alguns elementos da fala acima são reveladores de sua postura política. Quando Franklin destaca o fato de a Revolução de 1930 ter se tratado de um arroubo de jovens idealistas que sonhavam com um Brasil livre de um sistema político deturpado e que não haviam conseguido, no total, seus intentos por não haver condições objetivas para tanto, ele busca identificar suas escolhas no passado com as escolhas daqueles dos jovens. Ele próprio, um jovem idealista e sonhador, por isso ingressou no Integralismo. Ao afirmar que os revolucionários não tinham condições de implementar tudo o que queriam, deixa implícito que não poderiam concretizar sem recorrer aos grupos políticos tradicionais, que mantinham uma força considerável, mesmo após a Revolução. O voto secreto foi apenas um elemento do projeto revolucionário destacado por

³³⁹ NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

Franklin, talvez pelo fato de atingir diretamente um dos recursos mais utilizado pelos grupos políticos coronelísticos no tradicional esquema que mantinham para permanecer no poder. A adoção do voto secreto, naquele contexto, talvez não representasse uma grande transformação, pois as articulações em todo das fidelidades eleitorais continuavam a ser um instrumento de controle dos populares e, por conseguinte, de ascensão ao poder político no estado, sobretudo, nas sociabilidades políticas dos municípios do interior.

Foram esses elementos de uma cultura política prevalecente nessas municipalidades os orientadores da atuação de Franklin Chaves e de tantos outros líderes integralistas interioranos, forjados que foram no sistema de compromisso, de pessoalização das relações políticas e de desprezo aos critérios racionais / formais defendidos, cada qual ao seu modo, tanto pelos grupos identificados com os revolucionários de 1930, como pelos integralistas. Na própria constituição dos núcleos integralistas interioranos percebemos a articulação dos elementos dessa cultura política prevalecente, pois em torno dos seus fundadores estavam os antigos aliados no jogo político municipal.

Retomando a trajetória de Franklin Chaves, no ano de 1928³⁴⁰, portanto com vinte anos de idade, funda em Limoeiro, o Circulo dos Operários e Trabalhadores Católicos São José, que havia se espalhado por todo o Ceará a partir do ano de 1915, data da fundação em Fortaleza do primeiro Círculo

³⁴⁰ Nesse mesmo ano, no dia 03 de janeiro, ele se casa com Maria Consuelo Maia Chaves, advinda do vizinho município de Morada Nova, com quem tem 09 filhos NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

Operário Católico no Ceará³⁴¹. O Círculo Operário conjuntamente com a União dos Moços Católicos e a Liga Eleitoral Católica, organizações as quais Franklin Chaves tomou parte, foram embrionárias da organização do núcleo da Ação Integralista Brasileira naquele município. Observamos, nesse mister, uma certa coerência na atuação de Franklin, devido a familiaridade de princípios doutrinários que envolviam essas organizações, todas chanceladas pela Igreja Católica no Ceará a partir da ação decisiva do arcebispo de Fortaleza Dom Manoel da Silva Gomes.

A militância de Franklin Chaves não pode ser vista de forma descolada da atividade política de toda sua família e tampouco dos fluidos políticos de sua época, que lhe serviram de aprendizado e o guiaram ao longo de sua trajetória. Esses fluídos são aqueles da cultura política oligárquica que absorveu e praticou enquanto exerceu funções políticas no âmbito das instituições públicas, quer através dos cargos eletivos, quer através dos cargos a ele confiados. As características do coronel lhe caíam muito bem, principalmente aquela do agenciador de uma comunidade de eleitores, o qual em troca dos votos que

³⁴¹ Sobre os Círculos Operários Católicos no Ceará, Jovelina Silva Santos aponta que em 1928 foram fundados na região jaguaribana os Círculos de Limoeiro e Aracati. Não tendo, segunda a autora como precisar, devido às lacunas apresentadas pela documentação, os primeiros anos dessas agremiações pelo interior, afirma que elas tiveram uma vida efêmera e, no caso de Limoeiro e de outros municípios jaguaribanos, foram recriados com toda força a partir de 1941, pela ação pastoral do 1º. Bispo da Diocese de Limoeiro, Dom Aureliano Matos. Ver: SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: "instruindo, educando, moralizando" (1915-1963)*. Fortaleza: Edições NUDOC/UFC, 2007, p, 71 (Coleção Mundos do Trabalho).

garantia a eleição de candidatos à esfera federal do poder, recebia apoio para garantir-se na esfera estadual³⁴².

Sua família ocupara posições importantes no cenário político do município de Limoeiro, pois além das já mencionadas atividades políticas do seu pai durante os governos de Nogueira Acioli e de Franco Rabelo, bem como na Intendência em Parangaba, lembramos ainda que o Cartório do Primeiro Ofício do município, vinha por herança nas mãos de seu clã e durante a década de 1930, encontrava-se em poder de sua irmã Judite Chaves. Dona Judite, como era chamada, fora o seu braço direito na organização do núcleo municipal da AIB em Limoeiro e também grande articuladora política de suas futuras campanhas vitoriosas à Assembléia Legislativa estadual.

Seria precipitado afirmar que durante os acontecimentos de 1930 o prestígio da família Chaves tenha sido totalmente abalado. Entretanto o fato de ser aliada do governador deposto José Carlos de Matos Peixoto e, por conseguinte, serem adversários dos que conduziram esses acontecimentos no Ceará, os Távoras, na pessoa de Fernandes Távora, de imediato, seus adversários diretos puderam granjear alguma importância. Foi por exemplo o caso da família Oliveira, tradicional adversários dos Chaves, que teve

³⁴² Este conceito merece ressalvas, pois traz consigo muitos significados. Os trabalhos clássicos no assunto identificam o coronel com o proprietário rural, mas também aponta para os agentes dos pequenos núcleos urbanos que funcionam no intuito dar continuidade ao modelo mais tradicional, o espaço municipal é, por excelência o lócus da política coronelística. Ver: LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, pp. 3978. Para outros autores esse fenômeno não desapareceu do cenário político nacional, mas se metamorfoseou-se diante do processo de industrialização e urbanização ocorrido no Brasil da segunda metade do século XX. Ver: CARVALHO, José Murilo. *As metamorfoses do coronel*. In. Política e Democracia – Revista de Política e Cultura. No. 1, Jan./Abr., Brasília/DF: Fundação Astrogildo Pereira, 2001. Sobre esse fenômeno na política interiorana no Ceará, ver trabalho de MACEDO, Joaryvar. *Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990. (Coleção Alagadiço Novo).

Melquíades Oliveira indicado para Interventor Municipal. Os acontecimentos de 1930 apenas repercutiram para os tradicionais mandatários locais na medida em que passaram a expor as práticas políticas que adotavam e lhes davam sustentação e, dessa forma, os colocavam em desacordo com os rumos que se abriam para o Brasil e com aquilo que desejava grande parcela da população em todo o país. Para as populações dos municípios do interior cearenses não foi diferente, pois o discurso que se produziu e se reproduziu nesse período acenava para a modernização das instituições políticas e para progresso econômico, discurso esse encampado pelos revolucionários e isso colocava momentaneamente aqueles grupos identificados com as práticas políticas coronelísticas em posição de desvantagem ante o que se anunciava. Mesmo assim, os membros da família Chaves e seus seguidores não deixaram de comparecer a nenhuma manifestação cívica ocorrida no município em favor do novo regime, numa clara postura de sobrevivência aos acontecimentos correntes³⁴³. A exemplo do que ocorrera no episódio da deposição dos Acioli, o clã soube manter uma postura política de sobrevivência e a expressão mais clara dessa postura talvez tenha sido a organização do movimento integralista, mesmo que isso, do ponto de vista político eleitoral não lhe tenha rendido resultados imediatos; proporcionou ao grupo a manutenção do controle sobre os populares naquela nova conjuntura.

³⁴³ Duas sessões extraordinárias convocadas pela Câmara de Vereadores e, pelo Executivo municipal, a primeira sessão, ocorrida no dia 14/01/1931, para a participação dos munícipes no plebiscito de aclamação do Capitão Juarez Távora à patente de General de Brigada do Exército Nacional; a segunda, no dia 13/05/1931, para aposição dos retratos, naquela Casa, de Juarez Távora e Fernandes Távora, símbolos da luta contra o regime oligárquico no Norte / Nordeste e, no Ceará, respectivamente. - *Livro para registro das atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte - Ce, durante o período de 30/05/1929 à 24/07/1935.*

Apesar da relativa influência da família Távora no cenário nacional através de Juarez Távora, no Ceará, a reorganização das forças políticas reacionárias sob a direção da LEC e das agremiações chanceladas pela Igreja Católica proporcionou aos membros Chaves, em Limoeiro, um gradativo retorno às posições que assumiam anteriormente. Durante a Era Vargas, Sindulfo Serafim Freire Chaves, pai de Franklin Chaves, foi Interventor Municipal entre 1933 e 1934. Seu irmão mais velho, José Gondim Chaves foi também Prefeito em 1936³⁴⁴, eleito pela LEC e ficou até 1937, quando renunciou³⁴⁵. Seu cunhado, casado com sua irmã Judite, Custódio Saraiva de Meneses, foi prefeito em duas oportunidades, de 1935 a 1936 e de 1937 a 1945. Seu pai retornou à prefeitura, durante poucos meses, em 1945, após a queda de Getúlio Vargas³⁴⁶.

Em 1936, Franklin Chaves foi eleito vereador pela Ação Integralista Brasileira – AIB – eleição ocorrida em 29 de Março. No mesmo pleito, seu irmão, José Gondim Chaves foi eleito Prefeito municipal pela Liga Eleitoral Católica – LEC³⁴⁷. Apesar de terem sido eleitos por siglas diferentes, destacamos que essas se confundiam, pelo grau de interpenetração de seus princípios doutrinários e de atuação de seus membros. Como vereador, assumiu a presidência da Câmara Municipal de Limoeiro e como presidente daquela Casa, na segunda sessão, a 18 de junho do mesmo ano, Franklin Chaves pediu para ler um documento publicado pela Ação Integralista Brasileira, do qual fora

³⁴⁴ CPDOC/FGV. JT dpf – 1932.06.03. Pasta: VI, p. 10A.

³⁴⁵ Sobre a renúncia de José Gondim Chaves, ver NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

³⁴⁶ LIMA, Lauro de Oliveira. *Na Ribeira do Rio das Onças*. Fortaleza: Assis Almeida, 1997, p. 385.

³⁴⁷ Nas eleições municipais de 29 de Março de 1936, no município de Limoeiro, o prefeito eleito pertencia a LEC; dos 07 vereadores que se elegeram, 03 pertenciam ao PSD; 02 à AIB; e 04 à outras agremiações que não são indicadas pela documentação. CPDOC/FGV. JT dpf – 1932.06.03. Pasta: VI, p. 10A.

signatário, e através de votação fez com que o mesmo documento fosse transcrito em ata. O documento tratava-se, na verdade, de material lançado pelo Conselho Provincial do Integralismo no Ceará com vistas à campanha municipal de 1936, para orientar o eleitorado cearense no processo de escolha dos seus representantes municipais³⁴⁸. Concluímos, a despeito de outros indícios, que o referido material tenha servido de base para a campanha eleitoral e o cerne do discurso dos candidatos integralistas e lecionistas no município de Limoeiro em 1936 e, por conseguinte, viria a servir de base para a campanha à presidência que se aproximava. Não temos meios de verificar a relação direta do referido documento com o resultado das eleições municipais daquele ano. Entretanto, o fato de em Limoeiro o prefeito eleito pertencer à LEC e de o Integralismo ter elegido dois vereadores nos leva a concluir que o discurso integralista encontrou nesse contexto local um ambiente propício para se disseminar. Não devemos desconsiderar também que as alianças de bases familiares que geravam certas fidelidades possam ter influenciado nesse processo, assim, o fato de os membros da família Chaves pertencerem a uma ou a outra sigla político-eleitoral pouco influenciaria no resultado. Porém o Integralismo era a agremiação que melhor sintetizava o pensamento e a ação dos grupos reacionários no desejo da retomada de posições, pois oferecia o discurso da modernização, não no sentido da ruptura com o passado, mas de aprofundamento e sintonia com as nossas tradições e vocações políticas, econômicas, culturais e religiosas.

³⁴⁸ *Livro para registro das atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte - Ce, durante o período de 17/06/1936 à 24/07/1937.*

Sobre seu ingresso no mundo político, Franklin Chaves atribui grande importância ao papel exercido pelos seus familiares nesse mundo que para ele era fascinante. Sobre sua adesão ao Integralismo e sua eleição para vereador pela sigla da AIB assim se referiu:

[...] Eu menino, rapazinho, por isso que eu digo que fui sempre criado nesses ambientes políticos, mas fui para o sertão, empreguei-me lá com meu irmão, me dediquei ao comércio, essa coisa e tal e fiquei cuidando da minha vida. Meu irmão tinha quase que um bazar, tinha uma loja de fazenda, miudezas, ferragens, calçados, chapéu. Naquele tempo uma loja tinha todas essas utilidades, o comércio lá era muito pequeno de maneira que ele tinha um sortimento completo e eu lá não tive condições de estudar. Mais sempre gostei de ler, lia. Então muito mocinho, lá o único jornal que chegava naquela época em Limoeiro era “O Nordeste”. Então meu irmão tinha uma assinatura do jornal o “O Nordeste”, eu lia “O Nordeste” com interesse e comecei a ler uns artigos que eu achava muito interessante, de um sujeito que eu não conhecia, Plínio Salgado. Então, me entusiasmei por aquilo. Fui lendo, fui lendo, fui lendo e me tornei um integralista sim. Foi uma adesão ao integralismo por idéia. Achei aquilo muito bonito e tal. Quase que minha primeira manifestação política. Mas veio a eleição que houve uma época do Getúlio. Então quando veio a primeira eleição e eles me convidaram e me

incluiram na chapa de vereador lá do partido da minha família. Nessa época já o chefe político de Limoeiro era um tio meu Francisco Celestino da Costa, foi chefe político lá muitos anos do Partido Conservador e ele fez questão de me incluir na chapa de vereador e eu aceitei, fui eleito. Então entrei na política como vereador de Limoeiro. Depois como vereador fui eleito presidente da Câmara [...], mas eu fui eleito vereador e meu irmão prefeito, e então, eu, presidente da Câmara. Como era presidente da Câmara eu era substituto natural do prefeito quando ele viajava, quando ia para qualquer parte, de maneira que eu fui prefeito interino várias vezes. Mas eu não exercia naquela época nenhuma atividade política propriamente. Eu fui incluído na chapa de vereador e tal, e como vereador, eu procurei ajudar o povo ³⁴⁹.

Observamos nas palavras de Franklin Chaves, numa entrevista concedida meio século depois de sua primeira atividade política eletiva, que ele procura através de um tom ameno, minimizar sua militância nas hostes integralistas, essa foi para ele e para muitos ex-integralistas que conseguiram galgar postos importantes nas esferas do poder estadual e / ou nacional, uma postura recorrente. Tal postura se explica pelo fato de a vinculação com a doutrina do sigma no passado poder acarretar certos estigmas na vida política presente. Não podemos desconsiderar que o Integralismo, após sua extinção, passou a ser execrado como uma manifestação exótica, estranha às tradições

³⁴⁹ NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

brasileiras. Outro elemento de sua fala merecedor de atenção diz respeito ao envolvimento da família na vida política municipal, pois esse era o locus privilegiado de atuação dessas jovens lideranças. Esses vínculos lhes garantiam o sucesso eleitoral de que desejavam para iniciar uma carreira política que, do contrário, tornar-se-ia incerta.

Apesar do refluxo sofrido com os acontecimentos de 1930, essas pequenas oligarquias interioranas logo retomaram seus postos e passaram a ditar o ritmo dos acontecimentos em seus municípios e a dar suporte político aos grupos reacionários que comandavam o estado do Ceará. Devemos levar em consideração, que em 1936, data da eleição de Franklin à Câmara Municipal, a influência dos revolucionários do Clube 03 de Outubro já não era a mesma. Com a ascensão de Meneses Pimentel ao governo do estado em 1935, abriu-se a possibilidade concreta do retorno das antigas oligarquias municipais ao poder.

Quanto à sua afirmação de adesão ao movimento integralista por idealismo, podemos deduzir que, em virtude das questões acima expostas, para ele era preferível admitir que isso fora algo de alguém muito jovem, conforme deixa transparecer em linhas anteriores. Na tentativa de organizar e dar sentido à sua trajetória, os arroubos da juventude eram perfeitamente compreensíveis e não comprometeriam seu passado. No nosso entender, seu envolvimento com Integralismo foi algo muito mais do que um simples incidente de um jovem que se iniciava no mundo das atividades políticas; foi uma conseqüência quase natural de um membro de um clã político que antevia o papel de continuador de uma tradição de mando naquela municipalidade e, uma possibilidade de

ascensão pessoal que essa atividade proporcionava a qualquer indivíduo que dela tomasse parte e soubesse transformá-la em interesse próprio. Seu envolvimento nas hostes integralista foi contundente, pois assumiu vários postos no interior da hierarquia integralista, não só no município de Limoeiro, mas também no estado do Ceará e, por fim no Brasil quando integrou a Câmara dos Quatrocentos.

Sobre sua trajetória nas hostes integralistas, em vários trechos de sua entrevista se refere a esse momento. Inicialmente quando indagado se houvera participado da Legião Cearense do Trabalho, Franklin afirma que não lembra muito bem, mas que era circulista. Vejamos o que ele diz:

A Legião Cearense do Trabalho foi fundada pelo Severino Sombra, Waldemar Falcão, que naquele tempo era Ministro³⁵⁰, padre Hélder Câmara e outros que não me recordo bem.

Não, na Legião Cearense do Trabalho eu não tive [...] eu era circulista e eles fizeram um movimento em torno do Círculo Católico e tal, mas eu não tomei parte assim, não tomei parte ativa. Agora, depois da Legião, não sei se veio logo o Integralismo e eles puseram a legião de lado ou deixaram e entraram para o Integralismo, o fato é que eles tinham essa visão integralista e quando me procuraram eu

³⁵⁰ Waldemar Falcão só veio a ocupar o cargo de Ministro do Trabalho de 1937 a 1941, durante o Estado Novo. Antes porém havia sido Deputado Federal – 1934-1935 e Senador – 1935-1937. Ver: Brasil. Congresso. Senado Federal. *Dados biográficos dos senadores do Ceará: 1826-2000*. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação, 2000, p.163-164.

aceitei o Integralismo, porque era aquilo que eu pensava, era aquilo que eu sentia, ai participei da Ação Integralista, nesse tempo, mas aqui era um movimento mais cultural. Não era o Integralismo, se tornou depois [...] ³⁵¹.

Sobre o que diz Franklin, notamos a preocupação de se distanciar dos elementos que mais o aproximam do Integralismo, como sua participação nas agremiações que estavam na base do movimento da AIB, como a LCT e os Círculos Operários. Quem pertencia e dirigia os COC quase inevitavelmente pertencia a LCT, que congregava aqueles. Embora, a partir de meados dos anos de 1930, o Arcebispo de Fortaleza, Dom Manoel da Silva Gomes, tenha desaconselhado aos circulistas de participarem da LCT, isso é posterior ao ingresso de Franklin nos Círculos Operários, que aconteceu em 1928.

Ainda sobre sua participação no movimento integralista, vejamos alguns momentos de sua entrevista:

Não sei qual foi a minha aproximação, só sei que não me lembro bem quem foi que... só sei que conheci o Waldemar Falcão assim... não era íntimo dele. Jeová Motta também não. Severino sombra também não. Eu não me recordo como foi a minha ligação com eles. Mas eu não sei se já tinha lá em Limoeiro. Eu já tinha um grupo de amigos e eu já vinha lendo aqueles jornais e tal. E havia um grupo... se já era vereador...

³⁵¹ NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

Eu fundei lá em Limoeiro um núcleo da Ação Integralista Brasileira, fundei uma sedezinha com uns banquinhos. Então comecei a ensinar o Hino Nacional, que eles não sabiam cantar o Hino Nacional. Lá em casa tinha um terreno ao lado e comecei a ensinar aqueles rapazes o exercício da Ordem Unida. [...] A minha atuação integralista foi cultural.

Com a Ação Integralista eu me dei muito bem com o padre Hélder, nesse tempo o padre Hélder era mocinho, tinha saído do seminário, inteligente, falava muito bem [...] ³⁵².

Devemos realçar, a partir dos trechos acima, que Franklin buscava com muita insistência minimizar sua participação nas hostes integralistas, enfim, minimizar seu grau de envolvimento com a doutrina do sigma. Na definição de sua trajetória, de sua história de vida não há lugar para que o movimento do sigma apareça com cores fortes, mas sim com certa palidez, para que possa dar significado a coerência que o próprio narrador busca dar à sua trajetória vitoriosa nos meandros do poder político estadual. O Integralismo aparece como um desvio de rota, ou simplesmente como algo próprio a um jovem ainda sem o devido preparo para assumir as funções políticas que assumiria posteriormente. Pelos fatos narrados, Franklin dizia não conhecer os principais líderes integralistas no Estado, a não ser, ai faz questão de destacar, sua proximidade com Hélder Câmara, que era membro ativo da Igreja Católica. Esse dado nos

³⁵² NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

aparece como um recurso narrativo que buscava dar credibilidade à escolha que fizera no passada. De forma semelhante, realçar o fato de ter conhecido Waldemar Falcão tinha a mesma função de dar confiabilidade à sua trajetória política. A proximidade com alguém com o currículo político de Falcão aparecia como algo abonador em sua trajetória além de expor seu transito nos círculos mais destacados do poder estadual, não esquecendo que Falcão foi eleito Deputado Federal (1934-1935) e, Senador (1935-1937) pela LEC e posteriormente foi Ministro do Trabalho (1937-1941), Ministro do STF (1941-1946)³⁵³. Assim, Franklin Chaves vai tecendo sua trajetória e, o Integralismo foge, de certa forma, ao que pode parecer coerente para um político de sucesso.

Apesar de seu envolvimento com a AIB não aparecer de forma tão nítida em seu relato, Franklin Chaves além de chefe municipal do movimento integralista em Limoeiro, foi membro do Conselho Provincial, que era presidido pelo Chefe Provincial Jeová Motta e, dele tomava parte integralistas importantes no interior do estado, dentre eles Pio Sampaio³⁵⁴, chefe integralista em Barbalha, sobre quem, discorreremos mais adiante. Sua participação no Conselho Provincial o tornava elemento destacado na cúpula integralista no estado e, assim como os demais, eram pessoas da confiança de Jeová Mota, portanto, quando afirma não tê-lo conhecido muito bem, devemos compreender pelo o que já se expôs anteriormente. Franklin Chaves veio a ocupar outro cargo

³⁵³ Brasil. Congresso. Senado *Federal. Dados biográficos dos senadores do Ceará: 1826-2000*. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação, 2000, v.12, p. 163-164.

³⁵⁴ A relação dos membros do Conselho Provincial aparece no documento integralista transcrito na ata da Câmara de vereadores de Limoeiro acima referida. *Livro para registro das atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte - Ce, durante o período de 17/06/1936 à 24/07/1937*.

importante nas hostes integralista quando de sua escolha para compor a Câmara dos Quatrocentos, designada em junho de 1936, uma das cortes integralistas que veio substituir o Conselho dos Chefes Provinciais³⁵⁵. Há de se considerar que a referida Câmara teve vida curta devido ao fechamento da AIB, o que nos impossibilita de averiguar se Franklin e os demais cearenses integrantes chegaram a participar efetivamente desta. No entanto, a indicação para compor tão importante órgão nacional do Integralismo é reveladora do papel que o indivíduo assumia no interior das estruturas integralistas. No âmbito do município de Limoeiro, como membro da AIB, foi chefe municipal; vereador eleito; presidente da Câmara Municipal; prefeito interino na ausência do titular.

A posição de distanciamento assumida por Franklin em sua entrevista denota os reflexos que a campanha de execração desencadeada contra o movimento integralista após sua extinção em 1937 exerceu sobre essa personagem. De acordo com a posição que Franklin Chaves veio a assumir no cenário político do estado do Ceará, esse passado não condizia com sua trajetória, aparecendo como um desvio no percurso e não como uma tendência que se lhe oferecia à época. O Integralismo foi, podemos afirmar assim, um instrumento político necessário à sobrevivência dos grupos políticos reacionários interioranos no pós-1930.

A documentação analisada é indicativa de como a imagem que se produziu sobre o Integralismo após a sua extinção influenciou, sobremaneira na interpretação que seus antigos militantes passaram a apresentar sobre seus

³⁵⁵ Ver: TRINDADE, Hégio. *Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30*. 2a. Edição São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p 183 e 318-321.

engajamentos na agremiação fundada por Plínio Salgado, principalmente daqueles que, como Franklin Chaves, aderiram ao movimento mais por necessidade de sobrevivência política que por idealismo e / ou ideologia política como quisera sugerir num trecho muito breve de sua entrevista, já realçado anteriormente. As pistas são fartas para que interpretemos dessa forma, sobretudo, quando Franklin Chaves buscou explicar não concordar com o juramento que se fazia ao ingressar no movimento, embora ele próprio o tenha prestado ao Chefe Nacional³⁵⁶.

Outro trecho indicativo diz respeito ao fato da associação que se fazia do Integralismo com o nazi-fascismo, na Europa, recorrente à campanha que se moveu contra o Integralismo após seu fechamento e, por conseguinte, passou a ser encarado como uma organização subversiva e contrária à ordem social e política do Brasil no pós-1937. Essa visão foi amplamente reforçada após os acontecimentos de março e maio de 1938, quando membros da AIB em conjunto com outras forças descontentes tentaram tomar o Palácio Guanabara, sede do Governo Nacional. Essa imagem exerceu influxo na organização da memória política de ex-militantes integralistas que passam a ver nesses episódios os elementos para apagarem alguns momentos de suas atividades políticas no passado. Sobre esse assunto Franklin Chaves se reporta da seguinte forma:

Depois, já com o exemplo do que ocorreu na Alemanha e na Itália, eu me convenci de que o Integralismo seria também um Estado Totalitário e, como todo Estado

³⁵⁶ NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

Totalitário, seria um Estado em que o país se enriqueceria rapidamente, mas o povo iria pagar isto com o preço da sua liberdade, uma vez que o Estado Totalitário tudo controla. [...] O que o Totalitarismo fez na Alemanha fez também no Japão e faria também no Brasil se o Integralismo viesse a assumir o poder. Já era este o meu estado de espírito quando o Presidente Getúlio mandou fechar a Ação Integralista. Então eu dei graças a Deus. Eu já estava querendo sair dela, por isso disse: Graças a Deus. Livre da política dediquei-me mais aos negócios da nossa firma, [...] ³⁵⁷.

Observemos a preocupação de Franklin em demonstrar seu desacordo com os postulados integralista em sua reta final, momentos antes de sua extinção pelo governo federal. Devemos lembrar, primeiramente que em fins de 1936 Franklin foi escolhido membro da Câmara dos Quatrocentos, isso implica dizer que até os últimos instantes de vida do movimento do sigma ele se encontrava desempenhando suas funções, normalmente, na estrutura interna do movimento. Da mesma forma, o Integralismo havia lhe proporcionado dois cargos importantes na municipalidade: o de vereador e presidente da Câmara e, ocasionalmente, a possibilidade de ocupar a cadeira de prefeito, o que ocorria com muita freqüência. Ele próprio admite, quando da ausência do titular que, não é impróprio salientar, era seu irmão, esse trânsito de cadeira do legislativo para o executivo era encarado como algo normal estava tudo entre família.

³⁵⁷ NUDOC/UFC – Entrevista com Franklin Gondim Chaves, 21/03/1984.

Igualmente devemos levar em consideração que essa tentativa de demonstrar certo desconforto com o movimento em sua reta final pode advir da própria posição política que assumira a partir de 1937 no Estado Novo, como presidente do Departamento Administrativo³⁵⁸, órgão municipal que veio substituir a Câmara Municipal.

Franklin Chaves após o fechamento da AIB continuou com sua atividade políticas, em sintonia com as opções familiares. Primeiramente foi presidente do Departamento Administrativo, conforme se destacou acima e, nessa posição, tendo como Interventor Municipal seu cunhado Custódio Saraiva de Menezes, esposo de sua irmã Judite Chaves (tabeliã), os principais cargos políticos locais estavam sob controle da família Chaves. Poderíamos questionar como um ex-integralista ocupou tão imediatamente após o fechamento dessa entidade e, na época passando por um processo de execração pública, um cargo da mais alta confiança na nova estrutura de poder advinda com o Estado Novo? A essa indagação convém-nos destacar que família Chaves era aliada há muito do Interventor Federal Francisco de Menezes Pimentel, desde sua eleição à governador em 1935, pois todos faziam parte da LEC. Pimentel indicara Custódio Saraiva para o posto máximo da municipalidade e, Franklin para posição não menos prestigiada. Após 1945, com a redemocratização do país, Franklin e toda a família Chaves foram se abrigar no PSD, partido de âmbito

³⁵⁸ Com o Golpe de Estado de 10 de Novembro de 1937, os legislativos em todas as suas esferas foram extintos e substituídos, através do Decreto-Lei Nº 1.202, de 08 de Abril de 1939, pelos Departamentos Administrativos, que dispunha sobre a administração dos Estados e Municípios. Esse decreto sofreu alteração em 21 de Maio de 1943, pelo Decreto-Lei Nº 5.511. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939, Volume IV. Atos do Poder Executivo. Decretos-Lei de abril a junho. p.72-81; Idem 1943. Volume III. p. 174-179. In. BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Vol 1 a 10. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

nacional para onde foram, no Ceará presidido por Menezes Pimentel, os antigos membros da Liga eleitoral Católica e, por essa sigla foi eleito Deputado Estadual 05 vezes. Posteriormente, foi eleito mais 02 vezes ao mesmo cargo pela ARENA³⁵⁹.

Por fim, convém considerarmos que Franklin Chaves, como membro de uma família tradicionalmente envolvida nas disputas políticas municipais em Limoeiro, galgou importantes postos eletivos. Não podemos asseverar com segurança até que ponto sua militância integralista pode ter contribuído para preparar um futuro de sucesso. Porém, devido ao caráter conservador do movimento e ao fato de ter abrigado as forças reacionárias de todo o Estado e, ter oferecido uma sigla, conjuntamente com a LEC para as disputas eleitorais contra os representantes da chamada política revolucionária no pós 1930, adubou o terreno para muitos desses líderes políticos locais. Na verdade Franklin foi um homem que viveu o seu tempo, soube interpretá-lo e transformá-lo em seu proveito.

B-) Pio de Sá Barreto Sampaio: o profissional liberal integralista.

Ao lado de Franklin Chaves, Pio Sampaio, chefe municipal da Ação Integralista Brasileira, no município de Barbalha, região do Cariri, Sul do Ceará, forma a plêiade de chefes integralistas interioranos que se projetaram, primeiramente no interior do movimento do sigma e, posteriormente, no mudo da

³⁵⁹ Franklin Chaves foi eleito Deputado Estadual pelo PSD em 1947; 1951; 1954; 1958 e 1962; e pela ARENA em 1966 e 1970. Relatórios do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Dos relatórios consultados não consta o referido às eleições de 1962.

política partidária e em cargos públicos ao longo de suas vidas. A exemplo de seu correligionário integralista de Limoeiro, Pio Sampaio, também ocupou postos importantes na hierarquia do movimento e foi eleito deputado Estadual após o fechamento da AIB.

Essas duas personagens integralistas vistas em suas trajetórias e inseridas em contextos ao mesmo tempo específicos, mas com elementos gerais comuns, sugerem reflexões sobre o movimento do sigma no estado do Ceará, principalmente no que concerne às suas especificidade se colocado frente às práticas que esse movimento desenvolveu em outras regiões do país. Não podemos, contudo, deixar de levar em consideração o fio condutor que era a sua doutrina e, sobretudo, as estratégias de expansão e hierarquização pensadas e executadas pela chefia nacional. No entanto, a práxis integralista no interior do Ceará se revestem de certos significados que podem transigir os códigos pensado para o movimento em sua amplitude nacional. Um deles é a aproximação do movimento com os setores coronelísticos interioranos que vai congrega segmentos sociais diferentemente da tendência dos grandes centros urbanos de atrair as camadas médias.

Pio Sampaio tem os seguintes perfis: de jovem imerso numa tradição política herdada do envolvimento de sua família no jogo político municipal e estadual; de representante de uma cultura política sedimentada nessas espacialidades. Encarna também a figura do jovem que saiu de sua terra natal para estudar em terras estranhas e que voltou com a missão de ajudar, através de seus serviços, as populações locais que não tiveram a oportunidade de fazer

o mesmo caminho, não importando os motivos dessa dura realidade. Assim era, a lógica que orientava a conduta política das famílias mais abastadas nesses municípios interioranos. Não raro, esses tipos aparecem nas crônicas e nas memórias que descrevem as trajetórias políticas de munícipes ilustres que obtiveram sucesso em suas carreiras profissional e política, nos vários municípios cearenses. Não raro também esses tipos têm freqüentado as páginas dos romances dos nossos literatos e / ou os folhetins televisivos.

Pio Sampaio advinha de uma tradicional família que habitava a região do Cariri, no extremo sul do Ceará que, pela proximidade de outros dois núcleos urbanos, Crato e Juazeiro, forma uma das regiões mais prósperas do interior cearense. O município de Barbalha foi fundado em 17 de agosto de 1846³⁶⁰, encravado no vale do Cariri, as famílias ali estabelecidas viviam, principalmente, do cultivo da cana-de-açúcar e do beneficiamento e comercialização dos seus derivados. Pio Sampaio descendia dos primeiros povoadores dessa região, principalmente daqueles que ocuparam e fundaram o povoado que viria dar origem a esse município. Segundo Dorian Sampaio, Francisco Magalhães Barreto de Sá foi o primeiro explorador econômico dessa riquíssima região, mandando construir capela³⁶¹.

No dia 26 de maio de 1904, nasceu Pio de Sá Barreto Sampaio, filho de José de Sá Barreto Sampaio – conhecido como Zuca Sampaio – e de Maria Costa Sampaio. Era o sétimo filho do casal e viveu toda a infância com os pais e

³⁶⁰ RIBEIRO, Valdir Uchoa. *Conselho de Intendência do Ceará*. Fortaleza: Premius, 2005, p. 64-65.

³⁶¹ SAMPAIO, Dorian. *Municípios do Ceará*. 4ª. Edição; Fortaleza: Stylus Comunicações Ltda, 1987, p. 29-30.

com seus irmãos num casarão construído por seu pai no início do século XX, conforme destaca, sua filha Fátima Sampaio Silva, no livro que reúne as memórias de Pio Sampaio, publicado em 2004. Ainda na infância, presenciou os acontecimentos da deposição do Governador do Ceará, Antônio Pinto Nogueira Acyoli e a ascensão de seu opositor o Cel. Marcos Franco Rabelo. Com o precipitar dos acontecimentos, em 1914, quando Pio tinha 10 anos, sua família teve que abandonar o Cariri para fugir das forças leais a Floro Bartolomeu, que comandou a resistência ao novo governo, na região³⁶².

Esses acontecimentos da história política do Ceará repercutiram mais intensamente no Cariri, devido o foco de resistência a Franco Rabelo e em favor do governo deposto, Nogueira Acyoli, ter ocorrido a partir de Juazeiro – terra do Padre Cícero Romão Batista. Floro Bartolomeu, médico e Deputado Estadual ali residente, aliado de Padre Cícero e dos coronéis da região, liderou o episódio que ficou conhecido como a **Sedição de Juazeiro**, promovendo incursão aos municípios vizinhos e a partir daí marchando em direção a Fortaleza com o fito de destituir o governo de Franco Rabelo³⁶³.

Pelo que destaca a memorialista de Pio Sampaio, nesses episódios, sua família, teve que partir para outro lugar fugindo do ataque de Floro Bartolomeu a

³⁶² FIUZA, Regina Pamplona. *PIO SAMPAIO, Memória*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004, p. 15.

³⁶³ Sobre o Coronelismo no Vale do Cariri; sobre os acontecimentos de 1914, a chamada Sedição de Juazeiro, ver dentre outros autores, Joaryvar Macedo e seu trabalho *Império do Bacamarte*, principalmente nos capítulos 2;3;4; que tratam diretamente do fenômeno do coronelismo no Cariri e do apogeu do coronelismo no Ceará durante a Oligarquia Aciolina; 11;12;13 que tratam da deposição do governador Acyoli, da revolta dos coronéis seus aliados e, do episódio da Sedição, particularmente. In. MACEDO, Joaryvar. *Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990. (Coleção Alagadiço Novo). p. 21-50; 125-158.

cidade de Barbalha, em 1914³⁶⁴. Diferente do que se viu com a família Chaves, em Limoeiro, mesmo sendo aliada de Nogueira Acyoli, nesses acontecimentos, adotou uma postura de sobrevivência até que os ânimos fossem serenados. Contudo, há de levar em consideração que no Cariri, a efervescência política em torno dos coronéis locais era mais contundente, portanto, com maior dificuldade de se desvencilhar. Por isso esse episódio abalou a estabilidade política da família Barreto Sampaio e de toda a região do Cariri.

Em 1916, quando os ânimos políticos, de certa forma, já haviam serenado, a família Sampaio retornou à terra natal. Foi quando Pio Sampaio, então com 12 anos e fora da escola por esses dois anos de desterro de sua família, segue em companhia de um de seus irmãos, Antonio Sampaio, para estudar no mosteiro de São Bento, em Salvador – Ba. Como os dois não estavam afeitos à vocação religiosa, voltaram para o Ceará, dessa feita com destino ao Município de Quixadá, na região do Sertão Central, com o objetivo de darem continuidade aos estudos no Colégio Santo Estevão, dirigido pela congregação religiosa dos Beneditinos, a mesma que dirigia a abadia soteropolitana de onde regressaram. A partir de 1920 e, durante o ano de 1921, os dois irmãos se transferiram para Fortaleza para estudar no Colégio Cearense, dirigido pelos Irmãos Maristas. Os estudos preparatórios de Pio Sampaio foram concluídos no Liceu do Ceará. Logo após segue para Salvador –

³⁶⁴ De acordo com Fátima Sampaio, em suas memórias sobre seu pai, sua família partiu após o ataque de 2000 jagunços à cidade de Barbalha em direção à Usina Roçadinho, de propriedade de um tio-avô Mendo Sampaio, na Zona da Mata, em Pernambuco. Quando se encontravam em Salgueiro – PE, seu avô Zuca Sampaio fora procurado por um parente que ofereceu abrigo e colocou uma fazenda à disposição de sua família, bem próxima do local para onde rumavam; lá permaneceram durante 02 anos. In. FIUZA, Regina Pamplona. **PIO SAMPAIO, Memória**. p.15-16.

Ba para ingressar na Faculdade de Medicina, onde passou 03 anos até ser transferido para a Universidade do Rio de Janeiro, na qual concluiu seu curso no ano de 1928³⁶⁵.

Após a conclusão de seu curso, retorna a Barbalha para clinicar ao lado de seu irmão mais velho Leão Sampaio. Em carta escrita ao seu filho Eudes, Pio Sampaio afirma que decidiu ficar em Barbalha para atender aos pedidos de sua mãe, pois tinha planos de trabalhar em outras plagas. Uma vez tendo acedido aos apelos maternos, exerceu a profissão de médico por longos anos naquela municipalidade. Destacamos que tanto Pio como Leão Sampaio, irmãos de sangue, além de praticar o exercício da medicina, foram homens de atuação política, conquistando importantes cargos eletivos como de Deputado Federal e Estadual, respectivamente. Notemos que uma atividade influía sobre a outra, uma vez que a carência dos serviços públicos na área da saúde era flagrante naquele período, como ainda o é na atualidade. Portanto, não podemos deixar de percebê-las como atividades complementares naquele cenário interiorano.

Sobre o início de suas atividades na medicina na região do Cariri, assim descreve um de seus filhos, Roberto Lima Sampaio.

**O ilustre cidadão de Jardim, Luiz Ayres de Alencar nas
“Notas Cronológicas” do seu Diário, relativas ao início da
década de trinta registrou”**

**“Dia 9 de junho de 1930: chegou em Jardim para
clinar o Dr. Pio Sampaio, vindo de Barbalha, sua terra natal.**

³⁶⁵ Carta ao seu filho Eudes; e, álbum de formatura; In. FIUZA, Regina Pamplona. **PIO SAMPAIO, Memória.** p. 60-66; 129-146.

Dia 16 de novembro de 1930: Festa realizada na Casa da Câmara Municipal de Jardim e em regozijo pelo triunfo da Revolução de 30, que teve início em 3 de outubro no Rio Grande do Sul e terminou com a queda do Catete em 24 do mesmo outubro. A festa foi tocada pela banda de música de Barbalha, chamada por intermédio do Dr. Pio Sampaio, pelo fato de o proprietário da banda musical de Jardim se haver recusado em consentir que ela tocasse na festa cívica, sentimento ditado pela mais baixa politicagem”.

[...].

O registro é significativo por mostrar o seu envolvimento e consciência política, desde o início da vida profissional, quando recém-chegado em Jardim. Já naquela época, não se atem apenas ao exercício da medicina, mas, à prática do pleno exercício da cidadania, participando ativamente da vida social e política da cidade.

Observamos que Pio Sampaio iniciara sua carreira profissional consorciada com a atuação política, primeiramente no município de Jardim, vizinho ao município de Barbalha. A aludida festa na Câmara Municipal que contou com o apoio de Pio Sampaio foi uma constante nos diversos municípios do interior e envolveu, dentre outras camadas da sociedade, principalmente os jovens profissionais saídos dos grandes centros urbanos de onde regressavam de seus estudos, a exemplo da personagem em relevo.

Pio Sampaio prosseguiu na medicina durante toda sua vida, afastando-se da atividade apenas quando exerceu o mandato de Deputado Estadual, de 1959 a 1963. No ano de 1947 fez curso de aperfeiçoamento e especialização em tracoma³⁶⁶, pelo Ministério de Educação e Saúde – Departamento Nacional de Saúde³⁶⁷. Ainda nessa área publicou dois artigos na **Revista de Malariologia e Doenças Tropicais**, em 1968 e 1970, respectivamente, intitulados: **Tracoma – Ensaio sobre vacinação**; e **Tracoma – Ensaio de vacinação, isolamento e identificação do agente: resultados gerais no Pará e no Ceará (1967/1968)**³⁶⁸. Pio Sampaio desenvolveu várias campanhas contra o tracoma no Estado do Ceará, principalmente nas regiões onde se encontravam os focos da doença: o Cariri e a Serra da Ibiapaba³⁶⁹. Com seus conhecimentos sobre as chamadas doenças tropicais, com seu envolvimento político e, não menos importante, com sua experiência médica no interior do Ceará, Pio Sampaio assumiu em 1965 o posto de médico do Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERu, após a extinção do cargo de Secretário Adjunto, que assumira até aquele ano. Cabe realçar que as ligações políticas com o governador do Estado, Virgílio Távora, a

³⁶⁶ Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa: doença infectocontagiosa, caracterizada por uma conjuntivite granulosa devido a *Chlamydia tracomatis*.

³⁶⁷ Relatório da Excursão feita a São Paulo juntamente com os médicos inscritos no referido curso; Certificado do curso de aperfeiçoamento, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1947. In. FIUZA, Regina Pamplona. **PIO SAMPAIO, Memória**. p.150-157.

³⁶⁸ Revista Brasileira de Malariologia e doenças Tropicais. Rio de Janeiro: Vol. XX – Nº 3 e 4 – Junho-Dezembro de 1968, p. 237-246; e Vol. XXII - Nº 2//4 – Abril-Dezembro de 1970, p. 423-440. In. FIUZA, Regina Pamplona. **PIO SAMPAIO, Memória**. p.159-185.

³⁶⁹ Relatório sobre o combate ao tracoma, do DNERu, 30/01/1959; In. FIUZA, Regina Pamplona. **PIO SAMPAIO, Memória**. p.189-198.

quem havia apoiado nas eleições de 1962, rendera as funções que assumiu no período, inclusive a do DNERu³⁷⁰.

Pio Sampaio desde cedo participou ativamente da vida política de seu município, pois descendia de um clã tradicional daquela comuna³⁷¹. Via de regra nesses nichos, a atuação política é extensiva às demais atividades, principalmente se os sujeitos em questão pertencem às tradicionais famílias que deram origem a esses pequenos núcleos urbanos e que como por direito, se reservam ao privilégio de assumir as principais posições na estrutura política-administrativa municipal. Muitos deles passam a se considerar os verdadeiros herdeiros desses postos privilegiados, pois toda a organização política e social dessas comunas tem a marca de seus ancestrais e, com base nisso organizam a memória do município com total relevo aos seus. Naquela conjuntura, Pio Sampaio, jovem médico recém-chegado de um grande centro urbano onde estudara, reunia as condições ideais para assumir as funções reservadas a sua família. Não devemos esquecer que este fora precedido pelo seu irmão mais velho Leão Sampaio.

Sua militância integralista fora intensa e sua opção pela doutrina do sigma se dera dentro dos marcos da tradição conservadora e católica que acompanhavam sua família e a si próprio. A pregação de Plínio Salgado profundamente marcada pelo catolicismo social e por elementos da tradição

³⁷⁰ Depoimento de Roberto Lima Sampaio. In. FIUZA, Regina Pamplona. *PIO SAMPAIO, Memória*. p.221.

³⁷¹ Seu tio paterno Mendo de Sá Barreto, que no episódio da fuga de Barbalha por ocasião da invasão daquela cidade pelas forças sediciosas de Juazeiro havia oferecido abrigo à sua família, fora Deputado Provincial nas legislaturas – 1876-1877 e 1888-1889. VASCONCELOS, Elmo. *O Paço da Assembléia e a vida parlamentar cearense de 1871 a 1977*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1977, p. 31-33.

política conservadora no tocante a formação da brasilidade e de forte cunho nacionalista repercutira naquele jovem que havia experimentado outros ares quando da sua estada em Salvador e no Rio de Janeiro. A documentação rarefeita e dispersa de que dispomos impossibilitou penetrarmos nas influências políticas sofridas pela personagem quando estudou em centros urbanos bem mais progressistas do que aquele em que nascera e fora criado. Formado em 1928, passou os anos de 1920 fora de Barbalaha e de Cariri e deve ter tanto presenciado como lido nos jornais que circulavam nesses centros urbanos os movimentos de contestação ao regime político liberal da Primeira Republica; regime esse que bem conhecia a partir da dinâmica política interiorana na qual estava submerso.

Não podemos deixar de enfatizar, na apreciação desse contexto, o fato de que o Cariri, enquanto região que reunia 03 centros urbanos muito próximos e uma população crescente, já à época – Barbalha, Crato, Juazeiro – e, uma economia próspera, se comparado a outras áreas do estado, era sempre alvo de acirradas disputas políticas eleitorais no estado. Enfim, era uma região em constante efervescência política que animava o escol local. Pio Sampaio, embora tenha saído de sua terra natal, vivia embevecido pelos assuntos que a ela se referiam. Exemplo disso é que abriu mão de ir medicar noutra centro e logo mergulhara na dinâmica política regional, começando pelo município Jardim para depois atuar ativamente em Babalha e nas demais comunas do Cariri, uma vez que sua função no interior do movimento integralista não se restringiu a sua

cidade natal. O depoimento já citado anteriormente por Luiz Ayres de Alencar em suas **Notas Cronológicas**, confirma essa asserção.

Dia 31 de Julho de 1935: Chegou à cidade de Jardim, por volta das 8 horas da noite, o Capitão Jeová Mota, Deputado Federal, Chefe Integralista da Província do Ceará, secretariado pelo acadêmico Cândido Couto e acompanhado pelo Dr. Pio Sampaio, Inspetor do Integralismo no Cariri e Chefe Municipal do mesmo credo em Barbalha. Menos de uma hora depois da chegada, falou na praça pública, na Avenida Barbosa de Freitas, trepado sobre uma mesa, pregando sua doutrina, demorando-se uma hora e 50 minutos, em linguagem clara, voz pausada e alta, perante uma grande massa. Prosseguiu viagem no dia seguinte, rumo à Barbalha.

Pio Sampaio ocupou postos importantes na estrutura hierárquica do Integralismo: chefe municipal, inspetor regional, membro do Conselho Provincial e membro da Câmara dos Quatrocentos. Esses postos proporcionaram a Pio Sampaio a ascensão política esperada, pois, através deles ampliou seu campo de atuação para os municípios vizinhos. Com isso as campanhas político-eleitorais posteriores lhe passaram a ser favoráveis, pois não se deve esquecer que foi votado em todos os municípios da região quando de sua candidatura à Assembléia Legislativa Estadual.

Como integralista, assumiu papel importante para a manutenção do status político que seu clã reunia naquela municipalidade. Vale ressaltar que seu irmão mais velho, Leão Sampaio, foi eleito Deputado Constituinte e Deputado Federal pela Liga Eleitoral Católica, compondo assim a base conservadora para a intervenção integralista naquela espacialidade. Ressaltamos que o movimento integralista nas eleições municipais de 1936 elegeu, em Barbalha, um vereador e o prefeito Lírio Calou que pertenciam, por afinidade, ao referido clã político. Nessa mesma eleição, o Partido Republicado Progressista – PRP, da situação, aliado a outras siglas como a LEC e a AIB, elegeu o prefeito municipal e cinco vereadores – quatro do PRP e um da AIB – contra quatro vereadores eleitos do PSD, seus principais adversários³⁷².

Roberto Lima Sampaio assim define a opção de seu pai pela Ação Integralista Brasileira:

A sua sólida formação religiosa, calcada em princípios rigorosos, e sua concepção de família o levariam, com certeza a abraçar a doutrina defendida pelo Integralismo, participando ativamente do Movimento dos Camisas Verdes no Cariri, durante parte da década de trinta³⁷³.

Observamos que no relato de seu filho acerca da escolha do seu pai pelo movimento da AIB, apesar de muito passageira, restringe-se, principalmente, ao fato de a doutrina integralista se coadunar com sua formação católica rígida,

³⁷² CPDOC/FGV. JT dpf – 1932.06.03. Pasta: VI, p. 10A.

³⁷³ Ver: FIUZA, Regina Pamplona. **PIO SAMPAIO, Memória.** p.214.

assim como veio a empolgar também outros jovens daquela época, conforme afirma um parágrafo antes do supracitado. Destacamos que em todo esse livro, as referências ao movimento integralista como parte integrante de sua trajetória são muito vagas, carentes de maiores explicações. Talvez isso ocorra devido a falta de documentação que lhes desse suporte para lembrar esse fato ou, simplesmente porque o Integralismo deve aparecer como algo natural da juventude irrequieta, mas que com o passar dos anos vai se descobrindo certos entraves para se lembrar com mais vagar sobre o assunto. Enfim, os dados são imprecisos, pouco indicativos de como o Integralismo exerceu influxo em sua trajetória política e profissional.

Diante dessas dificuldades inerentes à escassez e à irregularidade das fontes e, com base nos indícios que ao longo do trabalho elas vêm oferecendo do ponto de vista do estabelecimento de buscarmos interpretações para a construção dessas trajetórias, podemos asseverar que um elemento não pode ser desprezado para o entendimento de como esses jovens acederam à mensagem integralista. O próprio caráter mobilizador e vaticinador que o discurso e prática integralistas dispunham para aqueles, que mesmo querendo manter o status de seu clã político, necessitavam de um discurso renovado e de uma imagem política diferenciada das que tradicionalmente se praticavam naquelas comunidades. Entretanto, o elemento que se sobressai nesse contexto é o da permanência das posições políticas que tradicionalmente esses grupos exerciam e que o Integralismo, pelo seu caráter conservador, nacionalista e

pelas suas alianças com os setores reacionários, principalmente com a Igreja Católica, anuía à conduta desses jovens políticos dos velhos grupos.

O movimento integralista em Barbalha, sob a chefia de Pio Sampaio, foi bastante dinâmico e, além do funcionamento regular do núcleo, foi fundada uma escola integralista, a exemplo do que ocorrera noutros municípios cearenses, inclusive em Limoeiro. Vejamos uma matéria do jornal **A Razão** sobre o movimento integralista em Babalha em momentos distintos entre os meses de maio e julho de 1936:

Em primeiro de maio foi fundada a Escola Integralista, sob a direção dos camisas-verdes Antonio Leite Gondim, José Feijó de Sá, da companheira Argentina Torres e professoras Zuleide de Carvalho e Alacoque Sampaio, que além das noções constantes dos programas escolares, ensinam o verdadeiro civismo, o culto á Pátria, e às nossas tradições.

À noite do dia 26 de junho por ocasião da passagem por esta cidade da Diretora do Departamento Feminino de Fortaleza, Letícia Ferreira Lima, realizou-se concorridíssima sessão pública, uma das mais imponentes realizadas nesta cidade.

A Senhora Letícia fez uso da palavra após a sudação proferida pelo Chefe Municipal o Sr. Pio Sampaio e de boas vindas dirigidas pelo integralista Francisco Cruz. Dona Letícia em sua fala disse: Reportando-se ao movimento na

Província teve oportunidade de fazer as melhores referencias ao Núcleo de Limoeiro.

Falou, por último, o Dr. Pio Sampaio sobre o perigo comunista que ameaçava todas as nações e em particular o Brasil.

Em bem elaborada palestra pintou com cores vivas a tentativa de cerco ao mundo que a Rússia Soviética empreende e o poder extraordinário de sua técnica de infiltração. Referiu-se as atividades comunistas no Brasil, contra à qual concitou a ação dos operários afirmando que não era o comunismo jamais um movimento reivindicador dos direitos de sua classe, mas um instrumento de expansão capitalista que ainda mais a escravizava.

A sessão foi encerrada com a primeira parte do Hino Nacional e o juramento de fidelidade a Plínio Salgado³⁷⁴.

A escola integralista naquele município reunia a elite do movimento do sigma e foi, dentro do projeto de doutrinação dos camisas-verdes, uma das grandes realizações na memória dos ex-militantes. Em suas concepções, aquele seria o caminho ideal para elevação do espírito da nacionalidade e, por conseguinte, de capacitar a população para atuar nos acontecimentos que estavam em curso. Com essa visão, as escolas se espalharam por todo o Brasil onde os camisas-verdes fundaram seus núcleos. A data do primeiro de maio para a fundação da referida escola é indicativa das estratégias integralistas pelo

³⁷⁴ BPMP-M. A Razão – 05 de julho de 1936, p. 19.

interior do Ceará, por reunir em torno de si parcela significativa dos trabalhadores do campo, segmento social predominante nessas espacialidades.

Na organização da escola integralista que tinha a frente o camisa-verde Antônio Leite Gondim, participava ainda um grupo de professores conforme podemos observar na citação supra, dentre eles a professora Alacoque Sampaio, irmã do chefe municipal Pio Sampaio. Embora as lacunas próprias às fontes que estamos utilizando e a ausência de outras dificulte estabelecermos se todos os membros da família aderiram ao movimento do sigma, não podemos deixar de observar que era comum à época e ao contexto social e político que os membros de um mesmo clã se inclinasse numa mesma opção política. Vale destacar que se irmão Leão Sampaio estava em franca carreira política pela LEC conforme indicamos anteriormente. Podemos lembrar o caso de Limoeiro onde a irmã do chefe municipal, a senhora Judite Chaves, era o braço direito de seu irmão na organização do movimento, cuidando dos assuntos atinentes à organização física da sede, à ala feminina e, à articulação política mais geral do interesse da família.

Nesse momento, é de bom alvitre que se ponha em relevo uma questão que se mostra orientadora para o entendimento da dinâmica integralista no interior: o elemento familiar. Nessas espacialidades, a família funciona como aglutinadora das práticas políticas, e elementos como a ideologia política deixam de ter o mesmo significado que teriam nas disputas políticas em outros contextos e em outros espaços. Portanto, se era o Integralismo ou outra a doutrina política assumida pela família Sampaio, não importa tanto quanto

importa as fidelidades que se construíam a partir do núcleo familiar. Não podemos deixar de relatar que havia uma inclinação para as ideologias conservadoras, reacionárias, devido à própria trajetória dessas famílias no espaço municipal e pela formação católica que receberam. Assim, ficava afastada a possibilidade desses núcleos familiares se inclinarem para ideologias da esquerda, subversivas à ordem. Podemos depreender, da supracitada matéria de **A Razão**, que a opção comunista era apresentada como um elemento ameaçador e desagregador da ordem, portanto, todo o discurso desses líderes municipais se coaduna com o discurso católico do comunismo como uma ameaça.

A senhora Letícia Ferreira Lima³⁷⁵, diretora do Departamento Feminino do movimento integralista em Fortaleza, tornar-se-ia esposa de Pio Sampaio. Acrescentemos que Letícia era irmã de um dos mais graduados integralistas do Conselho Provincial, Ubirajara Índio do Ceará, que ao lado de Jeová Mota dirigiram a fase áurea do Integralismo. Esse fato se reveste de certa peculiaridade se colocado diante de outras trajetórias de chefes municipais do movimento integralista, devido o relacionamento afetivo entre os dois haver nascido em meio a militância política de ambos. Essa relação resultou em

³⁷⁵ Letícia Ferreira Lima foi professora e ativa militante integralista. De acordo com as informações de Leonardo Mota, a professora Letícia integrou a comissão formada por dez professoras cearenses que foram fazer curso de aperfeiçoamento, saindo de Fortaleza no dia 05 de abril de 1933 e retornando seis meses depois, no dia 02 de outubro do mesmo ano. Ainda de acordo com Mota, no dia 12 de dezembro daquele ano, por ocasião de uma conferência realizada por Gustavo Barroso sobre a situação das famílias nas leis da Rússia, discursaram, dentre outros, a professora Letícia Ferreira Lima. Ver: MOTA, Leonardo. *Datas e fatos para a história do Ceará*. In. Revista do Instituto do Ceará, 1957. A turma de professoras primárias foram enviadas ao Rio de Janeiro por iniciativa do Interventor Federal Cap. Carneiro de Mendonça, pelo Decreto 958, de 24 de março de 1933, para curso de cultura profissional realizado pelo Instituto de Educação e pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. APEC. Relatório do Interventor Carneiro de Mendonça, Setembro de 1934.

casamento, ocorrido a 16 de junho de 1938, meses após o fechamento da AIB. Sobre esse relacionamento, Pio Sampaio assim escreveu em carta a um dos seus filhos:

Através do movimento integralista a que me filiei com entusiasmo, dirigi-me a Fortaleza, onde compareci à sede da chefia provincial do partido, cujo chefe e sub-chefe, Cap. Jeová Mota e Ubirajará Índio do Ceará estavam ausentes de viagem ao sul do país.

O chefe em exercício, o Sr. Pedro Cruz atendeu-me com invulgar atenção, e me convidou a acompanhá-lo à reunião do departamento feminino do partido, a que aquiesci prontamente.

Ao ingressarmos no salão, discursava com apreciável desenvoltura e convicção partidária a sua diretora, a Letícia.

Finda a sessão, fui-lhe apresentado, e ao longo da viva conversa, voltada naturalmente para os interesses e crescimento do movimento, surgiu-nos, não há dúvidas, certa aproximação afetiva.

Convidado a comparecer à sua casa lá conheci o muito admirável Ubirajara, seu irmão, assim como os seus distintos pais: Sr. Assis e D. Felismina (D.Tinina)³⁷⁶.

³⁷⁶ Carta de Pio Sampaio ao seu filho Eudes. In. FIUZA, Regina Pamplona. *PIO SAMPAIO, Memória*. p.60-66.

O fato chama a atenção não somente pelo que lhe é peculiar, mas por podermos, a partir dele, aferir certa leitura dos acontecimentos, principalmente no que concerne ao fato de como o Integralismo influenciou na vida pessoal daquele cidadão barbalhense. Assim, podemos afirmar que em Pio Sampaio se confundem o militante e o pai de família; assim como se confundem as dimensões políticas e pessoais na definição de sua trajetória. Da mesma forma, podemos afirmar, com certa margem de segurança, que Pio Sampaio, dentre os seus pares e, se comparado em trajetória com Franklin Chaves, tem um perfil mais idealista e / ou ideológico (doutrinário) devido ter permanecido ligado aos integralistas depois do fechamento da AIB, quando da fundação do Partido da Representação Popular, sigla à qual se filiou e se elegera, por duas vezes, a vereador e a Deputado Estadual. No entanto, não devemos desconsiderar as interferências dos interesses familiares e das conveniências do jogo político local para definir suas escolhas e conformar sua trajetória política.

Seu filho Roberto, em suas memórias, destaca um trecho de uma carta de Pio Sampaio à Leão Sampaio, no início de 1936, na qual analisa o cenário político da época, antevendo as dificuldades no tocante à sucessão presidencial. Assim se referiu ao momento:

O fato do dia no cenário da política, é a sucessão presidencial, em torno da qual os políticos se agitam e se digladiam ferozmente. O rompimento da Frente União Rio Grandense com flores, desorganizando, definitivamente o “Modus Vivendi”, o que vem revelar a fragilidade das

unidades políticas quando não inspiradas num ideal superior, fortaleceu consideravelmente a posição de Getúlio. Não há, contudo quem possa prever o resultado das campanhas travadas. Todas elas nos bastidores da política dos grandes Estados. A opinião mais corrente é que G.G., caso não rebente uma revolução, por trás da qual apareceriam inevitavelmente, os barbudos comunistas e a s falange dos Camisas Verdes, conseguirá legalmente ser eleito e continuar no poleiro.

Pelo quadro de indefinição, Pio Sampaio anteviu o que poderia ocorrer em 1937, mas, a despeito de suas interpretações, Getúlio Vargas manteve-se no poder não através de uma eleição, mas por um golpe de Estado que, em sua visão poderia ter sido dado por comunistas e, de preferência, por integralistas. O cenário político nacional em fins 1935 e início de 1936 estava marcado por certa indefinição no tocante aos rumos que tomaria após o cumprimento dos quatro anos de mandato de Getúlio Vargas. Entretanto, entre os integralistas, assim como Pio Sampaio, que viam seu partido em franco crescimento, espalhando-se por todos os recantos do Brasil, havia uma tendência quase que natural em considerar que eles estariam prestes a assumir o poder político, ou pela via eleitoral ou por meio de uma revolução. Esse cenário era animador do ponto de vista da militância integralista espalhada por todo o país, pois a identificação de sua doutrina com o regime varguista era flagrante e, assim, tanto Plínio Salgado reunia, para eles, as condições objetivas e subjetivas para assumir os destinos

políticos do país; como o partido da AIB se mostrava como uma das organizações político-partidária mais sólidas naquela oportunidade, visto o número de militantes e inscritos em todo território nacional, o que ainda não havia ocorrido com nenhum partido político na história do Brasil.

É nesse contexto que Pio Sampaio consolida sua trajetória política iniciada nos conturbados anos de 1930, sob a influência da Igreja Católica, em sua vertente do catolicismo social de um lado e, do outro, da doutrina integralista. Estas duas se colocadas em confronto, muitos pontos em comum se sobressaem, devido à versão pliniana do Integralismo ter sido aquela que influenciou a práxis integralista dos chefes locais espalhados pelos municípios interioranos do Ceará.

Segundo Roberto Lima Sampaio, após o Golpe de Estado de 1937, quando todos os partidos foram extintos e muitos passaram a atuar na clandestinidade, inclusive os integralistas, muitos militantes foram perseguidos pela polícia estadual, em Barbalha, dentre eles Pio Sampaio³⁷⁷. Sobre essa informação concluímos tratar-se de uma forma de organizar as memórias de Pio Sampaio por parte de seus descendentes. Portanto, sobre o fato de Pio Sampaio haver sido perseguido pelo seu envolvimento com o movimento integralista não podemos asseverar nada, apenas inferir que, pelo seu grau de envolvimento há uma possibilidade de suas ações, seus passos terem sido acompanhados de perto pela polícia estadual, mas podemos, ainda, deduzir que, em se tratando de um indivíduo de um clã tradicional naquela

³⁷⁷ Depoimento de Roberto Lima Sampaio. In. FIUZA, Regina Pamplona. *PIO SAMPAIO, Memória*. p.215.

municipalidade, de um profissional de uma área muito respeitada, portanto, de um cidadão bem querido em Barbalha, não tenha havido a perseguição acima aludida³⁷⁸.

Na sua trajetória política, organizada em um dos capítulos do livro em memória de Pio Sampaio há certo vazio no período compreendido entre os anos de 1937 e 1945, aquele que envolve o Estado Novo, com apenas a referência àquela suposta vigilância aos ex-integralistas conforme se destacou. Dessa referência, salta-se para os anos posteriores à abertura política, mas que se inicia, ainda em 1944, quando ele participou, conjuntamente com o escol política local, do Centro de Melhoramentos de Barbalha, fundada no dia 15 de agosto daquele ano, na qual ocupou o cargo de vice-presidente do Conselho Administrativo e dos anos de 1947 até 1959 ocupou o cargo de presidente, para logo em seguida integrar o Conselho Consultivo do supracitado Centro³⁷⁹. Apesar da lacuna documental, sua participação na referida agremiação é indicativa de que se manteve ativo na vida política do seu município a despeito do reverso sofrido pelo movimento integralista, pois pertencia aos estratos sociais e políticos dominantes daquele município e, como tal, tinha lugar

³⁷⁸ Uma documentação que poderia ajudar a elucidar pontos obscuros dessa realidade seria aquela produzida pela Polícia Política. Entretanto, essa documentação não existe depositada nos arquivos no Estado do Ceará, o que se consultou se encontrava no Arquivo Público do Rio de Janeiro, na qual aparecem as atividades da Polícia Política nos estados membros da federação, mas são pouco indicativas de uma movimentação maior. Sobre a ação da Polícia Política no pós-1937, no Ceará, propriamente na região do Cariri, deparamos-nos com 04 prisões: 01 no Crato e, 03 no Juazeiro, por atividade integralista e por regozijarem pelo torpedeamento dos navios brasileiros, respectivamente e não encontramos registro de ocorrências em Barbalha. APERJ. Fundo: Polícia Política. Setor: Estados. Pasta: 06. Dossiê: 01.

³⁷⁹ Depoimento de Roberto Lima Sampaio. In. FIUZA, Regina Pamplona. *PIO SAMPAIO, Memória*. p.215.

reservado na partição dos cargos públicos e na organização das agremiações que congregava esses segmentos municipais.

Concomitante com as atividades desenvolvidas no Centro de Melhoramentos, Pio Sampaio foi eleito vereador para a câmara municipal de Barbalha no pleito de 03 de outubro de 1950, pela legenda do Partido da Representação Popular – PRP³⁸⁰, agremiação fundada por Plínio Salgado quando do seu retorno do exílio. Merece destaque o fato de poucos indivíduos que descendiam do movimento integralista no Ceará, principalmente entre os chefes municipais, aderirem ao PRP, Pio Sampaio, ao contrário, filia-se ao partido de Plínio Salgado, figura a quem devotava a maior estima e consideração e, mantém-se, de certa forma, fiel ao movimento integralista. Foi também por essa sigla que se elegera Deputado Estadual na eleição de 03 de Outubro de 1958³⁸¹.

Notemos, porém, que, apesar de Pio Sampaio ter se filiado ao PRP, seu irmão Leão Sampaio que se elegera por seis vezes ao cargo de Deputado Estadual, disputara as primeiras eleições após a redemocratização pela UDN, o que necessariamente não explica haver entre ambos uma divergência ou representar uma fratura no clã político, uma vez que o próprio material de campanha de 1962 conclamava aos babalhenses a sufragarem-nos nas eleições

³⁸⁰ Nas eleições municipais de 1950, aparecem dentre os eleitos e suplentes, no município de Barbalha, vários indivíduos com os sobrenomes Sá, Barreto e, principalmente, Sampaio, numa flagrante demonstração do prestígio político dessas famílias no cenário político municipal. Destaque para a figura de Leão Sampaio, seu irmão, que já havia sido Deputado Constituinte e foi eleito Deputado Federal nas eleições de 1950; 1954; 1958 e 1962 pela UDN e em 1966 e 1970 pela ARENA. Ver. Relatórios do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Sobre a eleição de Pio Sampaio para vereador, ver Relatórios do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, eleições de 03/10/1950.

³⁸¹ Relatórios do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, eleição de 03/10/1958.

que se avizinham. Curioso é que sequer constam as siglas eleitorais no panfleto de campanha, denotando, assim, que se apelava para as relações extrapartidárias envolvendo outras fidelidades dos seus eleitores. Se Pio Sampaio tenha adotado uma postura possivelmente mais idealista em relação aos seus pares, chefes integralistas, isso se dava muito mais por alguma afeição particular em relação aos seus chefes que por uma postura capaz de alterar a cultura política predominante.

Por fim, podemos destacar que Pio Sampaio ocupou outros cargos importantes na esfera do poder estadual, pois foi Secretário Adjunto da Administração do Estado do Ceará de 1963 a 1965, no governo de Virgílio Távora, de quem havia sido correligionário nas eleições anteriores, pois o PRP veio a integrar a frente eleitoral **União pelo Ceará**. Ao deixar o cargo de Secretário Adjunto, em 1965, reassumiu o serviço público como médico do Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERs, com já se mencionou anteriormente, no qual desenvolveu intenso trabalho na campanha contra o tracoma.

C-) Franklin Chaves e Pio Sampaio: dois perfis de um mesmo Integralismo.

Ao tomarmos como referência as trajetórias políticas de Franklin Chaves e Pio Sampaio, observamos que o perfil dos chefes municipais da Ação Integralista Brasileira, nos municípios interioranos do estado do Ceará, reunia características afins. Muito embora, essas características se colocadas em

confronto deixem entrever certas nuances, no geral, não comprometem seus traços mais gerais e marcantes, quais sejam: descenderem de famílias com atuação política em seus respectivos municípios; tratarem-se de indivíduos de idade mais jovem saídos desses clãs políticos locais em contraposição às antigas lideranças, até certo ponto já desgastadas em suas práticas políticas; ser um segmento formado por comerciantes, médicos e, produtores rurais, ocupações mais correntes nesses meios. Outra característica observável é, para além das suas condições de classe e ocupação profissional, a de que a maioria deles militou no Integralismo por influência do catolicismo social, com raríssimas exceções. Dessa forma, o Integralismo foi somente um momento nas trajetórias dessas personagens, no calor dos acontecimentos do pós-1930, serviu de sigla para abrigar os descontentes com o novo regime e os que necessitavam de um discurso político inovador naquela conjuntura. Com a redemocratização a partir de 1945, entretanto, a grande maioria tendeu a se filiar nos grandes partidos criados nesse período: a União Democrática Nacional – UDN e o Partido Social Democrático – PSD, poucos foram aqueles que se filiaram no Partido da Representação Popular – PRP.

Tais posturas reforçam a tese de que o Integralismo serviu aos grupos destituídos do poder em 1930, principalmente no interior do Ceará e que suas práxis políticas estavam voltadas para alimentar a cultura política predominante nos municípios cearenses, disfarçadas de um discurso anunciador de uma nova realidade que se abriria para a nação brasileira caso o movimento da AIB viesse a se tornar vitorioso. O discurso era o de soterramento das práticas políticas

corriqueiras, de um lado, mas por outro, as práticas adotadas não diferiam daquelas que se tinha herdado de anos de mando desses grupos na seara política municipal. O Integralismo, ao lado da LEC, representou não somente a sobrevivência de muitas famílias no controle político de seus municípios, mas, principalmente, a continuidade da cultura política prevalente nesses meios. Contudo, não podemos menosprezar que, com as mudanças ocorridas no sistema eleitoral a partir de 1930 e com o surgimento dos partidos de âmbito nacional após 1945, esses grupos tiveram que se adaptar às novas exigências. Entretanto, mantiveram os antigos mecanismos de controle das populações locais através das fidelidades familiares, da compra de votos, da intimidação, do empreguismo e tantos outros artifícios já conhecidos.

Franklin Chaves e Pio Sampaio foram as duas personagens escolhidas para traçar esse perfil, por razões já apresentadas: representavam os traços mais comuns desses indivíduos que assumiram, no contexto do pós-1930 no interior cearense, a práxis integralista. No entanto, do ponto de vista mais geral, podemos distinguir dois grupos de indivíduos que reúnem características diferenciadas dentre os chefes municipais, embora todos adviessem de tradicionais famílias com longos períodos de mando em seus municípios. O primeiro e mais freqüente era aquele formado por profissionais liberais, ao modo de Pio Sampaio, com formação acadêmica nos grandes centros urbanos: médicos, advogados, principalmente, pois essas eram as duas ocupações prediletas dos bem nascidos. O segundo é composto de pequenos comerciantes, agricultores, agropecuaristas, ao modo de Franklin Chaves,

herdeiros dos negócios e da política de seus ascendentes diretos, pois eram forjados nas fainas das disputas políticas municipais em que se envolviam. Estes têm as feições mais comuns aos tradicionais coronéis interioranos: menos disfarce, mas com trejeitos de bem-intencionados que aquele contexto lhes exigia.

Com essas considerações queremos pontuar, a partir de suas trajetórias políticas, algumas diferenças entre os dois chefes municipais em relevo, bem como, reforçar a idéia de que por mais que trilhem caminhos diferentes, esses se encontram no Integralismo. Consideremos que o fio condutor que os aproximava, além dos interesses particulares de suas famílias e de seus correligionários, foi sem dúvida o anticomunismo presente em muitos momentos descritos nas trajetórias dos dois, conforme se destacou acima. Além do anticomunismo, mas não menos importante e consorciado com esse sentimento, foi a estratégia da Igreja Católica de envolver o laicato em defesa de sua doutrina social, intervindo nos movimentos político e sindical, a exemplo da criação de várias grupos que compreendiam os diversos segmentos da sociedade como a União dos Moços Católicos – UMC; os Círculos Operários dos Trabalhadores Católicos – CCTO; a Legião Cearense do Trabalho – LCT; a Conferência Vicentina - CV; a Liga Eleitoral Católica – LEC; a Liga dos Professores Católicos – LPC; dentre outras.

Franklin Chaves e Pio Sampaio desenvolveram intensa militância católica nos diversos grupos. Franklin foi da UMC, LCT, LEC, CCTO, e Pio Sampaio, da mesma forma, participou da LCT, LEC e CV. Esta última aparece com maior

destaque nas suas memórias, pois teve maior longevidade, tendo sido vicentino até praticamente seus últimos dias de vida. A participação nesses grupos é indício fortíssimo da imbricação do Integralismo com a doutrina social católica nessas sociabilidades interioranas, uma forte tendência da vertente integralista de Plínio Salgado.

De volta às trajetórias dos dois chefes municipais buscamos compreendê-las em três momentos diferentes: o primeiro anterior ao Integralismo, o segundo como militantes da AIB e o terceiro após a sua extinção. Apesar dos diferentes caminhos todos são indiciários de que o Integralismo em suas vidas representou a oportunidade de conciliar o antigo com o novo que se lhes apresentava; de preservar a cultura política prevalecente revestindo-a de discurso e prática anunciadoras de um novo tempo, ante as populações locais descontentes e, por isso, em movimento.

Antes de ingressar no movimento integralista, ainda na juventude com seus tenros quinze anos, Franklin Chaves, que havia nascido nos arredores de Fortaleza, apesar de sua família ser originária da região jaguaribana, interrompeu seus estudos preparatórios e rumou ao município de Limoeiro para trabalhar nos negócios da família, mais precisamente na casa comercial de seu irmão mais velho, José Gondim Chaves. Desde cedo acompanhou seu pai nas lides políticas coronelística, partidários que eram dos Acioli e em Limoeiro logo se inseriu nas lutas partidárias. Dessas experiências, decorreu o senso prático no preparo de sua trajetória política. Apesar de ter aderido ao Integralismo, um movimento profundamente doutrinário e ideológico, sua adesão ao movimento

sigma, podemos dizer, com margem de segurança, que se deu pelo seu pragmatismo político e o de sua família, sem, contudo, desconsiderar o elemento discurso, político-estratégico da doutrina integralista consorciado com a pregação católica. Por outro lado, Pio Sampaio seguiu por outros caminhos, apesar de sua família também estivesse imersa nas lutas políticas locais e do estado do Ceará, conforme já foi narrado. Pio Sampaio rumou aos grandes centros urbanos em busca de sua formação acadêmica na área de medicina, caminho já trilhado pelo seu irmão mais velho Leão Sampaio. Depois retornou à sua cidade natal, Barbalha e, ao Cariri, para medicar e politizar, atividades que se complementavam. Dessas atividades resultou seu ingresso nas hostes do sigma, com uma conotação mais idealista do que seu par limoeirense, não menos comprometido com os dividendos políticos para seu clã de origem, advindos da sua atuação. O Integralismo, numa época em que os partidos políticos eram frágeis, coadunava-se melhor com o ímpeto de um jovem que, mesmo não podendo abandonar sua herança política, proporcionava-lhe o elemento ideológico de sua escolha.

As trajetórias anteriores ao ingresso no movimento integralista são importantes para compreendermos algumas posturas adotadas durante a militância integralista desses chefes municipais, pois são definidoras da relação deles com o movimento no seu acontecer e, principalmente, nos momentos posteriores. Durante suas militâncias nas hostes dos camisas-verdes, ambos galgaram postos importantes, quase os mesmo, uma vez que foram chefe municipal e integraram o Conselho Provincial e a Câmara dos Quatrocentos.

Uma pequena diferença que consta na documentação é que Pio Sampaio exerceu a função de Inspetor Regional do Integralismo, no Cariri. Salientamos que tanto em Limoeiro como em Barbalha, o movimento integralista teve um caráter irradiador para os municípios vizinhos, haja vista o cargo que seus chefes ocupavam na hierarquia do movimento estadual. No caso específico de Pio Sampaio, um elemento de sua vida particular repercutiu em suas escolhas políticas durante e após sua militância integralista; trata-se de seu casamento com uma militante do sigma, a senhora Letícia Ferreira Lima.

Após a extinção do Integralismo, Pio Sampaio viveu um curto período de afastamento dos partidos políticos, no entanto, já em 1944, em fins do Estado Novo, integrou o Centro de Melhoramentos de Barbalha. Atestam seus cronistas que logo após o ano de 1937, Pio Sampaio e seus seguidores barbalhenses tiveram suas vidas monitoradas pelas forças policiais do Estado, sem, no entanto, indicarem uma ação mais ostensiva contra estes. Já Franklin Chaves, logo após o fechamento da AIB, veio a integrar o Conselho de Administração do Município de Limoeiro, órgão que veio substituir as Câmaras Municipais, por imposição do governo federal. Esses dois caminhos se explicam pelo fato de Franklin Chaves ser aliado de longas datas dos grupos políticos dos quais fazia parte o Interventor do Ceará Francisco de Menezes Pimentel, enquanto Pio Sampaio, pelo seu caráter mais idealista no seio do Integralismo, foi procrastinado politicamente, retomando de forma mais intensa suas atividades políticas um pouco mais adiante. No entanto, vemos essa situação mais como um reflexo que como uma punição política, pois atuava nesse contexto certa

proximidade de sua família com os Távoras, apesar da opção integralista e lecionista. Notemos, nesses elementos de diferenciação, uma capacidade maior que os membros da família Chaves, em Limoeiro, tinham para se metamorfosearem diante das incertezas políticas no cenário estadual. Tal comportamento talvez se explique por estes estarem localizados numa região em que as pressões e as tensões políticas lhes permitissem melhor agir dessa forma, do contrário ao que ocorria na dinâmica política cariense, mais tensa.

Por fim, os caminhos seguidos após a abertura política, também são outros e, refletem essas condições acima expostas. Enquanto Franklin Chaves fez carreira política no PSD, para onde acorreram os grupos liderados por Menezes Pimentel; Pio Sampaio fez carreira política pelo PRP, mas muito próximo da UDN, sigla pela qual seu irmão Leão Sampaio se Elegeu Deputado Federal e sigla para a qual acorreram os seguidores de Juarez Távora. Notemos que os últimos cargos públicos assumidos por Pio Sampaio foram da confiança do governador Virgílio Távora, eleito pela **União pelo Ceará**, que juntara PSD e UDN, tradicionais rivais contra um número maior de siglas já em disputa em fins dos anos de 1950. Para sintetizar, tanto Franklin como Pio encerram suas trajetórias políticas – onde se encontram novamente – na ARENA, após o Golpe de 1964. Tudo convergiu para um mesmo fim: suas trajetórias coincidem com o mando em seus municípios e por mais que sejam pontuadas por desvio de rota, acabam resumindo e revelando os elementos de uma cultura política dominante nesses espaços, apesar das necessidades de se ajustarem aos ditames da conjuntura mais geral.

Conclusões

Este trabalho que ora resolvemos por um ponto final está muito distante de seu encerramento. As reflexões a que chegamos nesse momento só nos instiga a prosseguir devido a sua incompletude. Tudo se iniciou há anos quando saíamos da graduação e até então, nessa trajetória, no contato com novos materiais, vemos avolumar-se as questões que ainda temos a resolver sobre as atividades da AIB no Ceará principalmente nos municípios interioranos.

Uma dessas questões se refere ao problema do material que se mostrou escasso, na maioria das vezes, e muito disperso, em sua forma de se apresentar. Reunir o maior número de material relativo ao assunto foi, durante o trabalho, e continua sendo, o nosso principal desafio. Não há um local específico onde possamos encontrá-lo, por isso resta-nos garimpá-lo em todas as partes, valendo-nos muitas vezes do acaso para encontrá-lo. Um pouco de imaginação ajudou-nos a pensar que em determinados locais poderíamos coletar algumas informações.

O fato de as fontes serem dispersas tivemos que apelar para o cruzamento de pequenas informações que apareciam ali e reapareciam acolá. Essas dificuldades antes de se nos imporem como uma barreira intransponível, se apresentaram como desafio para a pesquisa e se apresentam da mesma forma para as futuras jornadas. A dispersão e escassez das fontes talvez se constituam um dos principais problemas deste trabalho que ora damos por

encerrado. Não queremos tributar a ninguém pelos problemas do trabalho, quer pelo que contém, quer pelo que deveria conter.

Associada a essa dificuldade emanada das fontes, a parcialidade das reflexões desenvolvidas (afirmamos que toda reflexão histórica e historiográfica é dotada de parcialidade) é própria da natureza da narrativa histórica e refletem a dificuldade de relacionarmos as questões empíricas do trabalho com o debate o debate histórico historiográfico sobre o Integralismo. Nesse sentido, tencionamos compreendê-lo a partir das evidências que se nos apresentava para fugir de explicações a priori sobre o movimento sigma.

Uma das maiores dificuldades que encontramos foi a de não queremos trabalhar com temas muito recorrentes à historiografia sobre o movimento da AIB como a sua inspiração fascista, conforme defende muitos historiadores. Não por que considerássemos de outra forma e por que quiséssemos recuperar ou dar validade à doutrina integralista, mas porque as evidências sobre o movimento da AIB no interior do Ceará nos apontava noutra direção. Também consideramos que aceitar passivamente essa interpretação, na verdade, seria trabalhar com modelos dados antecipadamente e, portanto, comprometeríamos a historicidade que envolve o tema, pois o Integralismo assim como qualquer outro movimento social ou partido político trata-se de um fenômeno histórico e como tal exige do profissional da área que perscrute seus traços, seus sinais.

Da mesma forma evitamos trabalhar com aqueles elementos que mais se sobressaem nas análises sobre a AIB como os rituais, as festas, os comícios, as manifestações públicas, os ritos, os mitos, as saudações, os juramentos. Esses

elementos apareceram ao longo do trabalho como instrumento de mobilização das camadas sociais em disputa pelos inúmeros projetos políticos na cena do pós-1930. Todos esses elementos foram agenciados pelas chefias municipais no interior do Ceará para atraís adeptos como acontecia em qualquer lugar onde o movimento da AIB estivesse constituído, no entanto, serviam aos fins e aos propósitos dessas chefias.

Para nós, importou mais o controle de um contingente eleitoral saído de uma experiência política de total negação dos direitos políticos. Assim, antigos coronéis locais, afeitos que eram em conduzir os pleitos eleitorais em seu proveito se viram diante da obrigação de moralizar esse sistema e diante do risco de perder o controle da situação pelas exigências de parte dos populares de se integrarem ao processo político nacional aberto com a Revolução de 1930. Nesse sentido, importou mais as alianças políticas com os setores mais reacionários do jogo político estadual como forma de compreender a historicidade do integralismo nas comunas interioranas.

O discurso integralista, sua doutrina, seus mecanismos de reprodução, são importantes quando confrontados com o discurso dos setores ligados à Ação Católica Brasileira que em parceria com os integralistas ofereciam aos cearenses o discurso da moralidade política de um lado, e do outro preservava a autoridade política dos chefes locais. Todo esse embate era dirigido contra aqueles que se colocavam como defensores das políticas revolucionárias no estado do Ceará como os que integravam o Clube 03 de Outubro e o Partido Social Democrático PSD. A aliança duradoura com a Liga Eleitoral Católica –

LEC, nos importou devido ao fato de se constituir numa aproximação ideológica para fins de uma tática eleitoral no sentido de combater os revolucionários.

Outro elemento importante nessa definição foi o discurso anti-comunista amplamente difundido pelos agentes da Igreja Católica e pelos integralistas no sentido de manter a sociedade cearense em alerta, portanto, disposta a receber com entusiasmo a doutrina integralista. Embora na maioria dos municípios cearense não tivesse notícia da presença do movimento sindical o político de orientação comunista, salvo algumas exceções que não chegam a comprometer nossa reflexão, os integralistas e os agentes da Ação Católica mantiveram aceso o discurso da ameaça comunista como estratégia de arregimentação dos populares para seus movimentos.

Outras idéias às quais procuramos nos desvencilhar sobre o movimento da AIB no Ceará foram a que trata do caráter classista do movimento integralista nesse estado devido à participação da recém-nascida classe operária fortalezense nas hostes da AIB através da Legião Cearense do Trabalho – LCT, conforme sustenta seus intérpretes e também àquela que afirma que o movimento do sigma havia chegado ao poder nesse estado. Refutamos essas idéias no decorrer do trabalho por considerar suas evidências frágeis. Sobre a primeira idéia consideramos o conceito de classe operária adotado pelo movimento no seu acontecer muito fluido e também consideramos que os autores não questionaram essa debilidade e se filiaram, de certa forma, à idéia integralista. Da mesma forma, a segunda idéia não menos calcada em traços concretos. O fato de algum ex-integralista ter chegado a ocupar cargo

importante na hierarquia político-administrativa do estado do Ceará, principalmente após o golpe de 1964, conforme argumenta Josênio Parente, não se traduz em nossa compreensão em elemento consistente para fazer as asseverações que foram feitas.

De outro modo, preferimos levar em consideração alguns casos isolados em que ex-integralistas conseguiram se eleger pelo Partido da Representação Popular – PRP, único herdeiro do Integralismo no período da redemocratização, portanto, a ascensão de um ou outro ex-integralista a cargos importantes no governo do estado a partir de convite ou a eleição de ex-integralista por siglas como o PSD, a UDN e posteriormente pela ARENA, não se constituem exemplos sólidos de que os integralistas no Ceará tenham chegado ao poder.

Quanto as peculiaridades do movimento integralista em terras do Ceará que orienta a primeira idéia acima aludidas, defendemos que, o que tornava a atuação da AIB nos municípios cearenses diferente de sua atuação noutras formações sócio-histórica pelo Brasil afora, era o fato de sua aproximação com os grupos coronelísticos nesses municípios. Defendemos, assim, a existência de um ethos integralista no Ceará que se expressava pela contradição entre o discurso doutrinário e as praticas políticas adotadas, estas iam de encontro aos principais elementos constitutivos do seu discurso. Esse ethos integralista se materializou na atividade políticas da maioria dos chefes municipais, conforme demonstramos no último capítulo.

FONTES

1- Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ

1.1- Documentos Integralistas:

- Manifesto de Outubro de 1832 (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Manifesto Programa do Chefe Nacional da AIB (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Protocolos e Rituais (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Empréstimo do Sigma (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Manual Integralista (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Cartilha Integralista (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- IV Aniversário da AIB – SNP – Proclamação do Chefe Nacional (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- O comunismo Contra o Brasil (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Democracia e sucessão presidencial (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- As idéias políticas de Alberto Torres (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Frutos do Congresso Nacional Integralista de Imprensa (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Salvemos o Brasil do Analfabetismo (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Os Católicos e o Integralismo (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Plebiscito Integralista (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).
- Diretiva Nº 1 da Secretaria Nacional de Organização Política sobre Serviço de Informação do Integralismo (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).

- Diretiva Nº 1 da Secretaria Nacional de Propaganda regulamentando a propaganda integralista em todos os níveis (APERJ. Fundo: DESPS; Setor: Folhetos).

1.2- Documentos apreendidos pela Polícia Política sobre a atividade Integralista:

- Relação dos integralistas do Ceará detidos, protuariados e investigados pela Polícia Política (APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pastas: 06 e 06A; Dossiê: 01).

- Relação dos Chefes de Núcleos no Ceará e do Chefe Provincial (APERJ. Fundo: Polícia Política; Setor: Estados; Pasta: 06; Dossiê: 01).

- Relação dos Próceres Integralistas com 88 nomes, nacionais, do Serviço de Informação da DESPS (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01; Caixa: 669).

- Diretiva Nº 1 do Serviço de Polícia da Ação Integralista Brasileira (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01; Caixa: 669).

- Relação dos Chefes Provinciais em todos os estados de 19/09/1934 (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01; Caixa: 669).

- Relação dos Secretários Nacionais; nova relação dos Chefes Provinciais e dos cargos da Chefia Nacional, de 18/01/1934; (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01; Caixa: 669).

- Juramento para os ocupantes de Cargos (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01; Caixa: 669).

- Relação dos membros da Câmara dos Quarenta (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01; Caixa: 669).
- Circular com as determinações do Congresso de Vitória – ES, 04/11/1934 (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01; Caixa 669).
- Questionário da Casa Militar – Chefia Nacional – dirigido a todas os núcleos sobre as Milícias Integralistas (Estatística das Forças Integralistas) e sobre as forças adversárias (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01; Caixa: 669).
- Registro no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral da AIB como Partido Político, 18/04 1933 (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01A; Caixa: 669).
- Resoluções do Congresso de Vitória, 02/03/1934, que entrou imediatamente em execução, sobre a constituição dos Departamentos de Organização Política (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01A; Caixa: 669).
- Relação Nominal do Secretariado de doutrina Integralista (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01A; Caixa: 669).
- Proclamação da Insubstitubilidade de Plínio Salgado como Chefe Nacional da AIB pelos delegados das 22 Províncias – Congresso de Vitória, 03/03/1934 (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 01A; Caixa: 669).
- Boletim Nº da Província da Guanabara sobre os Rituais das Sessões dos Núcleos, 23/05/1933. (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 02; Caixa 670).

- Circular sobre o fim das milícias – Província da Guanabara, 06/03/1937 (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 02; Caixa: 670).
- Relação dos Chefes Provinciais e dos Secretários Nacionais, 01/03/1933 (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 03; Caixa: 670).
- Pasta com vários Boletins da Polícia Política sobre as atividades integralistas no Pós-1937 (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pastas: 04 e 04[1]; Caixas: 670 e 671).
- Circular – 07/11/1940 – de Plínio Salgado orientando os integralistas a apoiarem o governo de Getúlio Vargas (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 04[1]; Caixa: 671).
- Panfleto da SNP: **Católico brasileiro, nosso patrício, nosso irmão** (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 04A; Caixa: 671).
- Panfletos da SNP: **Ou és comunista ou és integralista** e **Sem Deus, Pátria e Família não pode haver Terra, Pão e Liberdade** (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 04B; Caixa: 671).
- Relatório da Polícia sobre a Intentona Integralista (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 05; Caixa: 672).
- Relatórios da Polícia e Depoimentos de Integralistas sobre a Intentona Integralista (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pastas: 05Cont e 05A; Caixa: 672).
- Panfleto da SNP: **Os Católicos e o Integralismo** (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 09; Caixa: 674).

- Campanha financeira pelo bem do Brasil (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 13; Caixa: 676).
- Plebiscito Integralista da Secretaria Nacional de Corporações e Serviços eleitorais (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 13; Caixa: 676).
- Relação dos delegados de todas as Províncias que compareceram ao II Congresso Integralista, Petrópolis – RJ, 09/03/1935 (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 16; Caixa: 676).
- Pasta com os Manifestos Integralistas (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 17; Caixa: 677).
- Relação dos Núcleos Integralistas em todo Território Brasileiro (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 18; Caixa: 677).
- Relação Nominal da Câmara dos Quarenta e da Câmara dos Quatrocentos (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 20; Caixa: 677).
- Depoimentos dos ex-membros da Câmara dos Quarentas presos após a Intentona Integralista (APERJ. Fundo: Policia Política; Setor: Integralismo; Pasta: 20; Caixa: 677).

2- Acervo do CPDOC/FGV:

2.1- Livros e Folhetos

- Getúlio Vargas para criança – 1942.
- O SIPS e suas finalidades - 1940

2.2- Fundo Juarez Távora

JT dpf – 1930.12.08 (Pastas: XXV – XXX).

- Telegrama dos partidários dos aliancistas no Ceará, destinado a Juarez Távora, denunciando a politicagem ainda praticada no interior do estado após a Revolução de 1930 e afirmando que nada de novo teria acontecido afora a destituição do governador, Matos Peixoto. Essas críticas eram dirigidas ao seu irmão Fernandes Távora, então Interventor. Julho de 1931.
- Telegramas de Juarez Távora ao militares Eudoro Correia e João Leal e a Edgar Arruda – Presidente da Junta Estadual da LEC – versando sobre a aproximação da LEC com o PSD. 13 e 14/04/1933.
- Carta de Juarez Távora ao Presidente Getúlio Vargas sobre os problemas relativos à aproximação da LEC com o PSD, expondo que este último era o verdadeiro representante dos ideais revolucionários no Ceará. 09/01/1934.
- Telegramas datados de fins de 1933 e início de 1934 sobre a possível renúncia do Cap. Carneiro de Mendonça da Interventoria no Ceará.
- Carta de Demócrito Rocha, presidente do PSD, sobre a campanha eleitoral de 1933 em que a LEC saíra vitoriosa. 15/06/1934.
- Carta de J. de Borba, membro da Executiva do PSD, sobre a dificuldade de combater a LEC em alguns municípios. 26/10/1934.
- Duas correspondências dirigidas a Juarez Távora, de Valdemar Falcão – LEC – e de Demócrito Rocha – PSD – dão conta do disputado e acirrado pleito estadual daquele ano entre aquelas agremiações, fato comprovado pela

impugnação de 70 urnas que, para ambas as forças deveriam ter sido apuradas.

09/11/1934.

- Carta de Juarez Távora ao Interventor Federal no Ceará Felipe Moreira Lima sobre os entendimentos com Edgar Arruda para uma aproximação entre a LEC e o PSD, no Ceará. 19/04/1935.

JT dpf – 1932.06.03 (Pastas: I II; III; IV; V e VI).

- Documento do PSD, que inclui vários telegramas, em que Juarez Távora comenta a atuação da LEC no Ceará. 01/11/1934.

- documento do PSD intitulado **Novo Partido no Ceará** comenta, sob a ótica dos pessedistas, declarações de Waldemar Falcão sobre a atuação da LEC. 21/06/1935.

- Carta de Juarez Távora a Juracy Magalhães analisando a situação do PSD no Ceará bem como os embate com a LEC. 25/06/1935.

- Carta de Juarez Távora a Bento Louzada, membro do PSD, reafirmando a responsabilidade dessa agremiação na renovação dos costumes políticos no Ceará. 02/02/1937.

- Relação dos Prefeitos e Vereadores eleitos no pleito de 29 de março de 1936.

3- Acervo do NUDOC/UFC:

- Entrevista de Franklin Gondim Chaves, Chefe Municipal da AIB, Limoeiro-CE. Fortaleza-CE, 21 de Março de 1984.

- Entrevista de Jeová Mota, Chefe Provincial da AIB no Ceará. São João Del Rei-MG, 04 de dezembro de 1983.

- Entrevista de Severino Sombra, fundador da Legião Cearense do Trabalho. Vassouras-RJ, 27 de julho de 1983.

4- Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC:

- Relatório do Cap. Roberto Carneiro de Mendonça, Interventor Federal no Ceará, sobre sua administração 22/09/1931 a 05/09/1934. Imprensa Oficial do Ceará, 1936.

- Relatório apresentado ao Interventor Federal, Francisco de Menezes Pimentel pelo Cap. Manoel Cordeiro Neto, Secretário de Polícia e Segurança Pública, no período de 27/05/1935 a 27/01/1941. Imprensa Oficial do Ceará, 1941.

5- Jornais:

- CORREIO DA SEMANA – 1818-1848. Sobral – CE.

Órgão da Ação Católica.

Período Consultado: 11/04/1931 a 19/08/1934 (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro – RJ) e 24/08/1934 a 19/11/1937 (Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Fortaleza-CE).

- A ORDEM – 1917-1941. Sobral – CE.

Órgão do Partido Republicano Conservador Sobralense.

Período Consultado: 07/09/1929 a 26/04/1933. (Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Fortaleza-CE).

- A ORDEM – Aracati-CE.

Jornal de Orientação Integralista. Consta na Biblioteca apenas o número referente ao dia 30/11/1934.

(Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Fortaleza-CE).

- A RAZÃO – 1936-1938. Fortaleza-CE.

Órgão de Orientação Integralista.

Período Consultado: 19/05/1936 a 01/12/1937. (Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Fortaleza-CE).

- O NORDESTE – 1923-1964. Fortaleza-CE.

Órgão da Ação Católica Arquidiocese de Fortaleza.

Período Consultado: Os anos de 1932 a 1934 (Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Fortaleza-CE).

- LEGIONÁRIO – 1932-1934. Fortaleza-Ce.

Órgão da Legião Cearense do Trabalho.

Período Consultado: Total (Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Fortaleza-CE).

6- Outros Materiais:

- Relatórios do Tribunal Regional Eleitoral – TER – Ceará, das eleições Municipais e Estaduais entre 1947 e 1990. Através desses relatórios acompanhamos as atividades políticos-eleitorais de alguns ex-integralistas.

- Atas da Câmara Municipal de Limoeiro – 13 de maio de 1931, para tratar a oposição dos retratos de Fernandes Távora e Juarez Távora, respectivamente; 14 de Janeiro de 1931, para tratar do plebiscito para promover o Cap. Juarez Távora ao posto de General de Brigada; 18 de junho de 1936, sessão em que

presidente da Câmara, Franklin Chaves, também chefe municipal da AIB, leu e fez transcrever documento publicado pelo Conselho Provincial da AIB.

- Obra de Leonardo Mota, publicada pela Revista Instituto do Ceará, intitulada **Datas e Fatos para a História do Ceará**, no período entre 1930 e 1937.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves. [et al.]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Ed. rev. e atualizada, Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ALVAREZ, Marcos César. **BACHAREIS, CRIMINOLOGISTAS E JURISTAS: Saber Jurídico e Nova Escola Penal no Brasil**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

ANDRADE, João Mendes. **A Oligarquia Acciolina e a Política dos Governadores**. In. SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil oitocentista**. In. PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.

- ATHAYDE, Tristão de. **Contra-Revolução Espiritual (Ensaio)**. Cataguazes – Mg: SPINOLA & FUSCO, 1933.
- AZAVEDO, Francisca L. Nogueira. **Biografia e Gênero**. In. GUAZZELLI, César Augusto Barcelos, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.
- BARROS, Luitgard Cavalcanti Oliveira. **O Movimento Religioso de Juazeiro do Norte: Padre Cícero e o Fenômeno do Caldeirão**. In. SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.
- BARRETO, Vicente e PAIM, Antônio. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989, (Coleção reconquista do Brasil: 2ª. Série, v. 150).
- BATALHA, Cláudio H.M.. **Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva**. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil republicano; v.1).
- BASILE, Marcelo. **Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império**. Topoi – Revista de História, 3 (2001).

- BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002, (Debates: Antropologia).
- BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELI, Jean-François. **Para uma nova história cultural**. [?]: Editora Estampa, 1998.
- BERSTEIN, **Serge**. **Os Partidos**. In. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BESSA, Dom Pompeu Bezerra. **A Antiga Freguesia de Limoeiro: Notas para a sua História**. Fortaleza: Premius Editora, 1998.
- BOBBIO, Norberto, MATEEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco [et. al.]. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- BOMENY, Helena. **Infidelidades eletivas: intelectuais e política**. In. BOMENY, Helena (Org.). **CONSTELAÇÃO Capanema: intelectuais e política**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001.
- BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. Vol 1 a 10. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- BORGES, Vavy Pacheco. **História e política: laços permanentes**. In. Revista Brasileira de História – RBH – v. 12, n. 23/24, São Paulo: Marco Zero, set. 1991/ago. 1992.

- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In. FERREIRA, Marieta de Moraes. e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- Brasil. Congresso. Senado Federal. **Dados biográficos dos senadores do Ceará: 1826-2000**. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação, 2000.
- BRANDI, Paulo. **Plínio Salgado**. In. ABREU, Alzira Alves. [et al.]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Ed. rev. e atualizada, Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- CASTELLO BRANCO, Mons. João Olímpio. ***O Limoeiro da Igreja: A história de Limoeiro do Norte a partir de seus párocos***. Fortaleza: Minerva. 1995.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão**. São Paulo: Annablume, 1999.
- CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: A Polícia da era Vargas**. Brasília: EDUNB, 1993.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo, orgs, **Domínios da História**. São Paulo: Campos, 1997.

- CARNEIRO, Márcia Regina S. Ramos. **Memória e Integralismo: um estudo da militância no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ: 2002.
- CARNEIRO, Márcia Regina S. Ramos. **Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas**. Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, Rj: 2007.
- CARVALHO, José Murilo. **História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura**. Topoi – Revista de História, 1 (2000).
- CARVALHO, José Murilo. **As metamorfoses do coronel**. In. Política e Democracia – Revista de Política e Cultura. No. 1, Jan./Abr., Brasília/DF: Fundação Astrogildo Pereira, 2001.
- CARVALHO, José Murilo. **Entre a autoridade e a Liberdade**. In. URUGUAI, Visconde. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34.
- CARVALHO, José Murilo. **História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura**. Topoi – Revista de História, 1 (2000).
- CASTELO BRANCO, Mons. João Olímpio. **O Limoeiro da Igreja: A História de Limoeiro do Norte a partir de seus párocos**. Fortaleza: Minerva, 1995.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora UNICAMP/CECULT, 2000.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: Ideologia e Organização de um Partido de Massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru: EDUSC, 1999.

- CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado. forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 11ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CHAUI, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000 (História do Povo Brasileiro).
- CHAUI, Marilena. **Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira.** In. CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e Mobilização Popular.** Rio de Janeiro: Paz e Terra/Centro de Estudos da Cultura Contemporânea, 1978.
- CHAVES, Eunides Maria Maia. **Centenário do Nascimento de Franklin Gondim Chaves (10.02.1908 – 10.02.2008).** Fortaleza: Mimeo, 2008.
- CHAVES, Niltonci Batista. **“A sala verde está na ponta da escada”:** as representações discursivas do *Diário dos Campos* a respeito do **Integralismo em Ponta Grossa.** In. Revista de História Regional; Vol 4 – no. 1 – Verão de 1999. Ponta Grossa: 1999.
- CHAZKEL, Amy. The Contours of Modernity: The Jogo do Bicho and Popular Culture. In. Laws of Chance: Urban Society and the Criminalization of the Jogo do Bicho in Rio de Janeiro, 1880-1941. Dissertação. Yale/EUA: mimeografado, 2202.

- COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia.** São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural do Rio Grande do Norte, 1995.
- COUTINHO, Amélia. **Juraci Montenegro Magalhães.** In. ABREU, Alzira Alves [et al.]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930.** Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- CRIPPA, Adolpho [et al.]. **As idéias filosóficas no Brasil.** Parte I: Século XX, São Paulo: Editora Convívio, 1978.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942.** Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2002.
- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. “Lei de Segurança Nacional” e “Integralismo”. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- DUTRA, Eliana. **O Ardil Totalitário: Imaginário Político no Brasil dos 30.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1997.
- FALCÃO, Márlio Fábio Pelosi. **Ciará Terra do Sol: Genealogia e toponímia dos Municípios Cearenses.** Fortaleza: Gráfica Folha, 1999.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil republicano; v.1).
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do**

- Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil republicano; v.2).
- FERREIRA, Jorge Luiz. **A cultura política dos trabalhadores no primeiro Governo Vargas.** In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol.3, n.6, 1990, p. 180-195.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. **As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor.** In. PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: Access, 1999.
- FILHO, Oswaldo Munteal. **Política e Natureza no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho.** In. PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: Access, 1999.
- FIUZA, Regina Pamplona. **PIO SAMPAIO, Memória.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX.** São Paulo: EDITORA HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.
- GERTZ, René. **O fascismo no Sul do Brasil.** Porto alegre: Mercado Aberto, 1987.

- GINZBURG, Jaime. **Por uma Unidade Nacional: Poder Autoritário e Literatura em Plínio Salgado**. In. TRAJETOS. V.1, n.1, (nov.2001)
Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2001.
- GIORDANI, Igino. **Apresentação**. In. Rerum Novarum. Tradução: Manuel Alves da Silva, S.J., 14ª. Edição. São Paula: Paulinas.
- GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 3ª. Ed., Vol. 5, Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971. (Biblioteca de Cultura).
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcelos, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.
- GUIMARAES, Hugo Vitor. **Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará**. Fortaleza: Jurídica, 1947.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal. **O “Tribunal da Posteridade”**. In. PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. In. Estudos Históricos, No. 1, Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- KAMIS, Mônica. In. ABREU, Alzira Alves [et al.]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

- KOERNER, Andrei. **Hábeas-Corpus, Prática Judicial e Controle Social no Brasil (1841-1920)**. São Paulo: IBCCRIM, 1999.
- LASSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil** São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LEAL, Carlos Eduardo. . In. ABREU, Alzira Alves [et al.]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997,
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2ª Edição, Capinas: Papyrus, 1986.
- LEMOS, Renato. . In. ABREU, Alzira Alves [et al.]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- LEVI, Giovanni. **Usos da Biografia**. In FERREIRA, Marieta de Moraes. e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- LEVILLAIN, Philippe. **Os protagonistas: da biografia**. In. RÉMOND, Renné (Org). **Por uma história política**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- LIMA, Alceu Amoroso. **Indicações Política – da Revolução à Constituição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

- LIMA, Alceu Amoroso. **Política**. 4ª. Ed., Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1956 (Obras Completas XXII).
- LIMA, Alceu Amoroso. **Notas para a História do Centro Dom Vital**. Int. e Org. Riolando Azzi. Rio de Janeiro: Educam: Paulinas, 2001. (Presença de Alceu).
- LIMA, Geraldo Oliveira. **Gênese da paróquia de Mons. Tabosa**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda, 1994.
- LIMA, Lauro de Oliveira. **Na Ribeira do Rio das Onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.
- LIMA, Marcelo Ayres Camurça. **A Sedição de Juazeiro e a Guerra Civil no Ceará**. In. SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.
- LORIGA, Sabina. **A biografia como problema**. In. REVEL, Jaques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. O.P. **Igreja e Política no Brasil. Do Partido Católico à L.E.C.(1874-1945)**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983 (Cadernos de História da Igreja do Brasil - 3).
- MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990. (Coleção Alagadiço Novo).

- MAIO, Marcos Chor e CYTRYNOWICZ, Roney. **Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)**. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil republicano; v.2).
- MERÉJE, João Rodrigues. **Idéias políticas de Alberto Torres**. São Paulo: [s.n.], 1932.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Lavrador e o Construtor: O Visconde do Uruguai e a construção do Estado Imperial**. In. PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- MIRANDA, Júlia. **O Poder e a Fé: Discurso e Prática Católicos**. Fortaleza: edições UFC, 1987.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002 (estudo; 180).
- MOTENEGRO, João Alfredo Souza. **O Integralismo no Ceará: variações ideológicas**. Fortaleza: IOCE, 1986.
- MOTENEGRO, João Alfredo Souza. **O Tenentismo e a Revolução de 30**. In. SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.

- MOTENEGRO, João Alfredo Souza. **Integralismo e Catolicismo**. In. SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.
- MOREL, Marco. **Entre paixão e martírio – Cipriano Barata e os mecanismos de liderança política no Brasil Império**. In. PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **Intelectuais Brasileiros nos Oitocentos: A constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838)**. In. PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina(Org). **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília: INL, 1980.
- PANTOJA, Sílvia. **Juarez do Nascimento Fernandes Távora**. In. ABREU, Alzira Alves [et al.]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

- PARENTE, Josênio Camelo. **Anauê – Os Camisas-Verdes no Poder.**
Fortaleza: EUFC, 1999.
- PARIS, Robert. **Biografia e “Perfil” do Movimento Operário.** In. Revista Brasileira de História – RBH – v. 17, n. 33, São Paulo: Editora UNIJUI, 1997.
- PECHMAN, Robert. **Landri Sales Gonçalves.** In. ABREU, Alzira Alves [et al.]. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias.** In. HISTÓRIA ORAL. Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.3, jun 2000, São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. 2000.
- PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratados da Argumentação: A Nova Retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PINHEIRO, Francisco José. **O Processo de Romanização no Ceará.** In. SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.
- PONTE, Sebastião Rogério de Barros da. **A Legião Cearense do Trabalho.** In. SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.

PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.

O cavaleiro andante dos princípios e das reformas: Joaquim Nabuco e a política. In. PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Juazeiro e Caldeirão**. In. SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

REGIS, João Rameres. **“Galinhas-Verdes”: Memórias e História da Ação Integralista Brasileira, Limoeiro-Ceará (1934-1937)**. Dissertação de Mestrado, Fortaleza: 2002.

REGIS, João Rameres. **A Ação Integralista Brasileira: Um caso de polícia?** In. Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da UFC. – v. 3, n. 6 (abr 2005), Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005.

REIS, Elisa P. **O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro**. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 1, n.2, 1988, p. 187-203.n jbj

RÉMOND, Renné (Org). **Por uma história política**. 2^a. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Rerum Novarum. Tradução: Manuel Alves da Silva, S.J., 14^a. Edição. São Paula: Paulinas.

- REVEL, Jaques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da micro análise.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, Valdir Uchoa. **Conselho de Intendência do Ceará.** Fortaleza: Premium, 2005.
- RICCI, Magda. **Como se faz um vulto na História do Brasil.** In. GUAZZELLI, César Augusto Barcelos, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Questões de teoria e metodologia da história.** Porto alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.
- RIOUX, Jean-Pierre. **A Associação em Política.** In. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política.* 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROCHA, Luis da Braga. **Dados Históricos da Freguesia de Jesus, Maria e José (1932-1967).** Quixadá – Ce: Manuscrito.
- RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no rio Grande do Sul (1945-1964).** 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003 (Série Ciência História).
- ROSE, R.S.. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil / 1930-1945.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ROSENTHAL, Gabriele. **A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas.** In. FERREIRA, Marieta de Moraes. e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

- ROUSSEAU, Isabelle. **La prosopografía: um método idôneo para el estudio del Estado?** In Revista Mexicana de Sociologia. No. 3, julho/setembro 1990.
- SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo: 1822-1940.** São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 1999.
- SAMIS, Alexandre. **CLEVELÂNDIA: Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Imaginária/achiamé, s/d.
- SAMPAIO, Dorian. **Municípios do Ceará.** 4a. Edição. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1987.
- SANI, Giacomo. **Cultura Política.** In. BOBBIO, Norberto, MATEEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco [et. al.]. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- SANTOS, Maria Sângela de Sousa. **A organização dos operários têxteis, Fortaleza / Ce (1933-1938).** Recife: Mimeo, 2000.
- SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará: “Instruindo, educando, orientando, moralizando”.** Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2004.
- SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, moralizando”(1915-1963).** Fortaleza: Edições NUDOC/UFC, 2007, (Coleção Mundos do Trabalho).
- SCHMIDT, Benito Bisso. **A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de contesto.** In. GUAZZELLI, César Augusto Barcelos,

- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Questões de teoria e metodologia da história.** Porto alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.
- SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. **José Bonifácio: pensamento e ação de um estadista no processo de construção da nação.** In. PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: Access, 1999.
- SILVA, Antônio Marcelo Jackson F. da. **Tavares Bastos: entre o realismo utópico e o romantismo político.** In. PRADO, Maria Emília (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: Access, 1999.
- SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934).** Porto alegre: EDIPUCRS, 2001, (Coleção História; 42).
- SILVA, Carla Luciana e CALIL, Gilberto Grassi. **Velhos integralistas: A memória de militantes do Sigma.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (Coleção História, 36).
- SILVA, José Luiz Werneck (Org.). **O Feixe e Prisma: uma revisão do Estado Novo.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.
- SILVA, Virgínia Maria Tavares da. **Aspectos da Crise Política de 1912 no Ceará.** In. SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará.** Fortaleza:

- Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.
- SILVEIRA, Aureliano Diamantino. **Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará (1700-2004)**. Fortaleza: Prêmio Editora, 2004.
- SOCIEDADE dos amigos de Alberto Torres. In. Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001, p. 5538.
- SOUZA, Francisco Martins. **O Integralismo**. In BRARRETO, Vicente e PAIM, Antônio. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989, (Coleção reconquista do Brasil: 2ª. Série, v. 150).
- SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.
- SOUZA, Simone. **Da “Revolução de 30” ao Estado Novo**. In. SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- SOUZA, Simone. **As Interventorias no Ceará**. In. SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.
- SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. 3ª. Ed., São Paulo, Editora Nacional; Brasília: INL, 1978, (Brasiliana v. 16).

- TORRES, Alberto. **A Organização Nacional: Primeira parte, A Constituição.**
3ª. Ed., São Paulo, Editora Nacional, 1978, (Brasiliana v. 17).
- TRINDADE, Hélio. **Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30.**
2a. Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- URUGUAI, Visconde. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho.
São Paulo: Editora 34.
- VASCONCELOS, Elmo. **O Paço da Assembléia e a vida parlamentar cearense de 1871 a 1977.** Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1977.
- VASCONCELLOS, Gilberto. **Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista.** São Paulo: Brasiliense, 1979.
- VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O mal que se advinha: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** 4.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1949.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. **O Pensamento Católico no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, (Panorama Cultural Brasileiro).

XAVIER, Regina Célia Lima. **O desafio do trabalho biográfico.** In. GUAZZELLI, César Augusto Barcelos, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, SCHMIDT, Benito Bisso e XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Questões de teoria e metodologia da história.** Porto alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2000.
